



A HIPÓTESE OTIMISTA

Dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas
e da trama verde e azul



ANA CAROLINA PINHEIRO EUCLYDES

Escola de Arquitetura da UFMG

Belo Horizonte - 2016

ANA CAROLINA PINHEIRO EUCLYDES

A HIPÓTESE OTIMISTA

Dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Produção e Experiência do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór.

Belo Horizonte
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

E87h

Euclides, Ana Carolina Pinheiro

A hipótese otimista [manuscrito] : Dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul / Ana Carolina Pinheiro Euclides. - 2016.

273 f. : il.

Orientador: Roberto Luís de Melo Monte-Mór.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

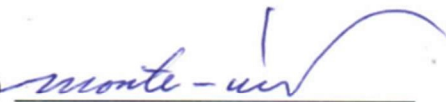
1. Áreas de conservação de recursos naturais - Teses. 2. Áreas protegidas - História - Teses. 3. Parques - Teses. 4. Lefebvre, Henri, 1905- . 5. Planejamento urbano - Teses. I. Monte-Mór, Roberto Luís de Melo. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.42

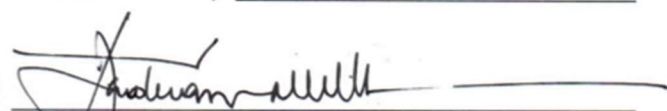
Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/ NPGAU da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 01º de dezembro de 2016 pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Luis de Melo Monte-Mór (Orientador - FACE-UFMG)



Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso (EA-UFMG)



Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa (IGC-UFMG)



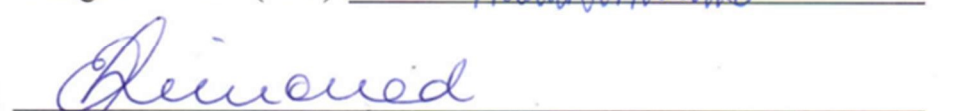
Prof. Dr. Eliano de Souza Martins Freitas (Colégio Técnico-UFMG)



Profa. Dra. Maria Lucia Refinetti Rodrigues Martins (USP)



Profa. Dra. Ester Limonad (UFF)



AGRADECIMENTOS

Ao professor Roberto Monte-Mór, orientador nesta pesquisa, pela ousadia do pensamento e pelo otimismo militante; por inspirar e acolher minhas ideias e por confiar no meu trabalho.

À professora Heloisa Costa, referência em minha formação, pelos seis anos de orientação que precederam este doutorado e por aceitar o convite de retomar nossa interlocução nesta defesa. E ao professor Geraldo Costa, pelo empenho em organizar, junto a Roberto e Heloisa, o seminário e o livro *Teorias e práticas urbanas*, incentivando a leitura e o debate sobre a obra de Lefebvre.

Aos professores membros da minha banca de qualificação, Eliano Freitas, Maria Lucia Martins e Rita Velloso, pelas críticas precisas, pela generosidade com que incentivaram o desenvolvimento desta pesquisa e pela gentileza de voltar a avaliá-la. E à professora Ester Limonad, pela disposição imediata ao aceitar o convite para esta banca final.

Aos professores da Escola de Arquitetura, em especial a Silke Kapp e a Jupira Mendonça, pelas discussões estimulantes, e a Rogério Palhares, meu supervisor no estágio de docência, pelo cuidado e pela atenção. E a Paula e Renata, da secretaria do NPGAU, pela dedicação e pelo zelo.

Aos colegas de pós-graduação na Geografia e na Arquitetura – particularmente aos do grupo de estudos sobre Lefebvre, do *studio* da biodiversidade urbana e das turmas de metodologia de pesquisa – por tudo o que aprendemos juntos. Em especial, agradeço a Daniela Almeida, Marcos Melo e Ana Mourão, (por seus enormes corações,) pelas leituras críticas e pela disposição para o debate mesmo nas condições mais adversas. Agradeço também a Anderson Amparo e Marcelo Amaral, pelas providenciais indicações de bibliografia, e aos assistentes de pesquisa do Macrozoneamento, pelas entrevistas concedidas.

Aos colegas da Consultoria da ALMG, sobretudo à equipe da Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (a quem agradeço na pessoa da amiga Regina Magalhães), pela força, pela compreensão e pelo afeto. Agradeço também à Mariana Paolucci e ao Dido (Marcos de Castro), pela amizade e pelo entusiasmo.

Aos meus pais, à minha irmã e a toda minha família, pela torcida e pela compreensão das ausências. E aos amigos, especialmente Paula Nalon, Levi Nogueira e Fabiana Avelar, pelas palavras certas nas horas certas.

Aos técnicos de informática, pela atuação nas horas incertas, e à Clara, revisora, pela paciência e pela motivação fundamental na reta final dos trabalhos.

Por fim, ao Fred, parceiro de vida, por ter dividido comigo todas as alegrias, angústias e sonhos desta tese – e, não bastasse tudo isso, por ter me dado de presente essa linda capa.

[...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais busquemos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilo de vida desejamos levar, quais são os nossos valores estéticos.

(David Harvey, 2014, p. 28).

A lição é clara: enquanto nós arquitetos rebeldes não conhecermos a coragem de nossa mente e estivermos preparados para dar um mergulho igualmente especulativo em algum desconhecido, também nós continuaremos a ser objetos da geografia histórica (como abelhas operárias) em vez de sujeitos ativos que levam conscientemente ao limite as possibilidades humanas. Aquilo a que Marx deu o nome de “movimento real” que vai abolir “o estado de coisas atual” está sempre por ser feito e por ser apropriado. Esse é o único sentido que pode ter adquirido a coragem de nossa mente.

(David Harvey, 2009, p. 335).

Aqui, a única resposta correta é que, se não sabemos o que fazer, então ninguém pode nos dizer [qu]e a causa está irremediavelmente perdida.

(Slavoj Žižek, 2011, p. 81).

RESUMO

O ato que delimita uma área verde delimita todo o entorno dessa área como não verde. O ato que institui uma área protegida define uma desprotegida muito maior. Então, quanto mais áreas verdes e áreas protegidas houver no mundo, menos verde e protegido ele será? Ou, ao contrário, chegará o momento em que, transformadas as bases da relação sociedade-natureza, todo o espaço social caberá nos atuais conceitos de área verde e área protegida? As inquietações sobre o futuro das áreas verdes e das áreas protegidas constituem a principal motivação da presente tese, que tem como objetivo construir uma leitura dialética e utópica acerca da história dos espaços dedicados à proteção e à experiência da natureza pela sociedade urbano-industrial. Tendo como principais referenciais a obra de Henri Lefebvre, o método dialético e o pensamento utópico de base marxista, a tese problematiza a existência desses espaços e propõe compreendê-los como provisórios – expressões de uma sociedade industrial que se encontra em uma *fase crítica*, prestes a vivenciar uma profunda transformação socioespacial, que a consolidará como justa, igualitária, democrática e ecológica. A esse futuro possível-impossível denomina-se *hipótese otimista*, assumindo-se que nele, em razão da essência ecológica, lúdica e autogerida das dinâmicas da produção do espaço social, os conceitos de áreas verdes e áreas protegidas serão superados. Tomando a hipótese otimista como virtualidade iluminadora, a tese *re-monta* a história desses conceitos/espaços, perseguindo suas contradições. Nesse movimento, recapitula suas origens modernas, rememorando os primeiros parques e jardins públicos europeus e os primeiros parques nacionais estadunidenses; percorre suas contradições contemporâneas, relacionadas à tensão entre a capitalização e a comunalização da natureza; e prospecta seu futuro, desenvolvendo a dimensão utópica inscrita na *trama verde e azul* (proposta concebida no âmbito do projeto do Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte). Assim, a utopia dialética dessa hipótese otimista contém tanto a crítica das contradições inerentes às áreas verdes e áreas protegidas quanto uma direção para superá-las. Com esta tese, pretende-se contribuir para o desenvolvimento da reflexão crítica sobre esses espaços e concorrer para a reabilitação do pensamento utópico engajado na transposição dos obstáculos que tornam o possível momentaneamente impossível.

Palavras-chave: áreas verdes; áreas protegidas; trama verde e azul; utopia; Henri Lefebvre

ABSTRACT

The rule that establishes a green space also establishes a non-green one. The act which creates a protected area defines a much larger unprotected area around it. Considering these paradoxes, should we expect that the more green and protected spaces there are, the less green and protected the world will be? Or, on the contrary, should we believe that there will come a time when, due to a deep transformation in the human-nature relationship, all social space will fit into the current concepts of green and protected spaces? Concerns about the future of green spaces and protected areas are the main motivation of this thesis, which aims to build a dialectical and utopian reading of the history of the spaces that urban-industrial society creates to provide entertainment in contact with nature and to protect nature from exploitation. Having Henri Lefebvre's work, Marxist utopian thought and the dialectical method as conceptual framework, the thesis questions the existence of such spaces and suggests that they can be understood as transitory – as expressions of an industrial society that is facing a critical stage, just about to go through a profound socio-spatial transformation that will consolidate it as fair, equitable, democratic and ecological. Assuming that when the transformation is fulfilled the ecological, playful and self-managed essence of the production of social space will have overcome the concepts of green spaces and protected areas, this possible-impossible future is referred to as optimistic hypothesis. Considering this optimistic hypothesis as an illuminating virtuality of past and present time, the thesis re-assembles the history of those concepts/spaces, pursuing its contradictions. In this movement, it recapitulates its modern origins, recalling the first European public parks and gardens and the first national parks in the US. The thesis also recalls the contemporary contradictions related to such spaces, concerning the tension between the capitalization and communalization of nature, and prospects their future, developing the utopian dimension inscribed in the green and blue grid (a proposal conceived under the Macrozonning Project of the Metropolitan Region of Belo Horizonte). Thus, the dialectic utopia of this optimistic hypothesis contains both the critique of the contradictions of green spaces and protected areas and a path to overcome them. With this thesis, we intend to contribute to the development of a critical debate on those spaces/concepts and to concur to the rehabilitation of utopian thinking engaged in overcoming the obstacles that make the possible temporarily impossible.

Keywords: green spaces; protected areas; green and blue grid; utopia; Henri Lefebvre

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Áreas verdes contemporâneas.....	14
Figura 2 – Áreas protegidas contemporâneas.....	15
Figura 3 – Parque Nacional da Tijuca.....	16
Figura 4 – Representações seiscentista e contemporânea da natureza.....	22
Figura 5 – Eixo espaço-temporal proposto por Lefebvre para elucidar o processo histórico de urbanização da sociedade.....	43
Figura 6 – Utopias da forma espacial.....	62
Figura 7 – Representação de um parque de caça medieval	72
Figura 8 – Mapa do Central Park (1875).....	76
Figura 9 – Cenas contemporâneas do Central Park	77
Figura 10 – Mapa do Parque Nacional Yellowstone (1880)	79
Figura 11 – Cenas contemporâneas do Parque Nacional Yellowstone.....	80
Figura 12 – Projeto do Parque Municipal de Belo Horizonte.....	86
Figura 13 – Projeto do Paseo del Bosque	86
Figura 14 – Reduções do Parque Municipal	87
Figura 15 – Alterações no Paseo del Bosque	87
Figura 16 – Projetos de Le Corbusier	90
Figura 17 – Plano Piloto de Brasília (1990)	90
Figura 18 – Jardins como “pulmões” do Plano Piloto	92
Figura 19 – Parque da Cidade (Brasília, DF)	94
Figura 20 – Unidades de conservação do Distrito Federal (2016).....	97
Figura 21 – Mapeamento das áreas destinadas (e a destinar novamente) à proteção ambiental no Eixo Sul da RMBH.....	115
Figura 22 – Localização da APA Fazenda Capitão Eduardo	117
Figura 23 – Plano urbanístico da Operação Urbana do Isidoro.....	130
Figura 24 – Materiais de divulgação e fotos de eventos promovidos ou apoiados pela Rede Verde	136
Figura 25 – Mapa das Zonas de Interesse Metropolitano, por categoria.....	157
Quadro 1 – Descrição das zonas utilizadas para o subzoneamento das ZIMs.....	159
Figura 26 – Zoneamento geral das ZIMs.....	161
Figura 27 – <i>Slide</i> ilustrativo da Trama Verde e Azul (set. 2014)	166
Figura 28 – Conceitos da trama verde e azul	167
Figura 29 – Dimensões da trama verde e azul	167
Figura 30 – Trama verde e azul vista como base de uma relação virtuosa entre espaço construído e espaço natural.....	168
Figura 31 – Práticas agrícolas e transportes multimodais entre os objetivos da trama	168
Figura 32 – Recuperar áreas degradadas e dirimir riscos naturais entre os objetivos da trama	168
Figura 33 – Detalhamento de cada ZIM no Produto 5 (No exemplo, ZIM Nordeste).....	173

Figura 34 – Cultivo de plantas, criação de animais e comercialização de produtos agrícolas na RMBH	192
Figura 35 – Relação do tráfego de veículos com a interação social	209
Figura 36 – Relação do tráfego de veículos com a percepção da apropriação do espaço.....	209
Gráfico 1 – Variação percentual do licenciamento anual de veículos e do transporte de passageiros por ônibus no Brasil entre os anos de 1994 e 2013.....	211
Gráfico 2 – Evolução da taxa de motorização no Brasil e em nove cidades selecionadas entre os anos de 2002 e 2014.....	211
Figura 37 – Consumo do espaço e espaço de consumo - Cachoeira da Usina (Ervália, MG).....	220
Figura 38 – Praia da Estação (Belo Horizonte, Minas Gerais)	222

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

Agência RMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

AIM – Área de Interesse Metropolitano

AMAU – Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana

ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos

APA – Área de Proteção Ambiental

APE – Área de Proteção Especial

APP – Área de Preservação Permanente

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

AUÊ! – Grupo de Estudos em Agricultura Urbana da UFMG

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

BH EM CICLO – Associação dos Ciclistas Urbanos de Belo Horizonte

CDB – Convenção da Diversidade Biológica

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

CEVAE – Centro de Vivência Agroecológica

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CODAF – Competências digitais para a agricultura familiar

CRA – Cota de Reserva Ambiental

DRENURBS – Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte

ECO 92 – 2ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

EMATER-MG – Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

ETTERN – Laboratório Estado Trabalho Território e Natureza

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

LUME – Lugar de Urbanidade Metropolitana

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPUR – Observatório de Políticas Urbanas

OU – Operação Urbana

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Metropolitano

PLAMBEL – Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

PucMinas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REDD – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal

REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

RESEX – Reserva Extrativista

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RUAF – *Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security*

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

TEBB – Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade

UC – Unidade de Conservação

UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

WWF – *World Wildlife Fund*

ZIM – Zonas de Interesse Metropolitano

ZAC – Zona de Atividades Complementares

ZDA – Zona de Diversificação e Adensamento

ZDEM – Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas

ZDEM-IS – ZDEM de Interesse Social

ZDEM-MIN – ZDEM de Territórios Minerários

ZDEM-REQ – ZDEM de Requalificação

ZDEM-TVA – ZDEM de Interesse Ambiental (Trama Verde e Azul)

ZDEM-URB – ZDEM Áreas urbanas consolidadas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
O futuro das áreas verdes e áreas protegidas.....	13
A contradição fundamental: áreas não verdes e desprotegidas	20
Percurso da tese: dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul	23
CAPÍTULO 1 – Pressupostos teóricos	31
O estado da crítica sobre áreas verdes e áreas protegidas e a centralidade da obra de Henri Lefebvre para uma leitura dialética sobre esses espaços	31
O pensamento dialético	35
A urbanização completa da sociedade: florescimento do ser humano e posse do mundo	41
Assim como o espaço, a natureza é política, e sua crítica deve ser de esquerda.....	51
O otimismo militante e o pensamento utópico de base marxista.....	58
PARTE 1 – DO PRESENTE AO PASSADO.....	69
CAPÍTULO 2 – Áreas verdes, áreas protegidas e a implosão-explosão da cidade industrial	71
Origens (anti-)industriais	73
Transformações modernistas.....	85
CAPÍTULO 3 – Ascensão das preocupações internacionais com a biodiversidade e o clima	103
A biologia da conservação, as resistências ao modelo preservacionista e as contradições da política de criação de áreas verdes e áreas protegidas	108
<i>A APA Fazenda Capitão Eduardo e a complexidade das contradições relacionadas às áreas verdes e áreas protegidas.....</i>	<i>116</i>
Mudanças climáticas, mercado global de áreas protegidas e articulação internacional dos movimentos de resistência à capitalização da natureza.....	120
<i>Capitalização da natureza e planejamento estratégico “ecologizado”</i>	<i>126</i>
<i>Reações recentes à capitalização da natureza.....</i>	<i>131</i>
A comunalização da natureza	137

PARTE 2 – DO PRESENTE AO POSSÍVEL	145
CAPÍTULO 4 – Fase crítica: a trama verde e azul entre a reprodução do passado e a construção do possível	147
O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH.....	149
O Macrozoneamento da RMBH	153
A trama verde e azul.....	163
<i>Aspectos problemáticos – a trama pragmática e a reprodução de modelos conhecidos da fase ecológica do capital</i>	<i>172</i>
<i>Avanços conceituais – a trama verde e azul como exercício de utopia experimental.....</i>	<i>177</i>
CAPÍTULO 5 – Da crítica da trama verde e azul à hipótese otimista	181
A agroecologia urbana como agricultura do urbano.....	189
O corpo como escala da mobilidade do urbano	202
O urbano como o espaço da Festa	216
Da trama verde e azul à trama multicolorida	226
CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
REFERÊNCIAS.....	241

INTRODUÇÃO

O futuro das áreas verdes e áreas protegidas

No âmbito das disciplinas afetas ao planejamento da paisagem e ao desenho urbano, a expressão *área verde* diz respeito a um tipo especial dos chamados *espaços livres de edificações*. Enquanto os espaços livres de edificações são definidos como todo solo e toda água não cobertos por edifícios situados no tecido urbano e suas imediações (MAGNOLI, 2006, p. 202), o conceito de área verde se restringe aos espaços livres de edificações que têm a vegetação como principal elemento de composição, atendendo a fins de lazer, estéticos e ecológicos-ambientais (CAVALHEIRO *et al.*, 1999, p. 7). São considerados áreas verdes os parques regionais, de bairro e lineares, a praça, o cemitério, a horta comunitária, o verde viário, entre outros (LIMA *et al.*, 1994; COMMISSION FOR ARCHITECTURE AND THE BUILT ENVIRONMENT, 2009) – como se vê nos exemplos da FIG. 1.

Já a expressão *área protegida*, recorrente em acordos internacionais para a proteção da natureza e difundida nas disciplinas relacionadas à biologia e à geografia, diz respeito a uma “área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação” da natureza (BRASIL, 2000). Trata-se de um conceito genérico, que na legislação federal brasileira compreende várias modalidades de espaços destinados à proteção da biodiversidade, das paisagens e das águas, tais como as áreas de preservação permanente (APPs), previstas no Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012), as unidades de conservação (UCs) e reservas da biosfera, reguladas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 2000), e as áreas de servidão ambiental, dispostas na Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), conforme exemplificam as imagens apresentadas na FIG. 2.

Os conceitos de área verde e de área protegida se sobrepõem. Ambos remetem à ideia geral da destinação de certos espaços à natureza – seja na perspectiva de sua experiência, por meio do lazer, da contemplação e do conforto ambiental, seja na perspectiva de sua tutela, por meio da restrição de sua exploração direta pela sociedade. Na prática, algumas áreas podem atender às definições de ambos os conceitos, como os parques de significativa conotação ecológica abertos à visitação situados no tecido urbano. É o caso do Parque Nacional da Tijuca, situado no Município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) (FIG. 3).

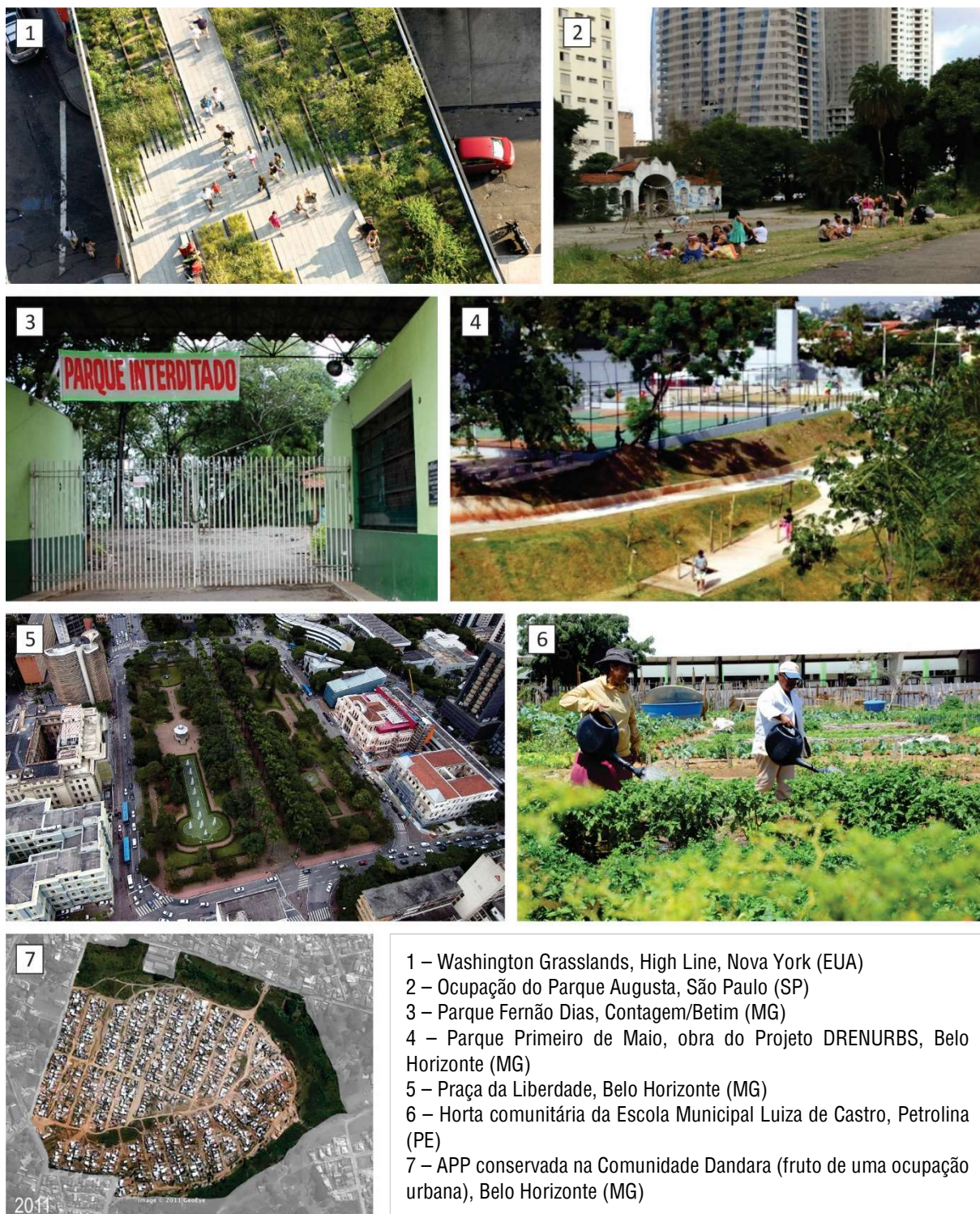


Figura 1 – Áreas verdes contemporâneas

Fontes: 1) Baan (2009); 2) Carta Capital (2015); 3) Silva e Amigos do Parque Fernão Dias (2015); 4) Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (2011); 5) Sebe (2014); 6) AM730 (2013); 7) Ana Jesus *et al.* (2011).

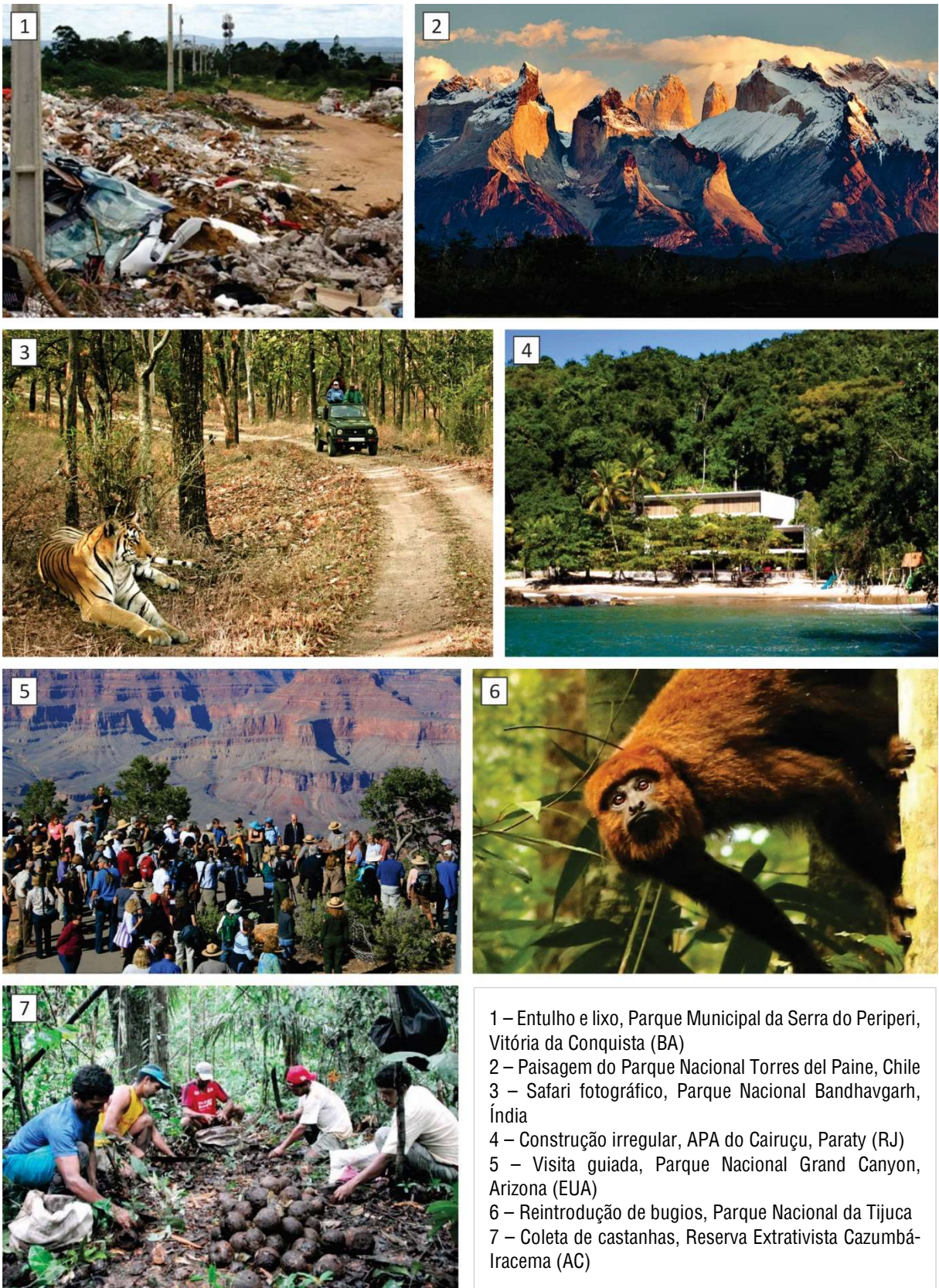


Figura 2 – Áreas protegidas contemporâneas

Fonte: 1) Silva (2014); 2) Wallpapers Wide (*online*); 3) Cityshor (2015); 4) Kon (2009); 5) Ranney (2011); 6) Genes (*online*); 7) Miranda (2009).



Figura 3 – Parque Nacional da Tijuca

1 – Logomarca do Parque Nacional da Tijuca

2 – Vista do setor da Floresta da Tijuca a partir do Mirante Excelsior

3 – Cachoeira da Cascatinha e ponte do século XIX

4 – Situação do parque (em vermelho) no tecido urbano do Município do Rio de Janeiro

Fontes: 1) Parque da Tijuca (20[-?]); 2) Terranova (20[-?]); 3) JR (2011); 4) Elaboração própria a partir de imagens do Google Earth e Brasil (2008).

Nota: As áreas conhecidas como montanhas da Tijuca e das Paineiras foram intensamente ocupadas por culturas agrícolas e fábricas até a década de 1850, quando, diante de crises relacionadas ao abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, o governo imperial promoveu a desapropriação dos terrenos e a recomposição da cobertura vegetal, envolvendo o plantio de espécies nativas e exóticas¹ (CAMARGOS, 2006). Parte da área foi objeto de projeto paisagístico, sendo embelezada com pontes, mirantes e lagos. As áreas verdes foram transformadas em área protegida (o Parque Nacional do Rio de Janeiro) em 1961, tendo sua denominação alterada para Parque Nacional da Tijuca em 1967. Entre 2004 e 2011, novas áreas foram anexadas à unidade, que passou a compreender símbolos da cidade como a estátua do Cristo Redentor, a Vista Chinesa e a Capela Mayrink. Atualmente, a unidade recebe mais de um milhão de visitantes por ano, tendo como principais atrativos as belezas naturais, as paisagens, a prática de esportes e o lazer (BRASIL, 2008; INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, *online*[b]). Tendo em vista os termos da legislação contemporânea de áreas protegidas, a administração do parque tem buscado substituir as espécies vegetais exóticas por espécies nativas, além de reintroduzir animais da fauna nativa, como o bugio, visto no item 6 da FIG. 2 (BRASIL, 2008).

Os conceitos de área verde e área protegida, no entanto, não coincidem. Um dos aspectos que os diferencia diz respeito às características da natureza no/do espaço, já que a definição de área protegida tende a excluir os tipos de áreas verdes não voltados primordialmente para a proteção dos ecossistemas nativos, como os jardins, as hortas, o verde viário etc. Outro ponto de divergência entre os conceitos reside nos limites entre cidade e campo. De um lado, a noção de área verde tende a se restringir aos perímetros urbanos dos municípios, afastando as áreas protegidas situadas no meio rural. De outro lado, a legislação de áreas protegidas tende a referir-se preferencialmente ao ambiente

¹ São consideradas espécies nativas aquelas que se encontram dentro de sua área de distribuição natural, em oposição às espécies exóticas, que se encontram fora de sua área de distribuição (SÃO PAULO, *online*).

rural, desprezando as áreas verdes do tecido urbano – como é o caso da reserva legal, aplicável apenas às propriedades rurais (BRASIL, 2012), e das categorias de UCs integrantes do grupo de proteção integral (parque nacional, monumento natural, estação ecológica, reserva biológica e refúgio de vida silvestre), cujos terrenos são considerados zona rural para efeitos legais (BRASIL, 2000, art. 49). Embora aparentemente menos expressivas que as semelhanças, essas diferenças entre os conceitos são as principais balizas da atuação do Estado na criação e na gestão desses espaços e os principais delimitadores dos enfoques dos estudos que os tomam como objeto.

Mas o que ocorreria com os limites que distinguem esses conceitos se os seres vivos do planeta se misturassem a ponto de não ser mais possível a um Estado proteger (apenas) as espécies nativas? Como ficariam as distinções entre as áreas verdes das cidades e as áreas protegidas do campo se todo o espaço se transformasse em *tecido urbano*²? Não estariam os espaços compreendidos pelos conceitos de área verde e área protegida assemelhados a ponto de os conceitos se fundirem? E acaso esses processos já não estão em curso?

Não faltam evidências para constatar que sim. No tocante às dificuldades relacionadas à preservação da biodiversidade nativa, são reconhecidas internacionalmente as necessidades de esforços estatais para regular a exploração dos ecossistemas, conter a disseminação de espécies exóticas predadoras e evitar os efeitos potencialmente adversos dos organismos biotecnologicamente modificados nos territórios nacionais³. Quanto ao advento da extensão do tecido urbano a todo o espaço – identificada e teorizada por Henri Lefebvre (1991a; 1991c; 1999; 2008b) ainda na década de 1960 –, o processo tem se tornado progressivamente mais perceptível, não só nas grandes metrópoles de países centrais, mas também nas pequenas cidades e regiões agrárias de países periféricos (BRENNER, 2014; SOJA, 2008; MONTE-MÓR, 2006c), levando pesquisadores de todos os continentes a refletir sobre os desafios da gestão de áreas protegidas face ao avanço da urbanização (TRZYNA, 2005).

² Entendido como forma e processo socioespacial que estende “as condições de produção antes restritas às cidades ao espaço regional imediato e, eventualmente, ao campo longínquo conforme as demandas da produção (e reprodução coletiva)” (MONTE-MÓR, 2006c, p. 9). Para Henri Lefebvre (1999, p. 17), o “tecido urbano” não designa “o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano”.

³ Como atestam acordos internacionais, como a Convenção da Diversidade Biológica, de 1992, e o Protocolo de Biossegurança de Cartagena, de 2003, promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), além dos trabalhos de organizações internacionais especializadas, como os do grupo de especialistas em espécies invasoras associado à União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN [sigla em inglês]) (CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY, 2015; 2016; INVASIVE SPECIES SPECIALIST GROUP, *online*).

Esses processos põem em questão o futuro dos espaços destinados à natureza – e, de forma mais ampla, os próprios rumos da *sociedade urbano-industrial*⁴.

Mantendo-se as atuais dinâmicas da produção capitalista do espaço, não seria de todo impertinente prever, numa perspectiva pessimista, um futuro cenário de redução drástica da biodiversidade mundial e de diminuição significativa da quantidade, qualidade e área total dos espaços abrangidos por áreas verdes e áreas protegidas no mundo. Num tal cenário extremista, assistir-se-ia inicialmente ao enquadramento de todas as áreas protegidas na definição de área verde e, posteriormente, à remoção de todos os impedimentos à exploração direta desses espaços – em outras palavras, à afirmação que nenhum espaço estaria destinado à experiência e à tutela da natureza –, o que corresponderia ao fim dos conceitos de áreas verdes e áreas protegidas e à homogeneização completa do espaço pelo capital. Concorrem para essa hipótese os muitos exemplos atuais de pressões do capital sobre essas áreas verdes e áreas protegidas, dentre os quais se pode destacar o malogro da promissora Iniciativa Yasuní-ITT, do governo equatoriano⁵.

Já em uma perspectiva otimista, também não seria descabido imaginar que o acirramento das tensões próprias das dinâmicas da produção capitalista do espaço possa levar ao desenvolvimento de novas formas urbanas de produzir e de viver em sociedade, baseadas em práticas propiciadoras da conservação (ou mesmo do incremento) da diversidade biológica e social e da apropriação⁶ da natureza e do espaço. Nesse cenário, para o qual poderia contribuir a disseminação de práticas agroecológicas urbanas, as áreas verdes teriam inicialmente reforçadas suas conotações ecológicas (e, de certo modo, agrárias), aproximando-se da noção de áreas protegidas. No auge do

⁴ Nesta tese, a expressão *sociedade urbano-industrial* diz respeito à sociedade contemporânea, fundada na produção industrial e marcada pelo predomínio da cidade sobre o campo. No Capítulo 1, apresento a hipótese de Lefebvre (1991c, 1999) sobre a urbanização completa da sociedade, distinguindo a era rural, a era industrial e a era urbana e caracterizando o momento presente como uma fase crítica situada entre as eras industrial e urbana. Na terminologia aqui adotada, *sociedade urbano-industrial* equivale à sociedade da fase crítica, e não à sociedade urbana (referida no citado capítulo).

⁵ Em 2007, foi descoberta uma grande jazida de petróleo na área do Parque Nacional de Yasuní, situado na Amazônia equatoriana – uma das regiões mais biodiversas do planeta, habitada por povos indígenas isolados. Como estratégia para capitalizar parte da riqueza que seria auferida pela exploração do petróleo sem comprometer a área protegida, o governo equatoriano propôs à Assembleia Geral da ONU a Iniciativa Yasuní-ITT: o compromisso de não explorar o óleo, mantendo a “floresta em pé”, desde que a comunidade internacional financiasse a iniciativa por meio do comércio de créditos de carbono. Destacado no cenário internacional como uma proposta inovadora na área ambiental, a iniciativa chegou ao fim em 2013, diante de um cenário de crise fiscal do Estado, arrecadação insuficiente com o comércio de carbono e pressões do setor petrolífero – particularmente por parte do governo chinês, um dos países mais interessados no petróleo amazônico e um dos mais importantes credores equatorianos (ECUADOR, 2012; CALIXTO, 2013).

⁶ A noção de *apropriação*, extraída por Lefebvre da obra de Marx, opõe-se à ideia de *dominação*, sendo ambas modalidades de ações dos grupos humanos sobre o meio material e natural. Enquanto a dominação implica a destruição da natureza material permitindo às sociedades substituí-la por seus produtos, a apropriação a transforma – o corpo, a vida biológica, o tempo e o espaço dados – em bens humanos. A apropriação corresponde, assim, à finalidade da vida social. “Sem a apropriação, a dominação técnica sobre a natureza tende crescentemente ao absurdo. Sem a apropriação, pode haver crescimento econômico e técnico, mas o desenvolvimento propriamente dito se mantém nulo” (LEFEBVRE, 1978a, p. 164-165, tradução minha). Volto-me ao escopo desse conceito com mais detalhe no Capítulo 1.

processo, todo o espaço se enquadraria nas definições de área protegida e área verde (embora cada fragmento do espaço expressasse a singularidade dos grupos de pessoas e ecossistemas que com eles se relacionam), o que levaria ao fim da necessidade de haver conceitos específicos para dizer respeito a espaços destinados à tutela e à experiência da natureza. Essa hipótese otimista pode ser sustentada com exemplos contemporâneos, como as experiências de agroecologia urbana documentadas em todo o mundo por instituições como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Fundação RUAF (*Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security*) (COSTA; ALMEIDA, 2012).

O futuro dos espaços destinados à tutela e à experiência da natureza se revela, assim, incerto e aberto às infinitas possibilidades contidas no espectro conformado entre as hipóteses pessimista e otimista. Em meio a essas possibilidades, porém, parece ser válida a identificação de certa tendência à fusão dos conceitos de área verdes e área protegida. Aprofundando a questão em termos dialéticos, caberia reconhecer nessa tendência o incessante movimento de conversão de áreas protegidas em áreas verdes (e vice-versa), o que sugere a existência de um *terceiro termo* que envolveria ambos, *superando-os*⁷.

As inquietações sobre o futuro de áreas verdes e áreas protegidas constituem a principal motivação da presente tese, que tem como objetivo construir uma leitura dialética⁸ e utópica acerca da história dos espaços dedicados à proteção e à experiência da natureza pela sociedade urbano-industrial. Particularmente interessada em contribuir com a realização da hipótese otimista, busco *re-montar*⁹ a história da produção desses espaços – desde o seu nascedouro, no século XVIII, até seu futuro, em aberto –, identificando suas contradições e discutindo os indícios contemporâneos desse futuro de apropriação da natureza e do espaço.

Não almejo, com esse propósito, ignorar a realidade e a potência da hipótese pessimista. Ao contrário, proponho identificar e compreender em profundidade as contradições de seu conteúdo, de modo a reconhecer caminhos capazes de levar à sua superação, conformando a hipótese otimista. Desse modo, embora a hipótese otimista figure no primeiro plano desta tese – o que se deve a um

⁷ No Capítulo 1, apresento os elementos do pensamento dialético, entre os quais as noções de *terceiro termo* e superação.

⁸ Em sintonia com os pressupostos teóricos, filosóficos e políticos que apresento no Capítulo 1, com a expressão *leitura dialética* refiro-me à interpretação da realidade a partir do pensamento dialético, o que envolve tanto compreender que passado, presente e futuro são momentos de um movimento histórico, como reconhecer que esse movimento se engendra a partir de contradições, cujo acirramento enseja a superação no sentido de um novo nível de desenvolvimento (da realidade e do pensamento) (LEFEBVRE, 1991a; 1991b).

⁹ *Remontar* aqui tem o sentido de *montar novamente* as “peças” (momentos) da história – a partir de uma determinada perspectiva e com um objetivo definido – e não apenas remeter a fatos históricos.

posicionamento teórico-político que vê na utopia um meio para conceber e construir a mudança social –, as duas hipóteses estão sempre presentes, seja em sua positividade, seja em sua negatividade.

Para remontar a história da produção das áreas verdes e áreas protegidas pela sociedade urbano-industrial, proponho partir daquela que considero a contradição fundamental relacionada a esses espaços: o fato de que áreas verdes e as áreas protegidas são fragmentos minoritários do espaço global, partes de um todo formado mais por áreas *não* verdes que por áreas verdes, mais por áreas *des*protegidas que por áreas protegidas, e que a relação entre esses espaços é de contínua tensão. Da forma como encaminho a compreensão do tema, o desfecho do futuro das áreas verdes e áreas protegidas – e da sociedade urbano-industrial como um todo – reside no modo como essa contradição será superada. Avancemos nessa reflexão.

A contradição fundamental: áreas não verdes e desprotegidas

Em outras oportunidades, afirmei que a ação que destina um espaço à proteção ou à experiência da natureza opera, simultaneamente, destinando todo o entorno dessa área à exploração nos moldes vigentes, sem transformar as bases das relações entre seres humanos e deles com a natureza. Defendi, ainda, que sem uma transformação desse tipo, a regra para a relação com a natureza tende a permanecer a da dominação/espoliação – que perpetua a ameaça à natureza e faz suscitar novas demandas por áreas verdes e áreas protegidas (EUCLYDES, 2012; 2014). Com a presente tese, pretendo demonstrar que esse posicionamento capta apenas parte – a hipótese pessimista – de um processo complexo e aberto a mais possibilidades, e que seria igualmente razoável admitir, no escopo da hipótese otimista, que a presença (ou a ausência, expressa em mobilização pela criação) de áreas verdes e áreas protegidas possa vir a contribuir para a transformação das relações que os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza. Para além das perspectivas de futuro envolvidas nesses posicionamentos, é preciso reconhecer a relação de tensão entre as áreas verdes e não verdes e entre áreas protegidas e desprotegidas que subjaz a existência dessas construções sociais.

Essa tensão pode ser compreendida como uma expressão espacial das contradições inerentes ao conceito de natureza que carrega a sociedade moderna¹⁰. Trata-se de um conceito que vem, desde o período clássico grego, afirmando-se no mundo ocidental como aquilo que se opõe à razão/cultura – esta entendida como algo superior, que conseguiu controlar e dominar a natureza (a

¹⁰ O debate sobre o conceito de natureza e a oposição natureza-cultura é basilar à filosofia, mas não é, em si, o objeto desta pesquisa. Para a presente reflexão, valho-me de contribuições de autores que se debruçaram sobre esse debate filosófico/epistemológico, como Henri Lefebvre (1991b), Wolfgang Sachs (1992), Boaventura de Sousa Santos (1995), David Harvey (1996), Carlos Porto-Gonçalves (2006) e Keith Thomas (2010).

inconstância, o imprevisível, o instinto, as pulsões, as paixões). O entendimento dessa oposição não afasta a consciência de que os homens são também animais (e, portanto, natureza), mas justifica a existência de leis (e do Estado) para evitar que retornem ao mundo animal – “onde reina o caos ou, no máximo, a ‘lei da selva’, onde todos lutam contra todos” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 26).

A instituição de um espaço dedicado à natureza pode ser entendida, nesse contexto, como uma forma de demarcação dos limites espaciais da separação sociedade-natureza. A criação de uma área verde destinada ao lazer na cidade, por exemplo, reflete e fortalece o entendimento da natureza como objeto domesticado, meio do qual o ser humano se encontra emancipado, o que se ilustra tanto na forma dos jardins de aspecto selvagem, que recriam ambientes pouco alterados pela sociedade, quanto nos jardins geométricos, de flores e canteiros cuidadosamente aparados, enaltecendo a habilidade humana de manipulação das espécies e paisagens. Na mesma linha, a existência de uma área protegida demanda a aceitação (ao mesmo tempo em que fortalece a noção) de que certos espaços possam ser afastados da história, o que tanto reforça o entendimento da natureza como objeto-máquina¹¹, fazendo supor que os processos da natureza sejam sempre previsíveis e respeitem limites políticos, quanto sugere que a remoção (pelo Estado) da presença humana desses espaços possa fazer cessar a dominação a que a natureza é submetida – correspondendo, ironicamente, ao afastamento da natureza da “lei da selva” humana.

O mesmo conceito de natureza sustenta a aceitação da existência de diferenças hierárquicas na própria natureza – necessária para justificar a salvaguarda de determinados elementos em detrimento de outros, como da flora (de pouca mobilidade) em detrimento da fauna (em constante movimento), de feições geológicas monumentais em detrimento das menos marcantes, de paisagens exóticas em detrimento das consideradas ordinárias, de florestas em detrimento de mangues... Tal hierarquia é estabelecida pelo Estado – detentor do monopólio da violência simbólica legítima –, que se insere na luta pela apropriação simbólica da base material da sociedade distinguindo uma *natureza a preservar*, cujos atributos ecológicos relevantes mereceriam ser afastados da ação humana, de uma *natureza ordinária*, aberta aos diversos apetites econômicos (FABIANI, 1989 *apud* ACSELRAD, 2004).

¹¹ Boaventura de Sousa Santos aborda criticamente a ideia do mundo-máquina ao refletir sobre a racionalidade instrumental (fundada na lógica formal) subjacente à ciência moderna, que toma a natureza como passiva, eterna e reversível – um mecanismo cujos elementos podem ser desmontados e depois relacionados sob a forma de leis. Como sugere o autor, a ideia do mundo-máquina se tornou, no plano epistemológico, “o horizonte certo de uma forma de conhecimento que se pretende utilitário e funcional, reconhecido menos pela capacidade de compreender profundamente o real do que pela capacidade de o dominar e transformar” (SANTOS, 1995, p. 17). Consolida-se, com esse ideário, um modelo de racionalidade que nega à natureza a imprevisibilidade, a história, a relatividade, a espontaneidade, a auto-organização, a irreversibilidade, a desordem, a criatividade e o acidente.

O Estado, suas leis e suas violências (física e simbólica) se revelam, assim, centrais ao conceito de natureza e ao ideário que subjaz à existência de áreas verdes e áreas protegidas. Pode-se atribuir a essas relações de poder a presença, nos termos que compõem denominações *área protegida* e *área verde*, de vocábulos relacionados a instrumentos de controle e a representações bidimensionais do espaço.

O termo “protegida”, por exemplo, sugere um objeto submetido a ações de proteção, o que, por sua vez, remete à existência de um sujeito (dominante) que exerce a proteção de certa coisa ou pessoa com relação a algo ou alguém. Na mesma linha, o vocábulo “área” remete à representação bidimensional – na forma de polígonos traçados em desenhos, projetos e mapas – de espaços (tridimensionais). Trata-se de representações próprias de atores, como o Estado e a ciência, que lidam com o espaço não na escala do corpo, mas em escalas regionais, como a dos municípios, dos países, dos biomas. Complementa a representação bidimensional do espaço a referência ao “verde”, cor que tradicionalmente representa as plantas e, por extensão, a natureza domesticada, que é empregada no preenchimento dos polígonos desses mapas para expressar a presença da vegetação e estabelecer contraste com as tonalidades acinzentadas das cidades e suas construções.

A FIG. 4 permite avaliar as transformações na percepção ocidental da dominação humana sobre a natureza ao longo dos últimos cinco séculos, explicitando o caráter residual, domesticado e abstrato atribuído à natureza na representação de nossos dias.

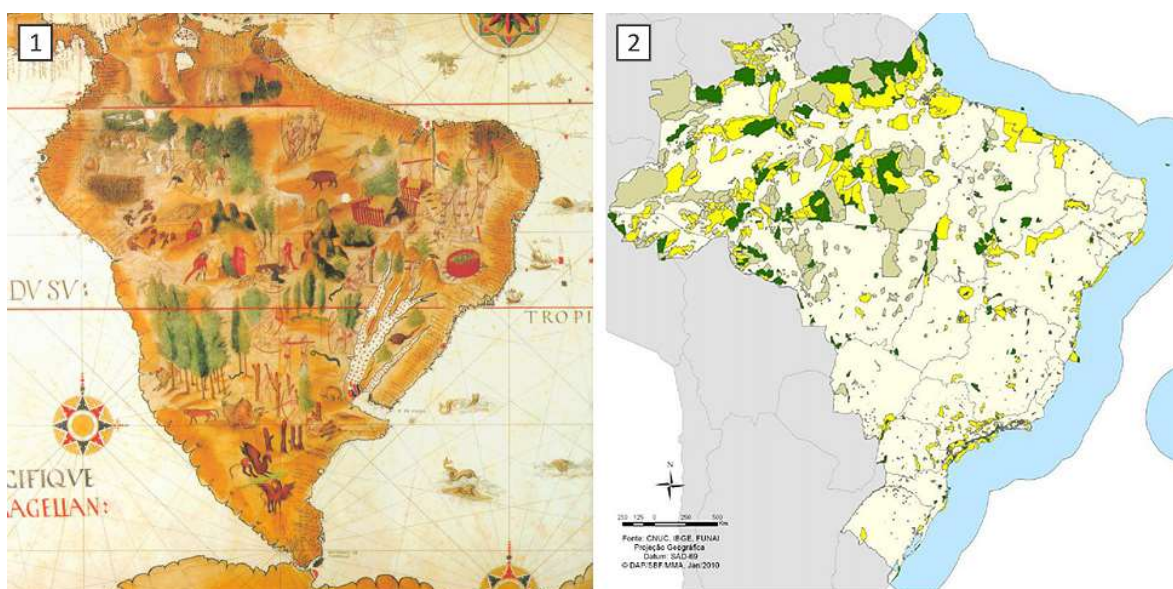


Figura 4 – Representações seiscentista e contemporânea da natureza

Fonte: Pierre Descelliers (1546); Brasil (2010).

Nota: O Mapa da América do Sul, à esquerda, confeccionado em 1546, ilustra cenas da vida indígena, flora e fauna (note-se as representações de monstros dos mares a sudeste e dragões ao sul do continente). O mapa do Brasil, à direita, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (2010), identifica as unidades de conservação (em verde e em amarelo) e as terras indígenas brasileiras (em bege escuro).

Apesar do que sinaliza essa representação contemporânea, em países capitalistas periféricos como o Brasil, nos dias atuais, na escala do corpo e na perspectiva do espaço percebido e vivido¹² as áreas verdes e as áreas protegidas muitas vezes têm limites pouco precisos, não são necessariamente verdes e tampouco se apresentam efetivamente mais protegidas que os espaços que as circundam. Apesar da relevância das relações de poder relacionadas à existência desses espaços, não faltam contradições entre os propósitos almejados com suas criações e as práticas espaciais que neles tomam lugar.

Mais que objetos materiais, áreas verdes e áreas protegidas são construções sociais, desenvolvidas a partir de uma perspectiva abstrata do espaço, que carregam em si as contradições de um conceito de natureza que pressupõe relações de dominação dos seres humanos entre si e deles com a natureza. Se há, portanto, um cenário otimista para os espaços abrangidos por essas construções sociais, ele deve compreender o desenvolvimento de outros tipos de relações entre os seres humanos, e deles com o espaço e com a natureza. Em outras palavras, o futuro só pode ser otimista para as áreas verdes e áreas protegidas se assim o for para as áreas não verdes e áreas desprotegidas – o que revela a pertinência da discussão sobre os rumos da sociedade urbano-industrial.

Percurso da tese: dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul

Como reflexão crítica e prospectiva, a leitura dialética e utópica dos espaços dedicados à proteção e à experiência da natureza pela sociedade urbano-industrial demanda, para além dos procedimentos lógicos clássicos de dedução (movimento do pensamento que vai da regra geral ao fato específico) e indução (movimento que vai de fatos específicos à conclusão geral), o procedimento da *transdução*: “operação do pensamento sobre/para um *objeto virtual* a fim de construí-lo e realizá-lo” (LEFEBVRE, 1991b, p. 15, grifos do autor). Como precisa Lefebvre (2008b, p. 109-110), a transdução elabora e constrói um objeto teórico possível a partir de uma problemática levantada pela realidade, para o que demanda uma realimentação incessante entre as observações empíricas e o contexto conceitual utilizado. O filósofo defende que a transdução permite introduzir “o

¹² Lefebvre (1991c, p. 41-42) compreende o espaço em três dimensões: o *concebido*, ligado à ordem imposta pelas relações de produção, abrangendo as representações do espaço (como os mapas e projetos, que permitem elaborações teóricas sobre as práticas espaciais) próprias de atores com posições privilegiadas de poder na sociedade; o *percebido*, compreendendo a leitura do mundo exterior a partir do uso do corpo e as práticas espaciais que resultam na produção (e, dialeticamente, da dominação e da apropriação do espaço); e o *vivido*, abarcando o espaço fluido e relacional próprio dos usuários, que a ele atribuem imaginário e simbolismos a partir de suas histórias individuais e de seu grupo social, conformando os lugares da “paixão e da ação”, como a casa, a cama, a praça e o cemitério (EUCLYDES, 2012).

rigor na invenção e o conhecimento na utopia”, e destaca a *utopia experimental* como mais um procedimento lógico relevante para a reflexão sobre o futuro (LEFEBVRE, 2008b, p. 110).

Nesta tese, o conceito de transdução está fortemente associado à noção de utopia, não apenas a adotada por Lefebvre, que se afirma amante da utopia ao pressupor o possível como parte do real e enfatizar a apropriação como fim da sociedade industrial, mas também de outros teóricos marxistas, como Ernst Bloch (2005), que identifica no marxismo a única utopia engajada na superação dialética da dominação exercida pelo capitalismo no sentido da construção de uma sociedade mais justa, e David Harvey (2009), que enfatiza a necessidade de que a imaginação sobre o futuro possível tenha sempre em conta as peculiaridades da situação presente, imersa e limitada por ambientes institucionais e espaços construídos produzidos nos moldes do capital. A transdução, nessa perspectiva, aproxima-se do esforço imaginativo, pautado nas condições sociais, históricas e geográficas atuais, de conceber e construir esse futuro possível pautado na apropriação.

Os procedimentos lógicos de dedução, indução e transdução estão presentes, revelando suas relatividades, na definição do principal recorte espacial desta tese, na delimitação de seu objeto de pesquisa e em seu percurso teórico.

Ao buscar compreender o ideário das áreas verdes e áreas protegidas produzidas pela sociedade industrial, volto-me, inicialmente, para parques estadunidenses do século XIX que se tornaram referências mundiais para o planejamento urbano e para as políticas de áreas verdes e áreas protegidas: o Central Park (Nova York) e o Parque Nacional Yellowstone. Deduzo, assim, que esses espaços influenciaram o universo das áreas verdes e áreas protegidas que os sucederam.

No entanto, apreendo mais consistentemente os conteúdos desses espaços (suas relações e contradições) a partir de fatos específicos relacionados às áreas verdes e áreas protegidas brasileiras, sobretudo àquelas situadas na metrópole que se conforma em torno da capital do Estado de Minas Gerais (Brasil): a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), onde vivo, realizo minha pesquisa e presto consultoria legislativa nas áreas de meio ambiente e avaliação de políticas públicas. Meu olhar, portanto, tem origem em uma centralidade urbana em processo de expansão e se dirige para as áreas verdes e áreas protegidas próximas e distantes. Trata-se de um olhar eminentemente urbano, direcionado do centro (regional) para a periferia¹³.

¹³ Para situar mais precisamente a singularidade desse olhar, facilitando ao leitor a identificação de pontos cegos, caberia acrescentar que se trata de um olhar de uma mulher jovem, brasileira, branca, de classe média, que teve (o privilegiado) acesso à educação em instituições públicas de qualidade do ensino médio ao doutorado e que é servidora efetiva dos quadros do Poder Legislativo Estadual.

Já à escala global, esse olhar pode ser considerado, de certo modo, periférico, dirigindo-se ao mundo a partir do Brasil, país cuja posição no capitalismo globalizado favorece potenciais de ganhos imediatos e de formação de valor a partir da subordinação da natureza e da vida à acumulação (POLANYI, 2011 *apud* MONTE-MÓR, 2015), onde as tensões entre a proteção e a espoliação da natureza tendem a ser evidentes¹⁴. Trata-se de um olhar crítico, que reconhece nas contradições das políticas ambiental e urbana brasileiras as consequências das contradições dessas políticas em âmbito global – e permite induzir que as contradições constatadas em espaços da RMBH e do Brasil possam ser, em alguma medida, verificáveis no universo dos espaços semelhantes situados em outros países capitalistas.

A partir dessas contradições, e reconhecendo as limitações desses movimentos de dedução e indução, esboço o movimento da transdução. Amparada pela obra de Lefebvre (1991a; 1991b; 1999), aproprio-me do conceito do *urbano*¹⁵, entendendo-o como o terceiro termo, a virtualidade possível que ilumina a história da sociedade urbano-industrial e, conseqüentemente, a história das áreas verdes e áreas protegidas, superando-as no sentido da hipótese otimista. Na esteira de Lefebvre, Bloch (2005) e Harvey (2009), compreendo esse conceito como uma utopia, para cuja construção contribuo com o esforço de identificar e discutir os potenciais de apropriação da natureza presentes nas contradições inerentes às áreas verdes, áreas protegidas e à proposta da trama verde e azul (que apresento adiante).

Em termos metodológicos, o escopo desta tese se relaciona ao que David Wang (2002) define como *argumentação lógica*: a estratégia de pesquisa que busca conferir ordem lógica a um conjunto de fatores anteriormente díspares, desconhecidos ou pouco apreciados de forma relevante. Para além da noção geral de que todas as pesquisas devem ter coerência lógica, a argumentação lógica procura situar uma questão definida num quadro sistêmico – seja com fins utilitários, como no estabelecimento de regras para o desenho arquitetônico, seja com sentido explicativo, como na identificação de princípios para o planejamento urbano –, de modo que o quadro proposto se conecte a outros sistemas que, como um todo, compreendam o universo de maneira lógica. Assim, diferentemente das estratégias de pesquisa que têm no quadro lógico o meio para alcançar seus resultados, a argumentação lógica tem como resultado um sistema teórico.

¹⁴ Talvez seja possível afirmar, inclusive, que essa posição no capitalismo global torne os países periféricos espaços excepcionais para a identificação (e para o acirramento e a superação?) dessas tensões.

¹⁵ O conceito, que apresento no Capítulo 1, remete ao futuro possível da sociedade contemporânea em que o tecido urbano alcança o espaço como um todo, potencializando a transformação das formas de produzir e viver em sociedade no sentido da apropriação da natureza e do espaço.

Desenvolvendo essa acepção, caberia definir a estratégia de pesquisa adotada na presente tese como uma argumentação lógica de base dialética. Trata-se de um exercício de aproximar objetos díspares – áreas verdes e áreas protegidas; áreas verdes e áreas não verdes; áreas protegidas e áreas desprotegidas – a partir dos fundamentos do pensamento dialético (LEFEBVRE, 1991b) e utópico (LEFEBVRE, 1991a; 1991c; 1999; 2008b; BLOCH, 2005; HARVEY, 2009) e de construções teóricas de base dialética sobre a produção do espaço, com vistas a construir uma forma dialética de compreendê-las, contribuindo para o esforço mais amplo de desenvolver (e realizar) a hipótese otimista do futuro da sociedade urbano-industrial.

Para iniciar a construção dessa argumentação, busco, no Capítulo 1, situar o leitor com relação ao estado da literatura crítica concernida das discussões sobre áreas verdes e áreas protegidas. A partir dessa literatura, que julgo alcançar apenas precariamente a inserção desses espaços na urbanização contemporânea, posiciono-me teórica e politicamente, apresentando os principais fundamentos teóricos e filosóficos sobre os quais construo esta tese, que são: o pensamento dialético, a hipótese da urbanização completa da sociedade, a perspectiva da crítica política do espaço e da natureza e o pensamento utópico de base marxista.

Nos capítulos seguintes, que agrupo segundo os momentos da narrativa que pretendo construir, remonto a história das áreas verdes e áreas protegidas. Desse modo, na Parte 1, que compreende os Capítulos 2 e 3, remonto a trajetória das áreas verdes e áreas protegidas de suas origens, no século XVIII, até os dias atuais – olhando do presente em direção ao passado. Já na Parte 2, composta pelos Capítulos 4 e 5, a leitura parte do presente em direção ao virtual, fundando-se na crítica de uma proposta contemporânea que sinaliza um futuro possível para as áreas verdes e áreas protegidas¹⁶.

Assim, no Capítulo 2, a partir de autores como Keith Thomas (2010) e Regina Camargos (2006), remonto as origens comuns de áreas verdes e áreas protegidas, explicitando o contexto de sua concepção pela sociedade urbano-industrial. Na Seção *Origens (anti-)industriais*, percorro as transformações conceituais da relação sociedade-natureza entre os séculos XVIII e XIX, avaliando seus reflexos nas concepções modernas de áreas verdes e áreas protegidas, as quais exemplifico

¹⁶ Em seu conjunto, a narrativa desta tese reflete os movimentos do pensamento de Lefebvre nas obras aqui consideradas (1991a; 1991b; 1991c; 1999; 2008b). Em um primeiro momento, que envolve esta Introdução, o Capítulo 1 e a primeira seção do Capítulo 2, realiza-se um movimento *regressivo* do conhecimento histórico, que vai do virtual (hipótese otimista) ao atual (sociedade urbano-industrial) e do atual ao passado (emergência da sociedade industrial). Em um segundo momento, passa-se a um movimento *progressivo*, do passado ao presente, na Parte 1, e do presente ao possível, na Parte 2. Não há, aqui, rigor com os momentos *descritivo*, *analítico-regressivo* e *histórico-genético* frequentemente considerados pilares de um *método regressivo-progressivo* (ORTIZOGA, 2010). Há, sim, aderência ao pensamento de Lefebvre, que combina, de forma dialética, questões sociológicas, históricas e geográficas.

com os casos icônicos do Central Park e do Parque Nacional Yellowstone. Na sequência, na Seção *Transformações modernistas*, avalio os reflexos da adoção desses conceitos no Brasil, destacando o exemplo do Parque Municipal de Belo Horizonte, do fim do século XIX, além de remontar as transformações desse ideário em face do urbanismo modernista da primeira metade do século XX, com o exemplo das áreas verdes e áreas protegidas do Plano Piloto de Brasília – que problematizo a partir de autores como James Holston (2010) e Jane Jacobs (2009).

Já no Capítulo 3, percorro as transformações dos objetivos desses espaços a partir dos anos 1960-1970, quando o foco internacional da proteção da natureza se desloca do turismo e da fruição para a proteção da biodiversidade e para a mitigação das mudanças climáticas. Avaliando a política brasileira relacionada às áreas verdes e às áreas protegidas das últimas décadas, enfatizo sua associação aos instrumentos econômicos de gestão ambiental, envolvendo a criação desses espaços para compensar os impactos ambientais de empreendimentos potencialmente poluidores e para lastrear mecanismos financeiros de comércio de créditos de carbono (em nível global) e de transferências do direito de construir (no interior dos municípios e regiões metropolitanas).

Além de situar essas transformações em face dos diferentes momentos do modo de produção capitalista ao longo do século XX – a partir de David Harvey (2002), James O'Connor (1988), Martin O'Connor (1993) e Arturo Escobar (1996) –, procuro demonstrar as tensões dialéticas existentes entre as práticas autoritárias promovidas pelo Estado na criação de áreas verdes e áreas protegidas e os movimentos de resistência e de proposição de formas alternativas de proteção da natureza, pautadas na diversidade de saberes e na defesa dos espaços públicos e bens comuns. Para tanto, valho-me das contribuições de autores como Antonio Diegues (2000; 2001) e Mark Dowie (2006), sobre as formas autoritárias de criação de áreas protegidas no mundo e sobre a construção do campo da ecologia social/etnoconservação; de meus estudos críticos recentes sobre a política ambiental brasileira e a inserção das áreas verdes e áreas protegidas da RMBH nas dinâmicas da produção capitalista do espaço (EUCLYDES, 2012; 2014); e de manifestos e relatos contemporâneos sobre a resistência de povos e comunidades tradicionais aos processos de capitalização da natureza e sobre o engajamento político de grupos sociais em prol da criação ou da manutenção de áreas verdes e áreas protegidas (ALCOREZA, 2010; ACOSTA, 2012; O PARQUE, 2013; ROLNIK, 2013; COELHO-DE-SOUZA, 2015; REDE VERDE BH, *online*).

A partir dessa contextualização crítica sobre o estado atual da inserção das áreas verdes e áreas protegidas na urbanização contemporânea, passo a refletir mais diretamente sobre o futuro desses espaços, tendo como norte a hipótese otimista. Para tanto, nos Capítulos 4 e 5, volto minhas atenções para a *trama verde e azul* – uma proposta formulada no recente processo participativo de

elaboração do planejamento metropolitano da RMBH que avança a possibilidade da reestruturação do espaço metropolitano a partir de uma rede de espaços que envolve áreas verdes, áreas protegidas, estrutura viária, produção em bases agroecológicas, manifestações culturais e lazer.

Assim, no Capítulo 4, contextualizo a proposta da trama verde e azul no âmbito dessa experiência planejamento, considerada inovadora, entre outros motivos, por compatibilizar a participação da sociedade civil com a mediação de uma equipe técnica multidisciplinar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para tanto, recorro a artigos de Roberto Monte-Mór (2012) e Heloisa Costa (2012) – responsáveis, respectivamente, pela coordenação-geral e pela coordenação territorial do Plano Diretor de Desenvolvimento Metropolitano (PDDI) – sobre essa experiência universitária de planejamento. Recorro também a documentos oficiais produzidos no PDDI e no Macrozoneamento da RMBH (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2010a; 2010b; UFMG, 2014a; 2014b; 2014c; 2014d; 2015a; 201[6]) e a entrevistas com três assistentes de pesquisa envolvidos na elaboração do Macrozoneamento. Avaliando os pressupostos teóricos, os relatos e os produtos desses processos, aproximo essa experiência de planejamento metropolitano da noção de utopia experimental.

A partir dessa contextualização, volto-me para a crítica da trama verde e azul, identificando diferentes entendimentos sobre a proposta nos documentos oficiais resultantes do processo. Distingo duas principais versões da proposta: a *trama pragmática*, que avança pouco além da expansão, para o território metropolitano, de políticas relacionadas às áreas verdes, às áreas protegidas e às águas; e a *trama utópica*, que procura fortalecer práticas emancipatórias e transformadoras na relação cidade-natureza. Não ignoro, nessa avaliação, as contradições próprias desse processo de planejamento metropolitano, nem me esquivo da elucidação dos limites e avanços da proposta da trama verde e azul enquanto instrumento de planejamento urbano e ambiental.

Com base nessa crítica, no Capítulo 5 realizo meu exercício mais concreto de transdução, buscando desenvolver a proposta da trama verde e azul no sentido da hipótese otimista. Com esse propósito, volto-me às áreas não verdes e desprotegidas, buscando expandir/radicalizar a proposta a partir de três de suas dimensões temáticas – a agricultura urbana, a mobilidade urbana e o lazer. Em seções específicas, avalio como cada um desses temas é abordado nos cinco produtos do Macrozoneamento, identificando pontos problemáticos e elementos potencialmente transformadores, e busco desenvolver esses potenciais com o suporte de autores críticos. Entre esses autores estão: Maura Coutinho, Heloisa Costa, Daniela Almeida (COUTINHO; COSTA, 2011; COSTA; ALMEIDA, 2012; ALMEIDA, 2015) e Nathan McClintock (2014), na temática da agricultura

urbana; Henri Lefebvre (1991a), André Gorz (1980; 2005) e Ivan Illich (2005) no tema da mobilidade urbana; e Lefebvre (1991a; 1991c) e Marcos Felipe Sudré (2010) na reflexão sobre o lazer.

Ao final desse movimento, nas Considerações Finais, procuro reunir os principais apontamentos e dificuldades encontradas nesta leitura dialética e utópica dos espaços dedicados à proteção e à experiência da natureza pela sociedade urbano-industrial. Procuro, ainda, imaginar como será um olhar retrospectivo, do futuro urbano em direção ao passado e ao atual presente, sobre história das áreas verdes e áreas protegidas aqui remontada.

Com esta tese, busco contribuir para o desenvolvimento da reflexão crítica sobre áreas verdes e áreas protegidas, tanto em âmbito acadêmico, em campos como o da arquitetura e do urbanismo, da geografia e das ciências socioambientais, quanto na esfera política, subsidiando a formulação e a problematização das políticas públicas relacionadas a esses espaços. Espero, ainda, concorrer para a reabilitação do pensamento utópico e para a crítica da vida cotidiana – que, como defende Lefebvre (1999, p. 129), procura indicar a “emergência e a urgência de uma prática social nova, que não mais será a da ‘sociedade industrial’, mas a da sociedade urbana”.

CAPÍTULO 1 – Pressupostos teóricos

O estado da crítica sobre áreas verdes e áreas protegidas e a centralidade da obra de Henri Lefebvre para uma leitura dialética sobre esses espaços

No meio acadêmico, áreas verdes e áreas protegidas são objetos de estudo recorrentes, seja na perspectiva do manejo e da conservação da biodiversidade, como nos campos da biologia, da ecologia e da engenharia florestal, seja naqueles afetos às relações estabelecidas pela sociedade com esses espaços, como na antropologia, na geografia, na arquitetura e no urbanismo. No entanto, a literatura crítica sobre o assunto ainda é pouco desenvolvida¹⁷. Caberia afirmar, com algum grau de generalização, que os trabalhos críticos existentes sobre esses espaços se voltam mais para os conflitos decorrentes de sua instalação/manutenção que para sua inserção na urbanização contemporânea – e menos ainda para a problematização de sua existência e seu sentido, como proponho com esta tese.

No que se refere à literatura concernida desses conflitos ambientais – entendidos, a partir de Henri Acselrad (2004, p. 26), como aqueles nos quais um grupo social tem ameaçada a continuidade de suas formas sociais de apropriação do território em razão de impactos indesejáveis (transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos) das práticas de outro grupo social –, verifica-se um grande conjunto de estudos de caso e alguns esforços de sistematização. Exemplificam esses estudos de caso trabalhos como o de Márcia Nunes (2003), sobre os moradores tradicionais atingidos pela Estação Ecológica Juréia-Itains, no Estado de São Paulo, e o de Fernanda Monteiro (2011), sobre os apanhadores de flores afetados pela criação do Parque Nacional das Sempre-Vivas, em Minas Gerais. Já entre os esforços de sistematização, cabe mencionar o trabalho do Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (GESTA-UFMG/NINJA-UFSJ/NIISA-UNIMONTES, *online*), que identifica conflitos entre comunidades e unidades de conservação no estado, além de pesquisas como a de Melissa Vivacqua e Paulo Vieira (2005) e a de Daquinete Brito (2008), que procuram avançar na compreensão das especificidades dos conflitos ambientais envolvendo unidades de conservação.

¹⁷ Considero como literatura crítica os estudos que discutem questões ligadas às áreas verdes e áreas protegidas sem tomá-las *a priori* como espaços socialmente neutros e intrinsecamente positivos. Não cabem nessa definição, portanto, os debates sobre as características, formas, dimensões, sistemas ou parâmetros quantitativos de áreas verdes e áreas protegidas desejáveis para determinada população ou território, nem estimativas sobre o valor econômico desses espaços. Do mesmo modo, embora possa mencioná-los de forma ilustrativa no decorrer da tese, não estão compreendidos por esse entendimento de literatura crítica os estudos sobre as dificuldades de gestão de áreas verdes e áreas protegidas. Parece-me desnecessário explicitar que o universo bibliográfico a que me refiro nesta seção circunscreve o meu mapeamento (e minhas deficiências de mapeamento) da bibliografia sobre os temas aqui considerados. Mas julgo pertinente esclarecer que esse mapeamento se limita à literatura escrita em português, espanhol e inglês – o que pode significar a omissão de referências relevantes escritas em outros idiomas.

Entre as principais referências para esses estudos estão autores aderidos à *ecologia política*¹⁸, como Acselrad (2004; 2010), Joan Martínez-Alier (2007) e Enrique Leff (2004), que refletem sobre os custos sociais e ambientais da reprodução do sistema capitalista.

No que toca especificamente à problematização dos custos sociais das áreas protegidas, são referências importantes os trabalhos do antropólogo colombiano Arturo Escobar (1996), que denuncia a incorporação das áreas protegidas no discurso relacionado ao desenvolvimento sustentável que legitima a sujeição de grupos sociais e ecossistemas à lógica da produção capitalista, e do sociólogo brasileiro Antonio Carlos Diegues (2000, 2001), que sistematiza a crítica ao modelo internacional de áreas protegidas de proteção integral e reflete sobre a violência da implantação desses instrumentos para os povos e comunidades tradicionais¹⁹. Nota-se, entre esses autores, porém, certa tendência de privilegiar os estudos sobre os povos e comunidades rurais.

De fato, como confirmam as buscas em bancos de periódicos acadêmicos, o volume de estudos sobre os conflitos sociais e ambientais relacionados às áreas protegidas rurais não se compara ao dos direcionados às áreas verdes e áreas protegidas situadas nas zonas urbanas. Além de existirem em menor número, os estudos voltados para as áreas urbanas tendem a se relacionar menos com a literatura da ecologia política – embora a emergência do campo da *ecologia política da urbanização* (COSTA, 2015), nas últimas décadas, acene para a mudanças nesse cenário.

Nos campos da geografia urbana, da arquitetura e do urbanismo, a crítica das áreas verdes e áreas protegidas tem pouca centralidade. Parece ser possível afirmar que, quando os estudos desses campos abordam esses espaços, a crítica tende a focalizar questões como a moradia em áreas de interesse ou de risco ambiental, a valorização imobiliária associada à publicidade de empreendimentos dotados de áreas verdes, o empreendedorismo urbano de gestores públicos em

¹⁸ A ecologia política estuda os conflitos pela reapropriação da natureza e da cultura nos campos onde a natureza e a cultura resistem a serem absorvidas em termos de valor de mercado, transcendendo o estudo dos conflitos ecológicos distributivos no sentido da construção de uma política pelo direito à diferença cultural (LEFF, 2004). A ecologia política tem sua origem relacionada a estudos de caso realizados por geógrafos e antropólogos, convergindo com a economia política em vários aspectos.

¹⁹ Por povos e comunidades tradicionais refiro-me aos “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007). Como aponta Arruda (1999, p. 79-80), a classificação de um grupo como *tradicional* está relacionada a formas de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, “com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável”. Segundo definição do Ministério da Justiça e Cidadania (BRASIL, *online*[a]), entre os povos e comunidades tradicionais do Brasil figuram “quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros”. Para a crítica das classificações antropológicas dessa natureza, ver, por exemplo, Viveiros de Castro (2006).

razão da criação desses espaços ou a segregação socioespacial decorrente de sua criação, com pouca evidência ou problematização sobre as contradições inerentes a esses espaços.

São exemplos das abordagens sobre as moradias em áreas verdes e áreas protegidas os trabalhos de Maria Lucia Martins (2006; 2011) e Ermínia Maricato (2000), que reconhecem a ocupação desses espaços como (falta de) opção de habitação popular, e aqueles que, como Mariana Fix (2004), Rose Compans (2011) e Margarete Silva (2013), denunciam o emprego (oportuno) da legislação ambiental como argumento para a remoção de ocupações populares irregulares. Já as reflexões sobre valorização imobiliária, empreendedorismo urbano e segregação socioespacial podem ser exemplificadas pelo trabalho de Marcos Gomes (2013), que avalia os reflexos da criação de parques na valorização imobiliária dos bairros e na projeção positiva de gestões públicas de Ribeirão Preto (São Paulo), e pelo estudo de Eliano Freitas (2004) sobre o papel da Área de Proteção Ambiental (APA) Sul da RMBH na reprodução da segregação socioespacial na região.

As exceções a essas abordagens, que são também as principais referências teóricas sobre a temática, são trabalhos teóricos de base marxista, como as obras do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre e do geógrafo inglês David Harvey (1996; 2009; 2014), que discutem as relações do modo de produção capitalista com a natureza, abordando diversos temas relevantes à problematização das áreas verdes e áreas protegidas – ainda que não se detenham especificamente sobre o assunto. Nesse âmbito, também Neil Smith (1988) merece menção, particularmente em sua noção de produção social da natureza, relacionada ao conceito de produção do espaço. No Brasil, destaca-se a obra do geógrafo Milton Santos (1992; 1996), que reflete sobre a produção social da natureza e do espaço.

Na esteira dessas referências, alguns trabalhos esboçam reflexões sobre as relações das áreas verdes e áreas protegidas com as contradições do processo de produção capitalista do espaço. Entre eles, menciono minha pesquisa de mestrado sobre o papel das unidades de conservação na produção do espaço no chamado *Eixo Sul* da RMBH (EUCLYDES, 2012) e o estudo de Carolina Coelho-de-Souza (2015), que identifica a demanda pela criação do Parque Nacional da Serra da Gandarela como uma forma de resistência aos moldes da produção capitalista do espaço na região do Quadrilátero Ferrífero (Minas Gerais). No entanto, são esforços ainda limitados no que se refere à identificação e à discussão das contradições próprias desses espaços, e notadamente incipientes no que toca à reflexão dialética sobre suas possibilidades²⁰.

²⁰ Quanto às possibilidades identificadas por Carolina Coelho-de-Souza (2015) naquilo que considera como *espaços de resistência*, compreendo que elas se relacionam mais à mobilização social em torno do espaço da área protegida que à existência intrínseca desses espaços. Retomo esse tema no Capítulo 3.

É essa a leitura que faço sobre o contexto atual da crítica sobre as áreas verdes e áreas protegidas – para a qual pretendo contribuir apoiando-me sobretudo na obra de Henri Lefebvre.

Considerado um dos maiores intelectuais do urbanismo do século XX, Lefebvre foi responsável por uma transformação radical no caráter da teoria e da filosofia marxistas do século XX, incorporando a dialética espacial ao materialismo histórico e reelaborando proposições centrais dessa teoria e filosofia – e, por esse motivo, sofrendo grandes resistências por parte do marxismo ocidental e da geografia marxista.

Como descreve Edward Soja (1993), a teorização social desenvolvida entre o fim do século XIX e meados do século XX, inspirada por uma leitura dogmática da obra de Marx, foi dominada por um “materialismo histórico estreitado e simplificado”, que subordinava a espacialidade à historicidade (SOJA, 1993, p. 42). Segundo Soja, foi Lefebvre quem pela primeira vez sistematizou as premissas de que a constituição da sociedade é ao mesmo tempo espacial e temporal e de que as relações sociais de produção só têm existência social na medida em que existam espacialmente. O filósofo definiu uma ampla problemática espacial do capitalismo, elevando o espaço a uma posição central na luta de classes e afirmando que o êxito de uma revolução social depende de uma consciência espacial revolucionária.

Em meio à crise do fordismo-keynesianismo, quando já se verificava o afastamento do Estado das políticas assistencialistas e a reestruturação da produção rumo à flexibilidade, à mobilidade e à precarização das relações de trabalho, Lefebvre reconheceu a dimensão urbana dos movimentos revolucionários. Contrariando, mais uma vez, os marxistas tradicionais, o filósofo expandiu o conceito de proletariado – força de vanguarda da transformação revolucionária –, entendendo-o não apenas como o operariado fabril, mas como o conjunto dos trabalhadores urbanos (HARVEY, 2014). Na mesma linha, sintetizou o caminho para a apropriação do espaço e para a derrocada do sistema capitalista na luta pelo *direito à cidade* – entendido como o exercício coletivo do poder de mudar a sociedade (as relações sociais, a relação com a natureza, os estilos de vida, as tecnologias e os valores estéticos) por meio da transformação do espaço (LEFEBVRE, 2008b; HARVEY, 2008; 2014).

Como observa Soja (1993, p. 63), “a teorização do espaço por Lefebvre não é fácil de resumir, já que está inserida num número extraordinário de obras publicadas que tocam em praticamente todos os aspectos da teoria social e da filosofia”. As “aproximações” de sua tese central envolveram, entre outros esforços, as reflexões sobre a “sociedade burocrática de consumo dirigido”, organizadora da vida cotidiana, em obras publicadas entre os anos de 1946 e 1968; a teoria da sociedade urbana, envolvendo a luta pelo direito à cidade e a necessária revolução urbana, com publicações entre 1968 e 1970; e a sistematização mais detida da relação entre espacialidade e

reprodução das relações sociais de produção, com títulos publicados entre 1972 e 1974²¹. A obra de Lefebvre tardou a se disseminar internacionalmente, tanto por não ter sido precocemente traduzida para o inglês quanto por ter sido objeto de crítica inicial por parte de dois eminentes críticos marxistas, Manuel Castells e David Harvey (MONTE-MÓR, 2006a).

E embora Lefebvre não tenha refletido sistematicamente sobre a questão das áreas verdes ou das áreas protegidas, sua abordagem filosófica (histórica, espacial, social, dialética) do tema da natureza alcança um nível de complexidade que não encontra paralelo na literatura sobre esses espaços – o que justifica seu protagonismo neste estudo. Nessa perspectiva, têm origem em sua obra (1978a; 1978b; 1991a; 1991b; 1991c; 1999; 2006; 2008a; 2008b) os principais pressupostos teóricos desta pesquisa – que elenco nos tópicos abaixo e apresento em detalhe nos itens subsequentes. São eles:

- **o pensamento dialético**, que se projeta sobre as relações e contradições dos fenômenos e pressupõe o movimento contínuo da realidade e do pensamento, dispondo da complexidade e da relatividade necessárias para o conhecimento (e a transformação) da realidade;
- a hipótese da **urbanização completa da sociedade e a tese da revolução urbana**, que antevem a era urbana como o espaço-tempo do desenvolvimento completo do ser humano e da apropriação da natureza;
- a **premissa de que o espaço é político** e que a crítica da natureza deve ser necessariamente uma crítica de esquerda, que tem como virtualidade a apropriação da natureza (humana e não humana) e a autogestão da produção (e da vida); e
- **o pensamento utópico de base marxista**, que persegue a utopia de uma sociedade justa e emancipada da dominação da produção industrial por meio do engajamento do pensamento na construção do urbano possível-impossível.

O pensamento dialético

Escrito no fim da década de 1940 para ser a introdução de um conjunto de oito volumes de um tratado de materialismo dialético – cuja elaboração foi interrompida pela editora, marxista radical, sob a alegação de não contribuir para a construção de uma lógica socialista – o livro *Lógica formal Lógica dialética*, de Henri Lefebvre (1991b), busca introduzir o leitor ao método dialético. Para tanto, divide-se em quatro capítulos, quais sejam: *Teoria do conhecimento*, que apresenta as bases do

²¹ Entre os demais temas a que se dedicou o filósofo – que não estão mencionados entre as aproximações de sua tese central sobre o espaço –, interessam a esta tese as elaborações sobre representações sociais (LEFEBVRE, 2006), e, particularmente, sobre o pensamento dialético (LEFEBVRE, 1991b). Para mais informações sobre os diferentes momentos da obra do filósofo, ver Soja (1993; 1996).

pensamento materialista, caracterizando o conhecimento como prático, social e histórico e apontando as limitações das teorias idealistas dogmáticas; *Os movimentos do pensamento*, que aponta a dimensão histórica e processual da realidade (e do conhecimento sobre essa realidade) e explicita as ligações dialéticas entre termos tradicionalmente considerados nos tratados filosóficos como opostos (verdade e erro, absoluto e relativo, abstrato e concreto, entre outros); *Lógica formal*, que situa historicamente e problematiza princípios basilares da lógica formal, como o da identidade, o da causalidade e o da finalidade, compreendendo-os como parte de um momento da razão que antecede a lógica dialética; e *Lógica dialética (concreta)*, que apresenta a lógica concreta como uma possibilidade de superação das dicotomias entre teoria e prática, abstração e empirismo, e sintetiza as cinco grandes leis do método dialético (LEFEBVRE, 1991b; COSTA *et al.*, 2014).

Segundo Lefebvre (1991b), por aplicar-se ao universo como totalidade e a cada objeto como parcela do universo, o método dialético representa o *universal concreto*. Ele fornece leis objetivas que se aplicam tanto aos objetos da reflexão quanto ao pensamento em si. No entanto, as leis do método não substituem o contato com o conteúdo. É que as relações entre o *universal* (a totalidade) e o *concreto* (o singular) são dialéticas, mediadas pelo *particular* (conjuntos, classes, espécies), e este possui leis próprias, que devem ser apreendidas a partir da experiência – mantendo-se em vista o quadro geral o método dialético.

São leis do método dialético: a interação universal, a unidade dos contraditórios, o movimento universal, a transformação da quantidade em qualidade e o desenvolvimento em espiral. Sem a pretensão de alcançar toda a complexidade do método dialético apresentado por Lefebvre, cabe aqui explicitar cada uma dessas leis que perpassam o exercício teórico compreendido por esta tese.

Nos termos da lei da interação universal, nenhum fato, objeto ou fenômeno é isolado; ao contrário, existe uma totalidade, uma influência recíproca entre tudo o que existe. Desse modo, não há sentido em isolar um objeto de seu contexto, como procede a lógica formal, com vistas a compreender seu conteúdo. Cabe ao pensamento dialético considerar cada fenômeno no conjunto de suas relações com os demais fenômenos e no contexto da realidade da qual ele é fenômeno.

Já a lei da unidade dos contraditórios expressa o sentido dialético do princípio da identidade²². Conforme essa lei, no plano concreto, todas as coisas são contraditórias em si mesmas, e essa

²² A lógica formal formula o princípio da identidade como “A é A”, afirmando sua aplicação a todo pensamento. Trata-se do “princípio da coerência, do acordo rigoroso do pensamento consigo mesmo”, concebido com o mínimo de referência a um conteúdo determinado, como pura forma. Seu rigor, no entanto, provoca pura repetição, tautologia – o que, ao cabo, torna o próprio princípio estéril, já que “o pensamento deixa de ser pensamento” fora do conteúdo (LEFEBVRE, 1991b, p. 133). O princípio apresenta-se sob outras formas, que permitem elucidar suas contradições. Uma dessas formas é o princípio da não-contradição, representado como “A não é não A”, que introduz na identidade a noção de diferença, ressaltando a existência de relações e de contradições inerentes à noção de identidade. Outra forma é o princípio do

contradição interna é o princípio de todo movimento. As relações entre o ser, o nada e o *devenir* – terceiro termo que envolve ambos, expressando a tendência da conversão incessante de um em outro, superando-os – exemplifica esse princípio.

[...] não se trata de dizer que essa casa existe e não existe ao mesmo tempo, que dá no mesmo de ser e não ser. Trata-se, isso sim, de afirmar que essa casa não pode ser isolada nem de suas relações com o resto do mundo, nem do *devenir* desse mundo. Ela é, e não será mais; terminará chegando ao seu “fim”; isso já está implícito nas relações dela com o resto (LEFEBVRE, 1991b, p. 191).

Envolvido por múltiplas forças contraditórias, o ser vivo resolve “em ato”, a todo instante, essas contradições. *A partir do momento em que cessa a contradição, cessa a vida*. Mas, do mesmo modo, a partir do momento em que a contradição deixa de ser *resolvida* – a partir do momento em que o corpo vivo não é mais capaz de “conservá-la em si mesmo”, de continuar a ser o mesmo através do seu movimento interno, de suas secreções e de suas trocas, da formação e do desaparecimento de suas células – o corpo desaparece igualmente (LEFEBVRE, 1991b, p. 194, grifos do autor).

O *devenir*, que tem como raiz profunda a contradição e que é essencialmente “*tendência*”, tende precisamente a sair da contradição, a restabelecer a unidade. Na contradição, as forças em presença se chocam, se destroem. Mas, em suas lutas, elas se penetram. A unidade delas – o movimento que as une e as atravessa – *tende* através de si para algo diverso e mais concreto, mais determinado; e isso porque esse “terceiro termo” compreenderá o que há de positivo em cada uma das forças contraditórias, negando apenas seu aspecto negativo, limitado, destruidor (LEFEBVRE, 1991b, p. 194, grifos do autor).

Nessa perspectiva, o pensamento dialético deve reconhecer as contradições como pontos de partida da compreensão, e buscar apreender as relações e os movimentos que engendram os contraditórios, as ligações das partes no todo. Deve, portanto, pressupor a existência e buscar o terceiro termo, a tendência da superação das contradições.

A lei da unidade dos contraditórios está intimamente relacionada à lei do movimento universal, que propõe a reintegração dos fatos, objetos e fenômenos a seus movimentos internos (que provêm deles mesmos) e externos (que os envolvem no *devenir* universal). Junto à lei da interação universal, essas leis permitem afirmar que nada é isolado, estático, definitivo ou preso a um determinado tempo histórico. Os objetos estão em constante transformação interna e integram

terceiro excluído, formulado no enunciado “uma afirmação não pode ser, ao mesmo tempo, verdadeira e falsa”, que apresenta a verdade como a exclusão do erro, e, por conseguinte, aponta o erro como momento da verdade e coloca a existência de um terceiro termo em questão (como negação da negação) (LEFEBVRE, 1991b, p. 137). Nessa perspectiva, a partir de Hegel, a lógica dialética compreende que a verdade (concreta) consiste na unidade da identidade e da diferença, e que os princípios da identidade e da contradição são de natureza sintética (negam-se mutuamente em suas parcialidades, reencontrando sua unidade no movimento do conteúdo, junto a um terceiro termo/momento, o *outro* da identidade).

processos (históricos, sociais, naturais) que também se ligam a algo maior e movente. Tendo isso em conta,

O método dialético busca penetrar – sob as aparências de estabilidade e equilíbrio – naquilo que *já* tende para o seu *fim* e naquilo que *já* anuncia seu nascimento. Busca, portanto, o *movimento profundo* (essencial) que se oculta sob o movimento superficial (LEFEBVRE, 1991b, p. 238, grifos do autor).

Nessa medida, revela-se o imperativo de que também o pensamento se ponha em movimento: além de reconhecer o movimento dos objetos, movendo-se entre suas “contradições determinadas, pensando-as, refletindo-as, sem se perder na incoerência”, cabe a ele reconhecer-se como momentâneo, situado historicamente em seu próprio movimento de superação (LEFEBVRE, 1991b, p. 174).

Já a lei da transformação da quantidade em qualidade, ou lei dos saltos, reconhece que as modificações qualitativas não são contínuas e graduais como as quantitativas, mas configuram transições bruscas, assemelhando-se aos saltos. Elas expressam processos de intensificação das contradições do objeto, fato ou fenômeno, que se manifestam como momentos de súbita aceleração do devir. Assim, o salto dialético implica simultaneamente em continuidade, no que se refere ao movimento profundo, ao próprio devir, e em descontinuidade, na medida em que há o aparecimento de algo novo, pondo fim ao antigo.

A história social do conhecimento oferece exemplos dessa lei na medida em que as lentas transformações dos aspectos quantitativos do desenvolvimento humano – entendidos como o progresso do conhecimento e do poder sobre a natureza – estabelecem as bases para modificações qualitativas (mais abruptas), como a criação de novas culturas e civilizações. Entre esses exemplos pode-se destacar o salto ocorrido com o chamado *milagre grego*. Para Lefebvre (LEFEBVRE, 1991b, p. 76), num contexto histórico e social propício, os gregos criaram a matemática e a lógica (enquanto instrumento universal do conhecimento), e, com isso, conduziram o desenvolvimento humano a um novo patamar, rompendo com a forma do pensamento precedente e estabelecendo uma nova ordem de preocupações intelectuais.

Por fim, a lei do desenvolvimento em espiral, ou lei da superação, propõe a espiral como a figura geométrica que mais se aproxima do movimento da vida, da natureza e do pensamento. Esse movimento se realiza a partir das crises, quando o acirramento das contradições suscita a reformulação do conteúdo (do objeto, fato, fenômeno ou pensamento) em um nível superior – que persiste estável até que suas próprias contradições se agucem, demandando nova reformulação. Essa

reformulação do conteúdo, no entanto, não consiste na simples amortização das contradições, mas em seu aprofundamento máximo, até o limite em que os aspectos contraditórios revelam sua unidade, descobrindo seu conteúdo no movimento que os atravessa, e se superando nesse movimento.

A superação implica, por conseguinte, um *retorno* ao passado: um aprofundamento do passado. Em cada etapa do desenvolvimento da natureza, da vida, do pensamento, *o passado é reencontrado* – mas superado e, por isso mesmo, *aprofundado, liberado de suas limitações, mais real* que no início (LEFEBVRE, 1991b, p. 231, grifos do autor).

Segundo Lefebvre (1991b), esse movimento em espiral pode ser percebido, no desenvolvimento humano, na relação entre o adulto e a criança. A crise da adolescência impõe conflitos profundos à criança, retirando-lhe as condições da infância e encaminhando-lhe para o adulto. Nesse adulto subsiste algo da criança (condição negada) em um nível mais elevado (condição superada), como em sua lembrança, em seu caráter. Assim, a criança permanece como um momento do adulto, e só o adulto pode refletir profundamente sobre a infância – embora a experiência original da infância tenha sido como criança.

Também a relação entre a lógica dialética e a lógica formal pode exemplificar a superação e o movimento espiral. Se o pensamento grego concebeu a lógica formal, estabelecendo um novo patamar para o conhecimento humano e para o poder sobre a natureza, ele também deixou um legado de limitações, como uma concepção estreita do saber e uma perspectiva redutora do real²³. Essas limitações foram identificadas e revistas pelo pensamento moderno, que tem diante de si não apenas a problemática relacionada à dominação da natureza, mas também a necessidade de “dominar racionalmente e de organizar os produtos da atividade humana”: a vida econômica e social, a própria natureza humana – problema tão vasto quanto o “resolvido pelo gênio grego e tão importante quanto ele para o subsequente desenvolvimento da humanidade” (LEFEBVRE, 1991b, p. 77). Nesse cenário, impôs-se a necessidade de aperfeiçoar as formas e os instrumentos do pensamento lógico – e dessa crise nasceu a lógica dialética, fundada “não somente sobre o conjunto dos resultados das ciências da natureza, mas também sobre o estudo dos fatos e das questões históricas e sociais” (LEFEBVRE, 1991b, p. 77).

²³ O racionalismo metafísico grego, “segundo o qual é a razão em si que está na origem do conhecimento”, operava a partir do pressuposto da separação entre concreto e abstrato, entre contemplação e ação, entre teoria e prática, e, por isso, associava a ciência a “uma ‘compreensão’ inútil e inteiramente teórica, uma contemplação passiva do real e do verdadeiro” (LEFEBVRE, 1991b, p. 110).

Diferentemente da lógica formal, que busca o conhecimento do fato, objeto ou fenômeno por meio da abstração de seu conteúdo, isolando-o de seu contexto e ignorando suas contradições internas – o que leva a um entendimento metafísico do objeto sem qualidades e da realidade em fragmentos –, a lógica dialética tem na abstração apenas um dos momentos do pensamento. Nela, a redução parcial e momentânea do conteúdo, necessária à apreensão dos aspectos formais do objeto, é seguida do retorno a esse conteúdo e de seu enlace com a forma, na busca da identificação e do aprofundamento de suas contradições. O pensamento dialético, portanto, não propõe reduzir o real, mas penetrá-lo e explicitar sua complexidade (LEFEBVRE, 1991b, p. 83; COSTA *et al.*, 2014).

Assim, se a lógica formal forneceu os caminhos para o conhecimento das relações abertas e gerais, como inclusão e exclusão, a lógica dialética aprofundou a reflexão sobre as contradições relacionadas a essas relações, oferecendo os meios para a apreensão das relações “duais e mais concretas”, como reciprocidade, complementaridade, dupla determinação, repetição e diferença (LEFEBVRE, 1991b, p. 26). Com isso, acrescentou à lógica formal a “captação das transições, dos desenvolvimentos, da ‘ligação interna e necessária’ das partes no todo”, indicando “a origem imanente das diferenças” (LEFEBVRE, 1991b, p. 21). Esse novo salto qualitativo situa a lógica dialética em um estágio mais elevado da razão, reposicionando as bases do conhecimento e superando a lógica formal.

Cada uma dessas cinco leis permite captar momentos do movimento real, aspectos objetivos do devir universal, e, conforme o objeto da análise, pode-se colocar acento em uma ou outra, sem prejuízo do entendimento. No entanto, tais leis não permitem “hierarquizar, classificar, separar, recortar ou agrupar o que quer que seja” – de onde se conclui que o método dialético não pode ser considerado “operatório” (LEFEBVRE, 1991b, p. 36). Seus conceitos se referem às transições (de uma estrutura a outra, de um modo de produção a outro), implicam a historicidade e perdem seu sentido caso não exista história. Referindo-se tanto aos objetos quanto ao pensamento, o método dialético permite “colocar em seu lugar (subordinado, secundário) os conceitos operatórios que cada conhecimento parcial – através da ideologia – tende a erigir em absolutos”, revelando-se, assim, *político* (LEFEBVRE, 1991b, p. 36, grifos do autor).

O método dialético orienta a presente tese, que aprofunda a contradição fundamental relacionada às áreas verdes e áreas protegidas – sua relação de tensão com os espaços não verdes e desprotegidos – na busca da apreensão do movimento desses espaços e do movimento da sociedade que os engendra, buscando antever as formas de desenvolvimento dessa sociedade que levariam à superação desses conceitos. Essa orientação se reflete também no exercício constante de não reduzir os fenômenos, não os subestimar ou tentar enquadrá-los em apenas um conceito,

momento ou corrente, bem como no esforço de compreendê-los em sua historicidade. Do mesmo modo, expressa-se na (busca da) autocrítica permanente, que envolve o reconhecimento da tese como uma leitura parcial do real, própria de um determinado momento histórico.

Por fim, o pensamento dialético se reflete na forma da assimilação da hipótese da urbanização completa da sociedade e da tese da revolução urbana, construídas por Lefebvre como reflexão concreta sobre a sociedade urbano-industrial.

A urbanização completa da sociedade: florescimento do ser humano e posse do mundo

Em obras como *A revolução urbana* (1999), *O direito à cidade* (2008b) e *A vida cotidiana no mundo moderno* (1991a), Lefebvre propõe compreender os rumos da sociedade contemporânea a partir de uma perspectiva dialética, promovendo uma inversão das perspectivas históricas habituais: em lugar de tomar a urbanização como consequência da industrialização (fenômeno dominante), ele considera a industrialização como uma etapa da urbanização. Mais precisamente, trata esses dois fenômenos como partes do duplo processo industrialização-urbanização, no qual “o segundo termo torna-se dominante após um período no qual o primeiro prevalecia” (LEFEBVRE, 1999, p. 128).

Lefebvre (1991a) acredita que Marx só não teria percebido esse duplo processo por razões históricas – já que em seu tempo o processo de urbanização da sociedade estava apenas começando –, e propõe desenvolver a teoria marxista a partir dessa perspectiva. Marx captara o primeiro aspecto do processo, a industrialização, indicando como dominá-lo, planejando-o racionalmente e conferindo-lhe sentido – qual seja: o desenvolvimento humano a partir da capacidade criadora de produtos e de obras²⁴. Caberia, então, reconhecer a urbanização como a finalidade da industrialização, identificando, nesse domínio, o projeto da “*apropriação*, pelo ser humano, do tempo e do espaço, modalidade superior da *liberdade*” (LEFEBVRE, 1999, p. 131, grifos do autor).

Nessa perspectiva, o sentido da industrialização, para Marx – que é o da urbanização, para Lefebvre – se aproximaria do *ideal*, o *bem supremo* concebido pela sociedade moderna, a que se refere Lefebvre na obra *Lógica formal Lógica dialética* (1991b). Segundo o filósofo,

²⁴ A partir de Marx, Lefebvre (1991a, p. 215) define obra não como um objeto de arte, mas como “uma atividade que se conhece, que se concebe, que re-produz suas próprias condições e que se apropria dessas condições e de sua natureza (corpo, desejo, tempo, espaço)”. A obra se opõe ao produto na medida em que “tem algo de insubstituível e de único”, ao passo que “o produto pode ser reproduzido perfeitamente, sendo ele mesmo resultado de atos e gestos repetitivos” (LEFEBVRE, 1991c, p. 70, tradução minha). Tanto na criação de obras quanto na produção de coisas emprega-se trabalho, mas a relação com o trabalho nos dois casos é substancialmente diferente. Socialmente, o termo obra está associado à noção de apropriação.

Os seres humanos, em seu movimento no sentido de “mais” realidade e de “outra coisa”, criam o *ideal*. [...] Mas qual é, em seu sentido moderno e correspondendo às aspirações da nossa época, o bem supremo? É o desenvolvimento completo do homem; e não do indivíduo tomado isoladamente, mas do homem social tomado como base e fundamento do desenvolvimento individual. O homem moderno pressente as *virtualidades* indefinidas contidas na técnica, na ciência, na consciência lúcida, numa vida conscientemente dirigida. Ele quer *superar* as atividades limitadas, parciais (profissões, ocupações, especialidades estreitas ou até agora fechadas em seus limites). Quer um florescimento, uma nova sabedoria (que não seja estreitamente prudente e limitada) e uma nova felicidade.

Mas, por outro lado, o bem consiste também na apropriação da natureza pelo homem. A natureza é o nosso bem. A posse cada vez mais completa, pelo homem, da natureza (do mundo exterior) e de sua própria natureza (de seu corpo, de seus instintos, de sua vida), essa posse é a segunda determinação essencial do bem, que é assim, simultaneamente, *florescimento do homem e posse do mundo* (LEFEBVRE, 1991b, p. 234-235, grifos do autor).

Tendo em conta esse sentido da urbanização, Lefebvre traça um eixo espaço-temporal hipotético, que parte da natureza em estado puro e alcança a urbanização completa da sociedade, em que se sucedem, sem deixar de coexistir, as eras rural, industrial e urbana. Com essas três eras, ou campos, o filósofo não propõe uma leitura histórica linear, mas remete a camadas superpostas de fatos, fenômenos e modos de pensamento, de ação e de vida²⁵.

Pode-se dizer também que esses momentos correspondem à triplicidade que se reencontra, acentuada diferentemente, em toda prática social: necessidade-trabalho-fruição. À *necessidade* corresponderia o período agrário, produção limitada, submetida à “natureza”, atravessado por catástrofes e fome, domínio da escassez. Ao *trabalho*, corresponderia o período industrial, produtivo até fetichizar a produtividade, devastando a natureza, inclusive aquela que vive ou sobrevive no “ser humano”. A sociedade urbana corresponderia à *fruição*? Não basta afirmar, é preciso demonstrar (LEFEBVRE, 1999, p. 40, grifos do autor).

²⁵ Lefebvre (1999) não apresenta o eixo como uma síntese da história da humanidade, e inclusive questiona a representação tradicional segundo a qual a agricultura e a civilização camponesa teriam secretado lentamente a realidade urbana. Seu propósito com o eixo é explicitar um processo histórico de urbanização cujas repercussões se estendem a todo o planeta, que pressupõe que a cidade “foi o lugar das criações, e não o simples resultado, simples efeito espacial de uma criação que ocorreu noutro lugar, no Espírito, na Razão”, e que estipula “que o *urbano* pode tornar-se objetivo, isto é, criação e criador, sentido e fim” (LEFEBVRE, 1999, p. 37). Caberia interpretar que, ao referir-se à *dominância* ou à *predominância* de certos modos de pensamento, de ação e de vida nas diferentes eras, Lefebvre admite a vigência de determinadas ordens simbólicas *hegemônicas* em cada espaço-tempo – entendendo-se como hegemônica a relação social por meio da qual a concepção de mundo de determinado grupo social assume a representação de universal, fixando (momentaneamente) o sentido da organização social (LACLAU; MOUFFE, 2004 apud ALVES, 2010). Avalio, porém, que a noção de hegemonia adotada por Lefebvre (extraída de Antonio Gramsci) tem um sentido mais restrito e uma conotação negativa, sendo o conceito empregado sobretudo para fazer menção à dominação da burguesia sobre o proletariado, envolvendo a violência física, as representações sociais, a homogeneização do espaço e a redução das diferenças. Assim, apesar de reconhecer a existência de leituras mais recentes sobre o conceito de hegemonia que ultrapassam essa conotação negativa, envolvendo inclusive o projeto de uma nova ordem social baseada no reconhecimento das diferenças e na luta contra as variadas formas de subordinação social (ALVES, 2010), opto por ater-me à terminologia da *dominância/predominância* empregada por Lefebvre (1991a; 1991c; 1999) como forma de evitar confundir o leitor, abstendo-me do emprego do conceito de hegemonia.

Com o eixo, representado na FIG. 5, o filósofo expressa a noção de que, desde os primórdios, a cidade exerce papel central no estabelecimento da vida social organizada. Nele estão indicados os pontos críticos, momentos de descontinuidade marcantes na história da relação cidade-campo.

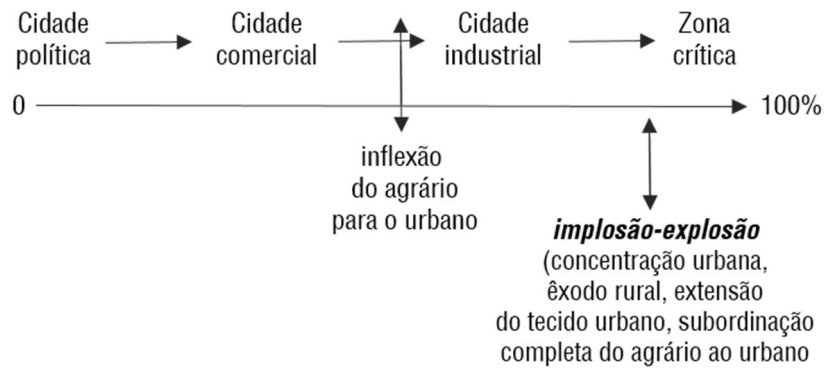


Figura 5 – Eixo espaço-temporal proposto por Lefebvre para elucidar o processo histórico de urbanização da sociedade

Fonte: Lefebvre (1999, p. 27, adaptado).

No período agrário, ou era rural, a espontaneidade é fortemente controlada pela ação de comunidades, cujas particularidades, relacionadas às origens dos grupos (etnias, climas, contextos geográficos), expressam-se por meio da combinação de magia e religião. Nessas comunidades, os ritmos e os ciclos simples (dias, estações, anos) se integram aos grandes ciclos cósmicos (vidas inteiras, sucessão de gerações), havendo-se os feitiçeiros com as questões imediatas, e os padres com o mundo (LEFEBVRE, 1999). À era rural se associa o *espaço absoluto*, certo fragmento do *espaço social* que adquire caráter transcendente – sagrado e, ao mesmo tempo, político –, implicando e justificando a forma das relações sociais e a organização do espaço (LEFEBVRE, 1991c)²⁶.

Como interpreta Roberto Monte-Mór²⁷ (2006c, p. 7), na era rural os camponeses conservam a posse do solo, que pertence ao monarca, por meio do pagamento de tributos, e o campo se encontra dominado pela *cidade política*, “espaço não-produtivo privilegiado do poder político e ideológico”, que “retira do excedente produzido no campo as condições de reprodução da classe dominante e de seus servidores diretos, militares e civis, que a habitam”. Nessa relação campo-cidade se manifestam

²⁶ Com a expressão *espaço social*, Lefebvre (1991c) expressa sua compreensão do espaço como um produto social que condiciona a vida em sociedade. Para o filósofo, o espaço absoluto se compõe de lugares sagrados-malditos (uma caverna, uma pedra, um templo, um palácio, um monumento), mas não pode ser entendido apenas como uma coleção de lugares e signos. Trata-se de um espaço ao mesmo tempo mental e social, um espaço vivido, que guarda a unidade cívica e prescreve os ciclos e a casta sacerdotal de determinado grupo (LEFEBVRE, 1991c).

²⁷ Em *O que é o urbano, no mundo contemporâneo?*, Monte-Mór (2006c) retoma o pensamento de Lefebvre (1991a; 1999; 2008b) sobre a cidade, particularmente no que toca à noção do *continuum*, que se estende da cidade política ao urbano, para pensar sobre a conformação do espaço urbano-industrial no Brasil.

as oposições, “inicialmente complementares, virtualmente contraditórias, depois conflituosas” entre trabalho material e trabalho intelectual, produção e comércio, agricultura e indústria (LEFEBVRE, 1999, p. 42). Com relação aos campos, a cidade então representa uma *heterotopia*²⁸ – o paradoxo, o inferno ou o paraíso oposto à natureza aldeã –, expressa tanto pelas muralhas que a delimitam quanto pelos centros de artesanato e comércio que se aglomeram em seu entorno.

Ao longo dos séculos, com o desenvolvimento das trocas e do comércio, gerando riqueza e movimento na cidade, a centralidade do poder se desloca no interior do centro urbano, deixando a cercania dos palácios, mosteiros e praças de reunião e se aproximando da praça do mercado – o que não ocorre sem resistências. A cidade política evita como pode ser conquistada pelos mercadores estrangeiros, pela burguesia comerciante, pela mercadoria e pelo dinheiro, mas termina por sucumbir, por volta dos séculos XVI e XVII, à *cidade mercantil* – espaço privilegiado da reunião e do comércio dos excedentes regionais (LEFEBVRE, 1999; MONTE-MÓR, 2006c).

Com a cidade mercantil, a relação campo-cidade tem sua primeira inflexão, deixando a extração do excedente do campo de ser possibilitada apenas pela coerção político-ideológica e militar, e passando a ser realizada por “um movimento voluntário do campo em direção à capacidade articuladora da cidade enquanto lócus do mercado” (MONTE-MÓR, 2006c, p. 8). Trata-se de uma inflexão marcada pela economia, que modifica e amplia a dominação da cidade sobre o campo.

Essa transição precede a emergência do capital industrial e seu encontro com a cidade política e comercial, nos séculos XVII e XVIII. Como observa Lefebvre (1999, p. 25), inicialmente a indústria se implanta fora da cidade, próxima às fontes de matéria-prima, energia e mão de obra, mas logo busca a cidade “para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão de obra, mantida a baixo preço” – o que também não ocorre sem que a cidade política e comercial tente se defender, por meio do corporativismo e da imobilização das relações.

A chegada da indústria à cidade expressa a “entrada da produção no seio do espaço do poder”, anunciando o império da lógica produtiva industrial sobre a prática social (MONTE-MÓR, 2006c, p. 8). A era industrial, que emerge nesse contexto, “substitui as particularidades naturais, ou supostas como tais, por uma homogeneidade metódica e sistematicamente imposta” em nome da “razão, da lei, da autoridade, da técnica, do Estado, da classe que detém a hegemonia” (LEFEBVRE, 1999, p. 42). Estendendo a divisão manufatureira do trabalho a todas as atividades e a todo o mundo,

²⁸ Para compreender as propriedades unitárias e duais do espaço urbano, Lefebvre (1999, p. 47) introduz os conceitos de *isotopia*, compreendendo um lugar, aquilo que o envolve e os espaços que lhe são homólogos; *heterotopia*, consistindo no lugar que se distingue do inicialmente considerado, no nível do simples contraste ou do conflito; e *utopia*, “o alhures, o não-lugar que não acontece e, entretanto, procura seu lugar”, o espaço real cuja amplitude ultrapassa seus limites materiais.

burguesia industrial e capital buscam imprimir a lógica da mercadoria no espaço, no tempo e na vida. Como resultado, a organização espaço-temporal da prática social adquire uma aparência homogênea, porque feita de ordens e de coações, e ao mesmo tempo fragmentada, produto da divisão social das atividades. Nasce, então, o *espaço abstrato*²⁹.

Transformada pela lógica industrial, a relação campo-cidade deixa de ser apenas de controle e comercialização da produção do campo por parte da cidade, passando a envolver agregação de valor, ampliação de escala e inserção da produção rural em mercados cada vez mais internacionais. Nesse processo, o “campo, até então predominantemente isolado e autossuficiente”, passa a “depende da cidade para sua própria produção, das ferramentas e implementos aos bens de consumo de vários tipos, chegando hoje a depender da produção urbano-industrial até para alimentos e bens de consumo básico” (MONTE-MÓR, 2006c, p. 8) – correspondendo, para Lefebvre (1999), à subordinação total do campo à cidade.

Também a relação estabelecida entre indústria e cidade é de ruptura. Ao trazer a produção e o proletariado para a cidade – até então o lócus do excedente econômico, do poder político e da festa cultural –, a indústria transforma a cidade simultaneamente em produto industrial, servindo à formação, à realização e à distribuição de mais-valia, e em espaço privilegiado da reprodução da sociedade (MONTE-MÓR, 2006c; LEFEBVRE, 1999). Capitaneado pelo Estado, o espaço urbanizado passa a ser constituído “tanto no sentido de atender à produção industrial quanto, e particularmente, às necessidades da reprodução coletiva da força de trabalho” (MONTE-MÓR, 2006c, p. 9). A cidade perde então seus traços de “totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais”, povoando-se com signos “da dissolução da urbanidade”, tornando-se repressiva, inscrita por sinais e códigos sumários de circulação e de referência (LEFEBVRE, 1999, p. 26). Entrevê-se a crise da cidade:

Crise teórica e prática. Na teoria, *o conceito da cidade* (da realidade urbana) compõe-se de fatos, de representações e de imagens emprestadas à cidade antiga (pré-industrial, pré-capitalista) mas em curso de transformação e de nova elaboração. Na prática, o *núcleo urbano* (parte essencial da imagem e do conceito da cidade) está rachando, e no entanto consegue se manter; transbordando, frequentemente deteriorado, às vezes apodrecendo, o núcleo urbano não desaparece (LEFEBVRE, 2008b, p. 21).

²⁹ Lefebvre (1991c) define o *espaço abstrato* como a face do espaço social que se engendra na época moderna, junto ao modo de produção capitalista. Esse espaço é político, produto da violência e da guerra, e instituído pelo Estado, portanto institucional. Nele, a forma dominante do espaço se esforça para moldar os espaços dominados, o que alcança, frequentemente, de modos violentos, reduzindo obstáculos e resistências aos interesses do capital, como as contradições que provêm da natureza, do tempo, do corpo, das etnias, das religiões.

A cidade industrial vive o duplo-processo de *implosão* (enorme concentração de riquezas, pessoas, atividades, objetos, instrumentos, pensamentos) e *explosão* (projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos, como periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites) (LEFEBVRE, 1999, p. 26). Como compreende Monte-Mór (2006c, p. 9), a implosão “se dá na cidadela sobre si mesma, sobre a centralidade do excedente/poder/festa que se adensa e reativa os símbolos da cidade ameaçada pela lógica (capitalista) industrial”, enquanto a explosão se rebate sobre o espaço circundante, estendendo o tecido urbano (em sentido amplo) “ao espaço regional imediato e, eventualmente, ao campo longínquo”, “de modo a acomodar as indústrias, seus provedores e trabalhadores” e assim gerando amplas regiões urbanizadas no seu entorno³⁰. Esse processo produz cidades informes (conglomerados urbanos, conurbações, regiões metropolitanas, cidades-regiões), cujo transbordamento sobre as regiões circundantes carrega em si tanto a lógica industrial de produção quanto a luta política pelo controle dos meios coletivos de reprodução social (a *práxis urbana*) (MONTE-MÓR, 2006c, p. 10).

Com essa extensão, que alcança todo o espaço social, a questão urbana passa a constituir “uma metáfora para a produção do espaço social contemporâneo como um todo, cobrindo potencialmente todo o território nacional em bases urbano-industriais” (MONTE-MÓR, 2006c, p. 10). Anuncia-se, assim, a transição para o *urbano* – espaço-tempo em que a realidade urbana se impõe à escala mundial, modificando as relações de produção, e tornando-se, ela mesma, uma força produtiva (LEFEBVRE, 1999, p. 26).

Nesse movimento, a realidade social atual estaria posicionada numa *fase crítica* (ou *zona crítica*), situada entre o declínio da era industrial e o advento da era urbana, que marca a segunda inflexão no eixo espaço-temporal. Se na primeira inflexão o campo perde dominância para a cidade, nessa segunda, o rural se subordina completamente ao urbano, e o industrial, de potência dominante e coativa, se transforma em realidade dominada – o que ocorre “no curso de uma crise profunda, às custas de uma enorme confusão, na qual o passado e o possível o melhor e o pior se misturam” (LEFEBVRE, 1999, p. 27). Na atual fase crítica, portanto, o urbano não constitui uma realidade acabada, mas um horizonte, uma possibilidade: a virtualidade iluminadora do industrial.

Dada a natureza dialética das relações temporais e espaciais da sociedade, é razoável pensar que a fase crítica se desenvolva, simultaneamente, tanto no sentido do aprofundamento das lógicas capitalistas de dominação do espaço e da vida (contexto no qual se inseriria a hipótese pessimista

³⁰ Monte-Mór (1994, p. 171) se refere a esse processo como *urbanização extensiva* – “a urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais” –, considerando-o estruturante à produção capitalista do espaço.

sobre o futuro das áreas verdes e das áreas protegidas citada na Introdução), quanto no do *ideal* concebido pela sociedade moderna (base da hipótese otimista). No entanto, entendendo o sentido da urbanização construído por Lefebvre como o desse *ideal*, cabe compreender que no urbano predominarão o *florescimento da sociedade* (superação das atividades parciais, construção de nova sabedoria e vida conscientemente dirigida) e a *posse da natureza* (interna e externa ao ser humano) – daí que as referências ao urbano nesta tese remetam sempre a essa ótica.

O urbano, nessa perspectiva, supera(rá) dialeticamente o agrário e o industrial, sintetizando a contradição campo-cidade. Tal superação, no entanto, não pode ser concebida como uma neutralização recíproca, com “o campo se perdendo no seio da cidade, com a cidade absorvendo o campo e perdendo-se nele”, com o desaparecimento das centralidades urbanas (LEFEBVRE, 2008b, p. 75). Trata-se de um espaço novo, não apegado a uma morfologia material específica, mas que também não se desvincula da morfologia, em que a “oposição urbanidade-ruralidade” se acentua enquanto a oposição cidade-campo se atenua. Esse urbano, para Lefebvre,

É uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro (ou antes, dos encontros). É uma *qualidade* que nasce de quantidades (espaços, objetos, produtos). É uma *diferença* ou sobretudo um conjunto de diferenças. “O urbano” contém o sentido da produção industrial, assim como a *apropriação* contém o sentido da *dominação técnica sobre a natureza*, com esta deslizando para o absurdo sem aquela (LEFEBVRE, 2008b, p. 86-87).

Pode-se relacionar ao urbano pressupostos como a economia da abundância – na qual a produção industrial completamente automatizada se volta para o atendimento das necessidades sociais (e não das sociedades individuais programadas) – e a transformação do cotidiano no sentido da apropriação das condições sociais e da natureza com vistas à autogestão (LEFEBVRE, 1991a)³¹.

³¹ Nessa perspectiva, caberia associar ao urbano também a proposta da *economia solidária*, na acepção que lhe confere o economista e sociólogo Paul Singer (2004). Para o autor, essa economia nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção (basilar ao capitalismo), caracterizando-se pela autogestão e pela solidariedade. Na medida em que o capital não é remunerado, a economia solidária não visa ao lucro, sendo os eventuais excedentes repartidos entre os associados-trabalhadores. Tendo como objetivo o atendimento das necessidades sociais, seus empreendimentos tendem a privilegiar práticas ecológicas que não comprometam a saúde dos produtores ou dos consumidores nem os equilíbrios da natureza. Para Singer, “A economia solidária é atualmente concebida como uma economia de mercado, em que os cidadãos participam livremente, cooperando e competindo entre si, de acordo com os seus interesses e os contratos que celebram. Mas a sociedade como um todo tem por dever tomar medidas para evitar que o jogo das forças de mercado crie ganhadores e perdedores, cuja situação seja reiterada ao longo do tempo” (SINGER, 2004, p. 12). Embora rejeite os pressupostos do capitalismo, essa economia (ainda) se desenvolve em um mundo predominantemente capitalista, submetendo-se a sua superestrutura legal e institucional. No entanto, seus princípios se orientam no sentido da abolição desse modo de produção e da divisão de classes que lhe é inerente, de modo que, “se e quando a economia solidária [...] for hegemônica, o sentido do progresso tecnológico será outro”, voltando-se para o atendimento das necessidades consideradas prioritárias pela maioria (SINGER, 2004, p. 7).

A emergência do período urbano, assim, suscita(rá) a prevalência do valor de uso sobre o valor de troca, a superação da passividade pela atividade criadora, a restituição da festa, do lúdico, do jogo. O urbano se realiza(rá) “criando sua obra (morfologia, estrutura urbana, lugares modelados e moldados, espaço ou espaços adequados)” (LEFEBVRE, 1991a, p. 201). Nesse urbano, “obra das obras”, a vida cotidiana se torna(rá) obra, com todos (indivíduos e grupos) se revelando capazes de criar (LEFEBVRE, 1991a, p. 146).

A forma social do espaço no urbano, assim, será a do *espaço diferencial*, que nascerá do acirramento das contradições do espaço abstrato produzido na era industrial. Esse novo espaço, que não corresponderá nem ao do capitalismo de Estado nem ao do socialismo de Estado, reunirá as funções, os elementos e os momentos da prática social que o espaço abstrato separa e, ao mesmo tempo, discernirá aquilo que o espaço abstrato tende a homogeneizar (natureza, tempo, corpo, etnias, religiões, sexualidade...)³².

Lefebvre ressalta o caráter dialético da leitura que propõe, ao mesmo tempo em que denuncia a impossibilidade de captar essa realidade a partir da lógica formal:

Estranho e admirável movimento que renova o pensamento dialético: a não-cidade [o mercado] e a anticidade [a produção] vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescentes da cidade anterior à indústria. Se esse extraordinário movimento escapa à atenção, se ele foi descrito apenas fragmentariamente, é porque os ideólogos quiseram eliminar o pensamento dialético e a análise das contradições em favor do pensamento lógico, ou seja, da constatação das coerências e tão somente das coerências (LEFEBVRE, 1991a, p. 25-26).

O filósofo enfatiza a existência de uma grande dificuldade – um *campo cego* – na apreensão do urbano que se anuncia, o que se relaciona ao fato de tentarmos ver o campo novo com olhos “formados pela teoria e pela prática da industrialização, com um pensamento analítico fragmentário e especializado”, condicionado a reduzir as diferenças e resistências para reconhecer coerência (LEFEBVRE, 1999, p. 38). Assim predispostos, tendemos a preencher o possível-impossível, a

³² Ao referir-se ao espaço diferencial, o filósofo clama pelo reconhecimento da natureza concreta (dialética, contraditória) do espaço, denunciando as violências implícitas em seu tratamento (conhecimento, produção, controle) como espaço abstrato. Ao reclamar o “direito à diferença”, defende a construção de uma ordem social capaz de conter (não ignorar, reduzir ou excluir) as diferenças entre os grupos sociais (classes, povos, nações) (LEFEBVRE, 1991c). Na esteira de sua reflexão dialética sobre as eras da história da sociedade, Lefebvre propõe que o espaço diferencial nascerá do salto qualitativo que marcará a ascensão da era urbana sobre a era industrial. A produção do espaço diferencial, portanto, envolve/envolverá transformações profundas na tecnologia, no conhecimento e na relação com a natureza, que conduzem/conduzirão à conformação um novo modo de produção baseado na “gestão coletiva do espaço, [n]a gestão social da natureza, [n]a superação da contradição entre natureza e antinatureza” (LEFEBVRE, 1991c, p. 102-103, tradução minha).

presença-ausência do urbano com objetos, produtos e técnicas da era industrial, ignorando sua forma, seus vetores e tensões, sua lógica e seu movimento dialético.

Para Lefebvre (1999), o conhecimento sobre o urbano demanda um *pensamento urbanístico* – que não corresponde ao urbanismo industrial, mas à reflexão dialética sobre a sociedade urbana – que relativize o que antes passava por absoluto (a razão, a história, o Estado, a sociedade), reconhecendo as *diferenças* (mentais e sociais, espaciais e temporais) à luz da *forma urbana* (do encontro, da reunião, da simultaneidade) e situando-as num contexto mais ampliado.

Tal pensamento urbanístico “se forma com o seu ‘objeto’, cuja formação ele estuda, e para cujo nascimento e crescimento ele contribui ativamente” (LEFEBVRE, 1991a, p. 203). Trata-se, assim, de um pensamento cuja construção já reflete a *revolução urbana*, entendida como

[...] o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, e em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano (LEFEBVRE, 1999, p. 19).

As relações sociedade-natureza estão no cerne das questões inerentes à problemática urbana – e, portanto, à revolução urbana –, embora não estejam totalmente contidas no eixo espaço-temporal, como aponta Lefebvre (1999). No eixo, estão apenas indicados os pontos em que ocorrem inversões de sentido nessa relação, que não provocam a superação de entendimentos anteriores, mas a variação da predominância das acepções em cada tempo.

Na primeira inflexão, que aflui na Europa ocidental durante o Renascimento, junto ao desenvolvimento do racionalismo moderno, as pessoas deixam de se reconhecer “na natureza, mundo tenebroso atormentado por forças misteriosas”, para se perceberem como pertencentes às cidades (LEFEBVRE, 1999, p. 24). Nesse momento, a cidade deixa de ser percebida como heterotopia, tornando-se a referência mental e social das pessoas e projetando sobre a natureza e o campo o caráter heterotópico.

Esse processo tem consequências diretas no pensamento e na linguagem. A racionalidade analítica, que se fortalece nesse espaço-tempo, contribui para cristalizar os novos entendimentos nas três dimensões da existência humana³³: na dimensão espacial, instala-se a oposição campo-natureza-

³³ Recorre-se aqui ao nexos ontológico espaço-tempo-ser proposto por Edward Soja (1993) em seu exame das relações entre história, geografia e modernidade. A partir de Marshall Berman (1982), o autor define a modernidade como “a especificidade de se estar vivo no mundo, num momento e lugar particulares; como um sentimento individual e coletivo vital de contemporaneidade”, e a reconhece como moldada pela ordem espacial decorrente da produção e da reprodução

heterotopia x cidade-isotopia; na temporal, coloca-se a dualidade campo-natureza-passado x cidade-presente-futuro; e na do ser social, consolida-se a separação natureza-objeto x ser humano-sujeito³⁴.

Na segunda inflexão, a atual fase crítica, a natureza aparece no primeiro plano dos problemas. Em certo sentido, ela se distancia, enquanto a industrialização e a urbanização ameaçam extinguir ou tornar impróprios seus elementos (água, ar, vegetação, energia), que se convertem em *novas raridades*³⁵. Esse distanciamento, por sua vez, suscita um duplo processo. Por um lado, disseminam-se práticas de capitalização e de produção da natureza, configurando o que Martin O'Connor (1993) define como a *fase ecológica do capitalismo*. Nessa fase, espécies de seres vivos são criadas em laboratório, créditos de carbono são comercializados internacionalmente, reservas naturais são constituídas para lastrear empreendimentos econômicos e os signos da natureza são produzidos e vendidos em massa. Caberia dizer que, na fase ecológica do capital, tudo “o que não tem mais sentido procura reencontrar um sentido pela mediação do fetiche da ‘natureza’” (LEFEBVRE, 1999, p. 36).

Por outro lado, em reação às práticas econômicas relacionadas à capitalização da natureza – que são também práticas de modernização tecnológica e de difusão (e imposição) dos valores capitalistas burgueses em zonas antes não dominadas pelo capital –, vêm ganhando visibilidade e articulação política internacional movimentos de resistência a esses processos. Essa resistência se expressa, por exemplo, nas ações dos grupos diretamente atingidos pela privatização dos recursos naturais ou afetados pela criação de áreas verdes e áreas protegidas, muitas vezes reunidos em torno das bandeiras da comunalização da natureza e da produção e da justiça ambiental, além de reverberar em âmbito acadêmico, com o desenvolvimento de correntes como a ecologia política e a ecologia social – como relato no Capítulo 3.

Para avançar na compreensão da centralidade da natureza na problemática urbana anunciada na atual fase crítica, é preciso estabelecer sua crítica, explicitando o posicionamento teórico-político adotado nesta tese.

social do espaço, pela ordem temporal concretizada pela construção da história, e pela ordem social relacionada à produção e à reprodução das relações, das instituições e das práticas sociais (SOJA, 1993, p. 34-35).

³⁴ Os pares de oposições aqui propostos combinam leituras de Henri Lefebvre (1999), Boaventura de Sousa Santos (1995) e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006).

³⁵ Lefebvre (2006, p. 296-297) associa a depredação da natureza à sua redução enquanto mito (símbolo de origens e fonte de recursos) e enquanto realidade sensível e vivida, na medida em que a vida rural se industrializa. Ao mesmo tempo, destaca o fortalecimento da natureza como nostalgia (presença ilusória) na literatura, no cinema e nas representações mais sofisticadas (como os parques de diversões), no turismo e na ecologia, nas campanhas oficiais pelo respeito à natureza (contraditórias com relação à destruição, inclusive oficial, dos elementos da natureza) e no desconhecimento da segunda natureza (o urbano, a arte, a arquitetura etc.).

Assim como o espaço, a natureza é política, e sua crítica deve ser de esquerda

No ensaio *Reflexões sobre a política do espaço*, publicado originalmente em 1970 (mas que permanece atual), Lefebvre (2008a) reflete criticamente sobre os estudos acerca das cidades empreendidos até aquele momento, identificando uma “ideologia urbanística” nos trabalhos que partiam da concepção do espaço como algo puro, neutro, não político, e consideravam que o urbanismo, enquanto uma prática científica e técnica, poderia constituir uma ciência (moderna, positivista, cartesiana) do espaço.

Para o filósofo, o caráter político e ideológico do espaço estaria no fato de que, sob a aparência de homogeneidade e neutralidade, ele constitui uma construção social, um produto da história de relações sociais de grupos particulares que se apropriam do espaço para geri-lo, para explorá-lo. Desse modo, diferentemente dos pesquisadores adeptos desse urbanismo-ciência, que consideravam que os aspectos políticos constituíam fatores externos às dinâmicas socioespaciais e, portanto, obstáculos à racionalidade, Lefebvre clama pela centralidade das reflexões sobre os contextos políticos e as estratégias ideológicas nos estudos críticos sobre o espaço – o que, por seu turno, demanda uma dupla crítica, também política: a crítica de direita e a crítica de esquerda.

O filósofo aplica a dupla crítica ao planejamento urbano. Segundo ele, de um lado, a crítica de direita, liberal, ataca a burocracia e as “intervenções estatais, na medida em que essas intervenções perturbam a iniciativa ‘privada’, ou seja, os capitais” (LEFEBVRE, 2008a, p. 65). Por meio dessa crítica, procura-se afastar o Estado com vistas a abrir caminho para os promotores capitalistas interessados em ocupar lucrativamente o setor imobiliário (LEFEBVRE, 1999, p. 148).

De outro lado, embora ataque também a burocracia e as intervenções estatais, a crítica de esquerda se volta para seus reflexos na prática urbana, problematizando o fato de tais intervenções não considerarem, ou considerarem mal, os usuários do espaço, a prática social. A crítica de esquerda confronta a *ilusão urbanística*³⁶, explicitando o modo como o urbanismo encobre o papel do setor imobiliário (construção civil e especulação imobiliária) no capitalismo contemporâneo. Como destaca Lefebvre, tal papel consiste em absorver os choques do setor da produção industrial tradicional quando esse se retrai, recebendo seus capitais excedentes. Desse modo, enquanto “a parte da mais-valia global formada e realizada na indústria decresce, aumenta a parte da mais-valia formada e realizada na especulação e pela construção imobiliária”, até o limite em que o setor secundário suplanta o principal, tornando-se o esteio do modo de produção capitalista (LEFEBVRE,

³⁶ Para o filósofo, a ilusão urbanística envolve a *ilusão filosófica*, que acredita encerrar o mundo num sistema, e a *ilusão estatista*, baseada na crença de que o Estado “saberia e poderia gerir os assuntos de várias dezenas de milhões de sujeitos” (LEFEBVRE, 1999, p. 140).

1999, p. 147)³⁷. Situado na confluência dos dois setores (produção dos bens móveis e dos bens imóveis), o urbanismo oculta essa articulação, ao mesmo tempo em que permite azeitá-la. “Assim, sem o saber, o urbanismo é um urbanismo de classe”, que reforça as relações socioespaciais dadas e impede que o pensamento urbanístico se torne a reflexão sobre o possível (LEFEBVRE, 1999, p. 147)³⁸.

Cabe à crítica radical, portanto, abrir a via à prática urbana e à teoria dessa prática, mostrando

[...] que *a promoção do urbano* liga-se, ao mesmo tempo, à recusa do crescimento econômico (quantitativo) tomado como fim em si, como à orientação da produção para outros fins, à primazia do desenvolvimento (qualitativo) sobre o crescimento, à redução do Estado (esse redutor por excelência) a uma função subordinada, em suma, à crítica radical do Estado e da política (LEFEBVRE, 1999, p. 148, grifos do autor).

Lefebvre lança a dupla crítica também sobre as discussões acerca da natureza, que, como o espaço, é política e ideológica. Por um lado, a crítica de direita sobre a exploração da natureza “divaga em lamúrias sobre a beleza desaparecida das paisagens, sobre a pureza e a inocência da natureza que se distancia” (LEFEBVRE, 2008a, p. 65). Essa crítica é reforçada pelo urbanismo tradicional, que incorpora a ideia da raridade da natureza a seus modelos e – conscientemente ou não – afasta a reflexão crítica sobre os rumos da produção capitalista. Por outro lado, a crítica de esquerda busca as implicações dessa autodestruição da natureza pela sociedade, reconhecendo as lutas que já ocorrem em função da escassez de elementos como a água, o ar e o espaço e vislumbrando o momento em que poderá haver posse e gestão coletivas sobre o que subsistir desse ambiente natural. Diante dessa dupla crítica, o autor se posiciona politicamente, defendendo a crítica da política concernente à natureza como uma crítica de esquerda, pautada no propósito da gestão social da produção em função das necessidades sociais.

Essa crítica tem origem em Marx, podendo ser identificada em sua reflexão dialética sobre trabalho estranhado/alienado e desalienação, que merece ser aqui retomada. Para Marx (2004, p. 80,

³⁷ Em “Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”, Harvey (2014) descreve as relações entre o setor imobiliário, o sistema financeiro globalizado e suas implicações para a deterioração da vida nas cidades e para a degradação ambiental.

³⁸ Em *Mudar a Cidade*, Marcelo Lopes de Souza (2003) problematiza a crítica de esquerda que presume que toda atividade de planejamento sirva apenas para reproduzir ordem vigente, considerando tal posicionamento antidialético. Com Poulantzas (1985), compreende o Estado como a “condensação de uma relação de forças”, e defende que a boa exploração das contradições e conflitos da sociedade (e do Estado) capitalista pode “conduzir a situações bem diferentes de um simples reforço da dominação, perpetuamente renovado, por parte do Estado” (SOUZA, 2003, p. 29). Apesar de mencionar a crítica de Lênin ao “esquerdismo”, utilizando o termo com conotação negativa, compreendo ser a crítica de Souza uma crítica de esquerda na perspectiva lefebvriana, na medida em que confere centralidade aos efeitos do planejamento na prática urbana, tendo em conta as necessidades sociais e os usuários do espaço.

grifos do autor), no modo de produção capitalista, por meio do afastamento do trabalhador dos meios de produção, “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*”, de forma que tanto o produto objeto da produção quanto o trabalho em si se tornam estranhos ao trabalhador.

Na medida em que vende sua força de trabalho, o trabalhador deixa de se afirmar por meio do seu próprio trabalho, que pertence a outra pessoa, e passa a negar-se por meio da atividade produtiva. Ali, ele “não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito” (MARX, 2004, p. 83). Quando está no trabalho, sente-se fora de si, e só quando está fora do trabalho sente-se livre para desenvolver-se física e espiritualmente. Desse modo, o trabalho deixa de ser ele mesmo a satisfação de uma carência, para se tornar o meio para satisfazer necessidades fora dele.

Na mesma perspectiva, sendo a natureza simultaneamente o meio de trabalho (recurso produtivo) e o meio de vida (subsistência) do trabalhador, quanto mais o trabalho alienante/alienado se apropria da natureza enquanto recurso, mais ele desapropria o trabalhador de sua subsistência – de forma que, no limite, o trabalhador passa a existir somente como sujeito físico e “apenas como sujeito físico ele é trabalhador” (MARX, 2004, p. 82). E sendo o ser humano parte da natureza, então, quando o trabalho estranhado reduz a atividade livre a um meio, impedindo a autorrealização e a elaboração do mundo objetivo pelo sujeito, ele estranha não só o ser humano de sua atividade vital e de si mesmo, como também o estranha de sua existência como ser da espécie humana e como integrante da natureza.

Daí que se compreenda que a desalienação com relação ao trabalho deva desencadear um processo dialético de (re)conexão da vida física e mental do ser humano com a natureza, passando esta a aparecer como obra e efetividade da espécie humana (MARX, 2004, p. 84; SILVA, 2013; LEFEBVRE, 1991a). E daí que o *ideal* da sociedade moderna se relacione, tanto para Marx quanto para Lefebvre (1991b), à superação das atividades parcelares, ao desenvolvimento de uma nova sabedoria, e à posse, cada vez mais completa, da natureza (mundo exterior e natureza humana) pela sociedade.

Como destaca Lefebvre (a partir de Marx), a realização do ideal não se d(ar)á a partir do Estado, com o suporte social da burocracia, mas sim da classe trabalhadora:

O proletariado tem esta missão histórica: apenas ele pode por um fim às separações (às alienações). Sua missão tem um duplo aspecto: destruir a sociedade burguesa construindo uma outra sociedade – abolir a especulação e a abstração filosóficas, a contemplação e a sistematização alienantes, a fim de realizar o projeto filosófico do ser humano. [...] É preciso virar o mundo pelo avesso; é numa outra sociedade que se realizará a junção do racional e do real (LEFEBVRE, 2008b, p. 41).

Porém, Lefebvre reconhece que, diferentemente dos tempos de Marx, o proletariado não mais se limita exclusivamente ao operariado fabril, mas se estende aos trabalhadores urbanos, já que a reprodução das relações de produção se dá na vida cotidiana (LEFEBVRE, 1978b, p. 81). Analisando criticamente as transformações experimentadas pelo capitalismo desde os tempos de Marx, Lefebvre (1999; 2008a) constata que o capitalismo só pôde sobreviver às suas diversas crises intrínsecas – ou atenuar suas contradições internas – na medida em que se estendeu pelo planeta e pelas mais diversas esferas da vida humana, combatendo a tendência à elevação da composição orgânica do capital³⁹ por meio das inovações tecnológicas, da penetração do capital em setores e regiões não inteiramente capitalistas, da produção do tecido urbano, da compra e venda de espaço, e no cotidiano, por meio dos espaços de lazer, dos espaços ditos educativos e de outras instituições.

Para o filósofo, a sociedade industrial engendra o cotidiano – que pode ser entendido como o insignificante, a dimensão não especializada da vida, “uma ética subjacente ao emprego do tempo, uma estética da decoração desse tempo empregado” (LEFEBVRE, 1991a, p. 31). Desdenhado, mas decisivo, o cotidiano (a vida cotidiana) “aparece sob um duplo aspecto: é o *resíduo* (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e o *produto* do conjunto social” (LEFEBVRE, 1991a, p. 39).

É no cotidiano que ocorre a produção, em seu sentido amplo.

O termo [produção] designa, de uma parte, a criação de obras (incluindo o tempo e o espaço sociais), em resumo, a produção “espiritual”, e, de outra parte, a produção material, a fabricação de coisas. Ele designa também a produção do “ser humano” por si mesmo, no decorrer de seu desenvolvimento histórico. Isso implica a produção de *relações sociais*. Enfim, tomado em toda a sua amplitude, o termo envolve a *reprodução*. Não há apenas reprodução biológica (e conseqüente aumento demográfico), mas também reprodução material dos utensílios necessários à produção, instrumentos técnicos e, ainda, reprodução das relações sociais. Até que uma desestruturação as quebre, as relações sociais inerentes a uma sociedade se mantêm; mas não é por inércia, passivamente. Elas são reproduzidas num movimento complexo. Onde se passa esse movimento, essa *produção* cujo conceito se desdobra, ou antes se divide, de modo a compreender a ação sobre as coisas e a ação sobre os seres humanos, a dominação sobre a natureza e a apropriação da natureza ao e pelo “ser” humano, a práxis e a *poíesis*? Esse movimento não se desenvolve nas altas esferas da sociedade: o Estado, a

³⁹ A composição orgânica do capital consiste na razão entre o valor dos insumos (capital constante) e o da força de trabalho (capital variável). Como observou Marx, o progresso técnico, que reduz o emprego do capital variável por meio da automatização, decorrente da aquisição de equipamentos (insumos) pela empresa, provoca uma substituição gradual de trabalho por capital, gerando assim um aumento da composição orgânica do capital, e, com isso, a redução do lucro. Para Lefebvre (2008a), o conceito de composição orgânica média do capital e a teoria da tendência ao constante crescimento dessa composição orgânica – e, com isso, da queda tendencial da taxa de lucro média – constituem alguns dos aspectos mais importantes do pensamento marxista. O filósofo explora a espacialidade decorrente dessa teoria para compreender as (consequências das) transferências de capitais entre países e entre setores da economia.

ciência, a “cultura”. É na vida cotidiana que se situa o núcleo racional, o centro real da práxis (LEFEBVRE, 1991a, p. 37-38, grifos do autor).

Essa noção de produção – produção e reprodução do ser humano e das relações sociais de produção –, envolve também o consumo, mediado por ideologias, pela cultura, por instituições e organizações, sendo a vida cotidiana o lócus do equilíbrio momentâneo, constantemente ameaçado por resistências, “entre produção e consumo, entre estruturas e superestruturas, entre conhecimento e ideologia” (LEFEBVRE, 1991a, p. 39). Assim, alerta Lefebvre, enquanto as pessoas puderem viver o cotidiano, as antigas relações tenderão a se refazer continuamente; e só quando elas não mais puderem tolerar sua cotidianidade, começará uma revolução (LEFEBVRE, 1991a). A revolução, nessa perspectiva, não se restringe apenas ao plano econômico, político ou ideológico, figurando concretamente na transformação do cotidiano.

Cabe, então, estudar o cotidiano industrial e compreender como suas contradições levarão à sua superação. Mas, se o cotidiano é o insignificante, não cabe estudá-lo em si mesmo, e sim mapear e criticar as opressões que o conformam, com vistas a transformá-lo (DEBORD, 1961 *apud* MONTE-MÓR, 2006b). Para Lefebvre (1991a), a crítica da vida cotidiana deve buscar “virar do avesso” o mundo em que o industrial se decreta (ou é decretado) como o fim da história, mostrando que só no urbano o industrial pode encontrar sua finalidade. Trata-se de tornar patentes as virtualidades do cotidiano, reestabelecendo “os direitos da *apropriação*, esse traço característico da atividade criadora, pela qual o que vem da natureza e da necessidade se transforma em obra, em um ‘bem’ para e pela atividade humana, e em liberdade” (LEFEBVRE, 1991a, p. 30, grifo do autor).

Em suas obras voltadas para a crítica da vida cotidiana⁴⁰, Lefebvre reflete sobre as transformações do capitalismo fordista na sociedade, que passa a definir como *sociedade burocrática de consumo dirigido*. O filósofo denuncia que, sob a égide da distribuição da riqueza para os trabalhadores mediante o aumento do salário real, o Estado do bem-estar social traz para a vida cotidiana uma lógica que lhe é externa: a lógica do consumo dirigido (MONTE-MÓR, 2006b). Conduzida pelo binômio capital-Estado, essa lógica demanda substituir as crenças e os valores antigos, que não são compatíveis com as relações capitalistas, por valores relacionados à reprodução das relações de produção – para o que concorrem fortemente a noção de modernidade e o terror.

⁴⁰ A reflexão de Lefebvre sobre a vida cotidiana é formulada principalmente nos três volumes da *Critique de la vie quotidienne*, publicados nos anos de 1958, 1961 e 1981, respectivamente, e na obra *A vida cotidiana no mundo moderno*, de 1968. Como observa Marcelo Lacombe (2008), os três volumes da *Critique* são marcados pela militância do autor no movimento situacionista, em que se deu a sua colaboração política com Guy Debord, apresentando caráter mais “intelectual e científico” do que *A vida cotidiana no mundo moderno*, marcada por uma evidente tomada de posição. Ver Lacombe (2008) para uma discussão a respeito da sociologia do cotidiano (suas raízes marxistas e seu contexto social e político) proposta por Lefebvre.

Enquanto a modernidade se relaciona aos signos do novo e da novidade e, por conseguinte, da obsolescência, o terror se associa à disciplina e à autorrepressão⁴¹.

Por meio da publicidade – que se torna o primeiro dos bens consumíveis, oferecendo um grande volume de imagens, signos, linguagem e imaginário –, o consumo passa a estruturar e organizar a vida cotidiana. Na publicidade, a vida cotidiana é fragmentada, cada fragmento (trabalho, vida familiar, lazer) compondo um nicho, explorado de forma racional (LEFEBVRE, 1991a). Assim, a consciência da alienação se afasta, e novas formas de alienação são acrescentadas às antigas.

Entre essas velhas e novas formas de alienação está a disseminação dos signos da natureza e do natural, que reforça seus sentidos de fetiche e espetáculo, fortalecendo sua compreensão como uma heterotopia e afastando sua percepção como realidade concreta – lugar de vida e trabalho⁴². Enfraquece-se, assim, a compreensão/construção da *segunda natureza*, aquela à qual os homens pertencem e da qual se apropriam, uma natureza diferente da original (a primeira natureza), mas concreta e emancipada da artificialidade⁴³.

Reconhecendo essa “natureza desalienada e libertadora” como um dos grandes temas do pensamento dialético que vai de Hegel a Novalis e Marx, João Antônio de Paula (1994, p. 232) compreende a desalienação como a construção de “um mundo em que as relações entre a humanidade e a natureza estejam fundadas na liberdade” – o que implica a “instauração de novas relações de produção e de propriedade, novas tecnologias, novas formas de organização do trabalho, onde a economia e a ecologia estejam subordinadas à liberdade”. A desalienação se afirma, assim, como um processo/projeto social e político, que envolve rever tanto as relações entre os seres humanos, que “devem ser igualmente livres para estabelecer as regras, as normas, as leis” que regem a vida em sociedade, como as relações da “sociedade com o seu-outro, a natureza”, que precisa ser reconhecida como uma relação sujeito-sujeito, para além de sujeito-objeto (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 143, 141). Esse projeto social e político se aproxima da perspectiva de “tornar a vida mais

⁴¹ Na sociedade burocrática de consumo dirigido, hiper-repressiva, “a repressão se estende à vida biológica e fisiológica, à natureza, à infância, à educação, à pedagogia, à entrada na vida”; ela impõe a abstinência, o ascetismo, chegando, pelo caminho ideológico, e fazer crer que a privação é mérito e plenitude (LEFEBVRE, 1991a, p. 156). Ela se estende até mesmo às classes dominantes, por meio de valores e estratégias exigem disciplinas e opressões.

⁴² Como se apreende de Milton Santos (1992, p. 102), a alienação com relação à história atinge seu auge quando “o meio ambiente, como Natureza-espetáculo, substitui a Natureza histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a Natureza cibernética ou sintética substitui a Natureza analítica do passado”.

⁴³ Lefebvre (2006) encaminha o entendimento da primeira natureza como o conjunto de seus elementos (água, solo, minerais, animais, vegetação etc.), que é dado, imediato, espontâneo e se entrega à intuição sensorial ou intelectual, e da segunda natureza como a natureza trabalhada, adquirida, produzida pela sociedade (a paisagem, a cidade, o urbano, a arte, a arquitetura etc.). Na perspectiva da revolução urbana, cabe interpretar a segunda natureza em um sentido mais dilatado, como o resultado da superação da oposição sociedade-natureza a partir da transformação da vida cotidiana em obra, com a natureza e cidade sendo percebidas como isotopia. Retomo esse pensamento no Capítulo 5.

selvagem” (*ensauvager la vie*), estreitando os vínculos entre sociedade e natureza, a que refere Serge Moscovici (1972; 1974 *apud* DIEGUES, 2000).

Moscovici se inspira em Marx para propor o *novo naturalismo*: pensamento que visa transcender a oposição culturalismo-naturalismo por meio da construção de uma nova “relação sociedade-natureza, uma nova aliança, na qual a separação seja substituída pela unidade”; “não um retorno à natureza, mas uma mudança do que é atualmente uma relação humana destrutiva da natureza” (DIEGUES, 2000, p. 24). Para tanto, fundamenta-se em três pilares: o de que o ser humano é produto da natureza, ao mesmo tempo em que produz o meio que o cerca por meio do trabalho; o de que a natureza é sempre histórica, e, conseqüentemente, a história é sempre história da natureza; e o de que é a coletividade, e não o indivíduo, que se relaciona com a natureza.

Na perspectiva de Moscovici, enquanto realidade aberta, a natureza não “constitui uma realidade plácida, uniforme, em perfeito equilíbrio”, mas sim a criação permanente de diversidades, com cada força da natureza e cada espécie coexistindo de forma complementar (DIEGUES, 2000, p. 24). Essa diversidade suscita a transcendência do atual paradigma científico culturalista ortodoxo, demandando o intercâmbio de trabalhos, linguagens, costumes, técnicas e saberes – no que o novo naturalismo se aproxima da perspectiva da ecologia dos saberes, a que se refere Boaventura de Souza Santos (2006).

Trata-se, como observa Carlos Porto-Gonçalves (2006), do deslocamento do papel da técnica e do produtivismo no desenvolvimento material e espiritual da sociedade:

Em suma, é de uma outra cultura que estamos falando, partindo, é claro, da situação histórico-concreta em que vivemos, com seu conceito de natureza instituído e instituinte. [...] trata-se de um outro projeto de sociedade; de um outro sentido para o viver; de uma outra cultura que subordine as técnicas aos seus fins e não fique subordinada a elas. Afinal, um outro modo de vida exige um outro modo de produzi-la (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 135).

A leitura de Lefebvre (1991a) permite incorporar a esse projeto a dimensão do urbano, associando à revolução urbana a tarefa de transformar a natureza em uma obra constantemente renovada, que não seja “externa à atividade cotidiana, como tem ficado a arte com demasiada frequência”, mas que constitua seu quadro familiar e seu objeto permanente (BIHR, 2010, p. 141)⁴⁴. Nesse projeto, a apropriação da natureza (humana e não humana) deve refletir-se tanto na construção

⁴⁴ Alain Bihr se refere à sociedade comunista, sendo suas palavras aqui transpostas para a sociedade urbana a que se refere Lefebvre (1999) em razão das convergências conceituais entre os dois autores – que se devem à sua base marxista comum. Promovo essa transposição a partir da forma como compreendo (a utopia d) o urbano em Lefebvre, ressaltando que o próprio filósofo não chega a classificar taxativamente a sociedade urbana como comunista.

de novas práticas socioespaciais (e no aprofundamento daquelas já existentes que carregam esse sentido) como na reformulação dos conceitos de sociedade e de natureza – de modo que nenhum deles possa ser reduzido a um objeto (ou objeto-máquina)⁴⁵. Nas palavras de Harvey (2009, p. 303), “Nossas responsabilidades coletivas perante a natureza humana e perante a natureza precisam ser unidas entre si de uma maneira bem mais dinâmica e co-evolutiva que abarque uma variedade de escalas espaço-temporais”.

É, portanto, sob o prisma da desalienação, da apropriação social da natureza e da crítica de esquerda do urbanismo e da política relacionada à natureza que me proponho a refletir criticamente sobre as áreas verdes e áreas protegidas. Crendo, com Harvey (2014), que o mundo que desejamos não se separa do tipo de pessoas que queremos ser, dos tipos de relações sociais que buscamos e das relações com a natureza que nos parecem justas, projeto, no urbano, os ideais de justiça, democracia, solidariedade, emancipação e segunda natureza em que acredito, conformando minha utopia da hipótese otimista.

O otimismo militante e o pensamento utópico de base marxista

Os intuitos de reinventar a nós mesmos enquanto sociedade-natureza e de transformar em obras nosso espaço e nossa vida cotidiana pressupõem esforços investigativos, no sentido de identificar e criticar práticas socioespaciais existentes centradas na apropriação da natureza e na autogestão do espaço. Pressupõem, também, esforços imaginativos, no sentido do mergulho no desconhecido que envolve o urbano, buscando conceber as relações socioespaciais da sociedade urbana que se anuncia. Como propõe David Harvey (2009), para que possamos transformar o possível – no caso, a hipótese otimista – em realidade, precisamos conhecer a coragem de nossa mente para conceber esses desdobramentos.

Tal coragem, observa o autor, envolve desafiar a tendência contemporânea de condenação do pensamento utópico, que se liga tanto ao contexto capitalista competitivo – beneficiário da perda de esperança na construção de alternativas e da consequente manutenção do cenário atual (BLOCH, 1988 *apud* HARVEY, 2009) –, quanto à associação da utopia com propostas homogeneizantes e segregadoras empreendidas por regimes políticos autoritários. Essa coragem demanda, portanto, “enfrentar essa relação entre o fluxo da imaginação e o autoritarismo”, reabilitando o pensamento

⁴⁵ Nessa medida, caberia compreender a crise do *paradigma dominante* (razão técnica) e o nascimento do *paradigma emergente* (dialético e social), a que se refere Boaventura Souza Santos (1995), como processos próprios da fase de transição que a sociedade contemporânea atravessa para alcançar o urbano.

utópico como instrumento de transformação social (HARVEY, 2009, p. 214). Buscando contribuir para essa reabilitação, cabe explicitar as perspectivas de utopia de Bloch, Lefebvre e Harvey.

Para Ernst Bloch (2005; 2006a; 2006b), a utopia “não é algo fantasioso, simples produto da imaginação, mas possui uma base real, com funções abertas à reestruturação da sociedade, obrigando a militância do sujeito, engajado em mudanças concretas, visando à nova sociedade” (VIEIRA, 2007, p. 2). As utopias estão presentes na vida das pessoas – relacionando-se às ideias de *sonhos diurnos* e de *esperança concreta*⁴⁶ –, mas só se viabilizam ao mobilizar a coletividade numa construção do devir.

Para o filósofo, o marxismo é a única utopia que não propõe abstrair as condições do “mundo presente” na concepção/construção de uma sociedade justa, mas, ao contrário, busca transformar essa sociedade, a partir das condições materiais vigentes, em termos dialético-econômicos (BLOCH, 2006b, p. 456 *apud* VIEIRA, 2007, p. 7). Bloch compreende que a realização dessa utopia – que pode ser entendida como o *desenvolvimento completo do ser humano e a apropriação da natureza* (LEFEBVRE, 1991b) – exige a libertação das classes trabalhadoras, superando-se a alienação. Com esse propósito, defende a necessidade do engajamento do pensamento, de um *otimismo militante*⁴⁷ voltado para a construção do possível que ainda não é real.

Lefebvre compartilha com Bloch seus fundamentos marxistas ao tomar a urbanização como o sentido da industrialização, construindo a (utópica) tese da sociedade urbana. Assim como Bloch, Lefebvre compreende que a utopia tem suas bases na realidade presente, remetendo às possibilidades-impossibilidades do devir. O filósofo afirma seu “amor à utopia” por pressupor o possível como parte do real e enfatizar a apropriação como o ideal humano (LEFEBVRE, 1991a, p. 203). Pode-se dizer, portanto, que os princípios da transdução e da utopia experimental, propostos por Lefebvre (1991b; 1999) como estratégias para conceber e realizar o urbano, movem-se no espírito da esperança concreta e do otimismo militante a que refere Bloch (2005).

Ester Limonad (2016)⁴⁸ identifica outras aproximações entre os pensamentos de Bloch e Lefebvre, tais como a compreensão da utopia como um projeto aberto, em permanente construção,

⁴⁶ Para Bloch, os sonhos diurnos – imaginação de uma vida melhor – permitem aspirar por uma sociedade justa. Aprofundados por meio de reflexão crítica, esses sonhos conformam uma esperança que, atuando sobre a realidade objetiva (em movimento dialético), permite conceber/antecipar saídas para o futuro (BLOCH, 2005, p. 14-15). A utopia, nessa perspectiva, não diz respeito a algo alheio ao mundo: pelo contrário, busca ultrapassar o curso esperado dos acontecimentos, transformando a realidade (BLOCH, 2005, p. 22).

⁴⁷ Oposto a um *otimismo indolente*, alienado, associado ao anseio por ascensão social ou por acesso ao consumo promovido pela publicidade e pela ideologia capitalista (BLOCH, 2005).

⁴⁸ Na primeira seção do texto *Utopias urbanas, sonhos ou pesadelos? Cortando as cabeças da Hidra de Lerna*, Limonad (2016) resgata a construção da dimensão política e dialética do conceito de utopia nas primeiras décadas do século XX. A autora situa as polêmicas, iniciadas com a publicação em que Manheim afirma a utopia como elemento fundamental à transformação social, em torno da (im)pertinência da relação entre utopia e pensamento crítico. Ela avalia que essas

e a percepção de que a transformação social envolve diversas escalas, mas tem sua realização ligada diretamente à vida cotidiana. Para a autora,

Bloch e Lefebvre resgatam a utopia para uma perspectiva humanista do marxismo ao superarem o dilema posto por aqueles autores [Horkheimer e Adorno] ao conceberem a utopia, não como um plano ou modelo, mas como uma constelação de valores e metas, fundadas no aqui e agora e, portanto, em constante mutação, que sirvam de orientação para a transformação social (LIMONAD, 2016, p. 14).

Limonad avalia, ainda, que Lefebvre vai além de Bloch ao enfatizar a importância da utopia na reflexão teórica e na práxis. Na dimensão teórica, Lefebvre destaca a importância de que a teoria explore o possível-impossível, e, na da práxis, ressalta a urgência de que a utopia se torne uma forma de pensamento capaz de engajar a crítica do Estado e da política na produção, na apropriação e na (auto)gestão do espaço.

Marx, Bloch e Lefebvre inspiram a argumentação de Harvey (2009) sobre a importância da construção de visões alternativas de mundo na conformação de forças políticas de mudança. O geógrafo reforça a dimensão concreta da utopia ao reconhecer que o esforço imaginativo de espaços novos não pode “dar um salto para além da dialética”, ignorando a condição presente, imersa e limitada por ambientes institucionais e espaços construídos já produzidos, mas deve partir da conjuntura presente, para superá-la. Para Harvey, como para os filósofos, a imaginação está no cerne da transformação individual (pessoal), coletiva (social) e espacial:

Projetos referentes ao que desejamos que sejam nossas cidades são em consequência projetos referentes a possibilidades humanas, a quem queremos ou, o que talvez seja mais pertinente, a quem não queremos vir a ser. Cada um de nós, sem exceção, tem algo a pensar, a dizer e a fazer no tocante a isso. A maneira como nossa imaginação individual e coletiva funciona é portanto crucial para definir o trabalho da urbanização. [...] Se, como diz Unger (1987, p. 8), aceitamos que a “sociedade é construída e imaginada”, podemos também crer que ela pode ser “reconstruída e reimaginada” (HARVEY, 2009, p. 210-211).

polêmicas, significativas no âmbito da Escola de Frankfurt, foram parcialmente superadas, décadas mais tarde, com as contribuições de Jürgen Habermas e Ernst Bloch. Nas seções finais do artigo, a autora aproxima o pensamento de Bloch ao de Lefebvre, defende a necessidade da utopia concreta e critica as releituras contemporâneas dos mitos modernos do progresso, da técnica e da duração – destacando que a bandeira utópica do *direito à cidade* tem sido usada como instrumento retórico de legitimação de políticas voltadas para a mercantilização do espaço social.

Na obra *Espaços de Esperança*, Harvey critica um importante conjunto de movimentos utópicos relacionados à era industrial⁴⁹, classificando-os como *utopias da forma espacial* e como *utopias do processo social*. Para o autor, as utopias da forma espacial consistem nos projetos em que sociedades novas, fundadas em valores como comunidade e democracia, têm sua estabilidade social vinculada a formas espaciais preestabelecidas.

Como exemplos, menciona os esforços imaginativos de planejadores urbanos, engenheiros e arquitetos dos séculos XIX e XX sobre sociedades (física e socialmente) novas fundadas modelos espaciais preestabelecidos. São os casos da *Cidade Jardim* de Ebenezer Howard, que propunha o equilíbrio entre áreas construídas e áreas verdes na cidade, combinando os melhores aspectos da vida urbana com a vida rural (BENTON-SHORT; SHORT, 2008, p. 62), da *Cidade Radiosa*, de Le Corbusier, dividida em áreas funcionais, com edifícios especializados dispostos entre áreas verdes (BENEVOLO, 2001, p. 500), da *Broadacre City*, de Frank Lloyd Wright, com foco no espraiamento da habitação mediante um sistema de transporte e comunicações eficiente (HARVEY, 2009, p. 217), ou da cidade ideal de Fourier, que pensou no espaço próprio de uma sociedade industrial comunista coletivamente organizada, marcada pela produção comunal e por uma organização comunal da vida (HARVEY, 2009, p. 215). Todos eles “descrevem um mundo fechado de certezas e de regras conhecidas de que estão resolutamente afastados o acaso e a contingência, a incerteza e o risco” (HARVEY, 2009, p. 333). A FIG. 6 ilustra essas utopias.

⁴⁹ Harvey não emprega a periodização lefebvriana (eras rural, industrial e urbana) ao discorrer sobre a história da sociedade capitalista. É minha a interpretação de que esses movimentos utópicos se relacionam à era industrial a que se refere Lefebvre (1999).

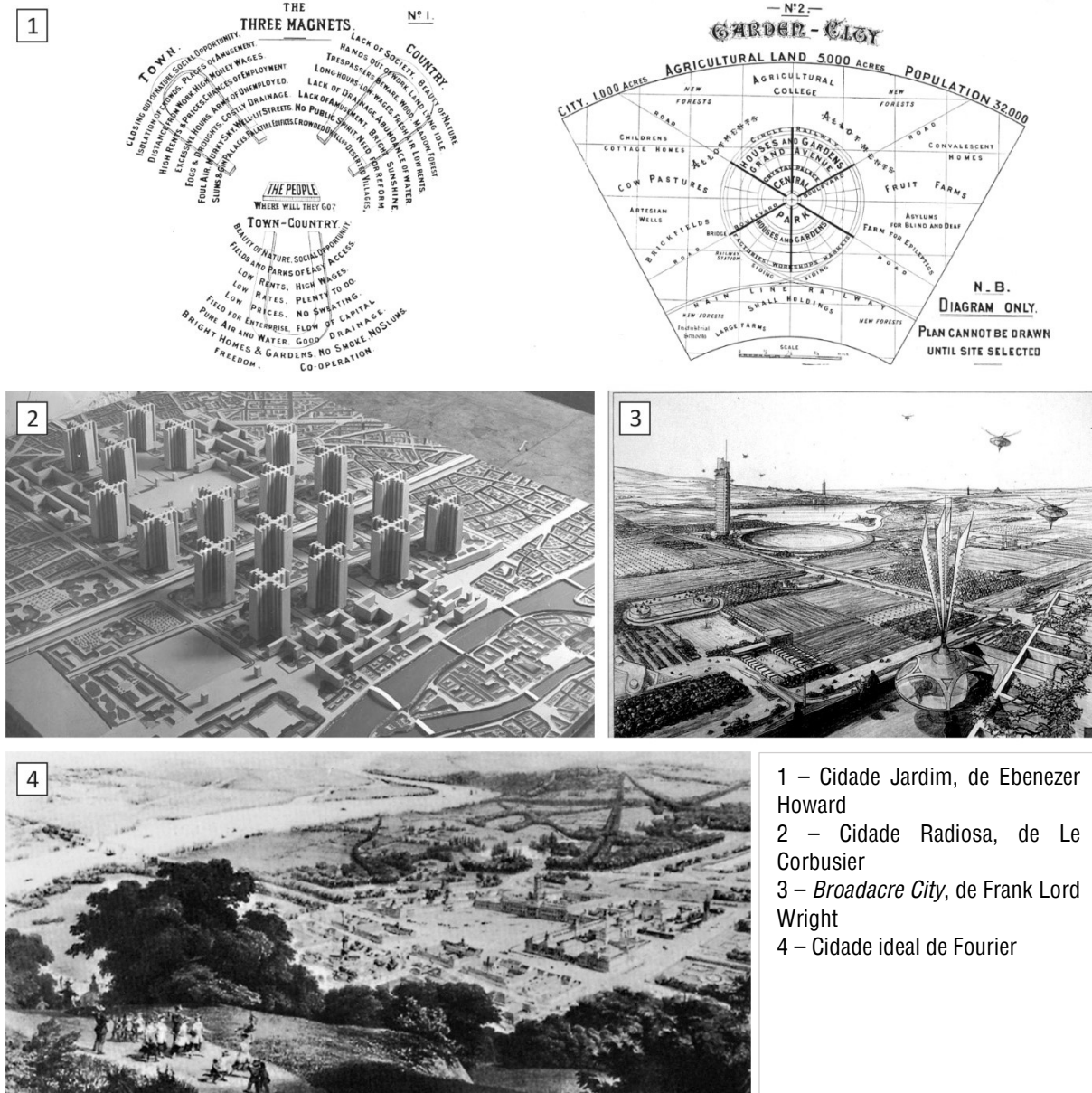


Figura 6 – Utopias da forma espacial

Fontes: 1) Howard (2014, p. 16 e 22); 2) Le Corbusier (1930); 3) Frank L. Wright (1932); 4) Harvey (2009, p. 215).

Como problematiza Harvey (2009), a construção dessas utopias envolveu ignorar a temporalidade dos processos sociais e a dialética da mudança social. Em seus projetos, esse desconhecimento se refletiu na demanda pela presença da autoridade e de forças restritivas de governança – fato do qual se origina a rejeição, em época recente, do pensamento utópico. Para o autor, quando postas em prática, essas utopias tendem a fracassar tanto por deficiências da forma espacial projetada quanto em razão dos processos sociais mobilizados para sua consecução:

As utopias da forma espacial pretendem tipicamente estabilizar e controlar os processos que têm de ser mobilizados para virem a se concretizar. Logo, no próprio ato de realização dessas utopias, o processo social toma as rédeas da forma espacial com que se pretende controlá-lo (HARVEY, 2009, p. 228).

A contradição fundamental das áreas verdes e áreas protegidas – expressa na noção de que a destinação de espaços específicos para a apropriação e a proteção da natureza é também a delimitação de espaços (muito mais extensos) onde a regra é a alienação e a exploração irrestrita – aproxima esses espaços de utopias da forma espacial. Não por acaso, as áreas verdes e áreas protegidas têm sido vistas como instrumentos autoritários – como discuto nos Capítulos 2 e 3.

Enquanto as utopias da forma espacial privilegiam as formas espaciais fixas, as utopias do processo social descrevem o funcionamento de novos sistemas sociais sem lhes conferir forma espacial prévia. Como exemplos desses tipos de utopias, Harvey toma os projetos de Adam Smith e de Marx para a transformação social rumo a sociedades mais justas. Segundo o geógrafo, para construir sua utopia de processo social, Marx teve de desconstruir o utopismo de processo social representado pela teoria dos mercados perfeitos de Adam Smith⁵⁰. Reconhecendo o mérito e a atualidade dessa crítica, Harvey ressalta a premência de se avançar na proposta de Marx, desconstruindo o projeto neoliberalista contemporâneo e sua ideologia de que *não há alternativas* ao progresso da humanidade fora do capitalismo⁵¹.

A partir dessas críticas, Harvey propõe construir um “utopismo explicitamente espaço-temporal”: o *utopismo dialético* (HARVEY, 2009, p. 239). Da crítica do utopismo da forma espacial, esse utopismo apreende a perspectiva das infinitas possibilidades humanas para produzir espaços, envolvendo “diferentes formas de vida coletiva, de relações de gênero, de produção, de estilos de consumo, de relação com a natureza e assim por diante” (HARVEY, 2009, p. 240). Já da crítica das utopias orientadas para o processo social, extrai a necessidade de reconhecer que os processos sociais precisam se cristalizar em espaços concretos no mundo material, o que implica escolhas e, com elas, fechamentos (ainda que provisórios) do leque de possibilidades infinitas em torno de um

⁵⁰ Em *O capital*, Marx demonstra as inevitáveis consequências do capitalismo de livre mercado desregulado, provando que o capital só sobrevive se “se ‘sugar as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador’, o que torna a destruição e degradação da relação com a natureza tão importante quanto a desvalorização e a depreciação do trabalhador” para a reprodução do modo de produção capitalista” (MARX, 1976, p. 799 *apud* HARVEY, 2009, p. 230).

⁵¹ Grande parte da carreira de Harvey foi dedicada à explicitação do modo como esse utopismo de livre mercado depende de uma expressão espacial para seu funcionamento e à demonstração de que seus resultados práticos – como o fortalecimento do Estado na opressão social e na redução de direitos, o desenvolvimento geográfico desigual e o processo sistemático de *destruição criativa* do espaço – contrariam seus ideais de democracia e igualdade. Em obras como *The urban process under capitalism*, Harvey (1981) demonstra como o capital precisa construir “uma paisagem geográfica à sua própria imagem, num dado momento, simplesmente para ter de destruí-la adiante a fim de acomodar sua própria dinâmica de interminável acumulação do capital, amplas mudanças tecnológicas e implacáveis formas de luta de classes” (HARVEY, 2009, p. 233).

conjunto de arranjos institucionais ou forma de relacionamento social. Trata-se da dialética do “ou-isso-ou-aquilo”, inseparável das tentativas de materialização do ideal (HARVEY, 2009, p. 247).

No que toca à aceitação dos fechamentos provisórios em torno de escolhas sobre as formas da materialização da utopia, Harvey acredita discordar de Lefebvre – para quem a produção do espaço deve constituir uma possibilidade sempre aberta. Segundo Harvey,

O efeito [do posicionamento de Lefebvre], infelizmente, é deixar frustrantemente indefinidos os espaços reais de alguma alternativa. Lefebvre se recusa a fazer recomendações específicas (ainda que haja alguns indícios nostálgicos de que as coisas deram certo na Toscana renascentista). Recusa-se a enfrentar o problema de base: o fato de que materializar o espaço é comprometer-se com o fechamento (ainda que de modo temporário), o que constitui um ato autoritário. A história de todas as utopias realizadas aponta para essa questão do fechamento como algo tanto fundamental quanto incontornável, ainda que se enganar mediante o recurso a um fechamento antecipado seja a consequência inevitável. Se, por conseguinte, se deseja pôr alternativas em prática, não se pode fugir eternamente do problema do fechamento (e do autoritarismo que ele pressupõe). Fazê-lo é adotar um romantismo agonístico de anseios e desejos perpetuamente irrealizados. E é no final esse ponto em que nos deixa Lefebvre (HARVEY, 2009, p. 240).

O geógrafo observa que o posicionamento de rechaço ao fechamento, que se liga ao pressuposto da liberdade e à recusa ao autoritarismo, tem afastado a esquerda do pensamento utópico. Consequentemente, a reflexão de esquerda sobre as possíveis estratégias rumo à transformação social se retrai progressivamente, enquanto se expande o “utopismo degenerado do neoliberalismo”, conferindo à possibilidade uma imagem tão negativa (HARVEY, 2009, p. 257).

Buscando transformar esse cenário, Harvey retoma a perspectiva encaminhada por Marx (e Bloch) de que um futuro alternativo só poderá ser construído por meio “de transformações tangíveis das matérias-primas que temos à disposição em nossa condição atual” (HARVEY, 2009, p. 251-252), defendendo a postura da assunção dos riscos da experimentação e, consequentemente, da eventual frustração dos desejos de transformação social. Para o autor,

Toda luta contemporânea para conceber uma reconstrução do processo social tem de enfrentar o problema de como derrubar as estruturas (tanto físicas como institucionais) que o próprio livre mercado produziu como características relativamente permanentes no mundo. Ainda que titânica, não se trata de tarefa impossível. O programa revolucionário do neoliberalismo tem realizado muito em termos de mudança física e institucional nos últimos vinte anos (pensemos, por exemplo, no impacto dual da desindustrialização e da redução do poder dos sindicatos na Inglaterra e nos Estados Unidos). Logo, por que então não podemos conceber mudanças igualmente dramáticas (ainda que apontando noutra direção) em busca de alternativas? (HARVEY, 2009, p. 244).

Tendo em conta, de um lado, a premência da habilitação do pensamento utópico fundado no materialismo histórico e geográfico, e de outro, os riscos intrínsecos a qualquer proposta de salto rumo ao desconhecido, Harvey propõe uma linha de pensamento e ação que parte do corpo (singular) e alcança o universal – que pode ser lida como sua interpretação do otimismo militante de Bloch e da revolução urbana que parte da vida cotidiana, teorizada por Lefebvre⁵². Na dimensão do corpo, defende o engajamento político e a esperança concreta. Na dimensão da particularidade, pressupõe a reconstrução da noção de “comunidade”, o conhecimento das diferenças (sociais, temporais, espaciais) e o fomento à conexão entre os movimentos relacionados a essas diferenças (sociais, espaciais). Na dimensão do universal, pressupõe um processo de autocrítica e de revolução permanente, dada a natureza dialética da transformação social, e a conformação de um conjunto de princípios mais amplos que podem auxiliar a tomada de decisões.

Aderindo ao espírito de Marx, Bloch e Harvey, e pretendendo me valer de suas colocações na construção da presente tese, devo ressaltar, no entanto, meu entendimento diverso ao de Harvey quanto ao utopismo em Lefebvre. É que identifico (sutis) variações na relação de Lefebvre com a utopia em algumas de suas obras, notadamente no que se refere à utopia da sociedade urbana, e acredito que a proposta de Harvey seja compatível com uma de suas concepções.

De uma parte, em obras como *A produção do espaço* (1991c), *A revolução urbana* (1999) e *O direito à cidade* (2008b) a noção do urbano de Lefebvre se relaciona a essa utopia irrevogavelmente aberta, o possível-impossível ao qual não caberia propor qualquer espécie de fechamento, como observa Harvey. Nessas obras, a dialética da era urbana apresenta uma intensidade tal, envolvendo tensões tão significativas entre dominação-apropriação, homogeneização-diferenciação, que chega a ser possível compreender que, em nossos dias, já vivamos o urbano. Nessa interpretação, o urbano consistiria no contínuo choque entre as forças do *urbano-industrial* (dominação, expropriação, autoritarismo) e do *urbano-utopia* (apropriação, autogestão, liberdade), sendo o momento atual ainda marcado pela preponderância do urbano-industrial. É o que se extrai, por exemplo, da reflexão de Roberto Monte-Mór (2015), autor dessa terminologia. Em termos grosseiros, nessa concepção, a utopia seria uma dimensão, ainda por se tornar predominante, do movimento dialético do urbano.

⁵² Da forma como compreendo o geógrafo – diferentemente de Johnson (2012 *apud* LIMONAD, 2016) –, ele se alinha ao pensamento *utopiano* de Lefebvre ao buscar o impossível como inspiração para a transformação da vida cotidiana. É o que se lê, por exemplo, em sua *Edilia: ou “faça disso o que quiser”*, em que se esforça para imaginar o possível-impossível com base nos mesmos valores perseguidos por Lefebvre e Bloch. O que me parece afastá-lo desses filósofos é seu ímpeto pragmático, de defender a escolha imediata entre “isso-ou-aquilo” como forma de impedir que o pensamento utópico se entregue à imobilidade.

De outra parte, em obras como *A vida cotidiana no mundo moderno* (LEFEBVRE, 1991a) e *The survival of capitalism* (LEFEBVRE, 1978b), a utopia não figura como uma dimensão do urbano, mas como o próprio urbano, resultado da superação dialética (ainda não realizada) do industrial: o impossível de hoje que é preciso anunciar e desejar para que se torne possível amanhã. Nessas obras, a utopia do urbano aproxima-se do ideal de liberdade e apropriação perseguido pela sociedade moderna (LEFEBVRE, 1991b), podendo ser lida como uma versão espacial da utopia marxista – aproximando-se de Bloch e do utopismo de processo social a que se refere Harvey. Essas obras contêm remissões mais diretas a estratégias voltadas para a revolução cultural permanente associada ao urbano, tendo destaque a centralidade conferida à autogestão (da produção de coisas, do espaço e da vida). Em linhas gerais, o urbano nessas obras adquire uma expressão menos fugidia, havendo ações imediatas a realizar no intuito de identificar e desenvolver suas sementes. Esse entendimento do urbano pode ser identificado também na menção de Lefebvre à utopia experimental como movimento do pensamento associado à transdução (LEFEBVRE, 1978a).

Compreendo que o segundo entendimento possa ser visto como menos dialético que o primeiro por referir-se a um determinado espaço-tempo sem aprofundar suas (inerentes) contradições. Acredito, contudo, que o fato de não acirrar essas contradições não constitua uma estratégia para amenizar sua importância, mas corresponda a um recurso retórico de explicitação dos valores predominantes nesse espaço-tempo. Proponho, então, compreender esses dois entendimentos como variações não excludentes de um mesmo conceito, tomando a segunda concepção como uma dimensão da primeira – o *urbano como utopia* equivalendo ao polo *urbano-utopia* do movimento que envolve também o *urbano-industrial*.

Mas não busco aqui denunciar a ambiguidade do termo ou problematizar o conceito em Lefebvre. Tampouco passo a utilizar a denominação “urbano-industrial” como par dialético de *urbano-utopia*, como faz Monte-Mór (2015). Continuo referindo-me ao *urbano* como a era urbana que supera(rá) a era industrial e utilizando a expressão “urbano-industrial” apenas como a adjetivo de “sociedade urbano-industrial”, remetendo à atual fase crítica. Ao estabelecer essa distinção, pretendo apenas reabilitar a possibilidade de tomar a obra de Lefebvre como inspiração para o esforço imaginativo aqui proposto e como referência para a reflexão sobre exercícios de utopia experimental sem que isso pareça contraditório.

Nesse contexto, combinando minhas interpretações de Bloch, Lefebvre e Harvey, escolho desafiar a tendência vigente de condenação do pensamento utópico, compreendendo o urbano como a utopia da transformação da relação da sociedade-natureza (com o espaço, no espaço) a partir da vida cotidiana. Assim, busco relacionar a crítica das áreas verdes e áreas protegidas (entendidas

como produtos da sociedade industrial) com a discussão e a imaginação das formas socioespaciais da sociedade urbana que se anuncia, observando o quadro geral do método dialético e mantendo o otimismo militante de perceber, no desenvolvimento espiral da sociedade urbana, o ideal do florescimento do ser humano e da posse da natureza.

Tendo esse referencial em vista, inicio a remontagem da história das áreas verdes e áreas protegidas. Com o olhar retrospectivo, passo a situar as origens industriais desses espaços.



PARTE 1

Do presente ao passado

CAPÍTULO 2 – Áreas verdes, áreas protegidas e a implosão-explosão da cidade industrial

Medidas protetivas com relação a lugares sagrados ou animais totêmicos acompanham a história da humanidade. Como argumentam Marc Dourojeanni e Maria Pádua (2007, p. 54), desde muito antes da Revolução Industrial, povos nativos de todos os continentes já asseguravam o respeito por determinados espaços, estabelecendo tabus, mitos e elementos sagrados, havendo exemplos desse tipo de medida em sociedades como a indiana, em 250 a.C., ou a indonésia, na década de 680. Trata-se de práticas indissociáveis tanto da religião quanto da cultura.

Essas práticas se diferenciam fortemente dos parques criados para confinamento de animais de caça pelo Império Romano, no século I A.C. (ROTHERHAM, 2007), assim como daqueles estabelecidos pelos reis normandos, na Idade Média, para reservar os animais de caça considerados nobres para uso exclusivo da aristocracia (HOYLES, 2002)⁵³. Nos casos romano e medieval, os parques se aproximavam de práticas pecuárias, conformando reservas de suprimentos animais – embora, particularmente no caso medieval, não se possa desconsiderar a dimensão de poder e soberania ligada à caça⁵⁴.

A FIG. 7 ilustra um parque de caça do século XV. Como se observa, tais parques eram cercados ou mesmo murados – o que garantia tanto a permanência dos animais quanto a exclusividade de seu uso – e contavam com encarregados e algumas edificações destinadas à sua manutenção. Embora o confinamento dos cervos constituísse a prioridade do parque, havia ali também outros animais, e eventualmente cultivos agrícolas e extração mineral.

⁵³ Na Idade Média, os reis normandos da Inglaterra expediam decretos (*Forest Laws*) confiscando grandes extensões de terras do domínio comum ou particular com fins de reservar animais de caça considerados nobres e estoques madeireiros para aproveitamento exclusivo da nobreza (CAMARGOS, 2006). A data de estabelecimento dos primeiros parques de caça é controversa, envolvendo hipóteses de que alguns remontariam a 600-700 A.C. Os primeiros registros oficiais do estabelecimento de parques para confinamento de animais na Inglaterra constam do *Domesday Book*, de 1086. O livro – um inventário promovido pelo Rei Guilherme I, que recém conquistara a Inglaterra, com o objetivo de conhecer quem eram os proprietários e quais as extensões de suas propriedades e assim poder taxá-los – encaminha dados imprecisos sobre o número de parques existentes e sua extensão, uma vez que as referências a parques e a pastagens no texto são muito semelhantes (ROTHERHAM, 2007). Estima-se, porém, que no século XII mais de um quarto do território inglês estivesse submetido às *Forest Laws* (HOYLES, 2002).

⁵⁴ Como registra Keith Thomas (2010, p. 391), a reserva real de animais simbolizava o triunfo do rei sobre o mundo da natureza, chegando alguns reis medievais a demonstrar sua coragem lutando contra seus animais cativos. Também os animais exóticos eram estimados como presentes dignos de serem trocados entre governantes e reis na Idade Média, havendo registros de coleções de leões, leopardos, elefantes e outros animais ferozes. “Posteriormente, o zoológico tornou-se um símbolo de conquista colonial, bem como de riqueza e status” (THOMAS, 2010, p. 391). Ver Ian Rotherham (2007) para mais detalhes sobre os parques de caça (ou parques de cervos).

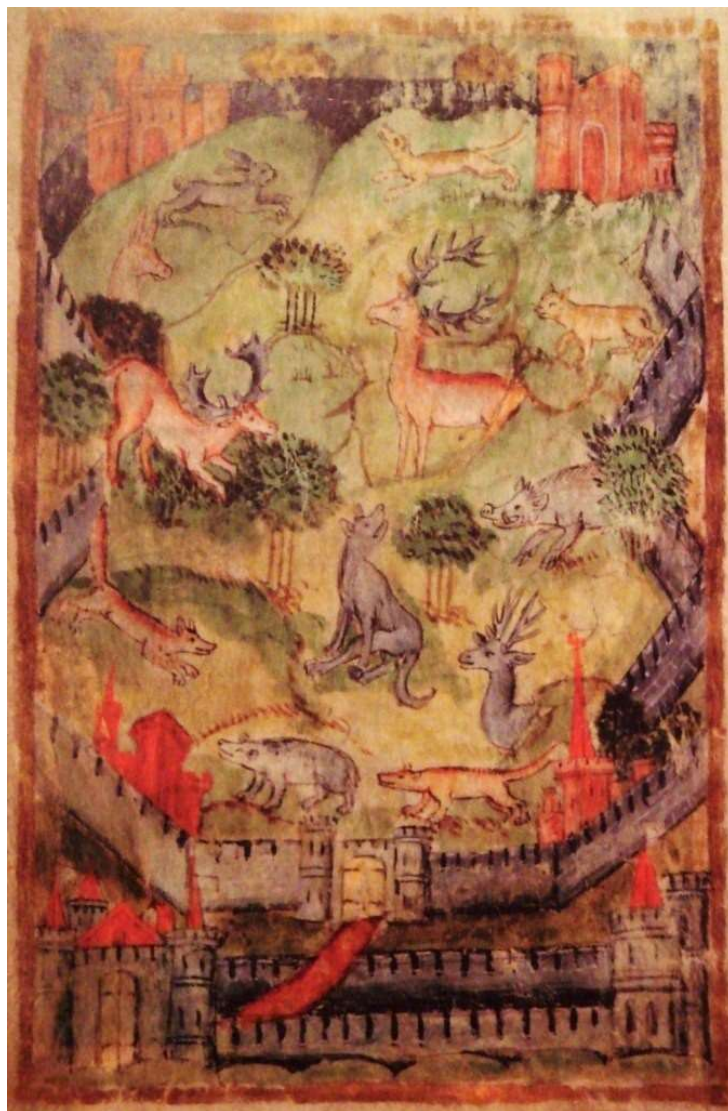


Figura 7 – Representação de um parque de caça medieval
Fonte: Liddiard (2007, p. 71).

Do mesmo modo, as formas contemporâneas de áreas verdes e áreas protegidas – voltadas para o lazer e para a proteção da biodiversidade, das águas e das paisagens – não se confundem nem com os lugares considerados sagrados por grupos indígenas nem com os parques de caça medievais, ainda que suas concepções envolvam, em alguma medida, releituras desses espaços.

Neste capítulo, na Seção *Origens (anti-)industriais*, procuro demonstrar como o processo de implosão-explosão vivido pela cidade industrial, a partir do século XVIII, refletiu-se na transformação das formas e práticas espaciais, assim como nas ideias e nas representações sociais relacionadas à oposição cidade-campo e à natureza, e como esse processo se expressou no ideário das primeiras áreas verdes e áreas protegidas modernas. Para tanto, destaco os casos de dois parques estadunidenses icônicos na história do planejamento urbano e ambiental mundial: o Central Park, de Nova York, e o Parque Nacional Yellowstone. Na sequência, na Seção *Transformações modernistas*,

primeiramente explicito os reflexos do modelo do Central Park em países capitalistas periféricos, tomando exemplos como o Parque Municipal de Belo Horizonte e o Paseo del Bosque, na cidade de La Plata (Argentina); e, em seguida, apresento os casos das áreas verdes do Plano Piloto e do Parque Nacional de Brasília, como exemplos das transformações no ideário de áreas verdes e áreas protegidas verificadas no país até a década de 1970.

Origens (anti-)industriais⁵⁵

Segundo Keith Thomas (2010), com o início do período moderno, o predomínio da sociedade sobre o mundo natural se consolidou como a meta do esforço humano. Na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, a extinção dos lobos era motivo de satisfação popular – por tornar a criação de ovelhas menos trabalhosa – e a retórica dos propagandistas agrícolas afirmava a exploração agrícola do solo não apenas como algo economicamente desejável, mas também como um imperativo moral. Assim, beleza e moral se ligavam ao domesticado e ao produtivo, de modo que florestas e montanhas eram vistas como feias, desagradáveis e arriscadas, e seus habitantes considerados bárbaros, ferozes e selvagens⁵⁶.

A mudança dessa perspectiva começou a tomar forma no século XVIII, com o advento da cidade industrial. Então, a insatisfação com a cidade deteriorada pela indústria passou a ensejar uma espécie de romantização reativa do cenário rural por parte da burguesia não envolvida diretamente no processo agrícola. Como sintetiza Diegues (2000) a partir de Thomas (2010),

A deterioração da vida urbana levou a uma valorização da vida no campo [...]. As paisagens naturais começaram a aparecer na literatura e na pintura como lugares de enlevo e fonte de renovação espiritual. O afastamento da ameaça da fome com a revolução agrícola levou a uma apreciação das “paisagens naturais” em oposição à paisagem domesticada pelo homem: os campos cultivados” (THOMAS, 2010 *apud* DIEGUES, 2000, p. 6-7).

⁵⁵ Esta seção consiste na reescrita de parte do texto (*Fase crítica das áreas verdes urbanas: entre o industrial e o urbano* (EUCLYDES, 2015a). Essa reescrita envolveu ponderar alguns posicionamentos quanto à relação entre áreas verdes e áreas protegidas e a noção de espaço abstrato. Agradeço aos professores Maria Lúcia Martins, Rita Velloso e Eliano Freitas, que compuseram minha banca de qualificação, pelas críticas que levaram ao amadurecimento dessas ideias.

⁵⁶ Na obra *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*, Thomas (2010), percorre, em detalhes, a reelaboração da noção de natureza que acompanhou a urbanização da população inglesa. O autor aproxima a consolidação do ideário que liga moral e beleza a domesticação e produtividade à transição da arquitetura gótica para a neoclássica, observando na estética esperada das paisagens rurais o mesmo apreço pelas formas puras, pela simetria e pela regularidade.

As primeiras manifestações do que viria a ser o novo padrão estético (e moral) se expressaram na jardinagem e no paisagismo ingleses, cuja voga se aproximava mais do pitoresco⁵⁷ na medida em que o campo era submetido ao cultivo rigoroso e simétrico. Como aponta Thomas (2010, p. 370-372), a Inglaterra “reuniu, primeiramente, o campo mais ajardinado (geométrico), e depois, opostamente, os jardins mais naturalizados”, vindo a celebrar-se por seu estilo “natural” de jardinagem de paisagismo, que se tornaria ícone de sua tradição cultural.

Nesse movimento – para o qual contribuíram também o avanço da História Natural e a divulgação dos relatos dos chamados “viajantes pitorescos” –, já nos primórdios do século XIX, as sensibilidades haviam se transformado profundamente. As montanhas adquiriram o status de mais elevada forma de beleza natural, tornando-se espaços privilegiados para cultivar a sublimidade e cultivar o autoesforço, e seus habitantes passaram a ser elogiados por sua inocência e simplicidade. Essa devoção se refletiu na literatura romântica do século XIX, aproximando a noção de natureza selvagem ao imaginário do paraíso perdido, do refúgio, da inocência, da beleza e do sublime (THOMAS, 2010 *apud* DIEGUES, 2001).

Esse processo se refletiu também na proposta da criação de parques para servir aos habitantes das cidades, primeiro na Europa, mas logo na América do Norte e em todo o mundo capitalista. Já em meados do século XIX, em Londres, os jardins paisagísticos privados se transformavam em “reliquias do passado”, enquanto se disseminavam os parques e jardins públicos “conscientemente desenhados para recriar a visão da natureza, para recordar o campo dentro da cidade” (VELLOSO, 2007, p. 120). Junto às praças monumentais, os parques passavam a interferir no movimento das pessoas nas cidades, conformando espaços em que as multidões podiam se reunir. Como pontua Rita Velloso (2007, p. 121):

O parque público – também uma instituição da grande cidade – que é desenhado tanto para permitir caminhar com facilidade quanto para o trânsito de carruagens, resulta numa nova forma de sociabilidade entre estratos sociais diversos. Um parque é uma entre as muitas melhorias públicas que servem para dar caráter a uma cidade. O parque inglês é um instrumento de reforma social. Nos passeios públicos e jardins botânicos, as pessoas andavam com um misto de espontaneidade e fugacidade, portando-se de tal modo que se estabeleceu uma gramática própria, a do comportamento público; frequentar um parque, caminhar pelas ruas adquiria uma importância significativa em termos de atividade social – e era, necessariamente, uma dimensão separada da esfera doméstica. Trata-se, em relação aos parques, de desenhar jardins de prazer para as massas. O parque demarca definitivamente o uso público do espaço aberto.

⁵⁷ A estética pitoresca faz referência ao que remete à pintura. Uma paisagem é considerada pitoresca por remeter à arte, e não por sua semelhança com o espaço rural real, o que explica sua valorização por parte da burguesia inglesa do século XVIII – letrada e conhecedora da tradição pictórica europeia (THOMAS, 2010).

Nos Estados Unidos da América, os parques públicos foram fortemente associados ao ideário do republicanismo e da democracia (SCHUYLER, 1986 *apud* VELLOSO, 2007, p. 121). Em meados do século XIX, essa associação conceitual conduziu à ideia de converter paisagens exuberantes associadas à natureza selvagem em monumentos naturais capazes de representar o Estado (CAMARGOS, 2006).

Então, a nação recém instituída, ainda não dotada de experiências artísticas ou tradições próprias relevantes, buscava um emblema que pudesse, ao mesmo tempo, distingui-la dos demais países e estabelecer uma identidade comum à sua ocupação extremamente heterogênea, expressando seu espírito liberal e democrático. Esse símbolo foi identificado nas imensidões naturais do país, sem paralelo nas nações europeias e carregadas de referências filosóficas, religiosas, científicas e estéticas (NASH, 1982 *apud* CAMARGOS, 2006). Entre os primeiros monumentos naturais relacionados à autenticidade estadunidense estão o Central Park, de Nova York, e o Parque Nacional Yellowstone, situado numa zona de difícil acesso no selvagem Oeste estadunidense, nos territórios de Montana e Wyoming (CAMARGOS, 2006, p. 29).

Com inspiração em parques europeus – antigos jardins e parques de caça da aristocracia que vieram a ter uso público –, o projeto do Central Park, de 1857, combinava princípios higienistas de planejamento moderno com ideais do romantismo e do transcendentalismo. Crítico da cidade industrial por sua carência de luz do sol, árvores e espaços livres, Frederick Law Olmstead, corresponsável pelo projeto e pela coordenação da construção do Central Park, via os parques urbanos como importantes instrumentos de saúde pública, acreditando serem esses espaços fundamentais para oferecer aos moradores da cidade ar puro e momentos de descontração com relação às atividades que exigem vigilância e preocupações, como as do mundo do trabalho (BENTON-SHORT; SHORT, 2008). Olmstead mantinha relações com o movimento intelectual do romantismo e do transcendentalismo, associado a escritores e poetas cujo trânsito nos jardins e parques europeus inspirava certo “retorno à harmonia com a natureza”, o que se refletia em seus projetos de parques no propósito do oferecimento de experiências sensoriais que transcendessem a cidade, remetendo às virtudes associadas à natureza (BENTON-SHORT; SHORT, 2008, p. 60).

Na defesa da concepção do plano, Olmstead afirmava antever um futuro em que toda Nova York estaria nivelada e aterrada, com exceção da área do parque, que conservaria as formações rochosas pitorescamente variadas da ilha (SCHAMA, 1996 *apud* CAMARGOS, 2006). Não se tratava, porém, de conservar as características da ilha em seu estado original, mas de aprimorá-las na perspectiva da estética pitoresca. Segundo os marcos desse padrão estético e espelhando uma espécie de negação romântica da cidade industrial, o projeto se compôs de formas curvilíneas e

aparentemente desordenadas, contrastantes com a malha retangular da cidade, que remetia à produção industrial em série (FIG. 8). Rejeitando também a estética dos jardins franceses, de caminhos estruturados e plantas aparadas meticulosamente, o desenho do parque visava sugerir natureza, priorizando os caminhos errantes e o plantio irregular de árvores e evitando o uso de flores – que remetiam ao trabalho humano (BENTON-SHORT; SHORT, 2008).

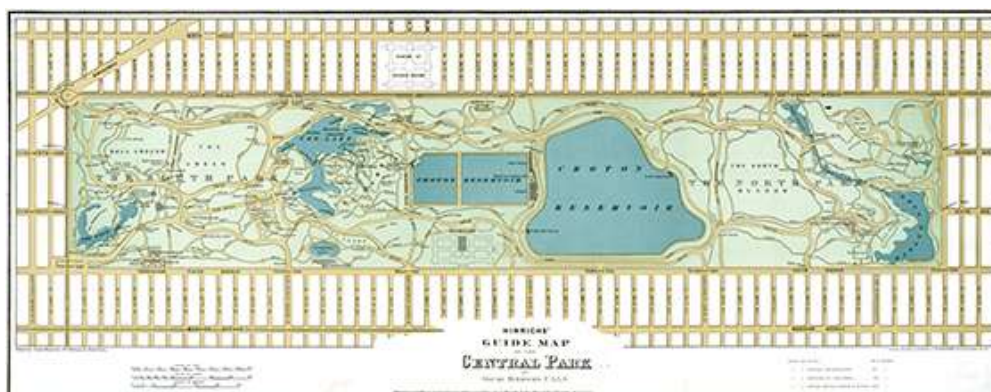


Figura 8 – Mapa do Central Park (1875)

Fonte: Hinrichs (1875).

O projeto do parque envolveu também ideais cívicos e morais. Para Olmstead, ao não oferecer oportunidades de recreação pública, a sociedade americana estaria criando barreiras entre as classes sociais, o que, em última análise, ameaçaria o sistema político e a ordem social (BENTON-SHORT; SHORT, 2008). Assim, a função do parque público estava não apenas no fomento da liberdade social, mas também no aperfeiçoamento moral dos cidadãos, devendo seu projeto prever estruturas que pudessem agradar todas as classes sociais, com atividades organizadas e esportes. O parque espelharia, desse modo, o ideal da nação recém-instituída: um espaço democrático, capaz de combater os males da vida na cidade industrial.

A FIG. 9 explicita a inserção do parque na paisagem urbana, destacando alguns de seus cenários e usos atuais.



Figura 9 – Cenas contemporâneas do Central Park

Fontes: 1) The Cultural Landscape Foundation (2014); 2) Central Park Conservancy (2015a); 3) Central Park Conservancy (2015b); Central Park Conservancy (2015c).

Nesses propósitos e ideais assumidos pelo projeto do parque, é possível identificar, com Françoise Choay (1992), elementos característicos do urbanismo do século XIX – reativo aos defeitos da cidade industrial e propositor de modelos baseados em teorias das relações sociais –, e, particularmente, do *antiurbanismo americano*. Como observa a autora, diferentemente dos críticos europeus, que denunciavam as mazelas urbanas mas viam na cidade o berço das transformações sociais, os críticos estadunidenses do século XIX tendiam a nutrir certa expectativa de que o desenvolvimento da sociedade industrial pudesse, em alguma medida, restaurar “uma espécie de estado rural” que assegurasse “a liberdade, a manifestação da personalidade e até a verdadeira

sociabilidade” (CHOAY, 1992, p. 17). Apesar de não ter se erigido em um método, esse antiurbanismo influenciou notadamente o urbanismo estadunidense do século XX (CHOAY, 1992, p. 18)⁵⁸.

O ideal antiurbano esteve também presente no movimento de parques urbanos – do qual Olmstead e o Central Park se tornaram ícones –, que contribuiu para uma mudança sensível na forma como a sociedade industrial valorizava a natureza nas cidades estadunidenses (BENTON-SHORT; SHORT, 2008). O movimento teve papel importante também na reflexão sobre o planejamento urbano, além de ter estabelecido os fundamentos para a criação de parques urbanos e rurais no século XX por todo o mundo:

Nascido na cidade, o movimento de parques eventualmente se expandiu para preservar a paisagem ameaçada e ajudou a estabelecer um público para a preservação, terminando por provar apoio intelectual e popular para a criação de sistemas de parques estaduais e do sistema de parques nacionais (BENTON-SHORT; SHORT, 2008, p. 61, tradução minha)⁵⁹.

Entre os primeiros parques nacionais americanos associados ao meio rural – ou, mais precisamente, à natureza selvagem – esteve o Parque Nacional Yellowstone, instituído oficialmente em 1872 abrangendo um conjunto de paisagens naturais consideradas únicas no planeta devido às suas exóticas formações geológicas. Diferentemente da maioria das reservas naturais estadunidenses da época – que permitiam a exploração controlada dos recursos naturais – seu objetivo principal era promover o turismo, entendido como a experiência democrática de interação com o patrimônio natural norte-americano (WHITTLESEY; SCHULLERY, 2003). Tratava-se de oferecer ao “público em geral”, e não apenas aos “ricos que poderiam se dar ao luxo de comprar e manter suas próprias reservas particulares” (WHITTLESEY; SCHULLERY, 2003, p. 17, tradução minha)⁶⁰, a visita a um santuário, um lugar de êxtase, de autoformação, de aprendizado científico e de formação de civilidade, relacionados à herança natural do continente norte-americano (CAMARGOS, 2006).

⁵⁸ Com fins analíticos, Choay (1992) denomina de *pré-urbanismo* o conjunto de reflexões e propostas de pensadores generalistas (historiadores, economistas, políticos) que, durante o século XIX, preocuparam-se com os problemas da cidade industrial, propondo modelos espaciais (baseados em teorias sociais) para fazer frente a esses problemas. De outra parte, considera como *urbanismo* o conhecimento especializado conformado a partir do século XX, produzido principalmente por arquitetos, voltado para tarefas práticas de intervenção na cidade, proclamando-se despolitizado. Com Lefebvre (2008a), considero problemática essa suposta neutralidade atribuída ao urbanismo-ciência – o que me leva a não adotar a distinção de Choay (1992) entre pré-urbanismo e urbanismo, optando por referir-me, nesta tese, apenas a urbanismos, independente do século a que se referem.

⁵⁹ “*The park movement, born in the city, eventually expanded to preserve threatened scenery and helped to establish a constituency for preservation, eventually proving both intellectual and popular support for the creation of state park systems and the national park system*”.

⁶⁰ “[...] *the parks were essentially democratic because they ensured that large tracts of wild, beautiful nature would always be available to the general public, not just to the wealthy who could afford to buy and maintain their own private reserves*”.

A FIG. 10 traz um mapa de 1880 do Parque Nacional Yellowstone, que durante muitos anos foi referido pelos estadunidenses também como *Wonderland* – terra das maravilhas. Já a FIG. 11 ilustra suas paisagens exóticas, em cenas contemporâneas.

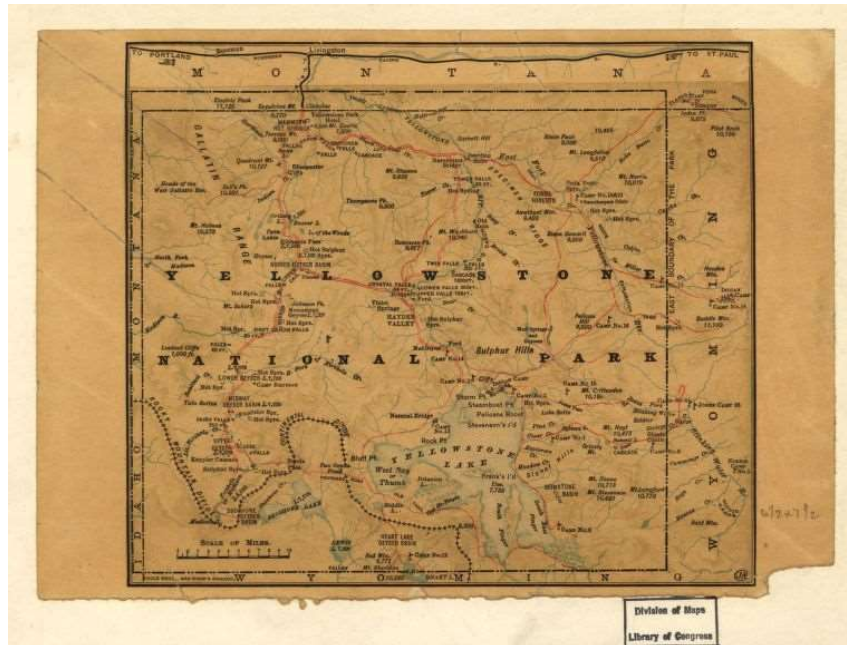


Figura 10 – Mapa do Parque Nacional Yellowstone (1880)

Fonte: Library of Congress (*online*).

Nota: De forma similar ao Central Park, o perímetro geométrico de Yellowstone sugere que ele tenha sido concebido sobre um mapa, a partir de coordenadas arbitrárias – assim como ocorrera com os limites dos estados onde ele se situa –, expressando os pilares do espaço abstrato, que se consolidava no mundo capitalista.

A concepção de proteção da natureza envolvida na criação do Yellowstone e dos demais parques nacionais do período – como o Yosemite –, no entanto, não deve ser confundida com a noção contemporânea de proteção ambiental, como ressalta Regina Camargos (2006). Ainda não havia se desenvolvido a perspectiva do iminente esgotamento da natureza – presente na concepção de áreas protegidas a partir dos anos 1960-1970 – de modo que os objetivos da proteção do ambiente natural repousavam em argumentos relacionados ao turismo, ao lazer e, em menor dimensão, à conservação das águas para fins de abastecimento público e energia (WHITTLESEY; SCHULLERY, 2003). Assim, caça, pesca, inserção de animais exóticos, construção de hotéis e determinadas intervenções cênicas na paisagem eram atividades consideradas compatíveis/desejáveis com relação às áreas protegidas. E, curiosamente, justamente a caça – atividade hoje proibida em grande parte

das áreas protegidas pelo mundo, em razão da perspectiva da extinção de espécies animais – estabelecia um elo entre lazer, democracia, orgulho cívico e a cultura burguesa europeia⁶¹.



Figura 11 – Cenas contemporâneas do Parque Nacional Yellowstone

Fontes: 1) National Park Service, (20[-?]); 2) Peaco (2006); 3) Peaco (2016); 4) Renkin (2015); 5) Herbert (20[-?]); 6) Renkin (20[-?]).

⁶¹ A partir de Robert Harrison (1992), Norbert Elias e Eric Dunning (1992) e Simon Schama (1996), Camargos (2006, p. 18) reflete sobre os significados da caça nos primeiros parques estadunidenses avaliando que a atividade pode “ter absorvido um papel importante no estatuto atribuído aos estadunidenses fronteiriços, fazendo-os portadores de uma condição passível de identificação à conduta requintada da aristocracia inglesa”. A proibição da caça no parque foi estabelecida em 1894, mais de 20 anos após sua criação, por meio do chamado *Lacey Act*, que indicou também a limitação dos métodos e épocas da pesca.

Em alguns trechos do discurso do Presidente Theodore Roosevelt, proferido em 1903, por ocasião da inauguração da construção do arco que marcaria a entrada norte do parque, as relações entre esses elementos se destacam. Saliente-se que as menções à caça, na fala de Roosevelt, dizem respeito ao estoque de animais selvagem proporcionado pelo isolamento do parque – e não à caça no interior do parque, banida cinco anos antes.

Até onde eu sei, o Parque Yellowstone é algo absolutamente único no mundo. Em nenhum outro lugar de qualquer país civilizado se encontra uma tal extensão de maravilhas tornadas acessíveis a todos os visitantes, onde, ao mesmo tempo, não só a paisagem selvagem, mas as criaturas selvagens do parque são escrupulosamente preservadas [...]. **Esse esquema de preservação é essencial à democracia. Reservas privadas de caça, embora possam ser manejadas de forma a não ser apenas coisas boas para si mesmas, mas para toda a comunidade envolvente, não são mais que pobres substitutos, do ponto de vista do público, para a grande área de lazer nacional que é este Parque Yellowstone. Este parque foi criado e agora é administrado para o benefício e prazer das pessoas. [...]** Quando tivermos um bom sistema de estradas de transporte em todo o parque [...], **teremos uma região tão fácil e acessível de se viajar e tão interessante em cada detalhe como é um território semelhante dos Alpes ou da Riviera italiana.** Os gêiseres, as extraordinárias águas termais, os lagos, as montanhas, o cânion e cataratas se unem para tornar esta região algo sem paralelo em qualquer outra parte do globo. [...] **Atualmente é peculiar que um maior número de pessoas venham da Europa para vê-lo do que vêm de nossos próprios estados orientais.** [...] A força da água será seriamente afetada se uma ampla proteção não for dada às florestas. Por isso, este parque, como as reservas florestais em geral, é de extrema importância utilitária para o país. Mas é claro que este parque, também por suas características peculiares, deve ser preservado como um belo parque natural. Aqui todas as criaturas selvagens de antigamente estão sendo preservadas, e o seu transbordamento na região circundante significa que **as pessoas da região circunvizinha, contanto que vejam que as leis estejam sendo respeitadas por todos, serão capazes de assegurar a si próprias e aos seus filhos, e aos filhos de seus filhos, os antigos prazeres da vida dura do meio selvagem e do caçador da região selvagem.** [...] Eu não posso repetir demais que o traço essencial da atual gestão do Parque Yellowstone, como em todos os lugares semelhantes, é a sua **democracia essencial – é a preservação do cenário, das florestas, da vida selvagem e da caça selvagem para as pessoas como um todo,** em vez de deixar que a fruição se limite aos muito ricos que podem controlar reservas privadas (THE STONE..., 1903 *apud* WHITTLESEY; SCHULLERY, 2003, p. 14-15, tradução minha, grifos meus)⁶².

⁶² “The Yellowstone Park is something absolutely unique in the world so far as I know. Nowhere else in any civilized country is there to be found such a tract of veritable wonderland made accessible to all visitors, where at the same time not only the scenery of the wilderness, but the wild creatures of the Park are scrupulously preserved, as they were the only change being that these same wild creatures have been so carefully protected as to show a literally astonishing tameness. [...] The scheme of its preservation is noteworthy in its essential democracy. Private game preserves, though they may be handled in such a way as to be not only good things for themselves but good things for the surrounding community, can yet never be more than poor substitutes, from the standpoint of the public, for great national play grounds such as this Yellowstone Park. This Park was created, and is now administered for the benefit and enjoyment of the people. [...] When we have a good system of carriage roads throughout the Park [...] we shall have a region as easy and accessible to travel in as it is already every whit as interesting as is similar territory of the Alps or the Italian Riviera. The geysers, the extraordinary hot

Como se observa, os parques constituíram emblemas da nação estadunidense, distintivos do ideal democrático. A noção de democracia que envolviam, no entanto, pode ser problematizada. Como observa Camargos (2006), para estabelecer identidade entre as paisagens naturais e a autenticidade estadunidense, foi preciso reunir sentimentos ambivalentes, como o apreço antiurbano pela natureza e o anseio de converter a fronteira selvagem em território civilizado, a estima pelas paisagens agrestes e a preferência pela estética pitoresca, a admiração pelos desbravadores pioneiros e a rejeição aos fazendeiros incultos do Oeste, a preservação do selvagem e sua dominação, o progresso e o atraso, a democracia e a oligarquia⁶³. A aceitação dessas contradições talvez possa explicar porque a criação desses parques não tenha sido vista como incoerente com a conquista do Oeste, mas como orgulho do desenvolvimento.

Se foi possível, para um país em desenvolvimento, excluir imensos territórios do uso econômico convencional e atender uma demanda diferenciada de uso – condensada no termo turismo – nada mais próximo do significado de democracia do que a intenção de possibilitar, para o benefício coletivo, a ambiguidade de nostalgia das origens e crença no futuro, como se o remorso do preço do desenvolvimento pudesse ser transformado em orgulho (CAMARGOS, 2006, p. 31).

Essas contradições e sentimentos ambivalentes podem ser identificados também na arbitrariedade implícita na imposição, por parte do Estado, de fronteiras entre uma natureza representativa da nação, digna de preservação, e uma natureza ordinária, mero recurso produtivo. Do mesmo modo, a iniquidade se manifesta na distinção entre homens civilizados (visitantes europeus e moradores dos estados orientais), também dignos de preservação, e homens selvagens (aí incluídos tanto os índios expropriados de suas terras convertidas em parques como os fronteirços

springs, the lakes, the mountains, the canyon and cataracts unite to make this region something not paralleled [sic.] elsewhere on the globe. [...] At present it is rather singular that a greater number of people come from Europe to see it than come from our own eastern states to see it. [...] The water power will be seriously impaired if ample protection is not given the forests. Therefore this park, like the forest reserves generally, is of the utmost advantage to the country around from the merely utilitarian side. But of course this Park, also because of its peculiar features, is to be preserved as a beautiful natural playground. Here all the wild creatures of the old days are being preserved, and their overflow into the surrounding country means that the people of the surrounding country, so long as they see that the laws are observed by all, will be able to insure to themselves and to their children and to their children's children much of the old time pleasures of the hardy life of the wilderness and of the hunter in the wilderness. [...] I cannot too often repeat that the essential features of the present management of the Yellowstone Park, as in all similar lar places, is its essential democracy—it is the preservation of the scenery, of the forests [,] of the wilderness life and the wilderness game for the people as a whole instead of leaving the enjoyment thereof to be confined to the very rich who can control private preserves”.

⁶³ Nessa linha, Rita Velloso (2007, p. 122), observa a ironia no fato de que, nos Estados Unidos do século XIX, “nas fronteiras, os colonizadores empregavam um plano regular de ruas para garantir ao menos a aparência de civilização urbana, enquanto os habitantes das cidades na costa leste tentavam, por meio da criação de parques públicos e dos subúrbios, recriar aspectos da paisagem campestre, a paisagem naturalizada”.

considerados xucros), cujos modos de vida deveriam ser substituídos pela cultura burguesa. Ainda que essas áreas verdes/protegidas tivessem por objetivo a democratização do acesso a espaços privilegiados por sua beleza cênica, parece inevitável estabelecer um paralelo entre a arbitrariedade da forma com que foram concebidas e as práticas despóticas da monarquia medieval inglesa na instituição dos parques de cervos (ou florestas de caça) para uso exclusivo da corte. Do mesmo modo, parece inevitável reconhecer a relação genealógica entre esses parques de cervos e as áreas verdes e áreas protegidas – que repercute, por exemplo, na permanência da denominação “parque”⁶⁴.

Por meio de monumentos naturais como o Central Park e o Parque Nacional Yellowstone, expressões da noção de natureza-heterotopia, o Estado norte-americano pôde apresentar ao mundo sua força e autenticidade, reduzindo obstáculos – como os índios, no Oeste, e os moradores das quadras que deram lugar ao Central Park – e moldando os espaços dominados⁶⁵. Nessa perspectiva, esses espaços poderiam ser interpretados como marcos da expansão, das cidades à totalidade do território estadunidense (e dele para as periferias globais), do modo de vida urbano-industrial e da concepção moderna (e limitada) de natureza-heterotopia.

Sob outra ótica, que não exclui a anterior, é possível conceber esses espaços como ícones do sentido utópico da concepção moderna de natureza. Sob esse ponto de vista, esses parques expressam uma *dupla utopia*, sugerindo a coexistência da natureza absoluta (da caverna, da montanha, da ilha, do mar, dos ventos) com a pura artificialidade (da árvore “modelada, torturada, servindo de puro ornamento”) (LEFEBVRE, 1999, p. 123). Essa dupla utopia se expressa nas contradições mais marcantes de seu ideário, contendo, como um de seus polos de significantes, os propósitos de universalização de pensamentos e ações relacionados à reconexão com a natureza, à espontaneidade, ao convívio social, à fruição, ao equilíbrio entre utilização e perpetuação da natureza, à convivência entre diferenças, à criação de obras. Tais propósitos poderiam ser vistos como manifestações incipientes do desejo de fuga com relação ao espaço abstrato e às atividades parcelares, sugerindo anseios de produção de espaços novos, no sentido do *espaço diferencial*.

⁶⁴ Ao longo do século XVI, os objetivos principais dos parques de caça medievais se deslocaram para o paisagismo das residências da nobreza, tendo muitos deles se transformado em jardins (*landscape gardens*) – que, dois séculos mais tarde, seriam o berço do estilo próprio dos jardins ingleses (HOYLES, 2002; THOMAS, 2010). Desde então, convivem as noções de parque enquanto área de vida silvestre e enquanto jardim, o que se reflete nas denominações e nos tipos modernos de áreas protegidas (parques nacionais, estaduais e naturais municipais) e áreas verdes (parques públicos inseridos na malha urbana).

⁶⁵ A criação de Yellowstone expulsou da área índios das tribos Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock, cujo modo de vida moldava aquela paisagem há 11 mil anos (KEMF, 1993 *apud* DIEGUES, 2001). Para a construção do Central Park, cerca de 1.600 moradores foram desapropriados (SWEETING, 1999).

As contradições expressas na história, nas formas e no ideário que deu origem ao Central Park e ao Parque Nacional Yellowstone contribuem para interpretar os parques e jardins públicos inseridos na malha urbana e as áreas protegidas associadas ao meio rural como espaços homólogos. Suas origens comuns – relacionadas à inflexão campo-cidade e às emergências do Estado burguês e do naturalismo romântico –, concorrem para sua compreensão como frutos do processo de *implosão-explosão* desencadeado pela instalação da indústria na cidade, a partir do século XVIII.

Nessa leitura, enquanto as áreas verdes das cidades são interpretadas como resultados da concentração da noção de natureza-heterotopia-utopia na malha urbana, as áreas protegidas associadas ao campo são associadas aos fragmentos dessa noção de natureza projetados pelo território nacional/global com a explosão da cidade. Desse modo, além de homólogos entre si, esses espaços são homólogos à própria sociedade urbano-industrial – o que reforça a perspectiva de que a superação desses conceitos será também a superação da era industrial.

...

Ao longo do século XX, o conceito de natureza da sociedade urbano-industrial sofreu variações importantes. Enquanto a urbanização e a industrialização se expandiram e se intensificaram internacionalmente, disseminando os costumes e padrões espaciais excludentes das economias burguesas, difundiu-se a percepção do eminente esgotamento dos elementos da natureza. Essa percepção, por sua vez, ensejou a progressiva politização do tema – atualmente compreendido pelo termo *meio ambiente*⁶⁶ –, em paralelo à crescente capitalização da vida humana.

Os modelos de áreas verdes e áreas protegidas absorveram essas mudanças. Principalmente na primeira metade do século XX – mas, em alguma medida, até os dias atuais –, Central Park, Yellowstone e o ideário que lhes deu forma influenciaram a criação de áreas verdes e áreas protegidas por todo o mundo capitalista, carregando consigo a concepção heterotópica-utópica de natureza e a contraditória premissa da expulsão dos povos e comunidades tradicionais como condição para a conservação desses espaços.

Ainda que a discussão em torno da conservação da natureza tenha adquirido novos contornos no último século, as áreas verdes e áreas protegidas se mantêm associadas a importantes valores imateriais por parte dos grupos urbanos. Como sintetiza Camargos (2006, p. 88), no terreno das

⁶⁶ Para Sachs (1992 *apud* ESCOBAR, 1996), o termo *meio ambiente* consiste em uma construção necessária à incorporação das preocupações ecológicas ao discurso capitalista. Para o autor, a conversão da Natureza (com N maiúsculo, nome próprio de um sujeito) no objeto meio ambiente retira da primeira seu caráter de instância superior, desmistificando-a, limitando-a a um papel passivo e reduzindo-a a quantidades de matéria e energia. Essa transformação discursiva torna o ser humano o sujeito da ação sobre a natureza, coroando a visão do mundo como um recurso, construção indispensável para o funcionamento do sistema capitalista.

representações, o espaço das reservas ainda constitui, como na Inglaterra do século XVIII, “o imaginário do contrário dos problemas urbanos, mas, ao mesmo tempo, seu complemento imprescindível”.

Cabe recuperar, então, as principais variações no ideário relacionado aos espaços destinados à proteção e à tutela da natureza pela sociedade urbano-industrial ao longo do século XX.

Transformações modernistas

O Central Park e os jardins públicos europeus constituíram referências importantes para o urbanismo moderno, refletindo-se em planos de construção e reforma de cidades em nações capitalistas por todo o mundo. Belo Horizonte foi uma dessas cidades. Concebida para representar os novos tempos republicanos brasileiros, o plano da nova capital de Minas Gerais, inaugurada em 1897, teve como base as correntes urbanísticas europeias e estadunidenses do final do século XIX, expressando os princípios de modernidade, higiene e estética no espaço urbano. Com a nova capital mineira, esperava-se não apenas estabelecer as bases para o progresso e o avanço industrial e material como também contribuir para a unidade do estado e da nova República (BARROS, 2005).

Nesse projeto, em que “a monumentalidade, a visibilidade, [e] a espetacularidade, próprias do barroco, tencionavam o utilitarismo progressista”, a separação natureza-campo x cidade tomou formas materiais concretas (BARROS, 2005, p. 139). De uma parte, uma avenida de contorno – releitura moderna das muralhas da cidade medieval na forma de via de circulação (LE GOFF, 1988 *apud* BARROS, 2005) –, distinguia o urbano e o sub-urbano/rural, “criando entre ambos uma linha de transição progressiva que reservava aos de dentro a experiência da pólis e da vida pública e, aos de fora, a condição do trabalho”, discernindo também a natureza e a cultura (BARROS, 2005, p. 141). De outra parte, o projeto tinha no Parque Municipal, nas praças e nos jardins encaixados em seu traçado os símbolos da natureza domesticada, da civilidade, da higiene e da estética europeia, sendo pensados para facilitar a circulação e purificação do ar e, ao mesmo tempo, para sediar a vida pública em cenários próprios ao prazer sensorial.

Assim como ocorreu com todo o arraial do Curral d’El Rey, feito tábula rasa para receber a capital símbolo da nova época, a paisagem dos terrenos que compuseram o Parque Municipal (FIG. 12) foi profundamente transformada para recebê-lo. Seu projeto, elaborado pelo arquiteto-paisagista francês Paul Villon, previa, em meio aos jardins, equipamentos como cassino, restaurante, observatório meteorológico, ponte artística, lagos e gramados (CVRD, 1992; GUIMARÃES, 2005).



Figura 12 – Projeto do Parque Municipal de Belo Horizonte

Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto (s.d., adaptado).

Processo semelhante ocorreu na cidade argentina de La Plata, capital da Província de Buenos Aires, fundada em 1882. Também concebida sob os preceitos do urbanismo moderno do fim do século XIX para expressar a nova era republicana, a cidade tinha em seu Paseo del Bosque (FIG. 13) sua ilha de romantismo e sinuosidade inserida em meio à geometria retilínea da cidade planejada.

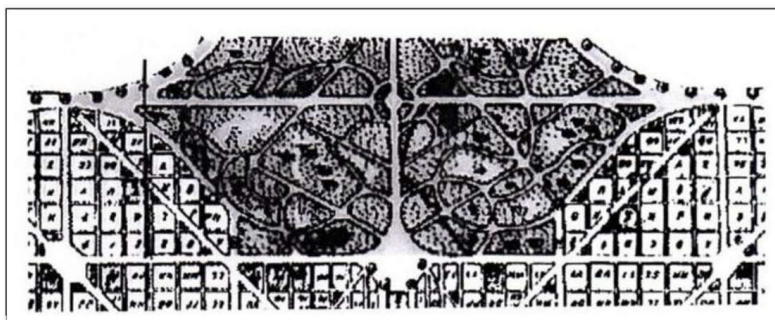


Figura 13 – Projeto do Paseo del Bosque

Fonte: Barros (2005, p. 105, adaptado).

Em ambos os casos, os projetos dos parques não foram concluídos em seus moldes originais – como exposto nas FIG. 14 e 15 –, o que se relaciona aos elevados custos de implantação e manutenção da área, às novas demandas por espaço que surgiam com o crescimento da população, e, pode-se supor, à reduzida população das cidades em suas primeiras décadas. Ao contrário de Nova York, que já ultrapassava os 500 mil habitantes em 1850 (UNITED STATES CENSUS BUREAU, 1998) – apresentando, portanto, demanda por espaços públicos e para o lazer –, Belo Horizonte e La Plata “conviveram com vazios populacionais e de significados em suas áreas centrais, durante algumas décadas” (BARROS, 2005, p. 140).

Assim, particularmente na primeira metade do século XX, os parques tiveram terrenos cedidos para outros usos públicos e privados, com destaque para arruamento, instituições de saúde

e equipamentos culturais em Belo Horizonte, e para edifícios públicos (educação e segurança), estruturas de transporte públicos e um estádio esportivo privado em La Plata (EUCLYDES, 2007). Mesmo tendo suas dimensões originais reduzidas, os parques se consolidaram como importantes espaços de lazer dessas capitais, sendo intensamente utilizados por públicos variados – o que se relaciona não só à suas características internas como também às suas localizações privilegiadas nos centros urbanos⁶⁷.

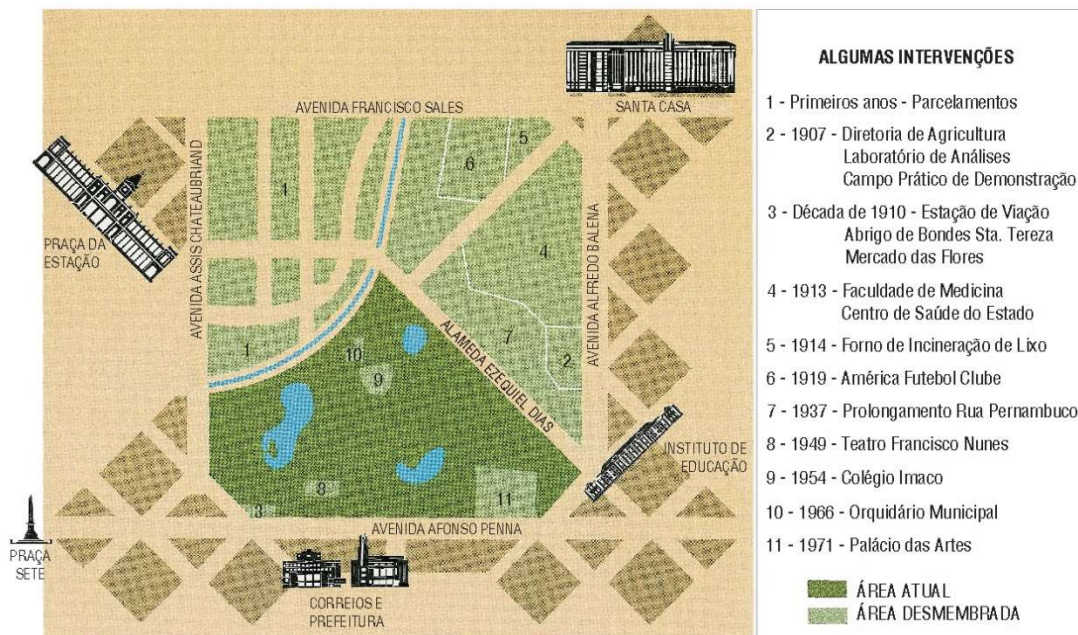


Figura 14 – Reduções do Parque Municipal
 Fonte: CVRD (1992, p. 27, adaptado); GÓIS (2003).

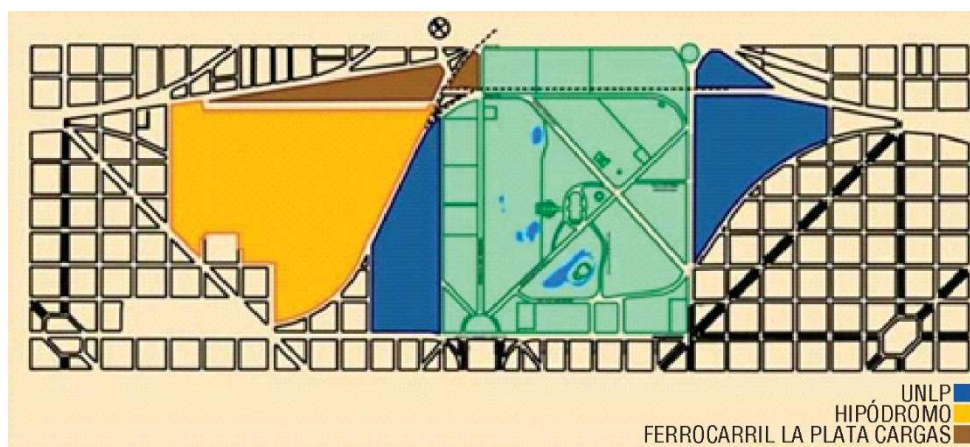


Figura 15 – Alterações no Paseo del Bosque
 Fonte: Olivier (1997).

⁶⁷ Para detalhes sobre os diferentes usos e os modos de apropriação do Parque Municipal (Américo Renné Gianetti) ao longo do século XX, ver Aurino Góis (2003).

Se Belo Horizonte e La Plata podem ser consideradas exemplares da aplicação latino-americana dos preceitos do urbanismo do fim do século XIX, Brasília, concebida no fim da década de 1950 e inaugurada em 1960, pode ser interpretada como ícone do urbanismo modernista das primeiras décadas do século XX (HOLSTON, 2010)⁶⁸.

Segundo Choay (1992), a modernidade que embasava esse urbanismo se assentava na indústria e na arte de vanguarda (particularmente no cubismo), o que levava à compreensão da cidade como máquina e à adoção de um padrão estético centrado nas formas puras, voltando-se os urbanistas menos para as questões econômicas e sociais e mais para as estruturas técnicas e estéticas. Conforme Holston (2010), os movimentos de vanguarda do urbanismo modernista difundidos pelo grupo dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM)

[...] estavam empenhados na resolução da crise em que o capitalismo industrial lançou a organização metropolitana e a sociedade das metrópoles. [...] As soluções radicais propostas pelos CIAM exigiam o predomínio da ação coletiva e dos direitos coletivos sobre os interesses privados, tanto na ordenação da cidade quanto no controle das forças do desenvolvimento industrial. Proclamavam uma nova era da máquina, na qual os benefícios potenciais da Revolução Industrial seriam estendidos para todas as classes e a cidade iria ser tão ordenada quanto uma instalação fabril (HOLSTON, 2010, p. 45).

Sob essa orientação, destacavam-se entre suas premissas:

[...] 1) sua base anticapitalista igualitária; 2) seu uso da metáfora da “máquina” e sua racionalidade totalizadora; 3) sua redefinição das funções sociais da organização urbana; 4) seu desenvolvimento de tipologias de construção e de convenções de planejamento como um meio de mudança social; 5) sua descontextualização e o determinismo ambiental; 6) sua confiança na autoridade estatal para alcançar o planejamento total; 7) suas técnicas de choque; 8) sua fusão de arte, política e vida cotidiana (HOLSTON, 2010, p. 49).

Tendo parte de suas discussões sistematizadas por um de seus maiores expoentes – o arquiteto e urbanista francês Le Corbusier – na *Carta de Atenas* (CIAM, 1933), esses movimentos propunham estruturar a cidade a partir de quatro funções: moradia, trabalho, lazer e circulação, com peso para a última, que estabelece a comunicação entre as demais⁶⁹. Conforme a Carta, a organização dessas funções no espaço urbano deve se materializar em um zoneamento, tendo como pressuposto a segregação dessas funções entre os diversos setores da cidade (HOLSTON, 2010).

⁶⁸ Em *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*, James Holston (2010) estuda a cidade como exemplo de um processo modernização nacional e de aplicação dos princípios da arquitetura e do planejamento modernistas.

⁶⁹ Em encontro posterior do CIAM, o “centro público” de atividades administrativas e cívicas foi acrescentado às quatro funções (HOLSTON, 2010).

O lazer, no documento, aparece fortemente ligado à “destinação fecunda das horas livres” (CIAM, 1933, p. 18) – refletindo a expectativa de aprimoramento moral que vinha sendo associada aos parques públicos já no século XIX. Nessa perspectiva, as áreas verdes públicas, principais espaços destinados ao lazer, são enaltecidas tanto por sua importância para a vida social e para o convívio entre as diferentes classes sociais quanto por sua relevância para a saúde dos cidadãos e para a higiene pública, contrapondo o “trabalho estafante da semana” com dias de “repouso verdadeiramente revitalizante para a saúde física e moral” e conformando novos usos públicos para quarteirões insalubres a serem demolidos (CIAM, 1933, p. 18).

Mas diferentemente do urbanismo do fim do século XIX, no urbanismo modernista não cabem áreas verdes destinadas apenas ao embelezamento da cidade, devendo esses espaços desempenhar “um papel útil”, oferecendo “oportunidades de atividades saudáveis ou de entretenimento útil ao habitante da cidade” (CIAM, 1933, p. 17). Isso não significa que as áreas verdes sejam escassas no cenário urbano; do contrário, o urbanismo modernista propõe multiplicar esses espaços a ponto de transformar a “textura do tecido urbano”, com as aglomerações tendendo a “tornar-se cidades verdes” (CIAM, 1933, p. 16).

Nessa linha, entendendo a “justa proporção entre volumes edificados e espaços livres” como a “única fórmula que resolve o problema da habitação” (CIAM, 1933, p. 15), a Carta de Atenas prescreve dimensões e atributos das áreas verdes – sob uma perspectiva universalista que considera mal as singularidades locais. A partir da classificação das horas livres em três categorias, recomenda a criação de três tipos de áreas verdes: ao redor das moradias, para as horas livres cotidianas (jogos e esportes para crianças, adolescentes e adultos); na região das moradias, em zonas periféricas, para o lazer semanal (parques, florestas, montanhas, lagos, áreas de esporte, estádios, praias naturais ou artificiais); e no país, para o lazer anual (viagens para fora da cidade e da região)⁷⁰.

Os projetos de *Uma Cidade Contemporânea para Três Milhões de Habitantes* (1922) e da *Cidade Radiosa* (1930), de Le Corbusier (FIG. 16), exemplificam os preceitos da Carta de Atenas, ilustrando a nova textura urbana. Como argumenta o arquiteto,

⁷⁰ A Carta menciona ainda a necessidade “não só de preservar as belezas naturais ainda intactas, mas também de reparar as agressões que algumas delas tenham sofrido” – mas dá a entender que essas belezas naturais estejam situadas distantes das cidades, uma vez que não remete à preservação de aspectos naturais preexistentes no espaço urbano (CIAM, 1933, p. 18).

Em zonas de habitação como esta, as ruas não têm desculpas para existir. A cidade tornou-se uma cidade verde. Edifícios usados pelas crianças estão situados em parques. Adolescentes e adultos podem praticar esportes ao ar livre apenas saindo de suas casas. Carros circulam em algum outro lugar – onde são úteis para alguma coisa (LE CORBUSIER, 1939, p. 33 *apud* HOLSTON, 2010, p. 41).

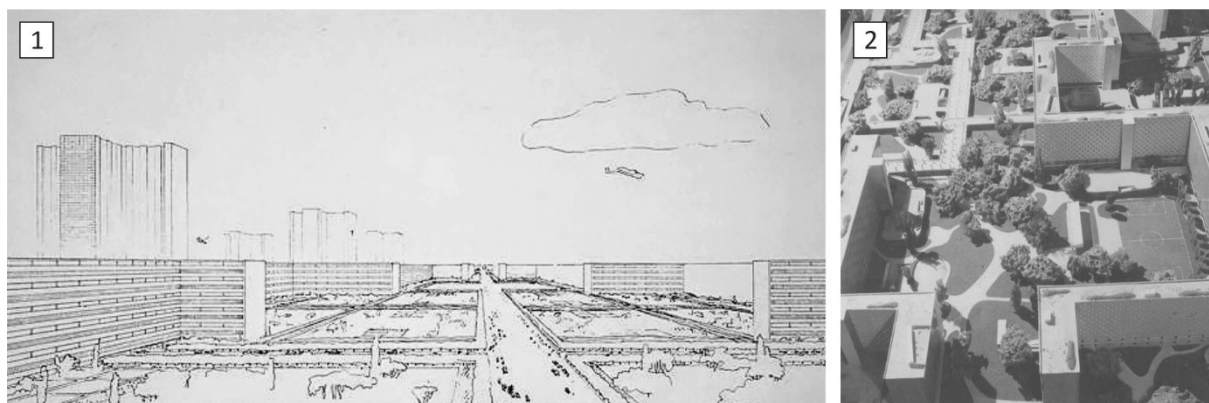


Figura 16 – Projetos de Le Corbusier

1 – *Uma Cidade Contemporânea para Três Milhões de Habitantes*

2 – *Cidade Radiosa*

Fonte: Le Corbusier (1922, adaptado; 1930).

No Plano Piloto de Brasília (FIG. 17), os preceitos formais da Carta de Atenas foram articulados de forma notável: eixos viários de alta velocidade estruturam o espaço, articulando-se de modo a eliminar os cruzamentos (e as ruas); superquadras residenciais encontram-se separadas das áreas de trabalho e de lazer semanal; prédios administrativos, financeiros e comerciais estão posicionados em torno do cruzamento central; a zona de recreação rodeia a cidade na forma de um cinturão verde e um lago; e as superfícies verdes se amalgamam com os volumes construídos (HOLSTON, 2010).

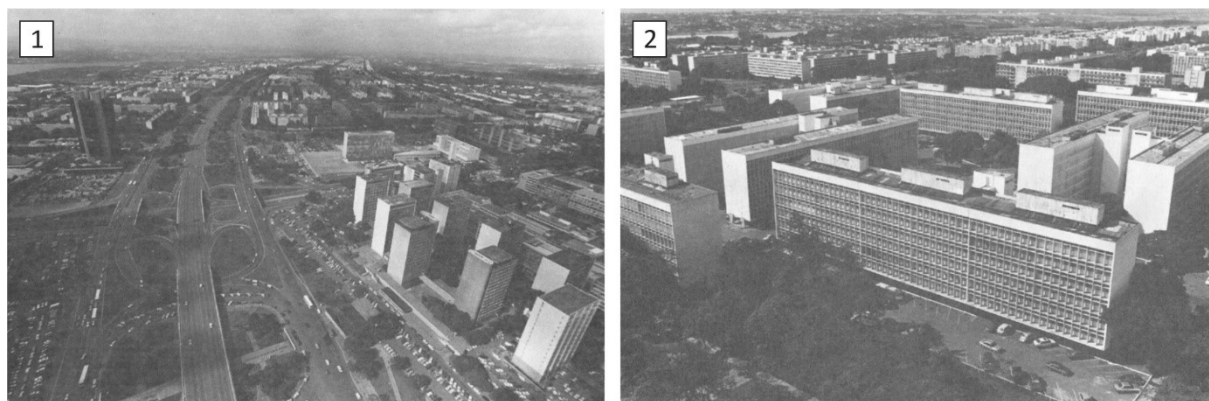


Figura 17 – Plano Piloto de Brasília (1990)

1 – Eixo Rodoviário Sul (1990)

2 – SQS 108 (1990)

Fonte: Relatório do Plano Piloto de Brasília (1991, p. 58; 62).

Holston (2010, p. 102) ressalta o descolamento dos propósitos de transformação social pensados pelos arquitetos/urbanistas de Brasília com relação à proposta desenvolvimentista (capitalista tradicional) do governo nacional em exercício. Para o autor, enquanto Lúcio Costa e Oscar Niemeyer aderiam às premissas coletivistas e igualitárias das vanguardas do CIAMs, Juscelino Kubitschek valorizava a arquitetura moderna como estética industrial adequada aos “novos tempos”, privilegiando o automóvel (em sintonia com seu programa de industrialização baseado na indústria automobilística) e exigindo planejamento centralizado.

Os propósitos de JK podem ser associados à adoção brasileira do modelo fordista do capitalismo mundial. Como discute Harvey (2002), o fordismo, cujas origens se ligam a Henry Ford – que introduzira a jornada de oito horas de trabalho recompensada por cinco dólares em sua linha de montagem de automóveis na década de 1910 –, partia do pressuposto de que um novo tipo de sociedade (democrática, racionalizada, modernista, populista e de consumo massivo) poderia ser construído por meio da decomposição do processo produtivo, adotando-se um novo sistema de reprodução da força de trabalho e uma nova política de controle do trabalho, o que resvalaria também numa nova estética e numa nova psicologia. Para construir esse novo tipo de sociedade – modernista e industrial –, reerguendo o capitalismo da Grande Depressão estadunidense do fim dos anos 1920, foi necessário que o Estado se envolvesse no processo por meio de políticas (keynesianas) de bem-estar social, de intervenção na economia e de planejamento centralizado.

O modelo fordista-keynesiano foi a base de um longo período de expansão econômica dos países capitalistas centrais, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, sendo marcado por um “surto de expansões internacionalistas de alcance mundial” e por uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de alianças militares e relações de poder. Ele se disseminou desigualmente pelo mundo, na medida em que cada Estado o adequou às suas particularidades, suas relações de trabalho, sua política monetária e fiscal e suas estratégias de bem-estar e investimento (HARVEY, 2002).

No Brasil, o processo teve seu início relacionado aos governos de Vargas e JK, sendo marcado por avanços no planejamento nacional, regional e urbano, pela implantação de um Estado do bem-estar espacialmente e setorialmente seletivo⁷¹ e por transformações nas cidades em processo

⁷¹ Monte-Mór (2007, p. 104) considera o processo *espacialmente seletivo*, “porque restrito às grandes cidades industriais e algumas cidades mono-industriais” cuja disposição no território nacional se aproximava da forma de um arquipélago, e *setorialmente seletivo*, “por envolver apenas setores modernos da economia”, como a indústria (com destaque para a automobilística), o comércio, os serviços (bancários, técnicos e o setor público) e o capital estrangeiro (fortemente controlado pelo governo federal).

de industrialização, conformando o *arquipélago urbano* onde se concentraram as condições gerais de produção exigidas pelo capitalismo industrial no país (MONTE-MÓR, 2007).

Ainda que os princípios de Lúcio Costa tivessem sido distintos dos propósitos de JK, seus discursos se alinhavam em torno da ampla perspectiva da *modernidade*. Na conclusão do relatório de sua (persuasiva) proposta para a nova capital, apresentado à Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Nova Capital Federal por ocasião do concurso para a escolha do Plano Piloto de Brasília, o urbanista soube mobilizar essa perspectiva a seu favor, afirmando antever Brasília como “capital aérea e rodoviária; cidade parque⁷²” (RELATÓRIO, 1991, p. 34) – sintonizando-se, assim, ao discurso presidencial.

Nesse relatório, as áreas verdes seguem as prescrições da Carta de Atenas, estando presentes no interior das superquadras residenciais (com *playgrounds*, faixas sombreadas e gramadas para lazer e faixa de terreno destinada a floricultura, horta e pomar), nas faixas verdes contíguas às pistas de rolamento, ao longo dos eixos monumental e residencial, na orla da lagoa e nas áreas verdes conformadas pelo jardim botânico e pelo jardim zoológico – que assumem formas de pulmões paralelos ao eixo monumental⁷³ (FIG. 18).



Figura 18 – Jardins como “pulmões” do Plano Piloto

Fonte: Relatório do Plano Piloto de Brasília (1991, p. 21).

⁷² Cumpre creditar a Le Corbusier as denominações “cidade verde” e “cidade parque”. Já na década de 1930, o arquiteto empregava tais termos ao fazer referência a seus projetos urbanísticos, marcados pela forte presença de áreas verdes, pela valorização do lazer e pela concentração da ocupação do solo em torres (CARLOS, 2013).

⁷³ Joana Tanure (2009, p. 91) – cuja pesquisa de mestrado se volta para o projeto paisagístico de Burle Marx para o Parque Dona Sarah Kubitscheck (Parque da Cidade), de Brasília – avalia que a posição dos jardins botânico e zoológico no plano de Lúcio Costa “indica diferenças em relação às previsões da Carta de Atenas (que recomenda a criação de grandes parques em posição periférica), e correspondências com as ideias da Cidade-Jardim [de Ebenezer Howard] (que tem um grande parque em posição central)”. Com Barcellos (1999), Tanure também à Cidade-Jardim à criação das cidades-satélite no Distrito Federal, posteriormente à fundação da capital.

Os jardins botânico e zoológico não foram executados na forma inicialmente prevista por Costa, sendo a ideia de parques apartados substituída pela de um único parque zoobotânico, situado ao sul do eixo monumental. Em 1975, Costa, Niemeyer (sucedido por Glauco Campello) e Burle Marx foram convidados a criar o Parque Recreativo de Brasília, que uniria esses jardins a outros equipamentos de recreação (TANURE, 2009). Em seu projeto, reproduziram a lógica do zoneamento funcional, propondo um amplo programa de atividades esportivas e de divertimentos organizado em setores, criando ambientes distintos para abrigar “equipamentos como um clube com grandioso conjunto aquático, kartódromo, pista para bicicletas, restaurantes, área para churrasco, fonte luminosa, [e um] circo” (TANURE, 2009, p. 104-105). A equipe esperava que esses equipamentos pudessem atrair as famílias das cidades-satélites e do Plano Piloto, que usariam o espaço em seu lazer semanal.

O paisagismo modernista originalmente proposto por Burle Marx para o parque não pretendia imitar a natureza, ao contrário dos parques do fim do século XIX; tampouco buscava expressar o predomínio do ser humano sobre o mundo natural, como os jardins setecentistas. Sua proposta consistia em evidenciar o fato de o jardim ser construído sem empregar adornos ou topiaria, utilizando formas geométricas (revisitando a tendência clássica, mas com a influência da arte moderna de não privilegiar um único ponto de vista) e formas orgânicas livres (para contrastar a disciplina da arquitetura com a imprecisão da vegetação) (MOTTA, 1984 *apud* TANURE, 2009; MACEDO, 2003 *apud* TANURE, 2009). Como observa Tanure (2009, p. 82), as práticas de Burle Marx, como o emprego da flora nativa (junto à exótica) e de espécies ameaçadas de extinção, o repertório diversificado de espécies, as associações ecológicas e “o conhecimento adquirido com as pesquisas dos espaços naturais, evidenciam que a ecologia não está distante do seu paisagismo” – ainda que tal perspectiva ecológica não coincida com as noções correntes de preservação ambiental.

No entanto, para dar celeridade à construção do parque e com vistas a reduzir custos, o projeto foi alterado e limitado – o que levou Burle Marx a vir a público eximindo-se de qualquer responsabilidade quanto à conclusão do projeto (MARX, 1978 *apud* TANURE, 2009). A área verde foi inaugurada em 1978, e atualmente é denominada Parque Dona Sarah Kubitscheck, sendo mais conhecido como Parque da Cidade⁷⁴. A FIG. 19 situa o parque e ilustra alguns de seus usos.

⁷⁴ Para detalhes sobre os diferentes projetos de parque aventados para o espaço hoje conformado pelo Parque da Cidade, ver Tanure (2009). Note-se que os jardins zoológico e botânico não foram incorporados à forma final do parque, figurando atualmente como espaços separados, situados fora do Plano Piloto.

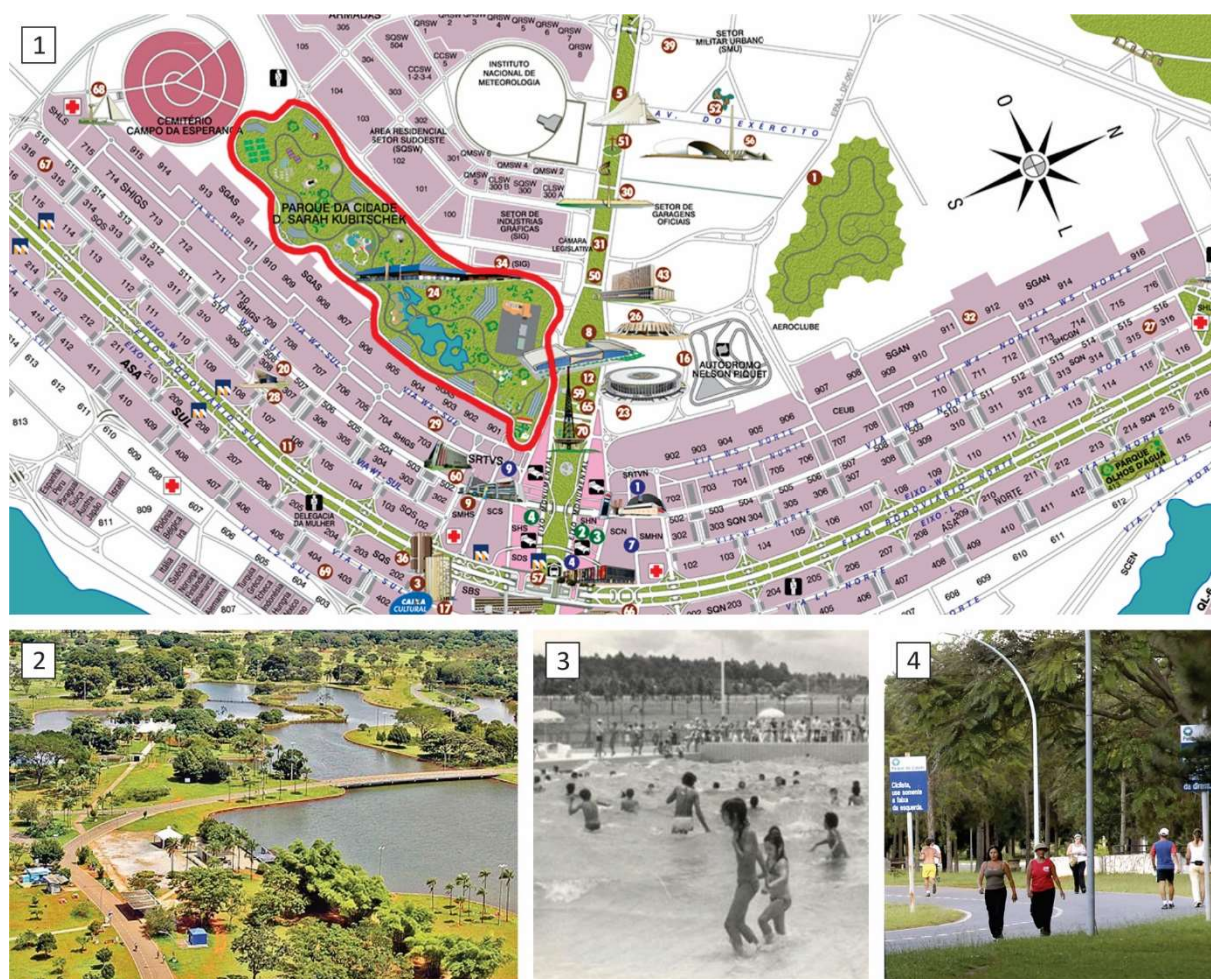


Figura 19 – Parque da Cidade (Brasília, DF)

1 – Posição do parque em relação ao Plano Piloto

2 – Vista aérea do parque, em 2012

3 – Piscina de ondas, em 1978

4 – Uso das pistas de caminhada, nos anos 2000

Fontes: 1) Conheça Brasília (2011); 2) Jornal Coletivo (2012); 3) Uma outra cidade (2013); 4) Cruz (2007).

Além do Parque da Cidade e das inúmeras áreas verdes presentes no Plano Piloto, a fundação de Brasília está associada também à criação de uma grande área protegida: o Parque Nacional de Brasília, mais conhecido como Água Mineral. Justaposto ao Plano Piloto e abrangendo inicialmente 30.000 hectares, o parque foi instituído em 1961 com objetivos relacionados ao resguardo da flora e da fauna típicas do cerrado, à conservação de bacias hidrográficas relevantes para o abastecimento público da nova capital, à promoção do equilíbrio das condições climáticas e a prevenção da erosão do solo local, assim como à proteção da topografia exótica e à possibilidade de prover meios para “educar o povo nas práticas conservacionistas e servir para preservação de material básico para estudos e pesquisas” (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS; FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA, 1998[?], p. 12). Tendo em conta essas características, caberia interpretar esse parque como um setor do zoneamento da nova capital voltado para a proteção

da natureza e, ao mesmo tempo, como um espaço dedicado ao lazer semanal. No entanto, avançando em sua contextualização histórica, é possível expandir essa leitura.

É que o Água Mineral esteve entre os dez primeiros parques nacionais brasileiros, tendo sido criado numa segunda rodada de criação desses espaços, junto a outras unidades voltadas para a proteção do cerrado (Parque Nacional das Emas e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros), concebidas por ocasião da transferência da capital para o Planalto Central (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2004).

A primeira rodada, ocorrida na década de 1930, correspondeu à materialização de um longo período de debates sobre a criação de parques nacionais no país, que culminou com a criação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, e dos Parques do Iguaçu e da Serra dos Órgãos, em 1939. Rodrigo Medeiros (2006) associa essa primeira rodada ao propósito modernizador – ligado à industrialização e à expansão da ocupação do território nacional – do governo de Getúlio Vargas, sugerindo que os movimentos organizados voltados para a proteção da natureza e a tendência internacional de criação de parques nacionais teriam encontrado nesse momento ambiente institucional favorável para a consolidação legal⁷⁵. Nas duas décadas seguintes, a criação de parques no Brasil arrefeceu, só sendo retomada de maneira mais expressiva em 1959 – “desta vez, atingindo as regiões norte, nordeste e centro-oeste do país” (MEDEIROS, 2006, p. 51).

Desenvolvendo essa perspectiva a partir da reflexão de Holston (2010), caberia associar a segunda rodada da criação de parques nacionais ao projeto modernizador do governo JK, identificando a criação de áreas protegidas fora do eixo sul-sudeste como expressões de seus propósitos de “integração pela interiorização” e de desenvolvimento regional – podendo o Parque Nacional de Brasília, anexo ao centro urbano *mais moderno* do país (HOLSTON, 2010), ser visto como símbolo de cultura e civilidade. Nesses dois momentos históricos (as duas rodadas), a temática

⁷⁵ Como resgata Camargos (2006), nos debates dos anos 1920-1930, sob inspiração dos parques nacionais estadunidenses, o turismo e a valorização nacional figuravam como as principais motivações para a instituição desses espaços. O turismo se relacionava tanto à expectativa de “educar o brasileiro para uma sensibilidade frente à natureza” própria das nações consideradas civilizadas (CAMARGOS, 2006, p. 41) quanto à pretensão de atrair o público estrangeiro, já familiarizado com a concepção do turismo nos parques nacionais, que se interessaria pela exuberância da natureza brasileira e pelos costumes do brasileiro interiorano. A autora observa que a atração do público estrangeiro tornava a proximidade entre os parques nacionais e os centros urbanos oportuna, na medida em que facilitaria o acesso aos parques e complementaria a experiência do turista, que se sentiria em casa nas cidades brasileiras dotadas de arranha-céus, cinemas e cabarés. Nesse aspecto, Camargos identifica uma das características da adaptação brasileira do modelo estadunidense de parques nacionais: aqui, os parques nacionais não eram tanto uma proposta antiurbana, sendo valorizados mais enquanto símbolos de modernidade, civilidade e identidade nacional. Nessa perspectiva, o turismo nos parques era tido também como instrumento de valorização e divulgação nacional, relacionando-se com a arte – sendo as feições excepcionais da natureza defendidas como espécimes do patrimônio artístico nacional –, com o fortalecimento de uma identidade nacional fundada nas belezas naturais (regionalmente diversas) e com a equiparação do país “às nações cultas e civilizadas” (CAMARGOS, 2006, p. 91).

da natureza esteve fortemente ligada à da modernização – esta, por sua vez, associada à industrialização –, constituindo os parques marcos na “trajetória temporal do país rumo à sua emergência como uma grande nação” (HOLSTON, 2010, p. 25)⁷⁶. Aqui, mais uma vez, nota-se a relação entre a criação das áreas verdes e áreas protegidas e o avanço da industrialização-urbanização.

Além dessas interpretações, cabe ainda reforçar o caráter do Parque Nacional de Brasília – e das áreas protegidas como um todo – de instrumento estratégico de controle da ocupação do território. Situado nas imediações do Plano Piloto, em terrenos desapropriados para a construção da nova capital, sua concepção pode ter envolvido também o propósito de evitar (como, de fato, evitou) a ocupação irregular no entorno da cidade planejada, concorrendo com o propósito do plano de orientar a expansão urbana⁷⁷.

Nessa linha, caberia identificar, na história do Distrito Federal, uma terceira rodada de criação de áreas protegidas, iniciada na década de 1980. A partir dessa década, num contexto internacional de ascensão de preocupações ecológicas, de consolidação de conhecimentos científicos sobre os impactos ambientais das atividades humanas e de detalhamento da legislação brasileira afeta à temática da proteção da natureza – que avalio no Capítulo 3 –, outros espaços situados nas imediações do Plano Piloto foram declarados protegidos. Entre eles estiveram o Jardim Botânico de Brasília, instituído em 1985 (e sua Estação Ecológica anexa, criada em 1992), a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Capetinga/Taquara, criada em 1985, a ARIE do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, de 1988, a APA do Lago Paranoá, de 1989, a Floresta Nacional de Brasília, de 1999, e a Reserva Biológica de Contagem, de 2002 (JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA, *online*; INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, *online*[a]; DISTRITO FEDERAL, *online*)⁷⁸. Ao final dessa terceira rodada, o Distrito Federal já era “a Unidade da Federação com maior percentual de áreas protegidas, abrangendo 43% do seu território”, e, com “a criação da APA do Planalto Central, em janeiro de 2002, o DF passou a ter quase a totalidade de sua área abrangida por Unidades de

⁷⁶ Talvez seja possível interpretar esse movimento como um embrião do processo de *modernização ecológica* (HARVEY, 1996) que se consolidou no mundo capitalista a segunda metade do século XX, que discuto no Capítulo 3.

⁷⁷ Essa leitura encontra respaldo na pesquisa bibliográfica que embasou o Plano de Manejo da Floresta Nacional de Brasília. A partir de Cecília Malagutti (1997), o estudo destaca “as ocupações clandestinas” como “um fenômeno crescente nos anos 1960” no Distrito Federal, e sugere que uma proposta de “criação de um cinturão verde”, datada daquela década, possa ter visado conter a “crescente ocupação nas regiões próximas dos mananciais de água na Bacia do Descoberto” (BIO TEIA ESTUDOS AMBIENTAIS, 2016, p. 23). Embora não se trate especificamente dos terrenos abrangidos pelo Água Mineral, o dado permite relacionar o controle da ocupação urbana aos objetivos pretendidos com a criação do parque.

⁷⁸ Discrimino as diferentes categorias de áreas protegidas no Capítulo 3. Cabe acrescentar que, além das citadas áreas protegidas, outros terrenos públicos não construídos próximos ao Plano Piloto concorreram para o controle da ocupação urbana, como a Reserva Biológica do IBGE e a Fazenda Água Limpa da UnB, justapostos ao Jardim Botânico, além do Jardim Zoológico (GEO LÓGICA; ECOTECH, 2009; FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA, *online*).

Conservação, com exceção apenas para zonas urbanas consolidadas” (GEO LÓGICA; ECOTECH, 2009, p. 21) – como se vê na FIG. 20.

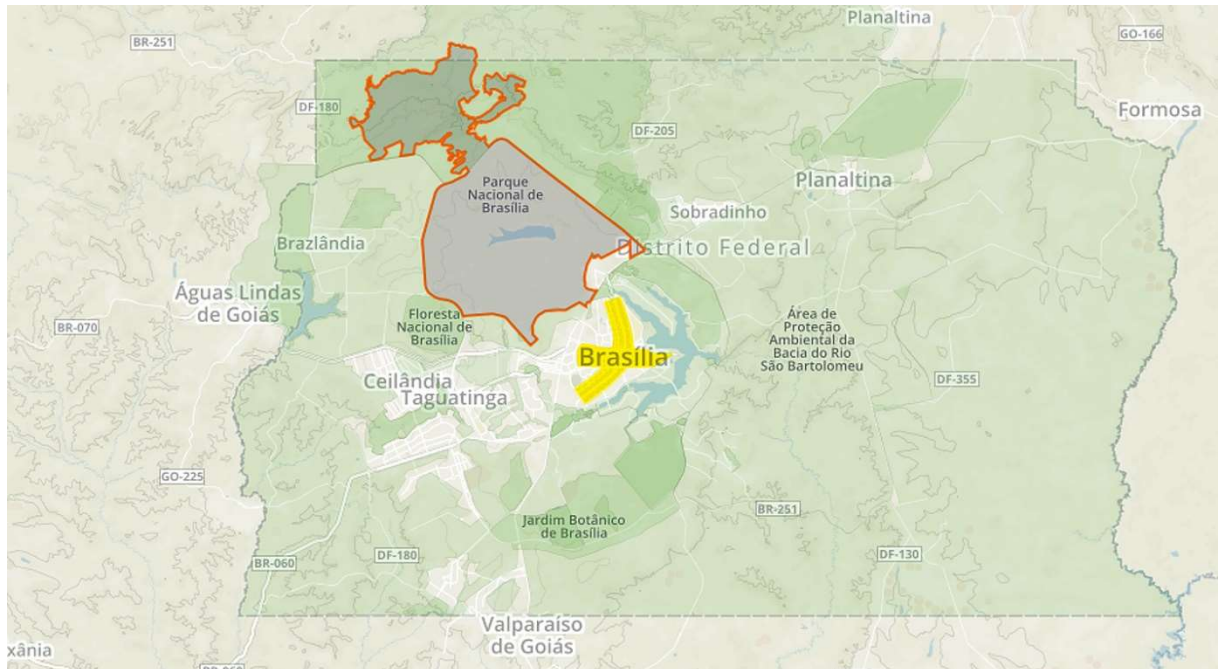


Figura 20 – Unidades de conservação do Distrito Federal (2016)

Fonte: Protected Planet (*online*, adaptado).

Nota: Em verde, as áreas protegidas; em amarelo, o plano piloto; e em vermelho, o Parque Nacional de Brasília.

A FIG. 20 situa as áreas protegidas com relação ao Plano Piloto, ilustrando uma espécie de “cercamento” da cidade planejada por instrumentos de proteção ambiental. Essa noção de cercamento permite avançar na leitura do Plano Piloto de Brasília e de suas áreas verdes e áreas protegidas enquanto utopias da forma espacial, nos termos de Harvey (2009).

Holston (2010) chega a constatação semelhante ao avaliar que as normas que promoveram o tombamento do Plano Piloto *traíram o espírito* inventivo e utópico inscrito na concepção (por técnicos e políticos) e na construção (por operários) da capital. Para o autor, tais normas transformaram a cidade em um memorial, em uma forma espacial fixa que assegura “poderes a uma gerontocracia de fundadores”, privando as gerações jovens da experimentação e da construção de novas forma de viver na cidade⁷⁹. Defende, assim, que a cidade restitua seu espírito utópico, relacionado à experimentação urbana.

⁷⁹ O autor se refere: à Lei Federal nº 3.751, de 1960, que dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal, determinando que alteração no Plano Piloto depende de autorização legal; ao tombamento de Brasília como *patrimônio cultural* em 1992, recomendando a manutenção das principais determinações do plano; e à inscrição do Plano Piloto (inclusive os bairros do Lago) na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, em 1987 (HOLSTON, 2010, p. V).

Como a história mostra amplamente, o que resulta com frequência da tentativa de gerir problemas sociais significativos sufocando-os com uma legislação severa é apenas distorção. Forçar a lei a resolver um problema pode demonstrar a capacidade de administradores de forjar legislação e imprimir papel, mas isso em geral não consegue impedir que os conflitos re-emerjam. [...] Permitam-me repetir que o retorno à experimentação urbana que eu defendo para Brasília não tem nada a ver com dar liberdade ao mercado especulativo. Ao contrário, tem a ver com administradores, arquitetos, planejadores, educadores, médicos, advogados, artistas, ecologistas, e todos os outros tipos de cidadãos desenvolverem ideias inovadoras para enfrentar os muitos problemas da vida urbana e fazer isso com incentivo e suporte públicos (HOLSTON, 2010, p. VII).

Com Holston, verifica-se que, pensada como cidade-máquina, a concepção de Brasília considerou precariamente a dimensão política e dialética do espaço e das relações sociais. Posta em prática, seus mecanismos reforçaram o controle do Estado (sobretudo no regime militar) e a segregação social. Apesar de pretender criar um espaço imune às contradições e desigualdades sociais impressas nas metrópoles industriais por meio do planejamento urbano total, a utopia de Brasília negligenciou as relações de trabalho – e as desigualdades engendradas por essas relações. Assim, foi mobilizada pelo projeto desenvolvimentista industrializante e por práticas espaciais das classes médias do “velho Brasil”, que logo tomaram as rédeas da forma espacial que pretendia controlá-los, reproduzindo (em grau acentuado) os tradicionais padrões centro-periferia de desigualdade socioespacial entre o Plano Piloto, as cidades-satélites e as ocupações irregulares (HOLSTON, 2010, p. 32).

Como observa o autor (HOLSTON, 2010, p. 34-36), o fato de o Plano Piloto estar “livre dos problemas que afligem outras cidades do Brasil – congestionamentos, altas taxas de criminalidade, miséria onipresente, precariedade dos serviços urbanos, poluição” – revela não a constituição da nova sociedade igualitária pretendida por seus idealizadores, mas sim o sucesso das estratégias estatais de manter “as forças da ‘desordem’ fora da capital e na periferia”. Nesse contexto, as áreas verdes e áreas protegidas, concebidas tendo como pano de fundo o lazer acessível a todos e o convívio entre pessoas de diferentes classes de renda, são igualmente mobilizadas pelas forças da “ordem”, apartando social e espacialmente moradores da capital e seus satélites.

Em *Morte e vida de grandes cidades*, a jornalista e ativista nova-iorquina Jane Jacobs⁸⁰ (2009) critica duramente os processos modernistas de planejamento e renovação urbana, apontando contradições na concepção das áreas verdes particularmente pertinentes ao caso brasileiro. Como bem sintetiza Bianca Tavorari (2015, p. 9), Jacobs considera que, guiados pelas teorias do urbanismo propostas por autores como Ebenezer Howard, Le Corbusier e Daniel Burnham, “os urbanistas se esforçam para entender como a cidade deveria funcionar a partir de modelos que eles próprios construíram e não a partir de como a cidade funciona de fato”.

Jacobs denuncia a existência de certo fetiche dos espaços livres de construção entre governantes, planejadores e construtores, avaliando que o Estado e o setor imobiliário costumam apresentar a resposta “mais áreas livres” a toda sorte de problemas urbanos, mesmo para as zonas já bem supridas de áreas livres. Para a autora, os espaços livres só têm sentido na medida em que servem ao uso e à fruição dos moradores das cidades, sendo improcedente grande parte dos argumentos associados a tal fetiche dos espaços livres.

O primeiro dos argumentos problematizados pela autora é a máxima de que parques sejam “pulmões verdes salvadores das cidades” (JACOBS, 2009, p. 100). Como argumenta, embora contribua para a absorção do dióxido de carbono produzido pela cidade, a vegetação que conforma as áreas verdes não é a principal responsável pela manutenção da boa qualidade do ar de uma cidade, mas sim as correntes de ar que a permeiam. Além disso, paradoxalmente, dependendo de suas dimensões e do modo como são levadas a cabo as políticas de mobilidade urbana em uma localidade, as áreas verdes podem até mesmo contribuir para a piora da qualidade do ar. Esse seria o caso de Los Angeles – e, pode-se acrescentar, de Brasília –, onde a distribuição das áreas verdes contribui

⁸⁰ Na obra, publicada originalmente em 1961, Jacobs ataca duramente o programa norte-americano de renovação urbana das áreas centrais das cidades no período pós Segunda Guerra Mundial, sobretudo a prática de fazer tábua rasa de setores urbanos consolidados, substituindo-os por megaprojetos de reurbanização fundados numa arquitetura burocrática ou monumental (SEGAWA, 2002). A autora, e notadamente essa obra, tornaram-se referências importantes nos debates urbanísticos internacionais a partir dos anos 1970, sendo leitura obrigatória em cursos de arquitetura, urbanismo e geografia. No entanto, as referências a Jacobs como heroína, profetisa ou visionária são também questionadas, como destaca Bianca Tavorari (2015). Marshall Berman (1982) e David Harvey (2009) identificam em seu antimodernismo uma perspectiva de regresso a uma vida bucólica, de valorização do bairro e da família, uma utopia de organização espacial de maneira mais íntima (HARVEY, 2009) e apontam para apropriação dessa perspectiva pelos ideólogos da conservadora “nova direita” estadunidense. Além dessas críticas, é preciso questionar a recorrente analogia que a autora estabelece entre a cidade e um organismo vivo, autossuficiente e capaz de se regenerar sozinho – presente também em outras obras de Jacobs, como em *A natureza das economias* (2001). Embora essa analogia represente uma oposição deliberada à analogia utilizada pelo urbanismo moderno (a cidade-máquina), denunciando sua ausência de humanidade (ELLIN, 1996 *apud* TAVOLARI, 2015, p. 11), seu emprego acaba por “naturalizar” as relações sociais que produzem e são produzidas pelo espaço urbano. Nessa perspectiva, a autora deixa de problematizar a produção capitalista do espaço (e sua associação de sucesso com o urbanismo ortodoxo moderno) para tratar a violência dos processos estatais de renovação/intervenção urbana como uma falha na compreensão dos urbanistas sobre a realidade – o que talvez explique o apreço de grupos de direita por sua obra (BERMAN, 1982; HARVEY, 2009; TAVOLARI, 2015). Com essas ressalvas, circunscrevo meu interesse pela obra de Jacobs à sua percepção sobre as contradições relacionadas à implantação do urbanismo moderno.

para uma urbanização dispersa e, conseqüentemente, para longos deslocamentos das pessoas, o que, combinado com uma política de priorização dos meios de transporte individuais em detrimento dos coletivos, enseja o alto tráfego de automóveis e “níveis de poluição maiores que as árvores dos parques são capazes de neutralizar” (JACOBS, 2009, p. 100).

A autora também questiona as afirmações recorrentes de que as áreas verdes estabilizam (ou incrementam) o valor dos imóveis vizinhos e de que funcionam como “âncoras da comunidade”. Segundo ela, ainda que esses espaços possam, em alguns casos, servir como lugares de reunião dos moradores e valorizar os imóveis que as circundam, em muitos outros casos, eles são pouco utilizados. Esse despovoamento, por sua vez, provoca insegurança e favorece o vandalismo, fomentando um círculo vicioso de aversão pela área verde e contribuindo para a desvalorização do bairro. Como pontua a autora,

Espera-se muito dos parques urbanos. Longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno, longe de promover as vizinhanças automaticamente, os próprios parques de bairro é que são direta e drasticamente afetados pela maneira como a vizinhança nelas interfere (JACOBS, 2009, p. 104).

Nas cidades, portanto, “a animação e a variedade atraem mais animação; a apatia e a monotonia repelem a vida” (JACOBS, 2009, p. 108). E o que torna as áreas verdes animadas e atrativas é a combinação da diversidade física e funcional das áreas adjacentes às áreas verdes com a atratividade específica desses espaços.

No que se refere à diversidade física e funcional do entorno desses espaços, Jacobs avalia que áreas verdes situadas em zonas com usos pouco diversos tendem a ter sua visitação restrita a horários específicos – como o horário do almoço em zonas de edifícios de escritórios ou o meio da manhã e da tarde em bairros residenciais –, enquanto as áreas verdes cercadas por edifícios com usos variados tendem a ser frequentadas por uma diversidade maior de usuários, que entram e saem em horários diferentes⁸¹.

Já no que toca à atratividade específica das áreas, a autora ressalta que “as pessoas não utilizam as áreas livres só porque elas estão lá”, como “os urbanistas e planejadores urbanos gostariam que utilizassem” (JACOBS, 2009, p. 98). Elas utilizam as áreas que consideram atrativas –

⁸¹ Com esse raciocínio, Jacobs (2009) sugere que a atratividade de uma área verde não tem relação com as classes de renda de seu entorno. Do mesmo modo, defende que não são os “usos de baixo status” (por usuários de drogas e moradores de rua) que expulsam das áreas verdes os demais usuários; ao contrário, é o despovoamento da área verde que atrai esses tipos de uso (JACOBS, 2009, p. 107). Esse reconhecimento, por seu turno, coloca em cheque as ações voltadas apenas para remover esses usuários desses espaços.

e manter esses espaços atrativos é tarefa complicada. Parte dessa atratividade tem relação com o projeto de cada um desses espaços, com suas regras de uso e com a quantidade de áreas verdes disponíveis em um determinado bairro.

Quanto aos projetos das áreas verdes, a autora elenca alguns aspectos que podem contribuir para torná-las mais atrativas, como sua complexidade visual, a variedade de ambientes no espaço, a presença de centralidades (áreas propícias ao agrupamento de pessoas), a insolação adequada, a existência de limites bem definidos e a conformação de espaços percebidos de forma positiva no cenário das construções. Quanto às suas possibilidades de utilização, avalia que regras muito rígidas podem prejudicar sua atratividade⁸². Já no que toca à quantidade de espaços livres numa determinada região, nota que os parques bem-sucedidos “raramente têm a concorrência de outras áreas livres” – e, nesse sentido, critica duramente as utopias urbanísticas como a *Cidade Jardim* e a *Cidade Radiosa* –, avaliando que, para dar vida às áreas verdes dos planos dessa proposta, a população da cidade teria de dedicar-se ao uso dos parques como um ofício (JACOBS, 2009, p. 111).

Apesar de não dirigidas a Brasília, as críticas de Jacobs atingem em cheio a cidade-parque de Lúcio Costa. Dado do zoneamento funcional do Plano Piloto, as áreas verdes e áreas protegidas situam-se em setores de usos únicos, o que limita seu público e seus horários e tipos de uso. Do mesmo modo, a não ser pelos parques destinados ao lazer semanal (Parque da Cidade, Água Mineral, jardins zoológico e botânico, entre outros), que possuem ambientes diversos, as áreas verdes do interior do Plano Piloto não possuem limites definidos, estão por toda parte e tendem a não atender às características positivas de projeto citadas por Jacobs, o que favorece a dispersão de seu público potencial e, conseqüentemente, seu esvaziamento.

Embora fartas e acessíveis aos moradores do Plano Piloto, esses espaços são escassos para grande parte da população moradora das periferias. E, por se posicionarem adjacentes ao Plano, acabam por tornar maiores os deslocamentos diários dos moradores das cidades-satélites entre suas casas e seus trabalhos, o que, por sua vez, consome seu tempo livre e restringe seu lazer.

O caso das áreas verdes e áreas protegidas de Brasília pode ser visto como um exemplar *sui generis* das contradições inerentes à aplicação do planejamento urbano (e ambiental) modernista no país. Embora possam ser identificados elementos comuns entre esse planejamento e a legislação brasileira de parcelamento do solo urbano e de proteção da natureza, editada nas décadas de 1960 e

⁸² Jacobs (2009, p. 297) ilustra a questão das regras de uso do espaço com o caso de um cais situado nas proximidades de sua casa: “O cais é usado para pescar enguias, tomar banho de sol, empinar pipas, fazer funilaria de automóveis, piqueniques, vender cachorro-quente e sorvete, acenar para os barcos que passam e bater papo. (Já que o cais não pertence ao Departamento de Parques, ninguém é proibido de coisa alguma)”.

1970 – como a previsão de percentuais mínimos de espaços livres em todos os loteamentos e a determinação de metragem fixa de áreas de vegetação nativa margeando todos os cursos d'água –, pode-se dizer que o cinturão verde de Brasília permanece único em sua capacidade de controle socioespacial.

...

Com a legislação editada nas décadas de 1960 e 1970, a criação de áreas verdes se tornou regra para a urbanização formal⁸³ no país – não sem resistências e questionamentos jurídicos quanto à sua aplicabilidade por parte do mercado imobiliário e negligência por parte das prefeituras. Também nesse período se fortaleceu o aspecto ecológico presente no ideário das áreas verdes, o que contribuiu para aproximá-las das noções e contradições relacionadas às áreas protegidas.

Cabe, então, remontar a ascensão das preocupações internacionais relacionadas à proteção da biodiversidade e às mudanças climáticas e seus desdobramentos nas políticas internacionais associadas às áreas verdes e áreas protegidas.

⁸³ Os espaços livres foram previstos na legislação federal sobre o parcelamento do solo urbano de 1976 e, mais tarde, nas atualizações e na revisão do Código Florestal Brasileiro de 1965, nas normas infralegais relacionadas às Áreas de Proteção Permanente, e no Estatuto da Cidade, que dispôs regras para o planejamento urbano em nível municipal (BRASIL, 1965; 1979; 2001; 2012). No entanto, como destaca Maricato (2000), a maior parte das moradias no país é produzida fora do mercado formal, de modo que (quando não se instalam justamente nas áreas verdes e áreas protegidas negligenciadas pelo Estado), elas raramente são servidas desse tipo de espaço público.

CAPÍTULO 3 – Ascensão das preocupações internacionais com a biodiversidade e o clima

Na segunda metade do século XX, os objetivos centrais das áreas protegidas foram substantivamente modificados, deslocando-se da proteção das paisagens para a conservação da biodiversidade (DIEGUES, 2000). Teve início, então, um processo em que o turismo deixava de ser a principal finalidade desses espaços para se tornar uma finalidade secundária – vista até mesmo como um obstáculo à preservação da natureza (CAMARGOS, 2006).

Para Diegues (2000, p. 36), a biodiversidade ganhou centralidade na discussão ambiental “como resultado do rápido desaparecimento de espécies e ecossistemas, particularmente a partir da década de 1960”, e, oficialmente, a partir dos anos 1980, com as conferências internacionais sobre o meio ambiente e com a publicação, por importantes organizações internacionais, de grandes estudos sobre a temática⁸⁴. Concorreu para essa centralidade o protagonismo da disciplina da biologia da conservação, nascida nos Estados Unidos, na década de 1960.

Orientada por métodos rígidos e recebendo influência da biogeografia insular e de pesquisas relacionadas à probabilidade de extinção das espécies, a biologia da conservação voltou-se, em seus primeiros anos, para o debate sobre o tamanho e a forma das áreas protegidas, propondo a priorização da criação de grandes reservas, o estabelecimento de corredores ecológicos e o desenvolvimento de técnicas para avaliar o risco de extinção de espécies – negligenciando as interações entre grupos humanos e habitats naturais (DIEGUES, 2000, p. 11). A disciplina teve forte rebatimento nas políticas públicas de criação de áreas protegidas, seja por meio da influência direta dos cientistas sobre os governos, seja por meio das organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas internacionais, seja na forma dos tratados e fóruns internacionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), firmada na Eco 92 – cujas conferências periódicas continuam a produzir documentos e metas a serem perseguidas pelos países signatários, entre os quais o Brasil.

A ascensão do imperativo da proteção da biodiversidade refletiu, assim, um contexto em que as preocupações com a proteção dos ecossistemas se tornavam mundiais, passando a criação de parques nacionais e de outras áreas protegidas a atender a estratégias articuladas globalmente – não mais se limitando a iniciativas locais/nacionais relacionadas ao lazer, à proteção das paisagens e à conformação de símbolos de modernidade e civilidade. Essa mundialização da temática pode ser associada a um momento de transição do modo de produção capitalista global, em que o modelo

⁸⁴ Trata-se de eventos como a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em 1972, a 2ª Conferência para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92), de 1992, além de publicações como a Estratégia Mundial para a Conservação, da IUCN/WWF, de 1980, e o Relatório Nosso Futuro Comum, de 1987 (DIEGUES, 2000).

fordista-keynesiano, desigualmente disseminado no mundo, iniciava sua reestruturação no sentido da *acumulação flexível* – como discute Harvey (2002).

O geógrafo descreve os limites do capitalismo fordista-keynesiano a partir das dificuldades concernentes à sua rigidez. No final da década de 1960, os mercados internos nas economias centrais estavam saturados e as políticas de substituição de importações nas economias periféricas começavam a representar uma onda de industrialização competitiva. Com a redução das taxas de crescimento econômico, a manutenção do Estado do bem-estar social e do salário social nos países capitalistas centrais foi entendida como insustentável, levando à emissão excessiva de moeda e, conseqüentemente, a grandes taxas de inflação. Instaurou-se, então, uma profunda crise fiscal e de legitimação na economia estadunidense que, com a crise do petróleo, de 1973, espalhou-se por todas as economias capitalistas.

A saída para a crise internacional passou pela desregulamentação do mercado, pelo afastamento do Estado das políticas assistencialistas – junto à ascensão de um agressivo neoconservadorismo e do acirramento da competição entre os Estados (e entre cidades) – e por profundas mudanças no âmbito das corporações. Estas se dedicaram à reestruturação da produção, à mudança tecnológica, à busca por novos nichos de mercado, à aceleração do giro de capital e à dispersão geográfica – que lhes permitiu (e ainda permite) esquivar-se das regulações trabalhistas dos países centrais e aceder a insumos produtivos menos onerosos.

Assim se construía a acumulação flexível, pautada: pela flexibilidade e pela mobilidade; pela revisão das relações de trabalho no sentido da terceirização, da subcontratação e da maleabilidade das jornadas; pelo surgimento de novos setores de produção; pelo fortalecimento do capital financeiro; pelos novos mercados; pela inovação comercial, tecnológica e organizacional; pelo crescimento do setor de serviços; pelo neoliberalismo econômico; e por mudanças nos mais diversos domínios da vida, tais como família, religião, literatura e conhecimento científico (HARVEY, 2002).

Inseridas nesse contexto de transformações políticas, econômicas e sociais, as articulações globais para a proteção da natureza, a partir da década de 1970, conviveram (ou, em muitos casos, integraram) o que Martin O'Connor (1993) definiu como *fase ecológica do capitalismo*: momento em que o processo de *capitalização* – tratamento de algo que não é produzido como mercadoria como se mercadoria fosse (J. O'CONNOR, 1988) – atinge todos os domínios da natureza e da vida.

No que podemos chamar de *fase ecológica do capitalismo*, a imagem relevante não é mais a do ser humano agindo na natureza para "produzir" o valor, então apropriado pela classe capitalista. Pelo contrário, é a imagem da natureza (e da natureza humana) codificada como *capital encarnado*, regenerando-se através do tempo por regimes controlados de investimento por todo o mundo, todos integrados em um "cálculo racional de produção e troca" através do milagre de um sistema de preços que se estende através do espaço e do tempo. Esta é a natureza concebida à imagem do capital; e essa representação da natureza é a base para a "gestão racional" de natureza/capital, que, cada vez mais, é instituído violentamente em *fato político* (M. O'CONNOR, 1993, p. 16, tradução minha, grifos do autor).⁸⁵

Aprofundando a descrição dessa fase ecológica do capitalismo, Escobar (1996) identifica duas formas principais de capitalização da natureza, que denomina como *modernas e pós-modernas*. Entre as formas modernas de capitalização da natureza está o processo descrito por James O'Connor (1988) segundo o qual, diante da escassez de recursos, as empresas tentam reestruturar suas condições de produção para reduzir custos, o que envolve a transferência de unidades a lugares com regras ambientais mais brandas, transferindo os custos sociais da produção para os moradores locais e suas futuras gerações. Essas medidas se refletem tanto em ações violentas (inclusive militares) como em pressões sobre governos para que não estabeleçam regras rígidas à exploração e não cedam às pressões populares pela proteção ambiental.

Às formas modernas de capitalização da natureza se superpõem formas pós-modernas, relacionadas à conquista dos saberes e conhecimentos das comunidades locais, além da conquista simbólica da natureza (ESCOBAR, 1996). Conforme James O'Connor (1988), nos lugares onde não são viáveis a reestruturação produtiva e o estabelecimento de direitos de propriedade explícitos sobre os domínios naturais, as grandes empresas tentam promover a capitalização dos custos de produção – o que significa passar a designar aspectos da natureza e da sociedade como ativos econômicos. Nesse movimento, comunidades e movimentos sociais são atraídos a cooperar com a capitalização, passando a ser representados (e a representar a si mesmos) como *guardiães* dos capitais social e natural, sendo suas práticas *sustentáveis* transformadas em sua responsabilidade e seu negócio à

⁸⁵ “[...] In what we might call the ecological phase of capital, the relevant image is no longer of man acting on nature to ‘produce’ value, henceforth appropriated by capitalist class. Rather it is of nature (and human nature) codified as capital incarnate, regenerating itself through time by controlled regimes of investment around the globe, all integrated in a ‘rational calculus of production and exchange’ through the miracle of a price system extending across space and time. This is nature conceived in the image of capital; and this representation of nature is the basis for the ‘rational management’ of nature/capital that, increasingly, is instituted violently in political fact”. As citações no interior deste trecho se referem a passagens da obra *For a Critique of the Political Economy of the Sign*, de Jean Baudrillard, publicada pela Editora Telo Press, de Saint Louis, em 1981.

escala global. Assim, os objetivos dos movimentos de resistência são subvertidos e a retórica conservacionista se torna parte do projeto de reprodução ampliada do capital (M. O'CONNOR, 1993).

No contexto da fase ecológica do capitalismo, a imagem capitalizada da natureza convive com a disseminação da consciência ecológica e dos discursos baseados no *desenvolvimento sustentável*⁸⁶, sem que ocorra, de fato, uma discussão política sobre a temática ambiental. Como denuncia Harvey (1996), os discursos relacionados à natureza são mobilizados com finalidades diversas, e até mesmo antagônicas. E como observa Acsehrad (2004), o que está de fato em jogo nos discursos que recorrem às justificativas ambientais não é a proteção da natureza em si, mas sim a representação da natureza que torna certas práticas espaciais mais legítimas que outras. Em outras palavras, nos debates que envolvem a temática da natureza, o que se discute não é a forma como a ação de cada agente se soma na defesa de uma “causa universal ecológica”, mas como cada ação parcelar pode ser justificada a partir do ideário de universalidade da causa – o que torna as estratégias discursivas de persuasão mais decisivas que a “veracidade” dos argumentos (THÉVENOT; LAFAYE, 1993 *apud* ACSELRAD, 2004).

De sua parte, os Estados capitalistas se adaptam a essa fase ecológica do capital submetendo-se a processos de *modernização ecológica* (HARVEY, 1996), por meio dos quais se munem de aparato burocrático e de legislação ambiental com vistas a alcançar padrões que lhes conferem credibilidade junto a organismos políticos, econômicos e financeiros internacionais. Entre esses padrões estão os estabelecidos pelas Conferências da CDB envolvendo a criação de áreas protegidas, que suscitam o desenvolvimento de políticas públicas afetas a esses espaços nas diversas esferas de governo (EUCLYDES, 2012)⁸⁷.

Entre as empresas, assistiu-se à oscilação de uma postura predominantemente reativa à legislação ambiental, entre os anos 1970 e 1990, para uma postura de apropriação das normas

⁸⁶ Como remonta Heloisa Costa (2008), a expressão *desenvolvimento sustentável* foi popularizada na Conferência de Estocolmo, de 1972, recebendo uma definição específica no chamado *Relatório Brundtland – Nosso futuro comum*, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nos termos dessa definição, “desenvolvimento sustentável é *aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades*” (COSTA, 2008, p. 82). A expressão é objeto de disputa, sendo fortemente criticada, por um lado, por servir à preservação de uma determinada ordem social (capitalista, colonialista e excludente) e não à conservação da natureza em si ou das diferentes culturas e realidades locais. Por outro lado, o discurso do desenvolvimento sustentável também articula movimentos socioambientais em torno da (re)conquista de espaços e de identidades. Há uma extensa bibliografia crítica com relação ao discurso do desenvolvimento sustentável, exemplificada por autores como Arturo Escobar (1996), Richard Peet e Michael Watts (1996), Henri Acsehrad (2001), Zhouri e Laschefski (2010), entre outros. O texto de Heloisa Costa (2008), *Meio ambiente e desenvolvimento – um convite à leitura*, oferece um bom ponto de partida para o debate o conceito e suas apropriações.

⁸⁷ A 10ª Conferência das Partes da CDB foi realizada em Nagoya, no Japão, em 2010. Ali foram estabelecidas 20 metas a serem atingidas pelos países signatários até 2020, sendo a Meta nº 11 a conservação, por meio de sistemas de áreas protegidas, de pelo menos 17% de áreas terrestres e de águas continentais e 10% de áreas marinhas e costeiras nacionais (WEIGAND JR.; SILVA; SILVA, 2011, p. 38).

ambientais pelas corporações, prevalente nos dias atuais, que se realiza tanto por meio da influência do setor na política quanto na incorporação do discurso ambientalista e de normas ambientais pelas organizações (CAMARGOS, 2004). Na fase ecológica do capital, as empresas internalizam a conservação da natureza em seus custos, considerando-a investimento para produção futura de mercadorias de maior valor, e valem-se dessa estratégia em publicidade voltada para o *mercado verde* (M. O'CONNOR, 1993).

Na linha de O'Connor (1993) e Escobar (1996), o sociólogo Slavoj Žižek (2011, p. 39-40) se refere ao momento atual como o do *ecocapitalismo socialmente responsável*, identificando discursos empresariais que admitem que “no passado e no presente, o sistema de livre mercado muitas vezes foi superexplorador, com consequências catastróficas”, mas advogam a vigência de uma *nova versão do capitalismo*, em que a conscientização dos consumidores sobre questões ambientais e sociais pode “fazer o capitalismo funcionar como o instrumento mais eficiente para o bem comum”.

Mas a fase ecológica do capitalismo pode ser vista também com outros olhos, a partir das crescentes resistências dos grupos afetados por essas práticas, dos movimentos sociais constituídos em questionamento a essas políticas empresariais e estatais, e do apoio técnico e teórico de pesquisadores a esses grupos e movimentos. Como procuro explicitar ao longo deste capítulo, às formas de capitalização da natureza se opõe a perspectiva da comunalização da natureza e do espaço, além da discussão sobre os direitos dos povos marginalizados e da própria natureza. Trata-se de resistências, de movimentos aparentemente minoritários em meio à adesão global às práticas capitalistas, mas que dizem respeito a danos sociais e ecológicos que ameaçam não só as minorias, mas o conjunto da população global. Portanto, não faltam motivos para crer que essas resistências sejam potencialmente maiores do que de fato se expressam – e que possam superar o quadro da fase ecológica do capital no sentido do fortalecimento/desenvolvimento de culturas e práticas centradas recuperação/manutenção dos equilíbrios ecológicos.

A biologia da conservação, as resistências ao modelo preservacionista e as contradições da política de criação de áreas verdes e áreas protegidas

A disseminação global das políticas de criação de áreas protegidas com fins de proteção da biodiversidade e promoção do turismo, a partir dos anos 1970, foi marcada pelo desrespeito aos direitos humanos – sobretudo nos países capitalistas periféricos tropicais, em razão de sua maior diversidade biológica. Em muitos casos, a instituição desses espaços se deu por meios autoritários, desestruturando povos e comunidades tradicionais por meio de medidas como a proibição de suas práticas de subsistência, sua expulsão dos espaços transformados em áreas protegidas e a negação de seu vasto conhecimento e práticas de manejo da natureza – como denunciam Diegues (2000; 2001), Rachamandra Guha (2000), Marc Dowie (2006) e outros.

Nesses países periféricos, as práticas autoritárias estiveram muitas vezes relacionadas a governos ditatoriais, sendo influenciadas pela *visão preservacionista* de organismos como o *U.S. National Park Service* – pautadas no isolamento de porções do território com relação à presença humana (DIEGUES, 2000; 2001). As características impositivas dos processos de criação de áreas protegidas levaram – e ainda levam – muitos povos e comunidades tradicionais a considerar as ONGs internacionais voltadas para a conservação ambiental, a burocracia estatal relacionada à áreas protegidas e os “amantes ocidentais da natureza selvagem” como agentes de um novo colonialismo: “uma extensão das grandes forças da hegemonia econômica e cultural” que vem transformando-os, de povos independentes e autossustentáveis, “em comunidades profundamente dependentes e pobres” (DOWIE, 2006, p. 4).

No Brasil do período militar, as “áreas protegidas e as políticas públicas sobre o meio ambiente eram decididas e impostas sem consulta à população”, muitas vezes com limites arbitrários, provocando a remoção de povos e comunidades tradicionais e desapropriando grandes latifundiários – e, com isso, gerando grande dívida pública (DIEGUES, 2000, p. 16). Em países asiáticos e africanos, pressões internacionais relacionadas ao discurso preservacionista e ao mercado global do turismo de natureza levaram à execução de programas ambiciosos de conservação de habitats e espécies com vistas a “protegê-los para a posteridade” (GUHA, 2000, p. 82)⁸⁸.

⁸⁸ Guha se refere a pressões como a concretizada no icônico Projeto Tigre, na Índia, cuja implementação, no início da década de 1970, envolveu a criação de 15 áreas protegidas destinadas à conservação do tigre-de-bengala (uma das quais ilustrada no item 3 da FIG. 2, da Introdução desta tese). O projeto foi inicialmente saudado pela comunidade conservacionista internacional em razão do aumento da população de tigres no país. No entanto, duas décadas depois, em razão da caça ilegal, a população de tigres voltou a declinar abruptamente, levando ao fim da euforia com o projeto (SARKAR, 2000). Para Guha (2000), a iniciativa opôs a sobrevivência dos camponeses pobres moradores do interior e do entorno das reservas a um projeto político de conservação dos tigres fomentado por cinco principais atores: os moradores das cidades e turistas estrangeiros que usam suas férias para visitar o mundo selvagem, as elites governantes que tomam um animal como símbolo de prestígio nacional, as ONGs internacionais que difundem a biologia da

Sob essa lógica, na segunda metade do século XX, o percentual do território mundial abrangido por áreas protegidas cresceu sensivelmente.

Em 1962, havia cerca de 1.000 áreas protegidas oficiais no mundo. Hoje [2005?] são cerca de 108.000, com mais sendo criadas a cada dia. A área total sob forma proteção ambiental dobrou desde 1990, quando a Comissão Mundial de Parques estabeleceu a meta de 10% da superfície do planeta em áreas protegidas. Essa meta já foi superada, com cerca de 12% do total, ou seja[,] 11.75 milhões de milhas quadradas agora protegidas (DOWIE, 2006, p. 3).

Esse crescimento, sobretudo nos países capitalistas periféricos, foi acompanhado do aumento notável do contingente de “refugiados da conservação” – denominação usada por Dowie para fazer referência aos povos e comunidades expulsos de seus territórios em razão da criação de áreas protegidas. Segundo o autor, pesquisas produzidas pela ONU, IUCN e antropólogos indicam que os refugiados da conservação no mundo abranjam entre 5 e 10 milhões de pessoas – havendo estimativas ainda mais alarmantes, como a de que somente na África haveria mais de 14 milhões de pessoas nessa situação (DOWIE, 2006)⁸⁹.

As reações ao ideário da biologia da conservação e às práticas autoritárias de criação de áreas protegidas vêm se manifestando tanto na forma de movimentos sociais, quanto em âmbito acadêmico e nas demandas pela revisão da condução das políticas públicas relacionadas a esses espaços.

Entre os movimentos sociais propositores de práticas alternativas de proteção da natureza, pode-se destacar os movimentos dos seringueiros, dos povos da floresta na Amazônia Brasileira, e dos atingidos por barragens, no Brasil; os movimentos Chipko e dos pescadores artesanais, na Índia; e o movimento dos povos da floresta na Malásia (DIEGUES, 2001, p. 38). Na mesma linha, cabe mencionar a conformação do *novo ecologismo/naturalismo* junto aos movimentos da contracultura, a partir dos anos 1960, particularmente nos Estados Unidos e na Europa, que contribuiu para a problematização do enfoque preservacionista da proteção da natureza e para o debate sobre a relação entre natureza, sociedade e capital (DIEGUES, 2000).

conservação, os funcionários dos órgãos ambientais cujo trabalho depende da existência de reservas, e os biólogos que defendem a preservação da vida selvagem em nome da ciência.

⁸⁹ Para Dowie (2006, p. 3), só a Índia – único país que estaria calculando adequadamente sua população de refugiados – reconhece pelo menos 1,6 milhões de pessoas nessa condição. Lá, somente entre os meses de abril e julho de 2002, 100.000 adivais (população tradicional rural) foram expulsos de suas terras em decorrência da criação de áreas protegidas – em resposta a uma ação judicial impetrada pela WWF contra o governo indiano, relacionada principalmente à proteção dos tigres –, havendo expectativas da expulsão de mais dois milhões de pessoas no processo.

No âmbito acadêmico, pesquisadores, notadamente os adeptos à *ecologia social*, desenvolvida na Índia, nos anos 1980, vêm questionando os pressupostos e métodos adotados pela biologia da conservação, indicando que as práticas de utilização dos recursos naturais de muitos povos e comunidades tradicionais mantêm – ou mesmo incrementam – a biodiversidade dos locais onde ocorrem, de modo que a remoção desses povos de suas terras como meio para a conservação da biodiversidade constitui estratégia equivocada (SARKAR, 2000; GÓMEZ-POMPA, 1992 *apud* DIEGUES, 2000; BALÉE, 1992 *apud* DIEGUES, 2000). Como demonstram, a sobrevivência histórica desses povos atesta a sustentabilidade de suas práticas culturais de utilização dos recursos naturais, de modo que sua manutenção em seus territórios deveria ser objeto de esforço político, visando evitar a desorganização de seu modo de vida em face do avanço do capital sobre esses espaços, além de inspirarem o desenvolvimento de técnicas de conservação da natureza a serem aplicadas em ambientes com características semelhantes (DIEGUES, 2000)⁹⁰.

Fazem coro com esses autores os estudos sobre os conflitos ambientais relacionados à implantação de áreas protegidas, citados no Capítulo 1, e os esforços de pesquisadores de outros países capitalistas periféricos no sentido de identificar e difundir práticas de manejo da natureza desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais – como no campo da agroecologia (a que me refiro no Capítulo 5), por exemplo.

A emergência desses movimentos sociais e dos questionamentos acadêmicos e políticos à biologia da conservação contribuiu para a concepção de novas categorias de áreas protegidas com vistas a permitir a convivência dos povos e comunidades tradicionais (e até mesmo de grupos não tradicionais) com a proteção ambiental – o que não significou o abandono das práticas autoritárias, mas passou a permitir a compatibilização das políticas ambientais com a permanência desses grupos em seus territórios. No Brasil, por exemplo, a categoria reserva extrativista (RESEX), criada em 1990, resultou “da luta dos seringueiros por sua sobrevivência na floresta, contra a expansão dos fazendeiros de gado e os projetos de colonização do INCRA” (BECKER, 2004, p. 107 *apud* MEDEIROS, 2006, p. 58). Nos termos da legislação atual, a RESEX é

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000, art. 18).

⁹⁰ No Brasil, a ecologia social foi importante referência para a perspectiva da *etnoconservação*, sistematizada por Antonio Diegues (2000).

Na década de 1980, outras tipologias de áreas protegidas foram concebidas no país permitindo a permanência da moradia e do desenvolvimento de atividades econômicas no interior de seus limites, como a área de proteção ambiental (APA) e a área de relevante interesse ecológico (ARIE), em nível nacional, e a área de proteção especial (APE), em Minas Gerais (MEDEIROS, 2006; EUCLYDES, 2012). Por tolerarem a manutenção da propriedade privada e por acarretarem menos custos ao Estado, as unidades dessas tipologias tiveram grande e rápida disseminação no país.

Na lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em 2000, grande parte dessas categorias foi sistematizada em um único diploma legal, que expressou avanços na abertura institucional para formas mais democráticas de gestão dos espaços dedicados à proteção da biodiversidade, dos recursos naturais e das paisagens⁹¹. Conforme a norma, a criação de unidades de conservação (UCs) passou a demandar estudos técnicos e consulta pública, prevendo-se a participação da sociedade civil em conselhos associados à gestão das áreas, sinalizando o rompimento com o paradigma das práticas autoritárias de instituição e gestão das UCs.

Nos termos dessa lei, as categorias de conservação se dividem nos grupos de proteção integral e de uso sustentável. Nos espaços abrangidos por UCs do grupo de proteção integral devem predominar os *usos indiretos*, como a pesquisa científica e a visitação controlada, não sendo admitidos “consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais” (BRASIL, 2000, art. 2º). São categorias de grupo: parque, estação ecológica e reserva biológica, cujos terrenos devem ser de posse e domínio públicos; e monumento natural e refúgio da vida silvestre, que podem manter áreas particulares “desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários” (BRASIL, 2000, art. 12). Já nos espaços abrangidos por UCs do grupo de uso sustentável, a exploração dos recursos (o *uso direto*) é permitida, desde que observada a premissa da garantia da “perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (BRASIL, 2000, art. 7º). São categorias do grupo de uso sustentável: APA e ARIE, em que é admitida a propriedade privada dos terrenos; floresta nacional/estadual/natural municipal, RESEX e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)⁹², em

⁹¹ A lei determinou que as áreas protegidas preexistentes que não pertencessem às categorias previstas no SNUC deveriam ser reavaliadas de modo a ajustarem-se ao sistema, no prazo de dois anos (BRASIL, 2000). No entanto, muitos estados e municípios não procederam a esses ajustes, como foi o caso do Estado de Minas Gerais, que manteve a tipologia APE à margem do SNUC (EUCLYDES, 2011). Destaque-se, ainda, que o SNUC se omitiu com relação às tipologias APP e reserva legal, previstas pelo Código Florestal Brasileiro, que permaneceram reguladas no âmbito da política florestal.

⁹² A RDS consistiu no acolhimento, no arcabouço normativo, dos moldes da experiência do Projeto Mamirauá, de conciliação de conservação ambiental e desenvolvimento local (MEDEIROS, 2006, p. 58). A categoria envolve “áreas naturais” que abrigam “populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham

que os terrenos são públicos com uso concedido a comunidades tradicionais; reserva de fauna, de posse e domínio públicos; e reserva particular do patrimônio natural (RPPN), privada.

As UCs de ambos os grupos devem dispor de planos de manejo, que ordenam os usos possíveis em cada área. Na elaboração, atualização e implementação dos planos de manejo das APAs, RESEX e RDS – e, quando couber, das florestas públicas e ARIEs –, deve ser assegurada a ampla participação da população residente.

Conforme a Lei do SNUC, cada UC do grupo de proteção integral, bem como cada APA e cada floresta pública, disporá de um conselho consultivo constituído por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil. Nos casos de refúgios de vida silvestre ou monumentos naturais, esses conselhos contarão também com representantes dos proprietários de terras abrangidos. E nos casos em que as UCs (que demandam posse e domínio público do espaço) tenham sido criadas em áreas habitadas por populações tradicionais, seus representantes terão assento no conselho até que ocorra o devido reassentamento (BRASIL, 2000, arts. 29 e 42). Entre outras coisas, cabe a esse conselho acompanhar a elaboração e a implementação do plano de manejo da unidade, garantindo o seu caráter participativo, além de “manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto” na UC e de “esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade” (BRASIL, 2002, art. 20). No caso específico das RESEX e as RDS, que abrigam populações tradicionais, cada UC contará com um conselho deliberativo integrado por representantes dessas populações que, além das atribuições previstas para os conselhos consultivos, é responsável por aprovar o plano de manejo da unidade.

A abertura institucional brasileira para as UCs de uso sustentável reflete uma tendência verificada também na América Latina. Como notam Marc Dourojeanni e Maria Pádua (2007, p. 77),

Na década de 1970, até 80% das UCs da América Latina eram de uso indireto e nelas a exploração dos recursos naturais era proibida. Em 1996, a proporção de UCs de uso indireto [...] já tinha diminuído para 57% (WRI, 199[5]). Na atualidade [2007], apenas 29% das UCs em nível mundial pertencem a categorias de preservação permanente [...] e na América do Sul esse valor se reduz a 25,7% do número e a apenas 22% da área protegida.

Esses números positivos para as UCs de uso direto, no entanto, são acompanhados por um volume crescente de estudos sobre as contradições relacionadas à gestão desses espaços (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2007). No caso brasileiro, por um lado, não se pode ignorar a possibilidade

um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica” (BRASIL, 2000, art. 20). Ressalto que a legislação relacionada às unidades de conservação utiliza o termo “populações tradicionais” para fazer referência aos povos e comunidades tradicionais – o que justifica a reprodução dessa expressão nesta seção da tese.

de que as novas categorias de áreas protegidas possam constituir manifestações do histórico *conservadorismo dinâmico* – a “estratégia caracterizada pela aceitação inicial do discurso da preservação ambiental seguida de sua contenção e de seu isolamento no interior da máquina burocrática sem poder”⁹³ (GUIMARÃES, 1992, p. 66-67 *apud* ACSELRAD, 2001, p. 80). Por outro lado, também não se pode deixar de reconhecer o avanço conceitual que essa abertura representa, sobretudo para os povos e comunidades tradicionais. Do mesmo modo, não cabe deixar de questionar até que ponto as limitações verificadas na gestão das unidades dessas categorias persistiriam caso houvesse, de fato, investimento público (técnico, político e econômico) voltado para a materialização dessas formas de conservação.

Avaliando, na primeira década do século XXI, a política de áreas protegidas como estratégia de conservação da biodiversidade global, Dowie (2006) verifica que, mesmo com um conjunto de áreas protegidas cujas dimensões aproximam-se das do continente africano, a biodiversidade global continua a declinar. O autor reproduz dados publicados nos anos 2000 pela CDB que atestam que, na África, “onde tantos parques e reservas foram criados e onde a expulsão dos povos nativos é a maior, 90% da biodiversidade encontra-se fora das áreas protegidas” (DOWIE, 2006, p. 6). Assim, aponta tanto para os problemas na gestão dessas áreas quanto para a necessidade de valorizar as práticas dos povos expulsos.

Os problemas na gestão das áreas verdes e áreas protegidas são verificados nos países capitalistas centrais⁹⁴, mas são sensivelmente maiores e mais graves nos países periféricos, como os latino-americanos. No Brasil, na Argentina, no Chile, na Bolívia, na Venezuela e no Peru, essa gestão é marcada por problemas relacionados a orçamentos insuficientes, limitações de pessoal e estrutura de trabalho, precária regularização fundiária, conflitos com moradores atingidos, ausência

⁹³ Originalmente, Roberto Guimarães (1992) emprega o termo *conservadorismo dinâmico* para referir-se à estratégia, empreendida pelo governo federal nas décadas de 1970 e 1980, de instituir a burocracia estatal ambiental com o duplo objetivo de absorver as primeiras lutas sociais denominadas “ambientais” e de equipar o Estado para gerir as transformações materiais em curso no território nacional.

⁹⁴ Devo pontuar que não encontrei, nas pesquisas que realizei em bancos de periódicos, bibliografia relevante sobre conflitos relacionados a áreas protegidas em países capitalistas centrais. Destaco, no entanto, um caso de conflito relacionado à gestão das áreas protegidas estadunidenses particularmente curioso para a história remontada nesta tese. Trata-se do projeto de reintrodução de lobos no Parque Nacional de Yellowstone, implementado nos anos 1990. Décadas após a exterminação dos lobos na área protegida – para a qual a própria administração do parque contribuiu, até meados do século XX, sob a alegação de que a espécie provocava a “morte arbitrária” dos outros animais –, os lobos passaram a integrar as listas de espécies ameaçadas de extinção nos Estados Unidos, suscitando esforços estatais no sentido de sua conservação/recomposição. Após a realização de estudos de impacto ambiental e de consulta pública, em 1994 os lobos foram reintroduzidos na área do parque (NATIONAL PARK SERVICE, *online*), como se vê no item 3 da FIG. 11, no Capítulo 2. A política sofreu resistências e questionamentos judiciais, tanto por parte de ambientalistas, que questionavam os métodos de reintrodução dos animais (NATIONAL PARK SERVICE, *online*), quanto por parte de fazendeiros do entorno, que reclamavam prejuízos causados pelos lobos à criação de animais (BARTON, 2005), mas foi adiante e permanece em execução, apoiada por grande parte da opinião pública.

ou impedimento à aplicação dos planos de manejo, reduzida ou inexistente participação da população na gestão das unidades, entre outros (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2007, p. 80)⁹⁵. As restrições dessas políticas públicas refletem a realidade socioambiental desses países, onde são notórios o avanço da degradação ambiental, a limitada fiscalização e a explícita transgressão das normas ambientais (MARICATO, 2000), tanto por parte de particulares, quanto pelo próprio Estado. Além disso, refletem também a posição periférica desses países no cenário global, absorvendo os custos ambientais e sociais da produção industrial mundial (J. O'CONNOR, 1988).

No Brasil, apesar desses problemas, a criação de áreas protegidas (e de novos tipos de áreas protegidas) continua intensa, conformando um arcabouço normativo complexo, que acaba por afastar a temática da compreensão da população em geral (e até mesmo dos agentes públicos), já que provoca a necessidade de que os governos municipais, estaduais e federal disponham de órgãos específicos para tratar das diferentes tipologias (EUCLYDES, 2012; EUCLYDES; FONSECA, 2013).

Em um levantamento da legislação relacionada às áreas verdes e áreas protegidas do Município de Belo Horizonte no ano de 2013, verificou-se a existência de:

[...] ao menos oito leis federais, estaduais e municipais que versam sobre o tema, definindo dez modalidades diferentes de áreas protegidas com vistas à conservação da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e do conforto ambiental. Essas modalidades podem ser subdivididas em categorias, como no caso das unidades de conservação; em subtipos, como no das áreas de preservação permanente (APPs) e áreas urbanas não parceláveis; e em diferentes tipos de zonas, nos termos da legislação urbanística municipal. Além disso, mais de um tipo de área protegida pode incidir sobre um mesmo terreno, sem que nenhum deles perca seu objeto (EUCLYDES; FONSECA, 2013, p. 1215-1216).

Esse contexto de arcabouço normativo complexo, problemas na gestão dos espaços e desconhecimento público da temática favorece o uso político dos discursos relacionados às áreas verdes e protegidas. Na RMBH, por exemplo, é possível verificar o emprego desses discursos como estratégia política do Estado para apaziguar mobilizações sociais em torno da temática da natureza, servindo a criação de áreas protegidas como espécies de *selos verdes* – ou *unidades de consolação*,

⁹⁵ Destaco alguns dados citados pelos autores. Enquanto, no fim dos anos 1990, as Américas do Sul e Central contavam com uma média de quatro funcionários para cada 1.000 km² de área protegida, a média mundial era de 27 funcionários/mil km². Nesse quesito, Estados Unidos e Canadá apresentavam médias 33 e 15 funcionários/mil km², respectivamente, e mesmo os países africanos apresentavam índices superiores aos latino-americanos. Comparando a situação orçamentária de 108 países, constatava-se que enquanto o orçamento médio anual mundial era de US\$8,9/hectare de área protegida, “sendo US\$20,6/hectare nos países desenvolvidos e US\$0,27 nos países menos desenvolvidos”, no Brasil, país que mais recebeu ajuda externa para suas áreas protegidas, esse orçamento foi de US\$2,2/hectare para as UCs federais (JAMES; GREEN; PAINE, 1999 *apud* DOUROJEANNI; PÁDUA, 2007, p. 84). É preciso ponderar que a dimensão do território brasileiro e da área protegida brasileira não se compara aos países vizinhos – o que revela as dificuldades relacionadas à gestão da política de áreas protegidas no país.

como propus em minha dissertação de mestrado – que atestam a relevância ambiental de espaços cuja proteção é reclamada, sem que medidas de conservação sejam efetivamente empreendidas (EUCLYDES, 2012).

Na porção sul dessa região metropolitana, onde as áreas protegidas se confundem com as grandes glebas não ocupadas pertencentes a empresas mineradoras, esse cenário tem se traduzido no avanço da degradação ambiental em espaços teoricamente já abrangidos por áreas protegidas. A percepção da degradação, por sua vez, leva a novas demandas pela instituição de áreas protegidas, em sobreposição às existentes, revelando um processo de *obsolescência* das áreas verdes e áreas protegidas. A FIG. 21 ilustra esse processo: na imagem da esquerda, estão representadas as áreas protegidas legalmente existentes na região; na da direita, constam os espaços sobre os quais há/havia demandas pela criação de novas áreas protegidas.

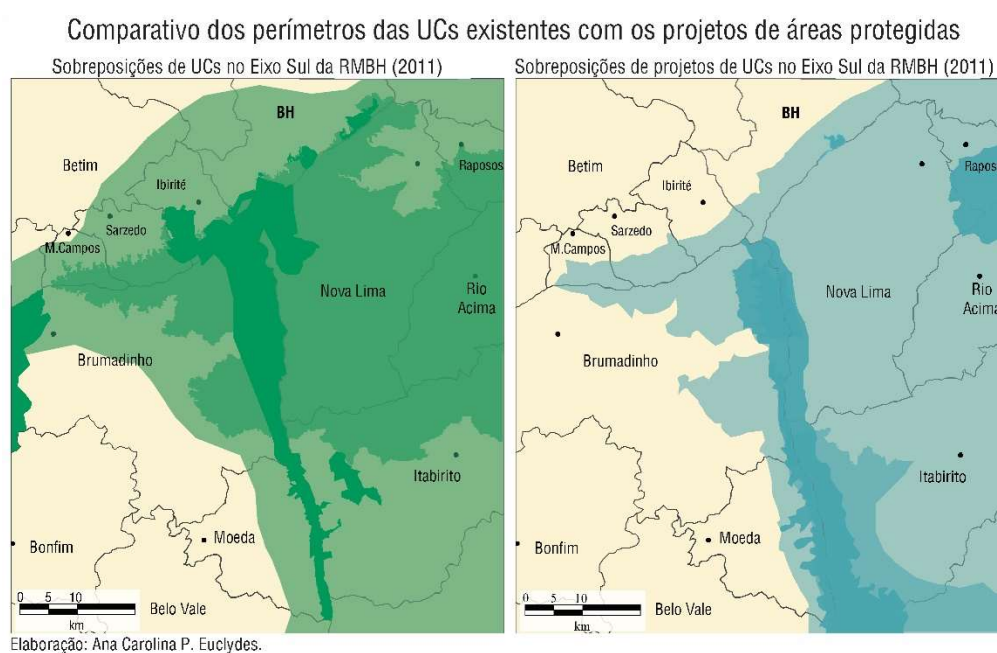


Figura 21 – Mapeamento das áreas destinadas (e a destinar novamente) à proteção ambiental no Eixo Sul da RMBH

Fonte: Euclides (2012, p. 123, adaptado).

Na pesquisa que deu origem a esse mapeamento, a partir do levantamento da história e dos argumentos que justificaram a criação dessas áreas – que dizem respeito principalmente à proteção da biodiversidade e dos mananciais da região em face do avanço da mineração e da expansão do tecido urbano –, e do contexto político de sua gestão, sugeri que, ao contrário do que propõe a política ambiental, a presença desse conjunto robusto de áreas protegidas na região expressaria não o sucesso da proteção ambiental, mas sim suas limitações e fragilidades (EUCLYDES, 2012).

Naquela pesquisa, porém, não observei a possibilidade de que essas fragilidades e limitações pudessem vir a favorecer práticas benéficas para a proteção da natureza – como constatei com o estudo de caso da APA Estadual Fazenda Capitão Eduardo, ao longo dos estudos que culminaram nesta tese. Entendendo a relevância dessa perspectiva para a reflexão sobre as possibilidades inscritas nas áreas verdes e áreas protegidas, passo a remontá-la.

A APA Fazenda Capitão Eduardo e a complexidade das contradições relacionadas às áreas verdes e áreas protegidas⁹⁶

A história da APA Estadual Fazenda Capitão Eduardo – situada na periferia nordeste de Belo Horizonte, em uma zona de bairros de baixa renda, marcada pela ocupação irregular (inclusive em áreas de risco) e pela precariedade da infraestrutura dos bairros – oferece um exemplo rico para elucidar a complexidade das contradições relacionadas às áreas verdes e áreas protegidas e para destacar o emprego dos discursos relacionados ao meio ambiente com finalidades diversas.

Em meados da década de 1980, após anos de luta por moradia na RMBH, militantes de movimentos dos “sem casa” receberam material de construção e terrenos para se assentarem na antiga Fazenda Capitão Eduardo. Tratava-se de uma gleba desapropriada pela prefeitura para a implantação de um aterro sanitário, situada no limite com os Municípios de Santa Luzia e Sabará, distante cerca de 17km do centro da capital. Esses assentamentos, precariamente assistidos desde então, deram origem aos atuais Bairros Capitão Eduardo, Beija-Flor e Conjunto Paulo VI (CRUZ, *online*[a]; *online*[b]).

No final dos anos 1990, diante de rumores sobre a possível retomada do projeto do aterro sanitário, as associações de moradores locais se mobilizaram para impedi-lo, acionando parlamentares municipais e estaduais. Desse contexto se originou o projeto de lei estadual que propôs a criação da APA Fazenda Capitão Eduardo, com vistas a recuperar e “preservar as riquezas naturais existentes na área” (MILTON, 1999). Embora a instalação do aterro pudesse ser questionada com diferentes argumentos, como os relacionados à saúde pública e à segregação socioespacial, a justificativa do projeto enfatizou aqueles relacionados à proteção ambiental – sem mencionar a precária situação dos bairros da região.

O projeto se tornou lei no ano de 2001 – com os limites apresentados na FIG. 22 –, logrando evitar a implantação do aterro. Contudo, até 2015, nenhum dos instrumentos que caracterizariam a

⁹⁶ Grande parte da reflexão sobre a APA Fazenda Capitão Eduardo aqui apresentada decorre do trabalho *Áreas protegidas e espaço abstrato: contradições da política ambiental brasileira e desvio na APA Fazenda Capitão Eduardo (Belo Horizonte, Minas Gerais)*, que apresentei no XVI Enanpur (EUCLYDES, 2015a).

implantação da unidade de conservação chegou a ser implantado: não havia intervenções do órgão ambiental estadual na área, o conselho da APA não sido constituído e seu plano de manejo não chegou a ser elaborado. Assim, permaneceu o contexto de degradação ambiental relacionado ao limitado alcance das políticas públicas de saneamento e às precárias condições de vida na região⁹⁷.

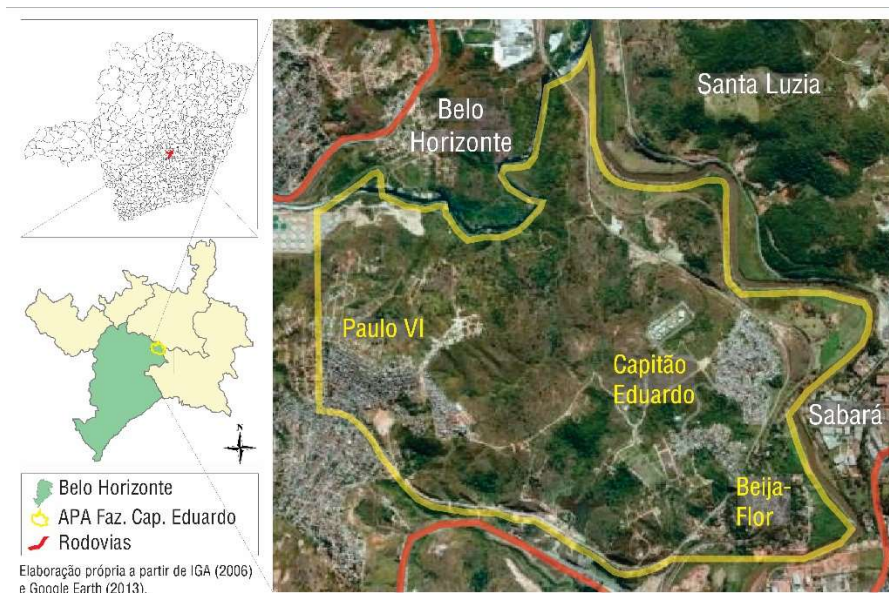


Figura 22 – Localização da APA Fazenda Capitão Eduardo

Fonte: Euclides (2015a, p. 7, adaptado).

Sem medidas de proteção especial, a antiga fazenda se transformou em uma zona de assentamentos populares em torno de uma grande gleba pouco utilizada de propriedade do município. Então, a existência da lei da APA e o baixo valor de mercado dos terrenos contribuíram para afastar da região o interesse do mercado imobiliário formal e a atenção dos órgãos públicos – repetindo um processo recorrente nas metrópoles brasileiras (MARICATO, 2000; MARTINS, 2006).

Nesse contexto, em meados dos anos 2000, uma associação comunitária se organizou para promover a revitalização social e ambiental dos bairros ali situados, desenvolvendo, entre outras atividades, a agricultura urbana. Valendo-se do interesse e do conhecimento dos moradores – muitos dos quais de origens ligadas às práticas agrícolas –, e contando mais tarde com o suporte de uma ONG⁹⁸, as práticas da agricultura urbana (incluindo os mutirões) adquiriram adeptos e expandiram

⁹⁷ Em 2006, entre as principais ameaças ao equilíbrio ambiental da APA, figuravam a contaminação de córregos por lixo e esgoto, o assoreamento dos cursos d'água, o desmatamento, os processos erosivos acelerados pela ação humana e o despejo de entulhos nas encostas (INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS, 2006).

⁹⁸ Some-se a essas experiências dos moradores a presença, na região, do Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE) Capitão Eduardo – um equipamento vinculado à política de assistência social do município, com espaços de convívio e áreas onde moradores podem cultivar hortas próprias. A criação do CEVAE não se relaciona à APA, mas pode ter constituído impulso sinérgico às práticas de agricultura urbana realizadas pelos moradores fora do CEVAE.

sua área de atuação, alcançando partes da tal gleba pública. Nessa área, vista como abandonada e utilizada para descarte de lixo e entulho, um “grupo realizou um trabalho de limpeza, cercamento e plantio de árvores frutíferas e hortaliças, contornando a incômoda situação” (PAIXÃO; ALMEIDA, 2012, p. 20). Além dessas ações, alguns moradores vêm buscando reverter a degradação percebida na área por meio da proteção de nascentes e do plantio de árvores.

O caso da APA Fazenda Capitão Eduardo exemplifica a situação de muitas áreas verdes urbanas brasileiras, existentes na lei e não na prática, revelando contradições da política ambiental na fase ecológica do capitalismo. Mas o exemplo se destaca mais por expressar, no desejo dos moradores de modificar o espaço para atender às suas necessidades/possibilidades, a experiência da reapropriação⁹⁹ no espaço onde impera a dominação e a exclusão social. E, nesse caso, a reapropriação se liga a práticas de cultivo e de melhoria das condições ecológicas, revelando-se potencialmente benéficas para a proteção da natureza humana e não humana.

Não cabe ignorar, no entanto, a relação dessas práticas com a precariedade das condições de vida na região, compreendendo-as, sob esse ângulo, como estratégias de sobrevivência, sintomas do aprofundamento da exclusão social a que esses moradores estão submetidos – como discuto no Capítulo 5. Não obstante, é preciso reconhecer que mesmo sem que a existência da APA Fazenda Capitão Eduardo se refletisse em ações estatais de conservação ambiental, os espaços por ela abrangidos foram objeto de práticas transformadoras benéficas para o equilíbrio ambiental.

A lei da APA, nesse contexto, teve o importante papel de evitar a instalação do aterro sanitário, contendo maiores danos socioambientais. Mas também o descaso do órgão ambiental estadual com a APA teve papel relevante, afastando o interesse do mercado e certo tipo de atenção do poder público que pudesse comprometer as práticas irregulares nos termos da legislação – tais como o cultivo não-autorizado em espaços públicos, como calçadas ou terrenos pertencentes à prefeitura, e a coleta de plantas em áreas de remanescentes de vegetação nativa, que poderiam ter o acesso proibido se a APA tivesse zoneamento.

Recentemente, entretanto, na esteira do Programa Minha Casa Minha Vida¹⁰⁰, o governo municipal decidiu lotear a gleba e construir novos conjuntos habitacionais para famílias de baixa

⁹⁹ O conceito de reapropriação, de Lefebvre (1991c) pode ser apreendido como uma forma superficial e precária de apropriação de um espaço por um outro uso – como uma zona portuária decadente que se transforma espontaneamente num lugar de encontro e festa –, sem a criação de um espaço novo. Referida também como *desvio*, a reapropriação é tida por Lefebvre como uma fonte de ensinamentos para a produção de espaços novos, nos quais dominação e apropriação se combinam.

¹⁰⁰ O Programa Minha Casa Minha Vida, instituído em 2009, visa ampliar o mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos, por meio de subvenções e expansão do crédito. Segundo Cardoso e Aragão (2012), o programa foi concebido pelo setor imobiliário e estruturado de forma a ser executado pela iniciativa privada, indo ao encontro dos interesses da indústria da construção civil – cujos papéis na bolsa de valores tinham sido

renda na região. Nesse cenário, com vistas a dirimir possíveis impedimentos relativos à área protegida à viabilização dos projetos, um projeto de lei estadual, de 2011, propôs o fim da APA. Nos termos da justificativa do projeto, a proteção ambiental seria mais bem-sucedida se a UC deixasse de existir (LAMAC, 2011).

Comparando as justificativas dos projetos de criação e de revogação da APA, verifica-se a mobilização do mesmo argumento com propósitos antagônicos – o que sugere que a proteção ambiental possa não ter constituído o mote central de nenhum dos projetos de lei. Essa suposição é reforçada, na justificativa do projeto de 2011, pela distinção entre áreas que merecem a proteção ambiental, que pode ser assegurada por meio da legislação urbanística municipal existente, e áreas “sem expressão ecológica”, nas quais os novos empreendimentos são defendidos como legítimos¹⁰¹.

Em 2016, a APA foi revogada, conformando um dos raros exemplos de áreas protegidas cuja obsolescência foi declarada expressamente no Estado de Minas Gerais – já que, na maior parte dos casos, o fim das áreas verdes e áreas protegidas permanece tácito (EUCLYDES, 2012). Ainda não é possível dizer quais práticas espaciais serão comprometidas ou fomentadas com os novos projetos habitacionais. O que se pode deduzir, no entanto, é que a região tende a se valorizar em decorrência de sua localização privilegiada com relação ao Vetor Norte – uma nova centralidade que vem sendo induzida pelos governos estadual e municipal –, o que pode provocar pressões para que os atuais moradores, já segregados socioespacialmente, se desloquem para novas periferias da RMBH.

O caso da APA Fazenda Capitão Eduardo elucida contradições das áreas verdes e áreas protegidas em dois níveis espaciais¹⁰². No nível municipal/estadual, explicita a utilização das normas relacionadas a esses espaços para fins diversos dos previstos na legislação ambiental, seja para evitar a instalação do lixão, impedindo a piora das condições de vida dos moradores da região, seja para viabilizar um programa habitacional que privilegia o fomento da indústria da construção civil em detrimento das necessidades do público beneficiário e da qualidade das moradias. Já no nível da vida cotidiana, revela, na existência de uma área protegida incompleta, uma possibilidade de reapropriação do espaço e da natureza. Apesar de frágil e limitado, o desenvolvimento de práticas potencialmente

afetados durante a crise financeira de 2008. Para os autores, com o programa, a lógica da política pública de produção de moradia se desloca do âmbito da procura para o da oferta, passando a política habitacional a ser definida segundo mecanismos de mercado – desprezando a adequação das unidades habitacionais às necessidades do público beneficiário e menosprezando a localização dos empreendimentos e a qualidade dos projetos.

¹⁰¹ Essa distinção exemplifica a inserção do Estado na luta pela apropriação simbólica da base material da sociedade, legitimando certas práticas em detrimento de outras – como observa Jean-Louis Fabiani (1989 *apud* ACSELRAD, 2004). Note-se também a separação das questões sociais e ecológicas, como se a ecologia não envolvesse a espécie humana.

¹⁰² O conceito de níveis espaciais é extraído de Lefebvre (1999). No Capítulo 5, apresento os três níveis (*global, misto e privado*) elencados pelo filósofo.

benéficas para a proteção da natureza na APA suscita inquietações sobre as possibilidades inscritas nesses espaços – e esperanças de transformações maiores.

Na seção que se segue, remontando as transformações das políticas nacionais e internacionais relacionadas às áreas verdes e áreas protegidas a partir dos anos 1990, avanço na identificação de manifestações que acrescentam otimismo à reflexão sobre o futuro desses espaços.

Mudanças climáticas, mercado global de áreas protegidas e articulação internacional dos movimentos de resistência à capitalização da natureza

A crise econômica que se disseminou pelo mundo no final da década de 1970 provocou o forte endividamento dos países periféricos, que passaram a buscar recursos junto a organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e, mais tarde, o Banco Interamericano de Desenvolvimento. As condicionantes desses empréstimos, no entanto, encaminharam esses países ao abandono do modelo de Estado keynesiano, assumindo o modelo do Estado mínimo. Internacionalmente, tanto governos conservadores quanto social-democratas passaram a adotar esses princípios – e, nos países recém-saídos de regimes autoritários como os da América Latina, tais princípios foram entendidos como condição fundamental para a superação do passado autoritário rumo à democratização (HARVEY, 2002; ROLNIK; SOMEKH, 2003).

Em muitos países, essa transição neoliberal se refletiu, entre outras coisas, na retração das políticas públicas de planejamento urbano e regional e na incorporação de instrumentos econômicos naquelas relacionadas à temática da natureza.

No Brasil, à medida que o governo nacional se afastava das questões de planejamento regional e urbano, os estados e, principalmente, os municípios, se viram obrigados a estabelecer sua própria política urbana/regional. Tais posturas, em um contexto global de queda de barreiras econômicas, no qual a vitalidade econômica de uma localidade passava a ser determinada por sua capacidade de atrair empresas, conduziram a uma “guerra dos lugares” na qual a atração de investimentos se tornava a principal diretriz das políticas urbanas (HARVEY, 2005; ROLNIK; SOMEKH, 2003). Inseridas nesse contexto, as políticas relacionadas às áreas verdes e às áreas protegidas foram incorporadas ao planejamento estratégico das cidades – como detalho adiante, na seção *Capitalização da natureza e planejamento estratégico “ecologizado”*.

No campo mais amplo das políticas ambientais, assistiu-se à incorporação de novas preocupações à agenda ambiental global e ao fortalecimento de políticas viabilizadoras da capitalização da natureza – e ao conseqüente crescimento das organizações e mobilizações sociais

contrárias a essa capitalização. Muitas dessas orientações foram estabelecidas ou fortalecidas durante a Eco 92.

Nesse evento foi constituída a CDB, consolidando e centralizando os debates sobre a proteção da biodiversidade e estabelecendo parâmetros para atuação dos Estados em três principais frentes: conservação da diversidade biológica, uso sustentável da biodiversidade e repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. A CDB entrou em vigor em 1993 e já foi assinada por mais de 160 países (BRASIL, *online*[c]).

A Eco 92 assinalou também o reconhecimento internacional dos “povos da floresta” – grupos indígenas, ribeirinhos, seringueiros de outros grupos tradicionais – como promotores do desenvolvimento sustentável (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010), o que, por um lado, confirmou sua inserção no circuito de apropriação material e simbólica da natureza, mas, por outro lado, permitiu avanços políticos e institucionais no sentido da manutenção desses grupos em seus territórios, inclusive com mudanças nas posturas das instituições internacionais quanto às formas de proteção da biodiversidade.

Na mesma linha, o evento marcou a constituição do Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, tendo como objetivo central a incorporação da temática ambiental no “debate mais amplo de crítica e busca de alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento”, a partir da

[...] construção de pautas comuns entre entidades ambientalistas e o ativismo sindical, o movimento dos trabalhadores sem terra, os atingidos por barragens, os movimentos comunitários das periferias das cidades, os seringueiros, os extrativistas e o movimento indígena (ACSELRAD, 2010, p. 105)¹⁰³.

A Eco 92 pode ser interpretada, ainda, como um marco no fortalecimento dos debates ambientais voltados para a temática climática – já que no evento foi elaborada a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que suscitou um conjunto de (tentativas de) acordos internacionais com vistas à redução das emissões de gases de efeito estufa (BRASIL, *online*[d])¹⁰⁴. Desde então, as crescentes preocupações com as consequências da emissão de gases decorrentes

¹⁰³ Em *Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental*, Acsehrad (2010) perpassa a trajetória da relação entre as lutas sociais brasileiras e a temática do meio ambiente, destacando a conformação e o desenvolvimento do movimento de justiça ambiental no país.

¹⁰⁴ Na 3ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, realizada em Quioto (Japão), em 1997, ações concretas de redução de emissões de gases de efeito estufa foram acordadas entre 37 países industrializados e a Comunidade Europeia. Para mais informações sobre as Conferências das Partes sobre a questão climática e sobre as medidas tomadas pelo governo brasileiro, ver Brasil (*online*[d]).

sobretudo do consumo de combustíveis fósseis – que envolvem a elevação da temperatura média do planeta e com ela alterações nos regimes de chuvas, aumento do nível dos oceanos, comprometimento da produção agrícola, ameaças à biodiversidade, entre outros impactos – têm colocado a temática da natureza no centro dos debates políticos e econômicos internacionais.

No Brasil, sede do evento, onde a transição neoliberal se desenvolvia a passos largos, esse protagonismo da natureza nos debates políticos e econômicos repercutiu, entre outras coisas, na incorporação dos chamados *instrumentos econômicos de gestão* à legislação ambiental. Tais instrumentos constituem estratégias de intervenção pública, complementares aos tradicionais *mecanismos de comando e controle* (fundados no tripé normatização-fiscalização-sanção), que buscam influenciar o comportamento dos agentes econômicos com vistas a alcançar os objetivos das políticas públicas de meio ambiente (BRASIL, *online*[f]). Sua concepção parte do entendimento de que os custos sociais e ecológicos decorrentes das atividades econômicas (referidos no jargão econômico como *externalidades negativas*) devem ser *internalizados* nas estruturas de produção e consumo da economia (BRASIL, *online*[f]) – na linha do que Escobar (1996) descreve como formas pós-modernas de capitalização da natureza.

É possível distinguir pelo menos dois tipos de instrumentos econômicos de gestão ambiental na legislação brasileira: a *compensação ambiental*, baseada no princípio constitucional do poluidor-pagador¹⁰⁵, que determina que os custos ambientais da exploração econômica da natureza sejam assumidos pelo empreendedor, que os incorpora ao preço do produto final (BRASIL, *online*[f]); e o *fomento*, que envolve a concessão de benefícios aos empreendedores dispostos a desenvolver atividades de interesse para a política ambiental (BRASIL, *online*[e]).

Com esses instrumentos, atribui-se valor monetário à natureza – ou, mais precisamente, confere-se preço aos benefícios difusos proporcionados pelo funcionamento equilibrado dos ecossistemas, que passam a ser referidos como *serviços ambientais*. Essa atribuição de preço é apresentada por seus defensores como uma forma de assegurar a proteção ambiental por meio de sua transformação em atividade economicamente interessante, “corrigindo as falhas do mercado” (BRASIL, *online*[f]). Por seus críticos, no entanto, é vista como a criação de um novo mercado econômico, o chamado *mercado verde*, que, além de não modificar as bases espoliativas da produção

¹⁰⁵ O princípio – que dispõe que o poluidor deve recuperar o dano causado, sem prejuízo de sanções penais e administrativas – é controverso devido ao “fato de que grande parte dos danos causados ao meio ambiente não é passível de reparação e que há casos em que os valores das multas por crimes ambientais são inexpressivos se comparados aos lucros proporcionados pelas infrações” (EUCLYDES, 2014, p. 49).

e do consumo capitalistas: atribui valor à natureza a partir do preço das mercadorias¹⁰⁶; beneficia-se do esgotamento dos elementos da natureza (já que a escassez de um bem é inversamente proporcional a seu valor de mercado); e negligencia as práticas de manejo de povos e comunidades tradicionais (PACKER, 2011).

No Brasil, desde os anos 1990 vem sendo instituído um robusto leque de instrumentos econômicos de gestão ambiental, que inclui desde o benefício pago a proprietários rurais que protegem nascentes e contribuem na conservação das águas (Bolsa Verde) até a distribuição da parcela do ICMS devida aos municípios segundo critérios ambientais, como a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos, a adoção de práticas adequadas de destinação de resíduos sólidos ou a criação de áreas protegidas (MINAS GERAIS, 2008; 2009).

Um desses instrumentos foi instituído na própria lei do SNUC, em 2000. Trata-se da vinculação do licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental ao apoio à criação, à implantação ou à manutenção de UC do grupo de proteção integral – ou de uso sustentável, caso o empreendimento afete uma UC não pertencente ao grupo de proteção integral. Cientes desse tipo de mecanismo de compensação ambiental, empreendedores têm criado RPPNs como forma de se antecipar às possíveis medidas compensatórias que o Estado possa vir a demandar em processos de licenciamento, valendo-se dessas iniciativas como elemento publicitário – seja para a construção de imagem de empresa ambientalmente responsável, como no caso das mineradoras da RMBH, seja para constituir produtos imobiliários diferenciados, como verificado nessa mesma região (EUCLYDES, 2012)¹⁰⁷.

Outro instrumento econômico de gestão ambiental relacionado às áreas protegidas é o mecanismo da servidão florestal/ambiental, instituído no país em 2001. Por meio desse mecanismo, permite-se ao proprietário de um imóvel rural a constituição de uma área protegida que pode ser

¹⁰⁶ Na lógica dos TEBB (Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade), por exemplo, o preço dos serviços prestados por abelhas ou beija-flores é calculado com base nos custos adicionais que sua ausência acarretaria para os agricultores – que precisariam substituir a polinização natural por mecanismos como a “dispersão mecânica de sementes (semeadeira, diesel, mão de obra) e a regulação química de pragas (aumento dos custos da produção com agrotóxicos e etc.)” (PACKER, 2011, p. 6). Desse modo, os preços dos serviços ambientais variam conforme o mercado das *commodities* agrícolas e do pacote tecnológico adotado pelo agricultor.

¹⁰⁷ Entre os exemplos da criação de áreas protegidas com essas finalidades na porção sul da RMBH, pode-se mencionar as RPPNs pertencentes à empresa Vale S.A., divulgadas por meio de livros e material publicitário, mas inacessíveis ao público, e a RPPN criada pelo empreendimento imobiliário Vale dos Cristais, em Nova Lima, em terrenos já submetidos a restrições construtivas, cuja incorporação no projeto urbanístico permitiu atributos como “vista definitiva” e “contato com a natureza” (EUCLYDES, 2012).

usada para compensação de reserva legal de imóvel rural de terceiro, desde que situado na mesma microbacia hidrográfica e no mesmo ecossistema¹⁰⁸.

Na mais recente revisão do Código Florestal Brasileiro, aprovada em 2012, o instrumento da servidão ambiental foi incorporado a um grande mercado nacional de comércio de títulos relacionados a áreas protegidas, instituído na mesma lei. Trata-se do sistema de comercialização de *cotas de reserva ambiental* (CRAs), que permite aos proprietários de imóveis que estejam em desacordo com as regras vigentes de reserva legal a regularização de sua situação por meio da aquisição de títulos nominativos representativos de áreas vegetadas em propriedades de terceiros. Nesse sistema, podem gerar CRAs as áreas “com vegetação nativa, existente ou em processo de regeneração”: presentes em propriedades que excedam os parâmetros legais mínimos estabelecidos por lei; registradas sob regime de servidão ambiental; protegidas na forma de RPPNs; ou presentes em UCs de categorias que demandem o domínio público dos terrenos, que ainda não tenham sua regularização fundiária concluída (BRASIL, 2012, art. 44).

O sistema de CRAs torna economicamente atrativo o mercado de compensação de reserva legal, sendo visto pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – autarquia responsável pela gestão das UCs federais –, como uma via promissora para a solução do passivo de áreas desapropriadas e não indenizadas no interior das áreas protegidas (OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL, *online*). Avalio, contudo, que a complexidade do controle desse sistema, que pressupõe a averiguação dos títulos de propriedade e a contínua fiscalização das áreas públicas e privadas geradoras de CRAs, sugere que o sistema seja estudado com ressalvas. Além da questão do controle, deve-se considerar que o sistema: fortalece as dinâmicas da capitalização da natureza, acentuando seu valor de troca em detrimento de seu valor intrínseco ou seu valor de uso; tende a enfraquecer a dimensão ambiental da *função social da propriedade*¹⁰⁹, na medida em que permite que determinadas propriedades rurais prescindam do requisito da “utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, art. 186, II); pode vir a

¹⁰⁸ Em 2006, o mecanismo sofreu alterações, passando a ser considerado um instrumento econômico da Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), sob a denominação de servidão ambiental. Ressalte-se que, nos termos do Código Florestal Brasileiro, de 2012, todos os imóveis rurais devem destinar um percentual de sua área à constituição de reserva legal, com o objetivo de “assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa” (BRASIL, 2012, art. 3º, III).

¹⁰⁹ Princípio previsto na Constituição da República que vincula o exercício do direito de propriedade ao atendimento de critérios relacionados a seu aproveitamento, sob pena de desapropriação. No caso da propriedade rural, os critérios se relacionam ao aproveitamento adequado da propriedade, à utilização dos recursos naturais em atendimento às normas, à observância da legislação trabalhista e o bem-estar de proprietários e trabalhadores (BRASIL, 1988, art. 186). No caso da propriedade urbana, os critérios para o cumprimento da função social da propriedade devem ser estabelecidos no plano diretor de cada município (BRASIL, 1988, art. 182).

incentivar práticas de grilagem de terras, já que agrega valor às áreas sem uso agrícola; e reforça a noção de que os limites para a exploração da natureza são maleáveis para o poder econômico, acirrando as consequências danosas do princípio constitucional do poluidor-pagador.

Outras inovações nas políticas nacionais e internacionais relacionadas às áreas verdes e áreas protegidas podem ser aproximadas das formas pós-modernas de capitalização da natureza, tais como: a pesquisa, voltada para a biotecnologia e a genética (e estimulada pelo registro de patentes por parte de investidores), de usos econômicos potenciais das espécies resguardadas nas áreas protegidas (ESCOBAR, 1996); a terceirização da gestão desses espaços, que pressupõe o lucro como condição para sua manutenção (DIEGUES, 2000); e o emprego de membros dos povos ou comunidades tradicionais atingidos pela implantação das áreas protegidas como “guarda-parques (nunca responsáveis), porteiros, garçons, extrativistas ou, se aprendem uma língua estrangeira, [...] monitores ambientais” nesses espaços (DOWIE, 2006, p. 4).

Outras formas (modernas/pós-modernas) de capitalização da natureza podem ser identificadas na utilização, sobretudo na última década, das áreas verdes, áreas protegidas e terras indígenas como lastro material de mecanismos de mercado relacionados à temática da mudança climática, tais como REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) e TEBB¹¹⁰. Na concepção do pesquisador e ativista ambiental Michael Schmidlehner, essas políticas tendem a reproduzir as relações coloniais de poder, transferindo a responsabilidade pela crise climática das sociedades industrializadas para as comunidades florestais, mascarando a questão central da queima de combustíveis fósseis e permitindo mais oportunidades à acumulação capitalista. Em entrevista a João Jácome (JÁCOME, 2015a), o pesquisador denuncia que

Grandes áreas de floresta com posse de terra insegura – agora elegíveis para projetos de REDD – estão sob crescente ameaça de grilagem. Enquanto acontece uma certa retirada de poder em comunidades dependentes da floresta, o REDD está se tornando um negócio lucrativo para os latifundiários, especuladores e ONGs intermediárias.

¹¹⁰ Exemplos dessas práticas são verificados em estados como Rondônia, onde uma empresa irlandesa e uma associação indígena firmaram contrato, sem autorização do governo federal, para a venda de créditos de carbono nas terras indígenas de Igarapé Lage, Rio Negro-Ocaia e Igarapé Ribeirão (JÁCOME, 2015b); e no Acre, estado considerado referência internacional na implantação de pagamento por serviços ambientais, onde projetos privados de venda de crédito de carbono têm ameaçado a reprodução social de grupos de seringueiros, desarticulando a mobilização em torno da criação de uma reserva extrativista e suscitando “restrições e até paralisação das atividades tradicionais de cultivo agrícola de famílias de seringueiros e posseiros, para que emissões assim evitadas possam ser vendidas no mercado internacional de créditos de carbono” (JÁCOME, 2015c, *online*). Para mais informações sobre as violações de direitos relacionadas a projetos de economia verde no Estado do Acre, ver Faustino e Furtado (2015).

Na linha desses mecanismos de comercialização de créditos relacionados às áreas verdes e áreas protegidas, alguns instrumentos de política urbana têm viabilizado transações financeiras e obtenção de vantagens construtivas nos centros urbanos brasileiros – que elucidado com o exemplo da Operação Urbana do Isidoro, na seção que se segue.

Capitalização da natureza e planejamento estratégico “ecologizado”

A capitalização das áreas verdes e áreas protegidas situadas nas proximidades de grandes centros urbanos apresenta algumas particularidades. É que, nesses centros, as tensões entre áreas verdes/protegidas e áreas não verdes/desprotegidas se acirram em função das pressões dos setores imobiliário e da construção – que, como visto no Capítulo 1, suportam o capital industrial e financeiro.

De um lado – o das áreas não verdes/desprotegidas –, a mobilização do espaço urge, já que os lucros obtidos com o investimento em construções públicas e privadas (edificações, monumentos, estradas, obras de infraestrutura) são superiores à média e que essas construções comportarão, por algum tempo, uma proporção maior de capital variável com relação ao capital constante. Esses lucros se somam também às rendas obtidas em função da situação da terra urbana em relação a atributos como localização, benfeitorias, características físicas (topografia, geologia, vegetação), legislação urbanística e ambiental e signos de prestígio e de situação social, sendo fortemente associadas à *raridade* desses atributos¹¹¹. Como observa Lefebvre (2008a, p. 125), o espaço é “artificialmente rarefeito para ‘valer’ mais caro: ele é fragmentado, pulverizado, para a venda no atacado e no varejo”.

Do outro lado – o das áreas verdes/protegidas –, quanto mais avança a mobilização do espaço, mais raros se tornam os elementos da natureza e mais visíveis se tornam os indícios de seu esgotamento e da piora da qualidade de vida. Da percepção dessa raridade crescente emanam estratégias para conter a expansão do espaço construído, dentre as quais as demandas pela criação (ou pela não-supressão) de áreas verdes e áreas protegidas.

No centro dessas tensões figura o Estado que, além de ser diretamente responsável pela criação e pela manutenção das áreas verdes e áreas protegidas públicas, exerce as dúbias funções de estabelecer os limites da *poluição legítima*¹¹² e autorizar a realização de empreendimentos potencialmente poluidores – sendo, ele mesmo, empreendedor no caso das obras públicas. Cabe aos

¹¹¹ Para reflexões mais detidas sobre rendas e preço da terra urbana, ver Singer (1979), Ribeiro (1996) e Harvey (2005).

¹¹² Expressão utilizada por Acsehrad (2001) para descrever o estabelecimento, pelo governo militar, dos padrões de poluição compatíveis com a acumulação industrial de base automotiva, na década de 1970.

homens do Estado, assim, repartir as raridades de espaço e natureza – o que fazem conforme decisões políticas, mas divulgam como justas e positivas para a coletividade¹¹³.

Para o sucesso dessas estratégias de divulgação, concorre a volubilidade dos argumentos relacionados à questão ecológica – como indicado por Thévenot e Lafaye (1993 *apud* ACSELRAD, 2004), e confirmado no caso da APA Capitão Eduardo. Nesse contexto, a adesão ao discurso ambientalista para justificar decisões territoriais autoritárias tem se tornado corriqueira, o que se nota tanto na estratégia de reprimir ocupações populares irregulares, sobretudo as situadas nas áreas mais valorizadas das cidades (COMPANS, 2011; FIX, 2004), quanto na divulgação de intervenções urbanísticas de grande impacto como “sustentáveis”. Nessa esteira, no âmbito do planejamento urbano, governos têm buscado construir imagens positivas vinculadas a temas ambientais – com discursos muitas vezes relacionados ao desenvolvimento sustentável ou às “cidades sustentáveis” (LIMONAD, 2010) – aliando modernização ecológica e empreendedorismo urbano.

Na associação com o capital, esse processo repercute no *planejamento estratégico*¹¹⁴ de determinadas regiões da cidade, cuja construção ou reforma se reverta lucrativa para proprietários e investidores. Na RMBH, é possível observar a atuação das empresas na criação e na alteração de limites das áreas verdes e áreas protegidas, e já se vislumbram possibilidades de obtenção de benefícios extraordinários para aquelas influentes o suficiente para manejar o processo legislativo a médio prazo, já que a criação de áreas protegidas em zonas urbanas em expansão pode render lucros expressivos se a flexibilização das normas ocorrer no tempo e nas condições adequadas aos proprietários/investidores (EUCLYDES, 2014). Nessa linha, as áreas verdes e áreas protegidas podem ser concebidas como reservas de espaço (e de recursos naturais) para empreendimentos futuros – o que suscita o debate sobre a existência de um processo de *produção do espaço de reserva* em curso (EUCLYDES, 2012).

¹¹³ Estabeleço aqui um paralelo com a crítica de Marx sobre os economistas do século XIX. Marx descrevia os economistas como os “homens da penúria”, pois seu interesse se voltava apenas para a escassez, tratando-a como um fenômeno a-histórico. Sem uma perspectiva crítica do modo de produção que enseja este ou aquele tipo de escassez, os modelos propostos por esses economistas contribuíam/contribuem para encobrir o fato de a escassez ser repartida em decorrência de decisões políticas. Assim, voluntariamente ou não, esses economistas permitiam/permitem aos homens de Estado impor tais decisões políticas sob as máscaras da justiça, da igualdade e liberdade (LEFEBVRE, 2008a). Na mesma linha, cumpre reconhecer, com Escobar (1996), que também a raridade dos elementos da natureza é uma construção histórica, resultante de decisões políticas. Para o autor, a aceitação dessa escassez como um dado oculta o fato de que o comprometimento dos recursos naturais decorre de decisões políticas, fundadas na aceitação dos imperativos da acumulação capitalista de crescimento material, máximo lucro e disciplinamento de natureza e trabalho.

¹¹⁴ Forma de governança local própria da fase da acumulação flexível (HARVEY, 2002), em que os governos locais se portam como empreendedores de “projetos-cidade”, buscando atrair os investimentos e os financiamentos necessários para prestar os serviços públicos por meio da relação direta com investidores, capitais estrangeiros e empresários. Esses projetos-cidade envolvem a construção de imagens positivas que favoreçam a adesão pública às decisões locais e as fortaleçam na competição com outras cidades pelos investimentos privados (CASTELLS; BORJA, 1996).

Parte desse planejamento estratégico “ecologizado”/“ambientalizado” no país tem sido empreendido por meio do instrumento da Operação Urbana (OU) – que o Estatuto da Cidade denomina de “operação urbana consorciada” e define como

[...] o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental (BRASIL, 2001, art. 32, § 1º).

Problematizando os usos desse instrumento, Mariana Fix (2004) descreve a OU como a venda de exceções à lei do zoneamento municipal para um determinado trecho da cidade como forma de financiar um conjunto de intervenções urbanísticas nesse local. Segundo Fix, os defensores das OUs argumentam que, como o conjunto de obras da operação é pago por seus próprios beneficiários, afasta-se o problema do investimento público não prioritário do ponto de vista social. No entanto, a autora ressalta que, caso não sejam angariados recursos suficientes para as intervenções programadas, o município assume os débitos, o que não ocorre caso o fundo da operação seja positivo, quando ele é repartido com a iniciativa privada, já que não pode ser utilizado fora do perímetro delimitado. Fix observa ainda que as OUs tendem a demandar (e conseguir) investimentos públicos não planejados previamente, direcionando para essas áreas e obras não prioritárias os esforços públicos.

O caso da versão de 2010 da OU do Isidoro, em Belo Horizonte, exemplifica essa situação¹¹⁵. Essa OU foi definida pelo poder público municipal como o conjunto de intervenções necessárias para promover a ocupação *ordenada e sustentável* da região do Isidoro – um conjunto de glebas, de cerca de 10km², de propriedade reivindicada por poucas famílias, e até então pouco (ou nada) ocupadas, situadas no limite norte da capital com o Município de Santa Luzia. Essa forma de ocupação asseguraria a preservação de áreas de grande relevância ambiental e paisagística, especialmente as

¹¹⁵ A Lei Municipal nº 9.959, de 2010, reviu o Plano Diretor e a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (LPOUS) de Belo Horizonte, dando nova forma à OU do Isidoro – que fora criada em 2000 e teve seu prazo expirado. Em 2013, três ocupações se instalaram na área (Rosa Leão, Vitória e Esperança), reunindo mais de 7.000 famílias. Em 2014, em razão da forte mobilização política dos ocupantes e seus apoiadores, a norma foi alterada, passando a prever também empreendimentos imobiliários voltados para a habitação social. Essa previsão, no entanto, não atende às necessidades dos moradores, além de dispensar os empreendedores de contrapartidas ao fundo da OU nesses casos (GRUPO DE PESQUISA INDISCIPLINAR *et al.*, *online*). Na presente reflexão sobre a OU – adaptada de Euclides (2014) –, interessada em explicitar o mecanismo de contrapartidas relacionado às áreas verdes e áreas protegidas proposto pela versão de 2010 da OU do Isidoro, atendo-me ao disposto na norma de 2010, que não previa a habitação popular. Reconheço, assim, sua desatualização.

nascentes e áreas de vegetação expressiva, envolvendo a criação de reservas ecológicas particulares e a implantação de dois parques públicos.

As regras da operação urbana e a propriedade concentrada da terra, porém, circunscreviam a ocupação do Isidoro ao interesse do grande capital, conformando um mecanismo que condicionava o parcelamento da área à geração de lucro privado¹¹⁶, e, ao mesmo tempo, proporcionava aos empreendedores/investidores a maior lucratividade possível, assegurando-lhes a exclusividade sobre a urbanização/comercialização de uma área estrategicamente localizada no chamado Vetor Norte da RMBH (nova centralidade induzida pelo governo estadual, mencionada em seção anterior) (EUCLYDES, 2014).

O exemplo da OU do Isidoro explicita a associação de modernização ecológica e empreendedorismo urbano, podendo ser compreendida como expressão da articulação de Estado e mercado na constituição de novas frentes de expansão para o capital imobiliário, legitimada com base no discurso da proteção ambiental e na criação de áreas verdes. O caso torna patente a característica retórica do discurso da proteção da natureza uma vez que, materialmente, a região já era “verde” antes de toda a alteração legal – era inclusive mais “verde” do que seria caso a OU fosse implantada.

Nessa OU, o discurso da proteção ambiental legitimava uma proposta que quintuplicaria o adensamento da região, canalizando recursos públicos para fundos privados, enquanto deslegitimava outros usos demandados para a área, como sua proteção ambiental integral ou a habitação de interesse social. A ocupação *ordenada e sustentável*, no caso, corresponderia ao grande empreendimento imobiliário, supostamente mais apto a seguir regras de uso e ocupação do solo que os pequenos empreendimentos – e, principalmente, mais apto nesse objetivo que a ocupação espontânea, vista como incompatível com a proteção ambiental¹¹⁷.

No plano urbanístico da OU do Isidoro (FIG. 23), as áreas verdes eram elementos estratégicos: elas atestavam o atendimento às normas ambientais vigentes, eram anunciadas como novas áreas verdes para a cidade e renderiam créditos construtivos para proprietários e investidores.

¹¹⁶ Uma vez que o município não aplica instrumentos de captação de mais-valia imobiliária, os lucros obtidos com essa valorização imobiliária, suportada por investimentos públicos, não retornam à coletividade.

¹¹⁷ É o que se verificava nas matérias veiculadas pela imprensa mineira em 2013, quando as primeiras famílias ocuparam a região. Então, a degradação ambiental era atribuída apenas aos “invasores” – e parecia ser argumento suficiente para determinar sua remoção –, sem que se problematizasse o impacto dos 200 mil moradores propostos pela OU ou as limitações da política pública habitacional da RMBH (EUCLYDES, 2014). À época, também em Belo Horizonte, contrapondo essa vinculação do *ordenado-sustentável* ao grande empreendimento imobiliário, a Comunidade Dandara (ilustrada no item 7 da FIG. 1 da Introdução desta tese), resultante de uma ocupação popular, mantinha preservada a APP circunvizinha, diferentemente dos bairros regulares do entorno. O projeto de urbanização da ocupação teve apoio do Coletivo de Arquitetura de Apoio à Comunidade Dandara, entre os anos de 2009 e 2012, podendo ser conhecido em <www.coau.com.br/portfolio/comunidade-dandara>. Em anos recentes, porém, a APP também tem sido ocupada por moradias, como se apreende de imagens do *software Google Earth*.

Além disso, as reservas particulares (a norte e a sul) e os parques públicos (a leste a oeste) concorrerem para manter afastados os usos considerados indesejáveis, como os bairros populares do entorno, podendo ainda agregar valor aos empreendimentos imobiliários, por meio de atributos como vista definitiva e qualidade ambiental (EUCLYDES, 2014).

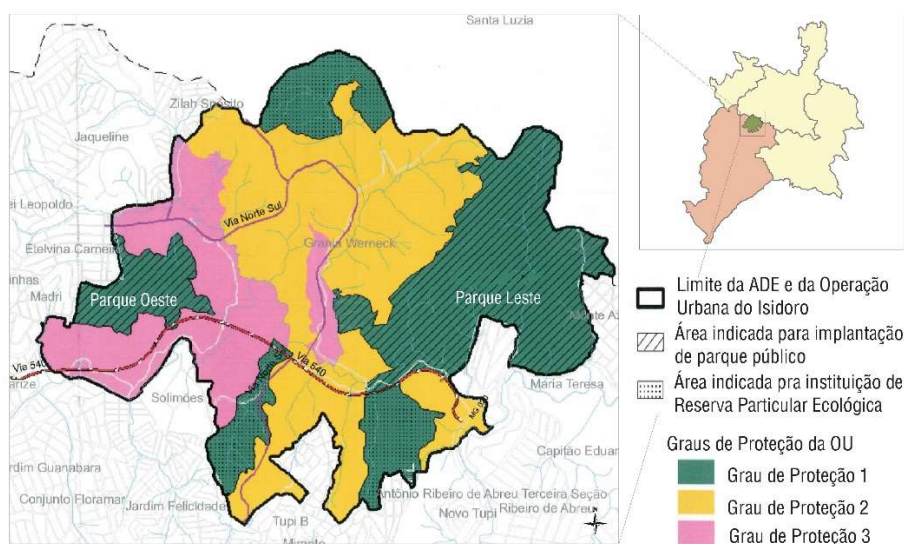


Figura 23 – Plano urbanístico da Operação Urbana do Isidoro
Fonte: Euclides (2014, p. 47, adaptado).

Mas o mecanismo da Operação Urbana do Isidoro era mais sofisticado. Nela, embora todas as zonas fossem (retoricamente) denominadas “de proteção” ambiental, uma dinâmica pautada na transferência do direito de construir – muito semelhante ao comércio internacional de créditos de carbono ou ao mercado nacional de CRAs – fazia com que as áreas verdes/protegidas funcionassem como lastro para as não verdes/desprotegidas. Mais do que isso, as regras dessa OU estabeleciam que as áreas verdes/protegidas públicas só seriam de fato instituídas se a nova centralidade objeto da operação fosse construída, já que sua implantação estava vinculada à existência de recursos no fundo da operação.

Assim, as áreas protegidas da OU do Isidoro podem ser vistas como a mais recente inovação do processo de modernização ecológica das políticas urbana e ambiental brasileiras. Com o mecanismo ali empregado, o poder público não só põe de lado qualquer preocupação com a contradição inerente às áreas protegidas/desprotegidas, como torna regra uma transgressão do (controverso) princípio do poluidor-pagador, que orienta o direito ambiental no país. No caso da Operação Urbana do Isidoro, o poluidor paga pela degradação que causa, mas só a degradação pode pagar pela instituição da proteção ambiental (EUCLYDES, 2014, p. 49).

Reações recentes à capitalização da natureza

O avanço da capitalização da natureza vem sendo acompanhado de perto por reações sociais, políticas e acadêmicas. Nos âmbitos social e político, desde o início dos anos 1990, os conflitos ambientais têm ganhado visibilidade pública e articulação em rede. No Brasil, como na América Latina em geral, movimentos de atingidos por barragens, de resistência à expansão das monoculturas e da mineração e de lutas contra a contaminação urbana, industrial e agrícola vêm problematizando projetos de desenvolvimento de governos e de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, além de empreendimentos econômicos de grande impacto da iniciativa privada (ACSELRAD, 2005; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Nos países andinos, a capitalização da natureza tem sido reconhecida como uma das balizas do processo de colonização, iniciado com a conquista espanhola e presente até o período neoliberal atual, em que a exportação de recursos naturais permanece a base das economias nacionais, sendo justificada com o discurso do desenvolvimento, do progresso e da modernidade (ACOSTA, 2012). Nesses países, as reações ao modelo colonialista de exploração da natureza e das culturas, formuladas por grupos indígenas, tradicionalmente marginalizados nessas sociedades, vêm conformando o movimento denominado Bem Viver (*Buen Vivir*): uma alternativa ao desenvolvimento.

Trata-se de um conceito plural, em construção, que emerge do mundo andino e amazônico, mas encontra aderência e recebe contribuições de correntes de pensamento ocidentais também marginais, como o marxismo, o feminismo e a economia solidária, inserindo-se nas “lutas da humanidade pela emancipação e pela vida” (ACOSTA, 2012, p. 201).

Segundo o economista e político equatoriano Alberto Acosta¹¹⁸ (2012), o Bem Viver propõe a recuperação e o diálogo permanente com os saberes e conhecimentos dos povos tradicionalmente marginalizados “sem negar as vantagens tecnológicas do mundo moderno ou as possíveis contribuições de outras culturas e saberes que questionam diferentes pressupostos da modernidade dominante” (ACOSTA, 2012, p. 202). A plataforma reconhece a natureza como sujeito de direitos¹¹⁹ – independentemente de sua utilidade para o uso humano, defendendo sua desmercantilização (combatendo, por exemplo, a privatização da água e os critérios mercantis de comercialização de

¹¹⁸ Alberto Acosta foi ministro de Energia e Minas do governo de Rafael Correa, no Equador, sendo um dos promotores da Iniciativa Yasuní-ITT. Acosta deixou o cargo “para dirigir a Assembleia Constituinte que incluiu pela primeira vez em um texto constitucional os conceitos de plurinacionalidade, Direitos da Natureza e Buen Vivir. Durante o trabalho constituinte, porém, Acosta rompeu com o presidente equatoriano – e seu partido – devido ao que viu como desvios nos rumos do governo” (BREDA, 2016). Em 2013, candidatou-se à Presidência da República, sem sucesso.

¹¹⁹ Como ressalta Acosta (2012, p. 204), “Estes direitos não defendem uma natureza intocada, que nos leve, por exemplo, a deixar de ter cultivos, pesca ou criação de animais”; trata-se de “manter os sistemas, os conjuntos de vida. Sua atenção se fixa nos ecossistemas, nas coletividades”.

serviços ambientais). Propõe, ainda, reorientar a economia na direção da solidariedade, almejando o pleno emprego digno, o fim das economias nacionais baseadas na exportação de recursos naturais e o fortalecimento e a disseminação das práticas indígenas de produção e trocas baseadas na reciprocidade, na solidariedade e na correspondência¹²⁰.

Como sintetiza o sociólogo boliviano Raul Alcoreza, trata-se de

[...] um novo projeto civilizatório e cultural alternativo ao capitalismo e à modernidade, que se baseia nas matrizes civilizatórias indígenas [...], que integra utopias e projetos sociais em harmonia com a natureza e a comunidade, articulando formas de consumo, de comportamento e de condutas não degradantes, assumindo formas de espiritualidade que respondem à relação ética com a vida [...] (ALCOREZA, 2010, p. 2, tradução minha)¹²¹.

Apropriando-se dos debates internacionais sobre as mudanças climáticas, Alcoreza reconhece no Bem Viver uma plataforma privilegiada “para discutir respostas urgentes contra os efeitos devastadores das alterações climáticas em nível planetário” (ACOSTA, 2012, p. 210), favorecendo a constituição de uma mobilização global, uma “internacional de movimentos sociais em defesa da Mãe Terra” (ALCOREZA, 2010, p. 2, tradução minha)¹²². Nessa perspectiva, avalia que a Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, realizada na Bolívia em 2010, constituiu, para os povos indígenas andinos, os movimentos sociais, os governos, os cientistas e os intelectuais que ali se reuniram, um marco da revolução mundial anticapitalista. Entre outras medidas, o documento produzido nessa conferência conduz à ratificação do Protocolo de Quioto, redireciona a produção para a soberania e a segurança alimentar, defende as florestas contra a exploração de recursos fósseis e exige dos países capitalistas centrais compensações e reparações dos danos causados à natureza nos países periféricos (ALCOREZA, 2010).

O espírito do Bem Viver foi incorporado às novas constituições da Bolívia e do Equador, nos anos 2000, após um longo processo de mobilização social e política, conferindo relevância aos saberes tradicionais indígenas e à diversidade de nações indígenas presentes nesses países (GUDYNAS; ACOSTA, 2011). Apesar desse avanço, porém, desde então os governos desses países

¹²⁰ Acosta (2012, p. 210) destaca que, apesar de os fundamentos do conceito do Bem Viver terem origens rurais, a proposta precisa se desenvolver também nas cidades: “A tarefa passa por repensar as cidades, redesenhá-las e reorganizá-las ao mesmo tempo em que se constroem outras relações com o mundo natural”. Ver Acosta (2012) para mais informações sobre os princípios éticos indígenas fundantes do Bem Viver.

¹²¹ [...] un proyecto civilizatorio y cultural alternativo al capitalismo y a la modernidad, que se basa en las matrices civilizatorias indígenas, [...] que integra utopías y proyectos sociales en armonía con la naturaleza y la comunidad, articulando formas de consumo, de comportamiento y de conductas no degradantes, asumiendo formas de espiritualidad que responden a relación ética con la vida [...].

¹²² “[...] la continuidad de la lucha y la movilización por la vida y la Madre Tierra se constituye una internacional de movimientos sociales en defensa de la Madre Tierra”.

têm apresentado posturas ambíguas quanto à importância dos setores extrativistas, sendo recorrente o uso propagandístico e esvaziado do termo Bem Viver (ACOSTA, 2012).

A plataforma do Bem Viver pode ser associada ao movimento altermundialista, cujas raízes remetem ao movimento zapatista e às mobilizações internacionalistas das décadas de 1960, adquirindo novas conotações com o avanço da globalização neoliberal, no fim do século XX¹²³. Conformando uma espécie de “movimento dos movimentos”, com características fluídas e heterogêneas, o altermundialismo agrega “sindicatos operários e movimentos camponeses, ONGs e organizações indígenas, movimentos de mulheres e associações ecológicas, intelectuais e jovens ativistas”, manifestando-se “de forma visível por ocasião dos Fóruns Sociais – regionais ou mundiais – e das grandes manifestações de protesto” (LÖWY, 2008).

Como sintetiza Michael Löwy (2008), ao voltar-se radicalmente contra a dominação capitalista da vida e da natureza, o movimento altermundialista comporta três principais momentos distintos e complementares: a negatividade da resistência à forma capitalista e liberal da globalização contemporânea; as proposições concretas construídas no curso dos fóruns¹²⁴; e a utopia de um outro mundo possível, fundado em outro paradigma econômico e social, baseado em princípios como o humanismo (ao qual se associa a ecologia), a democracia participativa e a diversidade.

Os princípios do Bem Viver e do movimento altermundialista são comuns a muitos movimentos socioambientais brasileiros que problematizam as formas modernas e pós-modernas de capitalização da natureza e questionam os mecanismos da economia verde. Como exemplos, cabe citar o Grupo Carta [do Fórum Social Mundial] de Belém¹²⁵ e os Movimentos de Mulheres Camponesas, ligados à Via Campesina, que se organizaram para debater a Conferência das Partes sobre o Clima da ONU, em 2015 (SEIBERT, 2014).

Na dimensão política das organizações internacionais, faz coro a essas reações a *Carta da Terra* – uma declaração de princípios éticos para a construção, no século XXI, de uma sociedade

¹²³ Como pontua Michael Löwy (2008, p. 33, grifos do autor), diferentemente dos movimentos dos anos 1960 e 1970, que expressavam solidariedades internacionais *com* os oprimidos e *apoio* aos movimentos de libertação (revoluções argelina, cubana e vietnamita, a Primavera de Praga, entre outros), o movimento altermundialista do início do século XXI conforma uma rede de “solidariedade *entre* organizações diferentes, movimentos sociais ou forças políticas de diversos países ou continentes, que se ajudam e se associam num mesmo combate, diante do mesmo inimigo planetário”, o neoliberalismo; além de debaterem alternativas possíveis para a humanidade.

¹²⁴ São exemplos dessas propostas concretas a “abolição da dívida do Terceiro Mundo, taxaço das transações financeiras, supressão dos paraísos fiscais, moratória dos organismos geneticamente modificados, direito dos povos à própria alimentação, igualdade efetiva entre homens e mulheres, defesa e extensão dos serviços públicos, prioridade à saúde, à educação e à cultura, proteção do meio ambiente” (LÖWY, 2008, p. 35).

¹²⁵ O grupo reúne “organizações e movimentos socioambientais, trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar e camponesa, agroextrativistas, quilombolas, organizações de mulheres, organizações populares urbanas, pescadores, estudantes, povos e comunidades tradicionais e povos originários que compartilham a luta contra o desmatamento e por justiça ambiental na Amazônia e no Brasil” (GRUPO CARTA DE BELÉM, *online*).

global justa, sustentável e pacífica –, elaborada após a Eco 92 por movimentos sociais, ONGs, universidades, intelectuais, líderes religiosos, políticos e representantes de comunidades tradicionais de todo o mundo (BRASIL, *online*[b]). Na mesma linha, tratados internacionais, como a *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*, que visa assegurar os direitos humanos desses povos, assegurando o direito de serem respeitados em suas diferenças (ONU, 2008), e o *Protocolo de Nagoya*, sobre acesso a recursos genéticos e à partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da sua utilização (CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY, 2016) caminham no sentido da reação (ou seria do controle?) à capitalização da natureza e da vida, indicando avanços no reconhecimento internacional sobre os conflitos relacionados a esses processos.

Nos centros urbanos, as reações às formas de capitalização da natureza se aproximam das reivindicações relacionadas ao *direito à cidade*. Na mesma medida em que se avolumam os exemplos de casos em que os discursos relacionados à proteção ambiental e às áreas verdes e áreas protegidas são empregados para beneficiar grupos seletos de proprietários e investidores em detrimento da coletividade, crescem também os exemplos de situações em que, a partir da interdição ou do anúncio da realização de projetos de descaracterização de áreas verdes – seja em decorrência de empreendimentos imobiliários privados, seja em face de grandes obras viárias públicas –, vizinhos, comerciantes, ativistas, grupos artísticos, estudantes, grupos universitários de pesquisa e extensão, população de rua, entre outros atores interessados em recuperar o debate político sobre a cidade e sua construção configuram movimentos urbanos de resistência e debate. Esses movimentos demandam a permanência ou implantação efetiva de áreas verdes, expressando-se por meio de ocupações, manifestações, assembleias populares e ações diretas (RENA, 2014; GUTIÉRREZ; DE SOTO, 2014).

São exemplos desses casos: o Parque Gezi, em Istambul, cujo projeto de transformação em um complexo religioso e comercial foi o estopim para uma onda de protestos contra o autoritarismo do governo nacional que se espalhou por toda a Turquia (O PARQUE..., 2013); o Parque Cocó, em Fortaleza, ocupado por manifestantes contrários à construção de viadutos que avançariam pelo parque, uma das poucas áreas verdes da cidade (ROLNIK, 2013); e o Parque Augusta (ilustrado no item 2 da FIG. 1 da Introdução desta tese), em São Paulo, também ocupado sob a bandeira da conversão definitiva da área em parque público, livre de prédios e com gestão popular, sendo palco de atividades artísticas e culturais e debates (ROLNIK, 2015a).

No caso particular de Belo Horizonte, a atuação da população na política municipal de parques públicos é decisiva. Conforme apurado em ocasião anterior (EUCLYDES; FONSECA, 2013), as mobilizações sociais na cidade conseguiram, entre os anos de 2000 e 2013, a criação de pelo menos

19 parques (entre 38 criados no período), expressando o significativo envolvimento dos cidadãos com a temática das áreas verdes e áreas protegidas. Nos últimos cinco anos, têm se destacado: os movimentos pela criação do Parque Jardim América e pela proteção da Mata do Planalto, que demandam ações públicas de proteção de áreas de mata inseridas na malha urbana e ameaçadas por grandes projetos imobiliários (GRUPO DE PESQUISA INDISCIPLINAR – UFMG, *online*); o Movimento Pró-Lagoa Seca, que conta com o apoio de 15 associações de bairros, seis ONGs e mais de 330 signatários de um documento que demanda a criação do Parque Lagoa Seca, na Serra do Curral; e o Movimento Fica Ficus, que tem reunido cidadãos contrários à poda drástica de árvores centenárias localizadas em pontos históricos da capital e favoráveis à ampliação dos espaços de uso público, construindo um canal de comunicação direta com a prefeitura e conseguindo interferir em rotinas de poda e controle de pragas (FICA FÍCUS, 2013).

Na RMBH, outras mobilizações sociais – menos aderidas ao debate sobre o direito à cidade, mas também conformando resistências à lógica da produção capitalista do espaço – merecem destaque, como a demanda pela criação do Monumento Natural Mãe d'Água, em uma porção da Serra da Moeda de Brumadinho já abrangida por quatro áreas protegidas (que não têm sido eficientes na contenção do avanço da mineração na serra), e o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, cujos debates e articulações políticas levaram à criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, em Raposos e Caeté, limitando a área pretendida por um grande projeto de mineração de ferro (EUCLYDES, 2012; COELHO-DE-SOUZA, 2015). Em minha pesquisa de mestrado, interpretei essas demandas pela criação áreas protegidas como *contraprojetos* aos grandes projetos minerários anunciados para a região. Em sua tese de doutorado, Carolina Coelho-de-Souza (2015) participou e refletiu sobre o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, identificando na conformação, nos debates, nas estratégias e no amadurecimento do movimento possibilidades para a concepção de formas alternativas de se produzir e viver em sociedade, destacando a dimensão utópica que pode emergir de um movimento de resistência à lógica capitalista – aproximando-se do espírito do movimento altermundialista.

Recentemente, foi constituída uma Rede Verde, mediada pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar, da Escola de Arquitetura da UFMG, envolvendo outros grupos de pesquisa universitários e movimentos sociais, abrangendo parte dos movimentos citados (REDE VERDE BH, *online*). A criação dessa rede – que articula a questão das áreas verdes e áreas protegidas a outras questões prementes na vida urbana contemporânea (como a habitação, os megaprojetos de intervenção urbana, a ocupação do espaço público) e liga os debates belo-horizontinos aos realizados em outros

países – expressa a compreensão da dimensão política da natureza dos/nos centros urbanos. A FIG. 24 ilustra o trabalho da rede.



Figura 24 – Materiais de divulgação e fotos de eventos promovidos ou apoiados pela Rede Verde
Fontes: Rede Verde (2015); Rede Verde BH (2015a; 2015b); Cardoso (2013a).

A Rede Verde pode ser vista como exemplo recente de um movimento, que vem se fortalecendo nas universidades brasileiras desde os anos 1980, de envolvimento de grupos universitários de pesquisa e extensão no apoio a movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais atingidos por empreendimentos econômicos ou políticas estatais (como as de áreas protegidas), entre os quais pode-se mencionar o Laboratório Estado Trabalho Território e Natureza (ETTERN), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB), da Universidade de

São Paulo, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), da UFMG, e a Rede Brasileira de Justiça ambiental, integrada por cerca de cem entidades, inclusive universidades. Esses grupos se aproximam dos debates sobre a justiça ambiental, para o qual contribuem com estudos como os organizados por Henri Acselrad (2004), por Acselrad, Selene Herculano e José Pádua (2004), por Antonio Diegues (2000), por Andréa Zhouri, Klemens Laschefski e Doralice Pereira (2005) e por Zhouri e Laschefski (2010).

Já as reflexões da própria Rede Verde – e de uma vertente de pesquisadores que discutem a temática dos espaços públicos dos centros urbanos – têm fortalecido o debate sobre o *direito à cidade* e sobre os *comuns*. Para tanto, têm se valido das obras de Lefebvre e de estudos de Harvey (1996; 2008; 2014), além dos trabalhos de Elinor Ostrom (1990), que explora os comuns no que toca à dimensão do autogoverno, e de Michael Hardt e Antonio Negri (2009), que discutem o potencial dos comuns como alternativa anti/pós-capitalista (HARVEY, 2014). Devo observar, porém, como mencionado no Capítulo 1, que grande parte dos estudos que se utilizam das noções de direito à cidade e de comuns tendem a não abordar detidamente as contradições próprias das áreas verdes e áreas protegidas, e podem ser considerados também pouco desenvolvidos (mas com grande potencial) no que toca à reflexão dialética sobre as possibilidades que esses espaços encerram.

Entendendo o processo de constituição dos comuns como um polo do movimento dialético da produção do espaço – em oposição à capitalização da natureza –, dedico a próxima seção à contextualização da temática.

A comunalização da natureza

Em *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, David Harvey (2014, p. 206) defende que “nenhuma alternativa à forma contemporânea de globalização [neoliberal] surgirá do nada. Terá de vir de uma multiplicidade de espaços locais – espaços urbanos, em particular –, combinando-se em um movimento mais amplo”. O autor associa esse movimento à apropriação e à politização dos espaços e bens públicos urbanos, que discute sob a noção dos *comuns urbanos*, construída por ele a partir das elaborações de Marx sobre o comunismo e os meios comunais de produção¹²⁶, de Lefebvre sobre a urbanização da sociedade e o direito à cidade, e de Hardt e Negri (2009) sobre a metrópole, os comuns e a militância política anticapitalista.

¹²⁶ Para Marx, sendo o trabalho fabril (fonte do valor) coletivamente organizado, então um eventual direito de propriedade deve ser coletivo ou associado – e nunca individual. O comunismo, nessa perspectiva, visa a “uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção comunais e despendem suas numerosas forças de trabalho individuais conscientemente como uma única força social de trabalho” (MARX, 1977, p. 171 *apud* HARVEY, 2014, p. 150). “Marx não defende a propriedade estatal, mas alguma forma de propriedade associada ao trabalhador coletivo que produza para o bem comum” (HARVEY, 2014, p. 150-151).

Harvey (2014, p. 145) entende o comum não como um tipo específico de coisa ou processo social, mas como uma “relação social instável e maleável” entre determinado grupo social e os aspectos (já existentes ou ainda por criar) do meio social ou físico considerados como cruciais para sua vida e subsistência. Essa relação se conforma na prática social da *comunalização*, que pode ser compreendida como o tratamento de um espaço, um bem ou um processo social sob uma perspectiva coletiva e não mercantilizada, para além da lógica das trocas e avaliações de mercado. Compreendo, portanto, que a comunalização se opõe à capitalização a que se refere James O’Connor (1988), podendo também ser associada ao urbano de Lefebvre.

Ao referir-se aos comuns, Harvey cita tanto os elementos da natureza quanto as manifestações culturais ou o ambiente de uma cidade, ressaltando a ação política em prol do benefício coletivo como elemento central de distinção entre os comuns, os bens públicos (saneamento, saúde, educação) e os espaços públicos (ruas, parques, escolas):

Embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessário uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades. A educação pública torna-se um comum quando as forças sociais se apropriam dela, protegendo-a e aprimorando-a em benefício mútuo (três vivas à Associação de Pais e Mestres!). As praças Sintagma, em Atenas, Tahir, no Cairo, e da Catalunha em Barcelona eram espaços públicos que se tornaram comuns urbanos quando as pessoas ali se reuniram para expressar suas opiniões políticas e fazer suas reivindicações. A rua é um espaço público que histórica e frequentemente se converte pela ação social em um comum do movimento revolucionário, assim como em um espaço de repressão sangrenta (HARVEY, 2014, p. 144).

Conforme o conceito de Harvey, ainda que possam ensejar benefícios difusos à coletividade, áreas verdes e áreas protegidas não são comuns em si mesmas, podendo adquirir essa conotação quando se tornam objeto de mobilizações sociais, seja em torno de sua criação, seja com vistas ao impedimento de sua supressão.

Harvey reconhece as distinções estabelecidas por outros teóricos, como Elinor Ostrom (1990) e Hardt e Negri (2009) – entre os *comuns naturais*, sujeitos à lógica da escassez ou a usos excludentes, e os *comuns culturais e intelectuais*, que são dinâmicos e fortalecidos pelo uso –, mas não se atém a essas distinções, preferindo refletir sobre os *comuns urbanos*, de modo abrangente. Reconhecendo, com Lefebvre (1991c), a globalização do processo de urbanização – que reduz a dicotomia campo-cidade e expande a demanda pelo direito à cidade no sentido do *direito à produção do espaço* –, o geógrafo entende a urbanização como “a incessante produção de um comum urbano

(ou sua forma espectral de espaços e bens públicos) e sua eterna apropriação e destruição por interesses privados” (HARVEY, 2014, p. 156).

O autor ressalta que as questões relativas aos comuns são contraditórias, permeadas por interesses sociais e políticos conflitantes, marcadas pelo litígio. Ele pontua que grupos sociais podem defender certos comuns por motivos variados, e até mesmo antagônicos:

Hoje em dia, por exemplo, os ricos têm o hábito de trancar-se em condomínios fechados em que determinados comuns excludentes são definidos. Em princípio, isso não é diferente de cinquenta usuários dividindo água sem a menor preocupação com as outras pessoas. [...] Os grupos radicais também podem apropriar-se de espaços (às vezes pelo exercício dos direitos de propriedade privada, como quando compram coletivamente um edifício para ser usado para alguma finalidade progressista) cujas características lhes permitem fomentar alguma política de ação comum. Ou podem estabelecer uma comuna ou um soviete em algum espaço protegido (HARVEY, 2014, p. 141)¹²⁷.

Ainda que seja concebido em razão de benefícios coletivos e propósitos não mercantis, o comum pode vir a ser capitalizado, acirrando ainda mais suas contradições. Assim, a proteção/concretização de determinado comum pode provocar a negação de outro, como no caso da implantação de determinada área verde que repercute na valorização imobiliária e no aumento dos aluguéis no entorno, expulsando os moradores incapazes de arcar com os novos custos – a exemplo da *High Line* (antigo trecho elevado de linha-férrea convertido em espaço de lazer) em Nova York (ilustrada no item 1 da FIG. 1, da Introdução). Para o autor, “A criação desse [tipo de] espaço público diminui radicalmente, em vez de aumentar, a potencialidade de comunalização de todos – a não ser dos muito ricos” (HARVEY, 2014, p. 147)¹²⁸.

Tendo em vista a fragilidade da comunalização em relação aos processos de capitalização da natureza e das culturas, Harvey defende o *cercamento* – entendido como isolamento protetivo instituído por instância superior de governo – como instrumento legítimo para sua salvaguarda¹²⁹. Para tanto, toca na sensível questão das áreas protegidas e da expulsão de povos e comunidades tradicionais de seus territórios, sintetizando os desafios das políticas relacionadas à proteção da natureza e das culturas marginais:

¹²⁷ Nesse sentido, podem ser considerados comuns as ocupações de terras privadas, urbanas e rurais, para fins de moradia e trabalho.

¹²⁸ Compreendo que a crítica do autor se dirige à atuação do Estado voltada para a valorização imobiliária de certas áreas da cidade, e não à criação de parques urbanos em geral – o que seria contraditório com o restante de sua argumentação.

¹²⁹ Devo admitir certo incômodo com a forma como Harvey emprega o termo *cercamento* para fazer referência tanto ao isolamento protetivo comuns quanto ao processo do *cercamento dos campos* – conversão das terras de uso comum dos camponeses em espaços de uso privado da nobreza (HOYLES, 2002) – ocorridos na Grã-Bretanha a partir do período medieval tardio.

[...] há certa confusão acerca da relação entre os comuns e os supostos males do cercamento. No cômputo geral (e particularmente em nível global), algum tipo de cercamento geralmente é a melhor maneira de preservar certos tipos de comuns de grande valor. Isso parece ser, e é, uma afirmação contraditória. Na Amazônia, por exemplo, será necessária uma lei de cercamento draconiana para proteger *tanto* a biodiversidade *como* as culturas das populações indígenas que são parte integrante do conjunto de nossos comuns naturais e culturais. Sem dúvida, a autoridade estatal se fará necessária para proteger esses comuns contra a democracia filisteia dos interesses econômicos de curto prazo que devastam as terras com plantações de soja e criação de gado. Por definição, portanto, nem todas as formas de cercamento podem ser rejeitadas como nocivas. A produção e o cercamento de espaços não mercantilizados em um mundo implacavelmente mercantilizador é seguramente algo positivo. Nesse caso, porém, pode haver outro problema: expulsar populações indígenas de suas florestas (como costuma defender a World Wide Fund for Nature) pode ser necessário para preservar a biodiversidade. Um comum pode ser protegido a expensas de outro. Contudo, é perigoso supor que a melhor maneira de preservar um tipo de comum seja negar outro. Há diversas evidências de que programas de manejo florestal integrado, por exemplo, cujo duplo objetivo é aprimorar habitats e desenvolvimento florestal ao mesmo tempo em que se mantém o acesso dos usuários tradicionais aos recursos florestais geralmente beneficia ambos (HARVEY, 2014, p. 139-140, grifos do autor).

Nessa perspectiva, Harvey se alinha a autores como Dowie (2006), que defende a disseminação de modelos de áreas protegidas sensíveis à proteção da diversidade cultural, a exemplo dos realizados na Austrália, na Bolívia, no Nepal e no Canadá, onde legislações sobre áreas protegidas asseguram os direitos nativos à terra – obrigando as organizações preservacionistas internacionais a “colaborar com as comunidades nativas e produzir modalidades criativas para proteger os habitats de vida selvagem e a biodiversidade, permitindo, ao mesmo tempo, que os nativos continuem seu modo de vida tradicional” (DOWIE, 2006, p. 6). Alinha-se também à perspectiva defendida por Diegues (2001, p. 139), que reverencia exemplos de associações positivas entre povos e comunidades tradicionais atingidos por áreas protegidas e alas dos órgãos ambientais “mais sensíveis aos problemas das populações tradicionais”, que tentam “integrá-las nos parques e reservas, sem sua expulsão ou transferência”¹³⁰.

A abordagem positiva sobre os cercamentos proposta por Harvey pode ser corroborada, em alguma medida (mas por vias opostas), pelo caso da APA Fazenda Capitão Eduardo, onde a criação da área protegida e a posição periférica dos bairros contribuíram para manter afastado o interesse do

¹³⁰ Entre essas associações positivas, destaca projetos como o Núcleo Picinguaba, criado em 1985 no interior do Parque Estadual da Serra do Mar (SP), que buscou oferecer melhorias das condições de vida aos pescadores artesanais atingidos pelo parque, e a autorização para a permanência das comunidades tradicionais caiçaras na Estação Ecológica da Juréia-Itains (SP), ponderando que a falta de definições mais claras quanto ao apoio de médio/longo prazo por parte desses órgãos comprometeram a manutenção dos modos de vida desses grupos.

capital imobiliário da região, conformando uma espécie de isolamento protetivo. Confirma esse caráter protetivo o esforço político empreendido para aprovar a lei de revogação a APA, de modo a viabilizar a implantação de empreendimentos do programa habitacional federal.

Ao discutir os cercamentos, Harvey levanta um dos principais pontos de polêmica relacionados aos comuns: sua gestão democrática. O autor retoma diferentes interpretações da parábola da *Tragédia dos Comuns*¹³¹, de Garrett Hardin, demonstrando que a questão da gestão dos comuns é muito mais complexa que a simples escolha dicotômica entre *gestão estatal* e *livre mercado*. Apesar de reconhecer, como grande parte dos autores de esquerda, a importância da horizontalidade e do engajamento direto das pessoas nas decisões políticas que afetam suas vidas, Harvey critica tanto as propostas que se restringem à escala local quanto os posicionamentos relacionados ao fim do Estado, indicando a necessidade de conceber diferentes instâncias de decisão e gestão dos comuns conforme suas características. Para o autor,

[...] as possibilidades de uma administração sensata dos recursos de propriedade comum que existem em determinada escala (como os direitos de compartilhamento de água entre cem agricultores em uma pequena bacia fluvial) não são e nem podem ser transferidas [...] [para questões globais, como] o aquecimento global ou a difusão regional de deposição ácida proveniente de centrais elétricas (HARVEY, 2014, p. 138).

Em cada escala, as especificidades dos problemas dos comuns e suas possibilidades de solução são drasticamente diferentes das demais – o que fere de morte a parábola de Hardin, que usa um exemplo em pequena escala para exemplificar um problema global. No entanto, ainda que o comum seja local, sua proteção acaba por demandar instâncias de gestão mais amplas que assembleias locais ou confederações de municípios:

[...] qualquer movimento anticapitalista deslanchado ao longo de sucessivas rebeliões urbanas [no sentido lefebvriano] precisa ser consolidado a certa altura dos acontecimentos, em um nível muito mais alto de generalidade, a fim de que tudo não retroceda, no nível do Estado, a um reformismo parlamentar e constitucional que pode fazer pouco mais do que reconstituir o liberalismo nos interstícios de um prolongado domínio imperialista (HARVEY, 2014, p. 268-269).

¹³¹ Buscando uma metáfora com que pudesse ilustrar a necessidade do controle populacional, Hardin elabora uma parábola em que vários proprietários de gado compartilham um pedaço de terra comunal. “Individualmente, os proprietários ganham ao acrescentar mais gado, e toda perda de fertilidade, nesse caso, é distribuída entre todos os usuários”. Assim, “todos os pastores continuam a adicionar mais gado, até que a terra comum perde toda a sua produtividade” (HARVEY, 2014, p. 135). Apesar de seu propósito original, a parábola tem sido repetidamente utilizada como justificativa para a privatização da terra, sob o argumento de que a propriedade privada conferiria maior eficiência ao uso desse recurso.

A teorização de Harvey sobre os comuns contribui para reafirmar a complexidade subjacente à proteção das culturas marginais e da natureza, revelando a fragilidade e as contradições intrínsecas das iniciativas nesse sentido, que envolvem, entre outras, as tensões entre apropriação e dominação, comunalização e capitalização, liberdade e cercamento, autogestão e gestão heterônoma, ordem próxima e ordem distante.

Sua reflexão concorre também para envolver a crítica da natureza na crítica da urbanização – suscitando a imaginação sobre a produção de espaços novos a partir de suas contradições. Ao enfatizar a natureza como um (possível) *comum urbano* – e não como comum *natural* apartado dos comuns *culturais* –, o autor corrobora os fundamentos urbano-ecológicos da hipótese otimista e oferece elementos para a prospecção do futuro das áreas verdes e áreas protegidas.

Em sintonia com sua noção de utopismo dialético, inspirada em Bloch e Lefebvre (HARVEY, 2009), o geógrafo constrói uma via para a comunalização da urbanização de explícita dimensão *transescalar*¹³², envolvendo a singularidade (o corpo, a vida cotidiana), a particularidade (cidade, região, país) e a universalidade (mundo). Desse modo, reafirma a relevância de cada mobilização social em torno de aspectos sociais ou espaciais da vida no mundo urbano-industrial (a exemplo da demanda pela criação do Parque Jardim América, da reivindicação do Monumento Natural Mãe d'Água e das Ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, da região do Isidoro), de cada organização que articula esses movimentos regionalmente (como a Rede Verde, o Movimento Pelas Águas e Serras de Minas, o Movimento dos Atingidos Pelo Mineroduto Minas-Rio, o Movimento dos Atingidos por Barragens, as Brigadas Populares, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra, o Movimento pela Justiça Ambiental), e das redes que estabelecem essas conexões globalmente (como a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, a Via Campesina e as plataformas do Bem Viver e do altermundialismo).

Combinando as contribuições de Harvey com a perspectiva da revolução urbana – que nasce no cotidiano e alcança o espaço como um todo – de Lefebvre (1991a; 1991c; 1999), cumpre reconhecer que, ainda que as lutas pela defesa de certos comuns urbanos por grupos marginalizados ou pouco numerosos possam parecer frágeis diante do articulado processo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, elas expressam contradições existenciais desse modo de produção, cujo acirramento pode levar a danos ecológicos irreparáveis, à redução drástica dos

¹³² Para Carlos Vainer (2002, p. 147), se os processos sociais, econômicos, culturais, políticos apresentam dimensões escalares (do corpo ao internacional, passando pelo comunitário e pelo regional), então qualquer projeto que aspire a uma transformação socioespacial deve envolver, engajar e exigir táticas em cada uma (e não apenas em uma) das escalas em que se configuram esses processos.

direitos humanos e à homogeneização das culturas, que, por sua vez, podem atingir a sociedade como um todo e cada pessoa em sua cotidianidade. Assim, à medida que essas contradições se avolumam, alcançando contingentes populacionais cada vez maiores, tendem a ganhar corpo (político e teórico) também as articulações de movimentos de resistência, cujas lutas, intercâmbios e utopias podem orientar o salto dialético da fase crítica no sentido do urbano.

...

Com o percurso realizado nesta Parte 1, procurei remontar criticamente a história das áreas verdes e áreas protegidas de suas origens até os dias atuais, explicitando as variações desses conceitos e as contradições desses espaços desde o nascimento da sociedade urbano-industrial até a presente fase crítica. Nesse percurso, acredito ter sido possível apreender que essas contradições vêm se acirrando, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, na medida em que envolvem mais espaços e mais grupos sociais e se imbricam mais profundamente nos circuitos de produção-repartição-distribuição do modo de produção capitalista. Como procurei demonstrar nesses capítulos, há evidências suficientes para crer que as tensões entre áreas verdes/protegidas e não verdes/desprotegidas, e entre capitalização e a comunalização da natureza e do espaço, estejam prestes a alcançar seu limite máximo, a partir do qual serão superadas – seja realizando a hipótese pessimista, seja materializando a hipótese otimista.

Para avançar nessa remontagem da história, contribuindo para a consumação da hipótese otimista, desloco o olhar em direção ao futuro. Para tanto, passo a discutir uma proposta contemporânea que compartilha elementos com a hipótese otimista aqui perseguida, aproximando o futuro das áreas verdes e áreas protegidas da perspectiva da urbanização completa da sociedade: a trama verde e azul.



PARTE 2

Do presente ao possível

CAPÍTULO 4 – Fase crítica: a trama verde e azul entre a reprodução do passado e a construção do possível

No texto *Utopía experimental: por un nuevo urbanismo*, publicado originalmente em 1961 e integrante da antologia *De lo rural a lo urbano*, Lefebvre (1978a) analisa o plano urbanístico da cidade de Fürttal, a ser construída nas proximidades de Zurique, na Suíça. O filósofo compara o plano a um exercício de utopia experimental, que define como “a exploração do possível humano, com a ajuda da imagem e do imaginário, acompanhada de uma incessante crítica e uma incessante referência à problemática dada no real” (LEFEBVRE, 1978a, p. 125, tradução minha)¹³³, apresentando-o com as seguintes palavras:

A equipe de Zurique tem levantado problemas muito mais amplos. Ela tem procurado contribuir na elaboração de uma metodologia, uma sociologia e quase uma filosofia da nova cidade. E ainda que não tenha alcançado essa pretensão, embora alguns pressupostos e conclusões deste extenso trabalho sejam refutáveis, o mérito continua considerável.

Os autores do projeto empregaram, conscientemente ou espontaneamente, os procedimentos de pesquisa do pensamento pragmático, que opera sobre objetos virtuais (possíveis) e os confronta com a experiência; ou seja, tenta fazer ingressar na prática o objeto imaginado, em uma palavra, realizá-lo. Esse pensamento quer inventar formas, mas formas concretas. Não se priva, portanto, de apelar à imaginação, solicitada e controlada por dados práticos. O método empregado é, assim, o das *variações imaginadas* ao redor de temas e exigências definidos pelo real em seu sentido mais amplo: pelos problemas postos pela realidade e as virtualidades que contêm. Esse método evita dois impasses. De uma parte, evita a observação que se crê puramente empírica, pois se propõe a registrar e logo a extrapolar o real em seu esforço para alcançar o possível. De outra parte, evita a construção *a priori* de uma utopia abstrata que se ocuparia da cidade ideal sem relacioná-la a situações específicas. O método transita, então, entre o puro pragmatismo e a pura teorização (LEFEBVRE, 1978a, p. 124, tradução minha, grifos do autor)¹³⁴.

¹³³ “[...] a la exploración de lo posible humano, con la ayuda de la imagen y lo imaginario. acompañada de una incesante crítica y una incesante referencia a la problemática dada en lo ‘real’”.

¹³⁴ “El equipo de Zurich ha planteado problemas mucho más amplios. Ha intentado aportar en la recopilación una metodología, una sociología y casi una filosofía de la Ciudad nueva. Y aunque posiblemente no haya alcanzado esta pretensión, aunque algunos postulados y conclusiones de este vasto trabajo sean refutables, el mérito sigue siendo considerable. Los autores del proyecto han empleado, consciente o espontáneamente, los procedimientos de investigación del pensamiento programático, que opera sobre objetos virtuales (posibles) y los confronta a la experiencia; es decir, intenta hacer entrar en la práctica el objeto imaginado, en una palabra, realizarlo. Este pensamiento quiere inventar formas, pero formas concretas. No se priva, pues, de apelar a la imaginación, solicitada y controlada por datos prácticos. El método empleado es, pues, el de las variaciones imaginarias alrededor de temas y exigencias definidos por lo real en su sentido más amplio: por los problemas que plantea la realidad y las virtualidades que contiene. Este método atraviesa entre dos escollos; evita dos callejones sin salida. Por una parte, evita la observación puramente empírica o que se cree tal, pues se limita a registrar y luego extrapolar lo realizado en su esfuerzo por conseguir lo posible. Por otra parte, evita la construcción a priori, en el caso presente la utopía abstracta que se ocupara de la ciudad ideal sin relación con las situaciones determinadas. El método atraviesa, pues, entre el puro practicismo y la teorización pura”.

Em alguma medida, é possível compreender também como um exercício de utopia experimental o trabalho coordenado pela equipe da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) e do Macrozoneamento da RMBH. Apesar de suas contradições próprias e do contexto político neoliberal em que se inserem, as duas experiências de planejamento metropolitano reúnem os esforços da equipe multidisciplinar na concepção, em conjunto com a sociedade civil, de relações e morfologias espaciais alternativas para a RMBH, voltadas para a redução das desigualdades socioespaciais e para a diversificação das riquezas e identidades socioculturais.

Um desses esforços consistiu na concepção da *trama verde e azul*, uma proposta que transita entre o pragmatismo de um arranjo regional de políticas públicas (relacionadas às áreas verdes e áreas protegidas, à conservação das águas, ao turismo e à produção agrícola de pequeno porte) e a utopia de um instrumento político capaz de reunir atores sociais diversos com o propósito de imaginar e construir espaços novos, reconstruindo a metrópole belo-horizontina. Em sua dimensão mais pragmática, a concepção da trama verde e azul busca avançar na integração entre as políticas urbanísticas, rurais e ambientais, havendo-se com a dimensão extensiva do urbano (MONTE-MÓR, 2006a), com a reestruturação física e funcional das metrópoles no atual estágio do capitalismo (SOJA, 2008) e com a dimensão ambiental dessas transformações. Já em sua dimensão mais idealista, a própria discussão sobre a trama verde e azul, enquanto proposta alternativa de produção do espaço construída coletivamente pelos cidadãos metropolitanos é reconhecida como um processo político potente, do qual se espera possam emergir articulações entre grupos sociais diversos e iniciativas socialmente justas e ecologicamente benéficas de formas de se produzir e viver na metrópole – com ou sem a participação do Estado.

Nessa perspectiva, na esteira das experiências do PDDI e do Macrozoneamento da RMBH, também a proposta da trama verde e azul pode ser vista como um exercício de utopia experimental, próprio da atual fase crítica, que esboça tanto movimentos de reprodução (e aprimoramento) das concepções tradicionais de áreas verdes e áreas protegidas, condizentes com a fase ecológica do capitalismo, quanto movimentos tendentes à superação dessas concepções, no sentido da construção do urbano – o que justifica uma reflexão mais detida sobre seus termos.

Para compreender essa proposta, cumpre antes situar o contexto e os pressupostos que orientaram a elaboração do PDDI e do Macrozoneamento da RMBH.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH

Seguindo o termo de referência proposto pelo Poder Executivo estadual, o PDDI da RMBH foi elaborado por uma equipe técnica coordenada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da UFMG, entre os anos de 2009 e 2011 (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011). Tratou-se do primeiro plano diretor metropolitano brasileiro elaborado sob responsabilidade direta de instituições de ensino superior¹³⁵, o que impôs uma ampla gama de desafios aos profissionais envolvidos, como a discussão e o estabelecimento dos pressupostos teórico-críticos da proposta, a organização e o desenvolvimento dos conhecimentos existentes sobre a metrópole, a construção da metodologia dos trabalhos e a condução daqueles realizados com a participação da sociedade civil, em parceria com o Estado, e a elaboração dos materiais informativos, relatórios e produtos contratados.

Conforme a metodologia construída, foram realizadas 15 oficinas públicas nos municípios metropolitanos e três seminários de apresentação e discussão em Belo Horizonte, em um processo que envolveu mais de 3.000 participações, abarcando 610 organismos e entidades, dos quais 61 ligados aos Poderes Executivo e Legislativo Estadual, 241 aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal (sendo 55 vereadores) e 308 à sociedade civil organizada (empresas, ONGs, sindicatos, conselhos e associações comunitárias, entre outros) (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011, p. 2)¹³⁶.

O relatório final do PDDI-RMBH, editado em seis volumes – com os ajustes solicitados pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) e pelas secretarias de estado –, foi entregue ao Conselho Deliberativo de Desenvolvimento da RMBH em maio de 2011 (PLANO METROPOLITANO, *online*).

Sem reduzir a importância desses documentos, a equipe universitária defendeu ir além da perspectiva do plano analítico, buscando a construção de um processo perene de planejamento,

¹³⁵ A elaboração dos produtos do PDDI contou com a participação direta de professores e estudantes de pós-graduação e graduação de diversos departamentos da UFMG, de professores e pesquisadores do Observatório de Políticas Urbanas (OPUR), ligado à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PucMinas), da Escola de Design da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e de outras instituições de ensino superior e pesquisa do Estado, além de consultores nas áreas de planejamento urbano e ambiental, transportes, políticas públicas e outros estudos setoriais (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011). Devo pontuar que tive uma pequena participação no processo, contribuindo na conformação final das políticas relacionadas às áreas protegidas.

¹³⁶ Não ignoro os debates e a crítica – como a de Maricato (2007) – sobre a representatividade, a abrangência, a adequação ou a legitimidade relacionada à participação popular em processos como planos diretores, orçamentos participativos, programas de provisão de moradia etc. Mas, de fato, não me propus à avaliação qualitativa do público participante nos eventos do PDDI e do Macrozoneamento. Assumi, com base nos eventos aos quais compareci e nos relatos de assistentes de pesquisa, que a participação popular foi basilar para a formulação da proposta da trama verde e azul e para a definição das ZIMs. Nessa perspectiva, os números aqui apresentados têm apenas a função de expressar as dimensões desses processos de planejamento. Para reflexões críticas sobre a participação no âmbito do PDDI, ver Rita Velloso e Matias Wojciechowski (2015) e Jupira Mendonça (2013).

colaboração e integração de conhecimentos na região metropolitana, articulando a sociedade civil, os municípios, o estado, os órgãos federais atuantes na RMBH e em seu entorno e universidades (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011). Com esse objetivo, propôs a criação dos Lugares de Urbanidade Metropolitana (LUMEs), espaços que devem integrar uma rede de disseminação e busca de informações entre os diversos atores metropolitanos, possibilitando trocas entre os diferentes modos de pensar, perceber e viver a metrópole e mediando a construção de “soluções mais socialmente legitimadas e apropriáveis” (MONTE-MÓR, 2012, p. 99).

Como relata o coordenador-geral do PDDI e do Macrozoneamento da RMBH, Roberto Monte-Mór (2012), os trabalhos se pautaram por uma abordagem crítica, buscando pensar a totalidade em transformação e construir processos voltados para a emancipação econômica, política, social e ambiental da região metropolitana, tendo em vista as várias alternativas que se colocam para o futuro.

Entre as principais ideias orientadoras do plano esteve a da construção de um sentido de *cidadania metropolitana*, “implicando maior coesão entre os governos estadual e municipais, com a participação da sociedade civil” (MONTE-MÓR, 2012, p. 100). Outra ideia orientadora foi a noção de *pacto metropolitano*, relacionada à preparação da RMBH para “um novo papel macrorregional e nacional”, com “processos de inclusão e colaboração metropolitana”, construção de mecanismos de redistribuição da riqueza e foco na redução das desigualdades socioespaciais internas (MONTE-MÓR, 2012, p. 100). Esses objetivos foram perseguidos por meio da ideia da “*inversão de prioridades* para as políticas e investimentos públicos de caráter metropolitano, privilegiando o fortalecimento das periferias, o reenvolvimento das populações com suas culturas e práticas socioespaciais e a valorização das várias identidades da Região” (MONTE-MÓR, 2012, p. 100, grifos do autor).

Nesse escopo, segundo Heloisa Costa (2012), responsável pela coordenação da dimensão territorial do Plano, a proposta do grupo universitário para a elaboração do PDDI envolveu conhecer e dar visibilidade às intenções e interesses dos diversos agentes sociais envolvidos na produção do espaço metropolitano, buscando, idealmente, promover uma arena de debates e explicitação das diferenças e conflitos entre seus projetos (COSTA, 2012). Ao longo dos estudos e debates realizados no âmbito do plano, foram identificados três tipos de planos *de e para a metrópole*: o governamental, “de caráter desenvolvimentista, que tem por objetivo criar as condições de visibilidade econômica, competitividade e oportunidade de atração de investimentos produtivos” para o estado e para a RMBH; os “projetos e planos de caráter privado, associados ao capital produtivo, usualmente não reconhecidos como instrumentos de planejamento e nem sempre de fácil apreensão”, relacionados principalmente aos setores minero-metalúrgico e imobiliário; e os “projetos associados aos setores populares e movimentos sociais, a maioria deles organizados a partir do acesso à terra e à habitação”,

compostos de diferentes estratégias de resistência e de enfrentamento, motivadas por necessidades sociais e descrença nas soluções institucionais (COSTA, 2012, p. 89-90). Tendo em vista esses diferentes projetos, seria de se esperar – como avalio ter ocorrido de fato com o PDDI e com o Macrozoneamento – que o planejamento resultante desse processo expressasse tensões e movimentos contraditórios, tanto no sentido do acirramento das dinâmicas capitalistas da produção do espaço quanto no sentido do incentivo ao desenvolvimento de formas alternativas de produção do espaço.

Fundado na crítica do planejamento urbano tradicional e suportado por referências teóricas críticas da economia política do espaço¹³⁷, o plano pode ser lido como um esforço de pensamento utópico em face das contradições das formas vigentes de produção capitalista do espaço. Pode ser compreendido, nessa perspectiva, como um esforço de construção – conjunta da universidade com a sociedade civil e cerceada pelo projeto desenvolvimentista do Estado – de alternativas de produção do espaço metropolitano.

Sob outro ponto de vista, a elaboração do PDDI nos termos propostos pode ser considerada uma forma de continuidade da luta pela *reforma urbana* no país – que, como destaca Ana Silva (1991 *apud* KAPP, 2012, p. 466), tem como “bandeira de luta”, desde os anos 1980, a amenização da “dicotomia entre cidade legal e clandestina, cidade moderna e precária, cidade rica e pobre”. É o que aventa Silke Kapp¹³⁸ (2012) ao refletir sobre a experiência de elaboração dos estudos relacionados à temática habitacional no PDDI. No texto *Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole*, a autora pondera sobre o potencial transformador dos planos urbanísticos (entre os quais o PDDI), enfatizando a diferença entre *revolução urbana*, entendida a partir de Lefebvre como a transformação radical e aberta da sociedade urbana, e *reforma urbana*, movimento de luta por transformações socioespaciais que ocorre dentro das estruturas e instituições sociais existentes.

Na esteira dessa problematização do potencial transformador dos planos urbanísticos, cabe retomar a crítica radical que Ermínia Maricato (2000) constrói sobre “o rol de boas intenções” que acompanham a legislação urbanística brasileira. Para a autora, embora reflitam grandes esforços técnicos e contem muitas vezes com participação popular em sua elaboração, os planos diretores no Brasil são historicamente “engavetados”. No entanto, cumprem um papel ideológico importante,

¹³⁷ No texto *Planejamento metropolitano em Belo Horizonte: uma experiência universitária*, Monte-Mór (2012) ressalta a inspiração lefebvriana do PDDI. Já no texto *Avanços e desafios ao planejamento metropolitano: o caso do PDDI-RMBH*, escrito em parceria com João Tonucci Filho, destaca a influência da perspectiva do “aprendizado social” a que se refere John Friedman – que propõe a mescla do conhecimento especializado dos planejadores com o “conhecimento experimental dos cidadãos num processo de aprendizado mútuo, abrindo espaço para formas de planejamento mais participativas e horizontais junto às comunidades locais” (TONUCCI FILHO; MONTE-MÓR, 2013, p. 3).

¹³⁸ Kapp foi coordenadora da área temática “Vida cotidiana, habitação e qualidade de vida” na equipe do PDDI.

funcionando como resposta do poder público à crença (fortalecida pela mídia) de que as mazelas urbanas decorrem da “falta de planejamento” e, assim, ajudando a “encobrir o motor que comanda os investimentos urbanos” (MARICATO, 2000, p. 124)¹³⁹.

Voltando a crítica de Maricato para o contexto da contratação e da elaboração do PDDI e do Macrozoneamento, não se pode ignorar a possibilidade de que a participação da universidade nesse processo venha a constituir suporte ideológico – um *discurso competente*¹⁴⁰ (CHAUÍ, 2007) – para legitimar ações do Estado voltadas para a reprodução das dinâmicas excludentes e segregadoras da produção capitalista do espaço, a despeito dos esforços empreendidos pelos participantes e pela equipe técnica na concepção de alternativas a essas dinâmicas.

Entretanto, tendo em conta os pressupostos críticos do PDDI assinalados acima, pode-se compreender que a concepção do plano reconhece essa crítica, optando por assumir os riscos de submeter-se a ela como parte dos custos inerentes à tentativa de construir uma nova perspectiva de planejamento metropolitano. É o que se apreende a partir da ponderação de Heloisa Costa (2012) sobre as limitações e potencialidades da experiência universitária de planejamento. Compreendendo essa experiência mais como um instrumento de aprendizado e luta social que como um plano acabado, a autora avalia que sempre caberá questionar em que medida as propostas sistematizadas no âmbito do PDDI serão suficientes para dar consistência a um projeto alternativo de metrópole, mas aposta que, mesmo não sendo suficientes, essas construções (e os debates públicos que conduziram a elas) permanecerão como referenciais relevantes para a construção de práticas emancipatórias de planejamento metropolitano. Nessa perspectiva, a conformação, por participantes do processo de elaboração do PDDI, de uma *Frente [autônoma] pela Cidadania Metropolitana* para discutir questões de interesse metropolitano e monitorar a implantação do plano já pode ser considerada um dos resultados potencialmente emancipatórios do processo.

Apesar de aprovado pelo órgão metropolitano competente em 2011, para ter validade legal o PDDI deverá ser aprovado pela Assembleia Legislativa Estadual, na forma de lei complementar, até

¹³⁹ Note-se a aproximação da crítica de Maricato (2000) à crítica de Lefebvre (2008a) sobre o urbanismo, explicitada no Capítulo 1. Na mesma perspectiva crítica, Rita Velloso (coordenadora da dimensão “Institucionalidade/Proposta Institucional” do PDDI) e Matias Wojciechowski (consultor no PDDI) problematizam os impasses da questão participativa na elaboração do plano avaliando que, “ainda que exercitada dialogicamente com os cidadãos presentes aos encontros, oficinas e seminários; ainda que imaginada como alargamento real da arena de deliberação de setores diversos da sociedade, não raro reforçou a construção da narrativa hegemônica, uma concertação consensuada entre o dominante e o dominado” (VELLOSO; WOJCIECHOWSKI, 2015, p. 410).

¹⁴⁰ Para Chauí (2007, p. 19), o discurso do especialista – o discurso competente do conhecimento – permite sustentar estruturas de poder na medida em que parece emanar de uma racionalidade imanente do mundo organizado, como se ninguém exercesse o poder de fato.

janeiro de 2018. O mesmo vale para o Macrozoneamento, tido como parte integrante do plano (BRASIL, 2015)¹⁴¹.

O Macrozoneamento da RMBH

O macrozoneamento é um dos instrumentos previstos na legislação brasileira relacionada à gestão metropolitana. O instrumento espacializa diretrizes previstas no plano diretor de desenvolvimento metropolitano, estabelecendo os parâmetros para o uso e a ocupação do solo que nortearão atividades, empreendimentos e investimentos públicos e privados – e, com isso, suscitando a adequação dos planos diretores dos municípios integrantes da região metropolitana. No caso da RMBH, o instrumento foi previsto no PDDI na forma do Programa Integrado do Macrozoneamento Metropolitano, um dos quatro programas da Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo – concebida, em conjunto com a Política Metropolitana Integrada de Centralidades em Rede, para dar operacionalidade à proposta de reestruturação territorial da RMBH (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2011).

O processo de elaboração do Macrozoneamento ocorreu entre os anos de 2013 e 2015, dando sequência aos trabalhos realizados no PDDI. Mantendo-se a coordenação e os pressupostos teórico-metodológicos do plano, o projeto dispôs de uma equipe menor de pesquisadores e estudantes, mas teve uma dimensão próxima à do PDDI com relação às participações (3.682) e à quantidade de eventos voltados para a interação com os atores envolvidos na produção do espaço metropolitano. Ao longo do processo, ocorreram uma conferência metropolitana, visitas aos 34 municípios da RMBH, 11 oficinas públicas, dez seminários metropolitanos e outros eventos, abrangendo, até março de 2015, um público de 1.120 pessoas, sendo 48% sociedade civil, 31% representantes ou técnicos das prefeituras municipais, 7% representantes ou técnicos das câmaras de vereadores, 5% técnicos do estado e 9% equipe técnica do projeto (UFMG, 2015b, p. 16)¹⁴².

Entre os resultados do projeto estão cinco documentos oficiais, quais sejam: Produto 1 – Marco teórico metodológico e definição das áreas temáticas afetas ao interesse metropolitano, publicado em fevereiro de 2014 (UFMG, 2014a); Produto 2 – Avaliação das tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH e identificação preliminar das Zonas de Interesse Metropolitano,

¹⁴¹ Trata-se de requisito recente imposto à aprovação dos planos diretores metropolitanos pela Lei Federal nº 13.089, de 2015, que institui o Estatuto da Metrôpole.

¹⁴² Diferentemente do PDDI, o produto final do Macrozoneamento não oferece informações consolidadas sobre a participação popular envolvida no processo. Os dados aqui apresentados foram extraídos dos *slides* exibidos pela equipe técnica no 3º Seminário Metropolitano (Seminário Final de Encerramento do Projeto Macrozoneamento Metropolitano), realizado em 30 de abril de 2015, podendo ser considerados preliminares. Vale dizer que membros da equipe técnica suscitam a possibilidade de tais números estarem equivocados, acreditando que o Macrozoneamento teria envolvido menos participantes/participações que o PDDI.

publicado em maio de 2014 (UFMG, 2014b); Produto 3 – Avaliação dos marcos normativos e projetos estruturantes federais, estaduais e municipais referentes ao ordenamento territorial da RMBH, publicado em setembro de 2014 (UFMG, 2014c); Produto 4 – Definição Final das Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs), publicado em dezembro de 2014 (UFMG, 2014d); e Produto 5 – Definição dos parâmetros urbanísticos e de diretrizes específicas de estruturação e desenvolvimento para as Zonas de Interesse Metropolitano, publicado em julho de 2015 (UFMG, 2015a)¹⁴³.

Conforme explicitado pela equipe técnica no Produto 3, o Macrozoneamento da RMBH buscou materializar os conceitos de cidadania metropolitana e pacto metropolitano, avançando no processo participativo de construção do planejamento. Fundamentalmente, almejou dar forma à reestruturação territorial metropolitana, buscando a redução das desigualdades socioespaciais a partir da “transformação da RMBH numa metrópole policêntrica e mais compacta, em oposição a um crescimento extensivo ou contínuo da mancha urbana do tipo centro-periferia prevalecente até hoje” (UFMG, 2014c, p. 17). Para tanto, teve como políticas específicas a criação e o fortalecimento de centralidades urbanas em rede, o estabelecimento de uma rede metropolitana de mobilidade intermodal eficiente e de baixo impacto ambiental, a intensificação do uso do espaço urbano, a contenção da expansão urbana, a ampliação das áreas permeáveis urbanas e a consolidação de um marco regulatório para o uso e a ocupação do solo (UFMG, 2014c, p. 18-19).

Embora sua elaboração tenha demandado o estudo e o debate sobre a totalidade do território metropolitano (e seu entorno), o Macrozoneamento não constituiu um zoneamento abrangente e referencial para toda a RMBH, mas sim a definição de um conjunto de ZIMs, “entendidas como territórios delimitados da RMBH em que o interesse metropolitano seja preponderante sobre o interesse local” (UFMG, 2014c, p. 18)¹⁴⁴.

As diretrizes gerais para o conjunto dessas ZIMs foram estabelecidas no Produto 5, sendo organizadas em quatro grupos: reestruturação territorial; desenvolvimento produtivo sustentável; regulação urbanística; e proteção e desenvolvimento ambiental. Entre essas diretrizes gerais, que expressam a tônica dos resultados esperados do Macrozoneamento, cabe explicitar alguns pontos

¹⁴³ Para a análise empreendida nesta tese, foram consultadas duas versões do Produto 5. Uma datada de julho de 2015, acessada no sítio eletrônico do Macrozoneamento da RMBH em 3/4/2016 (UFMG, 2015a), e outra, cuja denominação contém a data 28/4/2016, acessada no sítio eletrônico da Agência Metropolitana em 16/6/2016 (UFMG, [2016?]). Nas menções a esse produto, refiro-me à versão acessada em 3/4/2016, destacando as exceções no texto.

¹⁴⁴ Nos termos da norma que institui a RMBH, esse interesse metropolitano diz respeito especificamente às políticas públicas de transporte, ao sistema viário, à defesa civil, ao saneamento básico, ao uso do solo metropolitano, ao aproveitamento dos recursos hídricos, à distribuição de gás canalizado, à cartografia e às informações espaciais, à habitação, à saúde e ao desenvolvimento econômico (MINAS GERAIS, 2006, art. 8º).

de interesse para a avaliação da proposta no que toca às áreas verdes e áreas protegidas – e, de modo mais amplo, à forma de abordagem da relação entre natureza e urbanização extensiva.

No rol das diretrizes de reestruturação territorial, destaca-se: o propósito de tomar o uso residencial como estruturante do espaço metropolitano; a perspectiva de estimular a criação, a manutenção e o uso dos espaços públicos, articulando-os em uma rede de áreas verdes e cursos d'água; a intenção de estimular o aproveitamento de terrenos vazios e a recuperação de imóveis e áreas degradadas para atividades como a agricultura urbana, o lazer, a habitação de interesse social e a economia solidária; a proposta de promover a descentralização policêntrica do tecido urbano, reduzindo a necessidade de deslocamentos por parte da população e diminuindo a pressão sobre as áreas protegidas e os espaços rurais; e a perspectiva da implementação de uma rede metropolitana de mobilidade eficiente e de baixo impacto ambiental (UFMG, 2015a).

Entre as diretrizes de desenvolvimento produtivo sustentável, ressalta-se o objetivo de estimular a produção em pequena escala e a intenção de reestruturar o perfil produtivo da região em direção a uma matriz baseada em baixas emissões de carbono, atividades com alta intensidade de tecnologia e conhecimento, além da agricultura e do turismo ecológicos.

Já entre as diretrizes de regulação urbanística, nota-se: os propósitos de assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana e de promover maior equilíbrio entre custos e benefícios da urbanização; a intenção de implantar o licenciamento urbanístico e ambiental integrado para projetos nas ZIMs; o foco no provimento de habitação de interesse social; a ênfase na necessidade de regulamentação dos instrumentos municipais de regularização fundiária; e a priorização dos modos de transporte a pé, de bicicleta, de ônibus e sobre trilhos.

Por fim, no que toca às diretrizes de proteção e desenvolvimento ambiental, observa-se que elas se voltam sobretudo para a conservação das águas. A princípio, essa ênfase pode ser vista mais como uma opção metodológica que como uma priorização temática, já que as políticas voltadas para a melhoria da quantidade e da qualidade das águas envolvem medidas abrangentes de controle da poluição e de manutenção/ampliação da cobertura vegetal que repercutem em benefícios para fauna, flora, solos e qualidade de vida. No que se refere às diretrizes mais diretamente relacionadas às áreas verdes e áreas protegidas, identifica-se linhas de ação como o estabelecimento de conexões ecológicas e paisagísticas por meio da criação da trama verde e azul, o aumento da arborização urbana e a adoção de parâmetros de área mínima de dossel em novos parcelamentos, grandes projetos e eixos viários estruturantes nas ZIMs.

Ainda no âmbito das diretrizes de proteção e desenvolvimento ambiental, cabe notar a menção a pelo menos quatro diretivas relacionadas a instrumentos econômicos de gestão ambiental:

a cobrança pelos serviços de drenagem pluvial; a prestação de serviços ambientais; a disponibilização de crédito especial para promover a implantação da trama verde e azul e a adoção de técnicas de manejo de águas pluviais; e a compensação aos municípios por iniciativas de proteção ambiental de interesse metropolitano.

Avaliando o conjunto de diretrizes sob a ótica da relação entre urbanização extensiva e natureza, reconhece-se o empenho em compatibilizar a legislação ambiental com as políticas relativas ao uso do solo urbano, à mobilidade e ao desenvolvimento econômico. Nota-se, porém, que essa perspectiva de integração das políticas é mais explícita entre as diretrizes dos grupos de reestruturação territorial, desenvolvimento produtivo sustentável e regulação urbanística que naquelas constantes no grupo de proteção e desenvolvimento ambiental. Caberia dizer que o conceito de natureza que suporta as diretrizes dos três primeiros grupos é mais amplo que o do último, na medida em que inclui assentamentos e atividades humanas, ao passo que o grupo da proteção ambiental tende a voltar-se sobretudo para os impactos negativos das atividades humanas sobre a natureza não humana, sem intervir nas causas engendram esses impactos¹⁴⁵.

Cumpram também criticar a inserção do termo “desenvolvimento” na denominação do grupo de diretrizes relativo à proteção e ambiental, uma vez que as diretrizes apresentadas são sobretudo propostas de aumento do rigor de regras relacionadas aos limites de poluição e à arborização. Nessa perspectiva, pode-se pensar que o “desenvolvimento” se relacione às propostas de instrumentos econômicos de gestão, dizendo respeito às possibilidades de geração e mobilização de capitais em decorrência da implementação de políticas ambientais. Tendo em vista a crítica da capitalização da natureza apresentada no Capítulo 3, ressalta-se a possibilidade de que essas propostas favoreçam mais a reprodução das dinâmicas capitalistas da produção do espaço metropolitano que o propósito de reorientação econômica da RMBH no sentido da diversificação produtiva em bases ecológicas e socialmente justas.

A partir desse conjunto de diretrizes gerais, foram estabelecidas 19 ZIMs, distribuídas em três categorias: Ambiental (6 ZIMs), Centralidades e Eixos (11 ZIMs) e Serras e Rodoanel (2 ZIMs) – conforme se vê na FIG. 25.

¹⁴⁵ A abordagem da temática da habitação explicita esse descompasso. De uma parte, na linha defendida por Maria Lucia Martins (2011), as diretrizes de reestruturação territorial e regulação urbanística reconhecem as relações entre a questão ambiental urbana e a questão da moradia, determinando o aproveitamento das áreas vazias nas centralidades urbanas com habitação social – e, com isso, contribuindo para reduzir a expansão dos assentamentos (das classes sociais impossibilitadas de aceder à moradia por meio do mercado formal) nas periferias, em áreas protegidas e áreas de risco. De outra parte, as diretrizes de proteção ambiental sugerem novas regras para parcelamentos e edificações, além de cobrança pelos serviços públicos de drenagem pluvial, o que tende a tornar a moradia regular mais onerosa, impulsionando o mercado informal, inclusive nas áreas protegidas e áreas de risco.

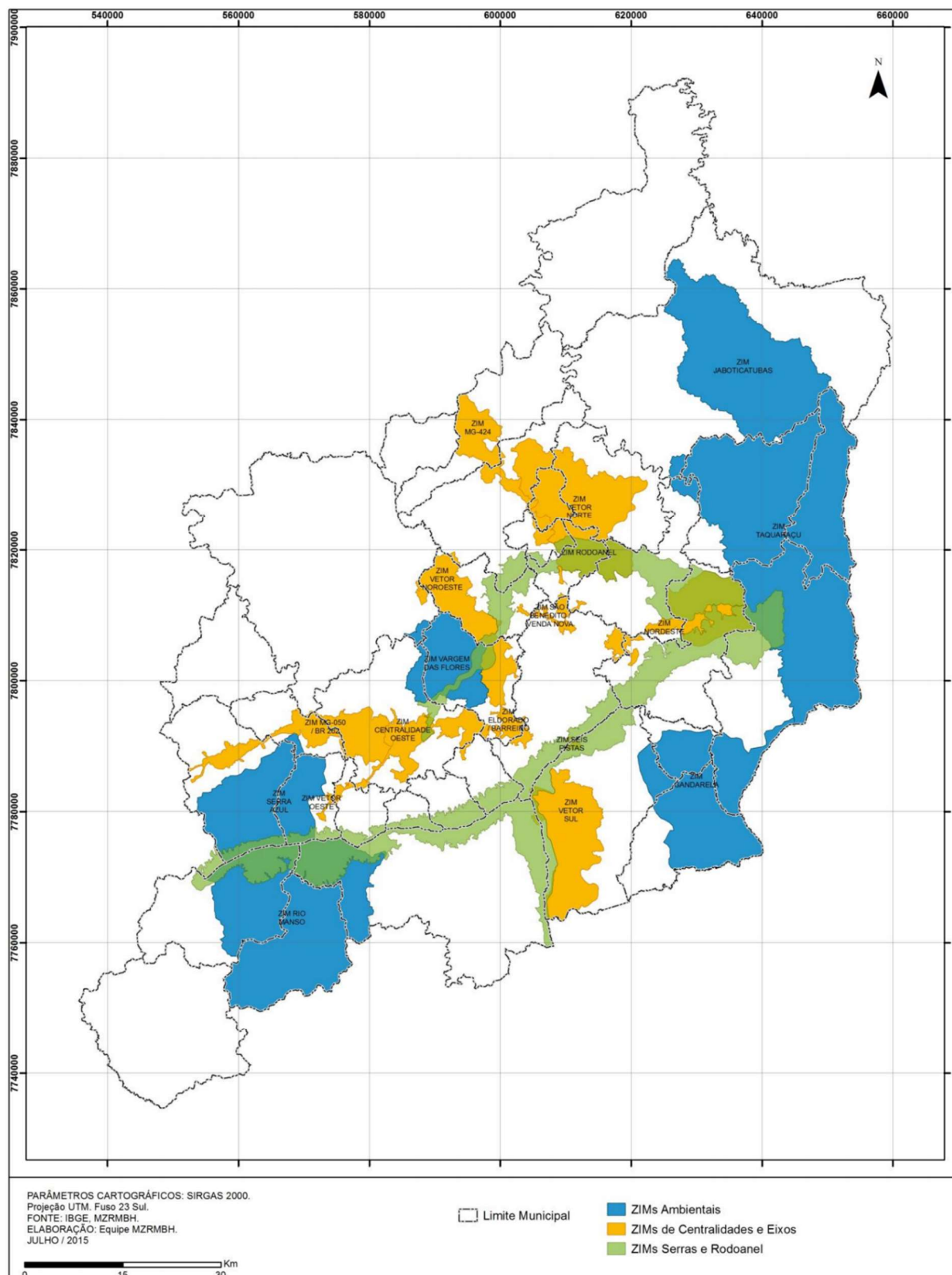


Figura 25 – Mapa das Zonas de Interesse Metropolitano, por categoria

Fonte: UFMG (2015a, p. 10).

Essas grandes categorias foram concebidas no Produto 4 a partir do entendimento de que as ZIMs Serras e Rodoanel teriam a trama verde e azul como conceito base¹⁴⁶, enquanto as demais ZIMs se distinguiriam por compor centralidades ou eixos de desenvolvimento metropolitanos ou por apresentar “caráter de proteção ambiental”, sobretudo por abrangerem áreas de mananciais (UFMG, 2014d, p. 8). Particularmente, considero essa classificação inadequada, tanto por seu reforço à oposição cidade-natureza (dissociando as centralidades metropolitanas da dimensão ambiental), quanto por sugerir o afastamento da trama verde e azul das questões ambientais e urbanas.

Para o subzoneamento dessas ZIMs, foram concebidas: Zonas de Proteção (ZP 1, 2 e 3), Zonas de Atividades Complementares (ZAC 1 e 2), Zonas de Diversificação e Adensamento (ZDA) e Zonas de Indústria e Logística (ZIL). Além dessas classes, foram estabelecidos seis tipos de Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas (ZDEMs), conformando sobrezoneamentos às ZIMs, quais sejam: de Interesse ambiental (Trama Verde e Azul) (ZDEM-TVA), Territórios minerários (ZDEM-MIN), Requalificação (ZDEM-REQ), Interesse social (ZDEM-IS), Grandes equipamentos (ZDEM-GE) e Áreas urbanas consolidadas (ZDEM-URB).

O QUADRO 1 sintetiza as principais características de cada uma dessas zonas, conforme apresentadas no Produto 5. E a FIG. 26 corresponde ao mapa final do subzoneamento das ZIMs.

¹⁴⁶ A afirmação, constante de forma expressa no Produto 4, de que as ZIMs Rodoanel e Serras têm como elemento central trama verde e azul é questionada por um assistente de pesquisa da equipe técnica do Macrozoneamento (conforme e-mail recebido em 9/7/2016), que alega ser patente entre os membros da equipe que essas ZIMs são consideradas em separado apenas por não se enquadrarem nas categorias “ambiental” e “centralidades” (ASSISTENTE A).

Quadro 1 – Descrição das zonas utilizadas para o subzoneamento das ZIMs

Zonas	Descrição simplificada
ZP-1	<p>Compreende áreas protegidas, áreas verdes e terrenos predominantemente vagos com parâmetros construtivos restritivos. As formas de uso admitidas devem contribuir para a conservação ou para a recuperação da área, ou ainda para propiciar sua <i>viabilidade econômica ambiental</i> – entendida como a realização de “atividades antrópicas” de “baixo impacto ambiental” que possibilitem a “utilização econômica e a preservação dos atributos ambientais” (UFMG, 2015a, p. 22). Nas áreas particulares, mediante aprovação dos órgãos competentes, pode haver parcelamento, uso e ocupação, respeitando-se os parâmetros construtivos.</p> <p>As definições da ZP-1 se aproximam das noções correntes de áreas verdes e áreas protegidas, inclusive no que toca à consideração das atividades humanas como impactos “antrópicos”. Entre as estratégias previstas para a viabilização das ZP-1 em áreas privadas estão instrumentos urbanísticos, como a transferência do direito de construir, e instrumentos da política ambiental, como a criação de RPPNs e o pagamento por serviços ambientais.</p>
ZP-2	<p>Abrange espaços situados fora do perímetro urbano, voltando-se para a “proteção ambiental, cultural e paisagística” com vistas a incentivar o desenvolvimento e a manutenção de “boas práticas em agropecuária, turismo e lazer”, “com ênfase na agricultura familiar ecológica e no ecoturismo” (UFMG, 2015a, p. 23). Entre suas diretrizes está a promoção da agricultura agroecológica e o turismo rural e de natureza, descritos como “formas de reduzir a poluição difusa de origem agrícola” e de promover meios de geração de renda, compatíveis com a proteção ambiental, para as comunidades locais. Nesses espaços são permitidas as atividades econômicas, ressalvadas as causadoras de impactos negativos ao ambiente.</p>
ZP-3	<p>Envolve espaços situados no interior de perímetros urbanos municipais onde se pretende “conter processos de adensamento e usos incompatíveis com a sua manutenção e recuperação dos atributos de relevância metropolitana que motivam sua criação” (UFMG, 2015a, p. 24). Trata-se principalmente de áreas privadas vazias, submetidas à pressão imobiliária – seja por parcelamentos ou para usos de apoio à atividade rural –, nas quais se busca controlar o parcelamento submetendo-o a licenciamento ambiental e urbanístico, prevendo área mínima de dossel por hectare e dando preferência à construção em áreas concentradas do terreno, mantendo a integridade de atributos naturais.</p>
ZAC-1	<p>Compreende espaços predominantemente residenciais unifamiliares situados no interior dos perímetros urbanos onde se deseja manter baixa a densidade da ocupação – seja por restrições ambientais, seja por ausência de infraestrutura adequada –, diversificando-se os usos, combatendo-se a segregação socioespacial e assegurando a conectividade entre as áreas verdes. Entre as diretrizes relacionadas a parcelamentos de condomínios residenciais, prevê-se que não interponham impedimentos ao sistema viário público, que destinem 20% da área total da gleba para projetos habitacionais de interesse social (sendo no mínimo 10% para famílias com renda menor ou igual a três salários mínimos) e que os equipamentos de uso público estejam acessíveis a toda a população (UFMG, 2015a, p. 25).</p>
ZAC-2	<p>Abrange áreas urbanas consolidadas e áreas de expansão urbana onde há interesse em controlar a densidade da ocupação em razão da limitação da infraestrutura, da proteção ambiental ou de estratégias específicas de desenvolvimento econômico e social. Nesses espaços, pretende-se promover a requalificação urbano-ambiental e a regularização fundiária, priorizando áreas demarcadas como ZDEM Requalificação.</p>
ZDA	<p>Abarca espaços situados dentro do perímetro urbano ou em zonas de expansão urbana, com boa infraestrutura e facilidade de acessos, onde se pretende desenvolver centralidades de interesse metropolitano, sendo preferenciais à diversificação de usos e ao adensamento populacional. Busca-se evitar a subutilização de terrenos, promover a melhoria da circulação e prover espaços livres de uso público. Ali, grandes projetos devem ser condicionados a licenciamento ambiental e urbanístico, destinando 20% da área total destinados a projetos habitacionais de interesse social e incorporando</p>

	áreas à trama verde e azul. Prevê-se usos mistos, quadras com espaços livres, áreas permeáveis visíveis a partir da rua e presença de vegetação arbórea.
ZIL	Abrange “áreas lindeiras a eixos viários estruturantes, grandes equipamentos e polos de desenvolvimento econômico onde há interesse estratégico metropolitano em privilegiar a localização de atividades industriais e de logística, além de usos não residenciais de grande porte” (UFMG, 2015a, p. 26). Entre suas diretrizes está a compatibilização de usos residenciais e não-residenciais, áreas de preservação e equipamentos de uso coletivo. Nas ZIL, a adoção de faixa vegetada na testada do lote pode ser convertida em aumento do potencial construtivo. Prevê-se área mínima de dossel por hectare.
ZDEM-TVA	“Corresponde à presença da Trama Verde e Azul no interior das ZIMs, a qual é formada por nascentes, corpos d’água correntes e dormentes, áreas de preservação permanente (APPs), unidades de conservação e outras áreas de relevante interesse ambiental existentes e propostas, interligadas segundo princípios de conectividade, incorporando também eixos viários, equipamentos de uso coletivo, espaços livres de uso público, parques urbanos, áreas vazias e áreas degradadas potencialmente passíveis de recuperação, revegetação e tratamento paisagístico para integrarem esse importante elemento de estruturação do espaço metropolitano” (UFMG, 2015a, p. 27) ¹⁴⁷ .
ZDEM-REQ	Envolve assentamentos urbanos consolidados incompatíveis com os parâmetros da ZIM em que se situam, “exigindo ações de planejamento, soluções de infraestrutura e/ou políticas e projetos de requalificação específicos, com o objetivo de prevenir e/ou reduzir os impactos negativos identificados” (UFMG, 2015a, p. 28).
ZDEM-IS	Abarca espaços ocupados ou vazios onde há interesse público em implementar melhorias urbanísticas e ambientais, projetos habitacionais de interesse social ou ações de regularização fundiária em assentamentos precários.
ZDEM-GE	Abrange grandes equipamentos incompatíveis com as ZIMs em que se inserem, demandando licenciamento ambiental e urbanístico.
ZDEM-MIN	Envolve áreas degradadas ou que poderão vir a ser exploradas pela atividade minerária, que devem ser submetidas a projetos de recuperação ambiental e implantação de novos usos sintonizados com as características das zonas nas quais se inserem. Sempre que possível, essas áreas devem ser incorporadas à trama verde e azul.
ZDEM-URB	Corresponde às sedes dos municípios localizadas no interior de ZIMs que, em razão da prevalência dos interesses municipais sobre os metropolitanos, podem vir a suscitar a necessidade de ajustes futuros nos parâmetros da ZIM (UFMG, 2015a, p. 27-28).

Fonte: Elaboração própria a partir de UFMG (2015a).

¹⁴⁷ Essa definição conta ainda com a frase: “Dessa forma, a Trama Verde e Azul extrapola os limites das ZIMs e abrange todo o território da RMBH” (UFMG, 2015a, p. 27). No entanto, como aponta um assistente de pesquisa integrante da equipe técnica do Macrozoneamento (em e-mail enviado a mim em 9/7/2016), esse trecho é problemático e passível de revisão, pois diz respeito a espaços não compreendidos pelas ZIMs, sendo incompatível com os termos do contrato do projeto do Macrozoneamento, que se restringe a essas zonas (ASSISTENTE A). Compreendendo que a oração dificulta a compreensão da ZDEM-TVA, opto por removê-la do Quadro 1, explicitando as diferentes abordagens da trama verde e azul na próxima seção deste capítulo.

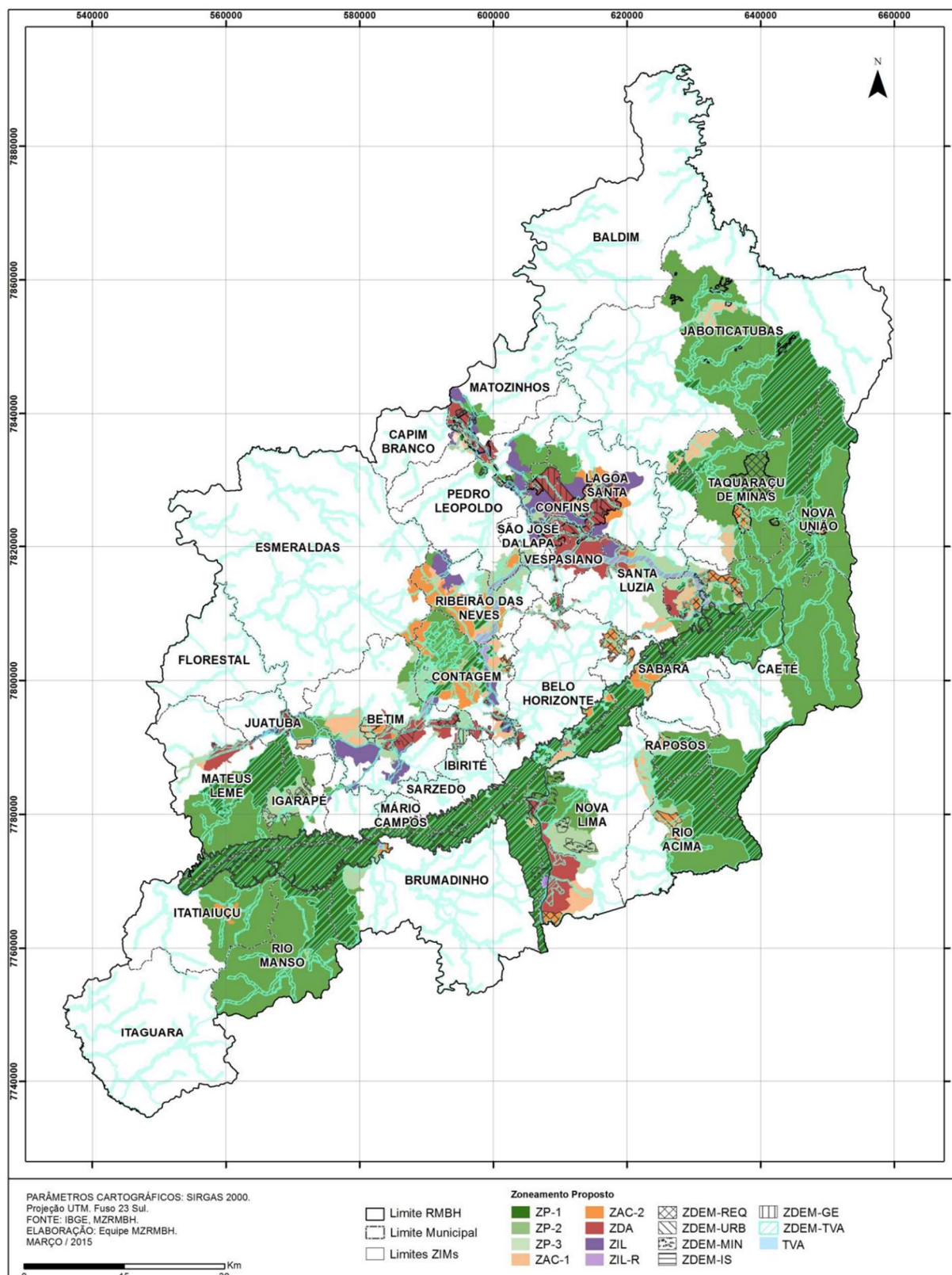


Figura 26 – Zoneamento geral das ZIMs

Fonte: UFMG (2015a, p.29).

Nota: Conforme observa o Assistente A (em e-mail recebido em 2/6/2016), a legenda desse mapa foi corrigida em versão posterior do documento de modo a explicitar que as ocorrências de trama verde e azul situadas fora das ZIMs se referem a “possíveis continuidades” dessa zona de diretrizes especiais.

Avaliando os cinco documentos produzidos pelo Macrozoneamento, constata-se que os Lumes e as Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs)¹⁴⁸, que tinham destaque nos Produtos 1, 2 e 3, tornam-se periféricos a partir do Produto 4. No Produto 5, esses instrumentos figuram apenas no apêndice do documento, em menções a debates ocorridos durante o processo de discussão participativa, sem que se permita compreender se já têm ou terão desdobramentos. No entanto, como informa Roberto Monte-Mór, AIMs e Lumes não constam nos produtos do Macrozoneamento por não estarem previstos no contrato assinado entre estado e universidade, mas têm sido retomados no suporte oferecido aos municípios para a revisão de seus planos diretores (informação verbal)¹⁴⁹.

Outra questão a considerar é o contexto político da elaboração do Macrozoneamento. É que correu paralela à sua elaboração a tramitação do Projeto de Lei nº 3.078, de 2012, de autoria do governador, que pretendia estabelecer as bases da gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano no Estado de Minas Gerais (ANASTASIA, 2012). Em suas versões debatidas entre 2012 e 2015 na Assembleia Legislativa, o projeto apresentava pontos de afastamento com relação aos princípios da redução das desigualdades socioespaciais e do fomento à diversidade cultural pretendidos pelo PDDI e pelo Macrozoneamento, prevendo instrumentos de gestão do solo metropolitano potencialmente causadores de segregação socioespacial¹⁵⁰.

Tendo isso em conta, e considerando ainda a perspectiva desenvolvimentista do governo estadual sobre planejamento metropolitano (COSTA, 2012) e o horizonte financeiro desfavorável vislumbrado pelo Poder Executivo estadual (GOVERNADOR..., 2016), constata-se um cenário pouco propício ao desenvolvimento das diretrizes de redução das desigualdades socioespaciais previstas no PDDI e no Macrozoneamento. Ressalte-se também que o Macrozoneamento deverá ser objeto de aprovação, junto ao PDDI, na Assembleia Legislativa do Estado – e não há impedimentos para que

¹⁴⁸ As AIMs são áreas prioritárias para a implementação de políticas públicas não passíveis de zoneamento com critérios de uso e ocupação do solo ou áreas em que a delimitação das ZIMs demanda estudos mais detalhados (UFMG, 2014a).

¹⁴⁹ Em comunicação verbal a mim em 30/5/2016, Monte-Mór afirmou que a Agência RMBH e a equipe do PDDI/Macrozoneamento da UFMG estão, em 2016, articulando-se para dar suporte aos municípios da RMBH na revisão de seus planos diretores. Especificamente no que diz respeito aos Lumes, indicou que já há pelo menos três em funcionamento, e que há a perspectiva da realização de um “internato rural” interdisciplinar para que estudantes de graduação da UFMG, orientados por uma equipe de pesquisadores, possam, nos Lumes, estabelecer conexões entre a população, os municípios, o estado e a universidade, dando continuidade à proposta do sistema de planejamento metropolitano perene. Para mais informações sobre os Lumes, ver a apresentação feita pela equipe técnica do Macrozoneamento para o 5º seminário técnico institucional do projeto (UFMG, 2015b).

¹⁵⁰ Um exemplo é o “ajuste de terras”, que pode ser compreendido como uma operação urbana em escala regional, que prevê áreas de exceção ao Macrozoneamento, onde poderia ocorrer o remanejamento (e a valorização) de terrenos urbanos com vistas a atingir objetivos de implantação/melhoria de infraestrutura, incremento/melhoria dos espaços públicos e dos equipamentos comunitários, ganho de áreas públicas, aumento da qualidade ambiental e ganho de áreas para as ações públicas previstas. O instrumento previa que, caso houvesse adesão de 50% dos proprietários dos terrenos correspondentes à área total da intervenção, o poder público poderia desapropriar os lotes ou glebas remanescentes no valor anterior ao anúncio da intervenção – o que ratifica e favorece a expansão da produção capitalista do espaço urbano às custas da exclusão social. Minha crítica sobre o instrumento da OU consta no Capítulo 3.

sejam promovidas alterações nas peças, inclusive contrariando definições construídas com a participação da sociedade.

No entanto, reproduzindo a ponderação de Costa (2012) sobre o PDDI, apesar de suas limitações, cabe reconhecer no Macrozoneamento avanços que podem se tornar referenciais para a construção de práticas emancipatórias de planejamento metropolitano. Entendendo que a trama verde e azul reúne alguns desses avanços, passo a apresentá-la.

A trama verde e azul

Assim como as AIMs e os Lumes, a trama verde e azul¹⁵¹ não estava prevista no contrato do projeto do Macrozoneamento, que tinha como foco a delimitação das ZIMs e o estabelecimento de suas diretrizes e parâmetros gerais. Segundo Roberto Monte-Mór (informação verbal)¹⁵², a trama teve como inspiração a experiência de planejamento regional de Nord-Pas de Calais¹⁵³, na França, sendo inicialmente cogitada como uma AIM. Tratava-se então de espaços de interesse para a articulação das políticas de recursos hídricos e de áreas protegidas e áreas verdes, com destaque para os parques lineares – que, por sua vez, demandavam articulações com questões relacionadas à mobilidade urbana. No entanto, ao longo dos seminários e oficinas públicas do projeto realizadas no ano de 2014, com a grande adesão recebida por parte dos participantes, a trama foi ganhando corpo, revelando-se um instrumento de grande potencial para o planejamento (oficial e extraoficial) do território, extrapolando o escopo do projeto do Macrozoneamento contratado pelo Estado.

Para Monte-Mór, a trama verde e azul discutida nessas esferas de debate não está refletida em toda a sua complexidade nos cinco produtos do Macrozoneamento, permanecendo como um instrumento em construção conjunta entre os municípios, o estado, a universidade e a sociedade.

Apesar de não captarem essa complexidade e de não terem a trama verde e azul como seu objeto principal, até julho de 2016, esses cinco produtos do Macrozoneamento eram os únicos documentos oficiais que faziam referência à trama, o que justifica serem a base da crítica aqui

¹⁵¹ Emprego eventualmente o termo “trama” como sinônimo de “trama verde e azul”. No entanto, diferencio a trama da ZDEM-TVA, como discuto adiante.

¹⁵² Comunicação verbal feita a mim em 30/5/2016.

¹⁵³ Situada em uma importante bacia carbonífera da França, a região de Nord-Pas de Calais tem sua história e seu espaço marcados pela exploração mineral e pelo desenvolvimento das indústrias siderúrgica e metalúrgica. Desde o fechamento das últimas minas estatais de carvão, nos anos 1990, o Estado vem constituindo um grande banco de terras industriais degradadas, às quais tem associado políticas de desenvolvimento urbano-regional, projetos de mudança da imagem da região, ações de recuperação ambiental, constituição de corredores ecológicos, fomento ao turismo de natureza e criação de espaços recreativos, conformando uma Trama Verde e Azul, na esteira de políticas públicas semelhantes já desenvolvidas no país (LEMOINE; DALOZ, 2015). Para mais informações sobre a iniciativa de Nord-Pas de Calais, ver o sítio eletrônico do *Mission Bassin Minier Nord-Pas de Calais*, no endereço <<http://www.missionbassinminier.org>>. Para leituras críticas sobre as políticas de cinturões e tramas verdes na França, ver Cormier (2011).

construída. Reconhecendo as limitações desses documentos, porém, busquei informações complementares junto a Monte-Mór e a três assistentes de pesquisa que atuaram no projeto do Macrozoneamento. Tratou-se de conversas informais, presenciais ou por meio eletrônico, não estruturadas sistematicamente na forma de entrevistas ou questionários, cujo conteúdo utilizo, com anuência dos interlocutores, como fontes subsidiárias aos documentos oficiais. Com exceção de Monte-Mór, coordenador-geral do projeto, opto por não identificar nominalmente os assistentes de pesquisa, visando poupar-lhes de eventuais constrangimentos decorrentes de suas opiniões.

Por terem se estendido ao longo dos seminários e oficinas públicas do Macrozoneamento, os debates envolvendo a trama verde e azul se refletiram de formas variadas nos cinco produtos, o que resultou em conceitos distintos da trama nos diferentes documentos (e até mesmo no interior deles). Espelhando esse contexto, nos Produtos 1 e 2, a trama figura como uma malha superposta ao território: um conjunto de áreas a ser submetido a planejamento específico relacionado aos recursos hídricos e à articulação entre os espaços rurais, “naturais” e urbanos, que permitiria atividades de lazer, turismo e agricultura. Nas descrições da trama nesses produtos, identifica-se a centralidade das questões ligadas ao controle de inundações, à valorização dos cursos d’água em meio urbano e ao estabelecimento de corredores ecológicos entre as áreas verdes e áreas protegidas.

Já no Produto 3, que reúne os maiores esforços teóricos e imaginativos relacionados à trama, verifica-se uma notável dilatação do conceito, além do reforço das funções mencionadas nos produtos anteriores. Nesse documento, a inspiração da trama é associada ao movimento higienista no urbanismo, exemplificado a partir do projeto de Saturnino de Brito para a cidade de Santos, às Cidades Jardim de Ebenezer Howard, e a referências contemporâneas, como a experiência de Nord-Pas de Calais, o Programa DRENURBS¹⁵⁴ e os conceitos de *low impact development*, *water sensitive urban design* e *green infrastructure*¹⁵⁵ (UFMG, 2014c).

¹⁵⁴ Desenvolvido pela Prefeitura de Belo Horizonte, o Programa DRENURBS constituiu um conjunto de ações de recuperação ambiental de córregos não canalizados da cidade, visando à despoluição dos cursos d’água, à redução dos riscos de inundação, ao controle da produção de sedimentos e à integração dos rios ao cenário urbano. Nas áreas onde foram realizadas as intervenções de saneamento, os entornos das nascentes foram transformados em parques públicos (BELO HORIZONTE, *online*[b]). O item 4 da FIG.1, da Introdução da tese, contém um exemplo de parque do DRENURBS.

¹⁵⁵ Trata-se de técnicas relacionadas à drenagem urbana e ao controle de inundações que pressupõem a existência de áreas vegetadas – às quais se associa potenciais benefícios ecológicos.

A trama é definida nesse produto como um “instrumento de regulação e ordenamento territorial” e, ao mesmo tempo, de “mobilização social e participação política” (UFMG, 2014c, p. 46):

Ela traz uma expressão simbólica e um potencial para criar expectativas, com elevado potencial para promover o envolvimento dos interessados nas questões ambientais, econômicas e sociais do espaço metropolitano. Ao mesmo tempo em que ela se materializa pela regulação do uso do solo[,] a trama verde e azul oferece uma multiplicidade de funções e de alternativas de uso e de apropriação do território e, por esse meio, ela permite ir além do aspecto unicamente legal da regulação territorial. Além disso, ela oferece perspectivas para a aplicação de instrumentos como a compensação entre municípios ou o pagamento por serviços ambientais, bem como para o desenvolvimento de políticas de capacitação para o desenvolvimento de atividades como a agricultura ecológica, o turismo rural, o turismo de natureza e outras que promovem alternativas econômicas em áreas onde o interesse metropolitano requer uma regulação mais restrita dos usos do solo e de outros recursos naturais.

Os objetivos da trama citados no Produto 3 podem ser classificados em cinco grupos:

- *Áreas verdes e áreas protegidas* – potencializar a proteção ambiental em nível regional, conformando uma espécie de corredor ecológico entre as áreas verdes/protegidas;
- *Águas* – atuar na recuperação e na conservação dos recursos hídricos, facilitar o controle de inundações e ampliar a drenagem urbana;
- *Mobilidade* – favorecer formas alternativas de transporte, como o uso de bicicleta e o deslocamento a pé, e associar parques lineares aos eixos viários de interesse metropolitano (BR-040 e Rodoanel);
- *Atividades econômicas* – fomentar atividades econômicas, como o turismo e a agricultura urbana e rural, e aplicar instrumentos econômicos de gestão ambiental;
- *Cultura e convívio social* – valorizar os complexos culturais da RMBH e propiciar o lazer (turismo, prática de esportes) e o convívio social.

As FIG. 27 a 32, extraídas de apresentação proferida pela equipe técnica do projeto, ilustram o ideário relativo à trama verde e azul expresso no Produto 3. (Ressalte-se que as fotografias não retratam espaços da RMBH.)

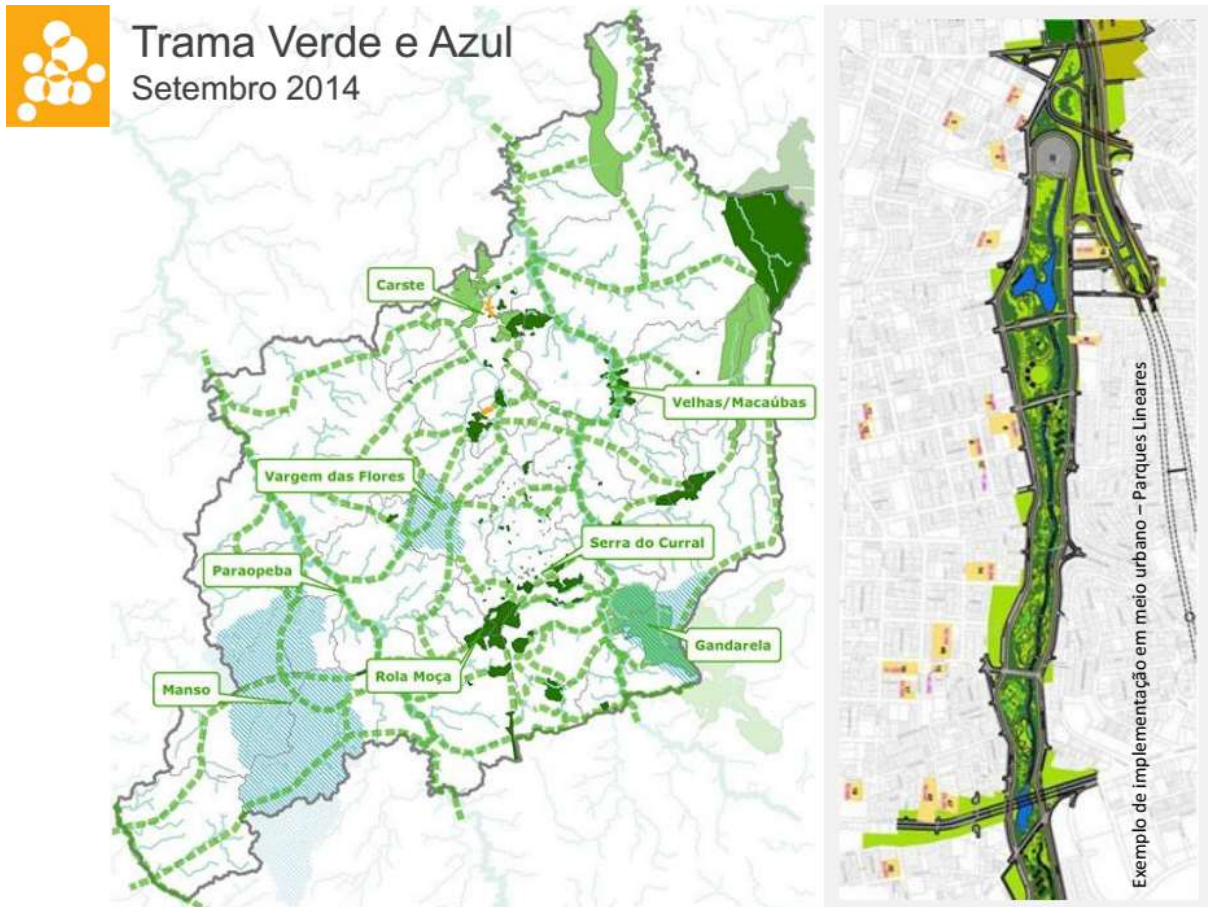


Figura 27 – *Slide* ilustrativo da Trama Verde e Azul (set. 2014)

Fonte: 3º Seminário metropolitano (2015b, p. 34).

Nota: À esquerda, vê-se croqui inicial da trama verde e azul; à direita, exemplo de implementação de parque linear a ser adotado na trama. Cabe ressaltar que o exemplo utilizado no *slide* corresponde ao parque da polêmica Operação Urbana Água Espraiada, do Município de São Paulo – que, como observa Fix (2004, p.8), teve como justificativa a “‘resolução’ do problema da ocupação das margens do córrego [Água Espraiada] por núcleos de favelas”, mas que, na prática, “serviu para valorizar a região da Berrini por meio de uma operação de ‘limpeza social’, com a expulsão de mais de cinquenta mil pessoas, a maioria sem outra alternativa senão ir para outras favelas, boa parte delas junto aos mananciais de abastecimento da cidade, áreas de proteção ambiental”. Dada a diversidade de entendimentos sobre a trama verde e azul manifestos no curso do projeto do Macrozoneamento, não é possível discernir se a utilização desse exemplo se deu por desconhecimento da equipe sobre os processos sociais envolvidos na citada operação urbana ou se se tratou de opção baseada na ideia de que a trama possa vir a ser um instrumento de prevenção/controlar a ocupação irregular/informal.



Figura 28 – Conceitos da trama verde e azul
 Fonte: 3º Seminário metropolitano (2015b, p. 51).



Figura 29 – Dimensões da trama verde e azul
 Fonte: 3º Seminário metropolitano (2015b, p. 58).



Figura 30 – Trama verde e azul vista como base de uma relação virtuosa entre espaço construído e espaço natural

Fonte: 3º Seminário metropolitano (2015b, p. 53).



Figura 31 – Práticas agrícolas e transportes multimodais entre os objetivos da trama

Fonte: 3º Seminário metropolitano (2015b, p. 59).



Figura 32 – Recuperar áreas degradadas e dirimir riscos naturais entre os objetivos da trama

Fonte: 3º Seminário metropolitano (2015b, p. 58).

Nos termos do Produto 3, a trama projeta-se preferencialmente sobre as serras, os topos de morro, os terrenos de elevada declividade e a rede hidrográfica, incorporando e conectando unidades de conservação e complexos ambientais culturais. Nesse desenho, abrange uma grande variedade de atividades econômicas e usos do solo, como a agropecuária, a indústria (inclusive a extrativa mineral) e as áreas de ocupação urbana.

Para os trechos da trama interrompidos por áreas densamente ocupadas, eixos viários e áreas de mineração, são apresentadas diferentes soluções. Para as áreas densamente ocupadas, propõe-se a adoção de técnicas do tipo *infraestrutura verde* (coberturas verdes, jardins de chuva, trincheiras de infiltração etc.), além de parques lineares e manutenção dos cursos d'água em leito natural. Para as áreas de mineração, sugere-se técnicas de manejo de águas e resíduos, além de projetos de fechamento de minas integrados à trama. E para os eixos viários, recomenda-se o controle de escoamentos, a adoção do conceito de *rodovia parque*¹⁵⁶ e a substituição de grande parte das funções associadas às avenidas sanitárias (eixos viários implantados em fundos de vale, que têm desempenhado papel estruturante na RMBH) pela trama. Ela, assim, passaria a organizar o acesso e a orientar a expansão urbana, sendo base para a implantação de redes de infraestrutura (vias, redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, energia, telefonia etc.), de espaços destinados às atividades de comércio e serviços e para a habitação.

Apesar de sinalizar o percurso da trama verde e azul, o Produto 3 não contém um mapa da proposta. Ele apenas traça seus objetivos e benefícios e indica os espaços que devem vir a compor a trama – que abrangem sobretudo elementos *heterotópicos* à cidade, como as áreas agrícolas, os cursos d'água, as áreas verdes e as áreas protegidas. Assim, nesse produto, não fossem os eixos viários, a trama verde e azul poderia ser lida como o arranjo espacial da heterotopia no espaço urbano, que permitiria articular diferentes tipos de usos periféricos do espaço, como a proteção da natureza, o lazer e a produção agrícola em pequena escala.

Avançando nessa leitura, alguns membros da equipe técnica do Macrozoneamento e participantes das oficinas públicas compreendem a trama verde e azul como uma espécie de “planejamento alternativo da RMBH” (ASSISTENTE B)¹⁵⁷. Nessa interpretação, a trama consistiria no esboço de um projeto de uma transformação socioespacial, fundado na natureza e nos temas e usos de menor interesse do capital – como a vida cotidiana, a produção em pequena escala e a economia

¹⁵⁶ Conforme descrição constante no Produto 3, o conceito de rodovia parque “incorpora ações de recomposição florestal e de resgate de fauna, de gerenciamento de resíduos, de controle de processos erosivos e de gestão ambiental de obras de contingência relacionadas aos acidentes com cargas perigosas, de estruturas para facilitar a travessia de animais, entre outros” (UFMG, 2014c, p. 52).

¹⁵⁷ Conforme e-mail recebido em 21/6/2016.

solidária –, que são também periféricos no âmbito do planejamento estatal tradicional, buscando fortalecer práticas espaciais potencialmente emancipatórias com relação aos moldes da produção capitalista do espaço. A essa compreensão mais utópica, sinalizada no Produto 3 e expandida por parte da equipe técnica e dos participantes das oficinas, passo a referir-me como a *trama utópica*.

Isso porque, nos Produtos 4 e 5¹⁵⁸, o entendimento da trama verde e azul se retrai, reaproximando-se do expresso nos Produtos 1 e 2. A trama volta então a ser tratada em termos de regulação territorial, estruturas físicas e técnicas de manejo dos recursos naturais, realinhando-se aos termos do planejamento urbano e ambiental tradicional. Essa versão retraída da trama se manifesta, por exemplo, em uma passagem do Produto 5 que faz referência à proposta como uma “rede de cursos d’água e áreas de preservação e recuperação ambiental, existentes e propostas, conectadas entre si como importante elemento de estruturação e integração [...] do território metropolitano” (UFMG, 2015a, p. 11). Assim, em oposição à trama utópica sinalizada no Produto 3, passo a referir-me a essa versão da trama constante no Produto 5 como *trama pragmática*.

Construo essa oposição *trama utópica x trama pragmática* com fins ilustrativos, como estratégia para elucidar as principais divergências entre os entendimentos sobre a trama verde e azul nos cinco documentos. Evidentemente, tais entendimentos são mais complexos e heterogêneos que essa oposição, dizendo respeito a conceitos em construção, distantes de qualquer tipo de consenso – e, portanto, objetos de disputa –, tanto no interior da equipe técnica como na relação desta com o Estado e com o público participante das oficinas realizadas durante o projeto. Nesse contexto, a opção por denominar os polos extremos desse espectro de entendimentos como *utópico* e *pragmático* visa unicamente situá-los em relação ao potencial progressista (que neles identifiquei) em face das políticas ambientais e urbanísticas tradicionais (entendidas como aquelas já previstas ou viáveis nos termos da legislação vigente).

Para além dessa avaliação de mérito, a constatação de que o conceito da trama verde e azul sofreu certa retração entre os Produtos 3 e 5 do Macrozoneamento é ratificada pelos membros da equipe técnica consultados nesta pesquisa. Questionado sobre os motivos dessa retração, um assistente de pesquisa identifica duas principais questões. A primeira delas seria a combinação da não previsão da trama no contrato do projeto do Macrozoneamento com o exíguo tempo disponível para a elaboração, a discussão e os ajustes relacionados aos Produtos 4 e 5 (ASSISTENTE A)¹⁵⁹. Segundo ele, com o objetivo de cumprir as cláusulas contratuais no tempo previsto, as principais

¹⁵⁸ O Produto 5 atualiza o Produto 4 em razão de novos debates e análises técnicas e políticas. Privilegio a reflexão sobre o Produto 5 por entendê-lo como uma versão consolidada, que compreende e avança com relação ao anterior.

¹⁵⁹ Conforme e-mail recebido em 9/7/2016.

atenções da equipe nesses dois últimos documentos se voltaram para o detalhamento das ZIMs, ficando a trama num plano secundário, a ser desenvolvido posteriormente.

Justificando esse plano secundário assumido pela trama nos Produtos 4 e 5, o Assistente B¹⁶⁰ enfatiza o foco da coordenação da equipe técnica no caráter processual dessa experiência de planejamento metropolitano. Ele ressalta – em consonância com os pressupostos teórico-conceituais do PDDI e do Macrozoneamento –, que a equipe considera os documentos produzidos no âmbito do projeto como apenas uma parte dos resultados do trabalho, sendo o aprendizado social (dos cidadãos metropolitanos, do Estado e da universidade) decorrente da participação no debate sobre o planejamento metropolitano um resultado igualmente (ou até mais) relevante. Nessa perspectiva, prezando pela manutenção do debate sobre a trama verde e azul – tendo em vista a centralidade que o tema adquiriu ao longo das discussões públicas –, mas reconhecendo a necessidade de atender os prazos contratuais relacionados às ZIMs, a coordenação da equipe optou por manter nesses produtos referências à trama, ainda que de forma incompleta. Sob essa ótica, a trama pragmática é interpretada não como a revisão da trama utópica, mas como sua versão mínima.

A segunda questão colocada pelo Assistente A (e reafirmada pelo Assistente B)¹⁶¹ sobre a alteração conceitual da trama diz respeito às características da equipe técnica que efetivamente elaborou os textos sobre a trama verde e azul nos Produtos 4 e 5. Segundo ele, por motivos diversos – entre os quais o tempo –, a escrita final sobre a trama foi assumida pelo Núcleo Ambiental do projeto, sobretudo por profissionais ligados ao campo da engenharia e ao tema dos recursos hídricos. Desse modo, o realinhamento da trama verde e azul aos instrumentos tradicionais de planejamento ambiental nesses documentos pode ser lido como uma opção pela *moderação* com relação a avanços conceituais não devidamente debatidos com a equipe, com a sociedade e com o estado.

Apesar de compreender esse contexto e essas decisões, devo ressaltar as possíveis consequências da limitação do conceito da trama verde e azul ao expresso no Produto 5 do Macrozoneamento. É que esse é o documento que contém (até o momento) os parâmetros das ZIMs; e ele pode vir a ser acatado, a despeito dos demais produtos e debates, como sendo o próprio Macrozoneamento da RMBH no âmbito da lei complementar estadual que aprovar o PDDI dessa região metropolitana. Tendo isso em vista e reconhecendo, com base no ordenamento jurídico brasileiro, que a atuação do Estado está sujeita ao que determina a lei (MARINELA, 2015), não se pode descartar a possibilidade de que os termos da trama expressos no Produto 5 possam vir a

¹⁶⁰ Conforme e-mail recebido em 21/6/2016.

¹⁶¹ Conforme informação verbal transmitida em 12/4/2016.

limitar a consecução de interpretações mais dilatadas da proposta no futuro¹⁶². Em outras palavras, não está afastada a possibilidade de que a trama pragmática seja utilizada *contra* a trama utópica, caso isso seja conveniente a atores suficientemente influentes junto ao Estado. Nessa perspectiva, ainda que a crítica aos termos da trama pragmática possa parecer formalista, considero-a relevante para a discussão sobre as possibilidades contidas na proposta da trama.

Por esse motivo, antes de avançar na reflexão sobre o conteúdo da trama verde e azul sinalizado no Produto 3 (e assim dar sequência ao propósito desta tese de desenvolver a dimensão utópica da trama), dedico a próxima seção à crítica da trama pragmática.

Aspectos problemáticos – a trama pragmática e a reprodução de modelos conhecidos da fase ecológica do capital

Além de ter seu conteúdo retraído com relação ao Produto 3, no Produto 5 a trama verde e azul perde também coerência conceitual, figurando no texto ora como um conceito amplo (uma virtualidade), ora como um sinônimo de ZDEM-TVA (uma classe de sobrezoneamento). Como consequências dessa ambiguidade, pode-se imaginar a consagração da trama verde e azul como sinônimo de ZDEM-TVA – o que, por sua vez, tende a reforçar os entendimentos mais estreitos sobre a proposta, aproximando-a mais da dimensão normativa e fiscalizatória do Estado que da perspectiva da transformação socioespacial fundada na vida cotidiana, na produção em pequena escala, na economia solidária etc.

Sobre essa questão, o Assistente A¹⁶³ enfatiza que ZDEM-TVA e trama não são sinônimos, lamentando que não tenha sido possível explicitar nos textos dos Produtos 4 e 5 que a trama verde e azul ainda carece de mais debates e construções coletivas com a sociedade e o Estado para sua devida definição e espacialização.

A perda de coerência conceitual da trama verde e azul no Produto 5 se expressa também na forma escolhida para a apresentação das ZIMs. No documento, após a exposição das definições gerais das zonas utilizadas para os subzoneamentos, cada uma das 19 ZIMs é detalhada, contando com: um texto explicativo (FIG. 33, item 1), uma imagem de satélite da área abrangida pela ZIM (FIG. 33, item 2), uma descrição do subzoneamento (FIG. 33, item 3), um mapa de subzoneamento (FIG.

¹⁶² Refiro-me ao princípio constitucional da legalidade, do qual se extrai que o Estado só pode fazer o que a lei determina, ao passo que os particulares podem fazer tudo o que a lei não proíbe (MARINELA, 2015). Nesse princípio se funda a possibilidade de que o Estado se recuse a executar ou a permitir a execução de certas atividades nos espaços definidos como trama verde e azul se entender que tais propostas excedem o previsto na legislação. Também nesse princípio pode se fundar a contestação judicial, por parte de eventuais proprietários de terras não oficialmente abrangidos pela trama verde e azul, sobre iniciativas relacionadas à trama que venham a afetá-los.

¹⁶³ Conforme e-mail recebido em 9/7/2016.

33, item 4) e uma tabela de parâmetros (FIG. 33, itens 5 e 6). Nessa tabela de parâmetros estão relacionados, para cada subzona (ZP-1, ZP-2 etc.), uma descrição, diretrizes gerais, diretrizes específicas e parâmetros. Com isso, no detalhamento de cada ZIM, a trama verde e azul pode figurar de até três modos diferentes: no mapa, onde a ZDEM-TVA possui simbologia própria, sobrepondo-se às demais subzonas; na tabela de parâmetros, na linha referente às especificações da ZDEM-TVA; ou, na mesma tabela, nas menções à trama contidas nas especificações referentes a outras subzonas.

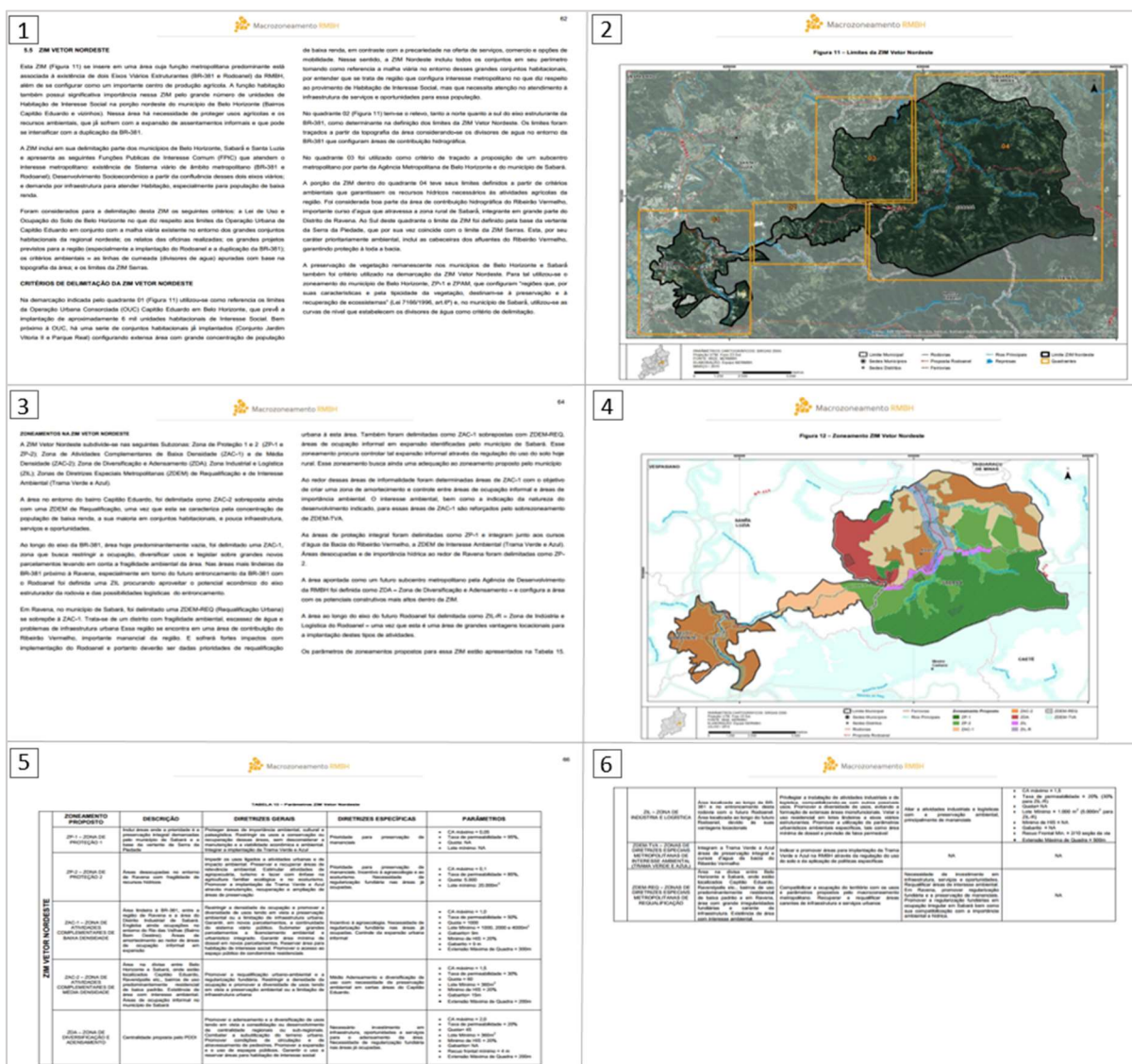


Figura 33 – Detalhamento de cada ZIM no Produto 5 (No exemplo, ZIM Nordeste)
 Fonte: Elaboração própria a partir de UFMG (2015a, p. 62-67).

A escolha por essa forma de apresentação se revela problemática, uma vez que há situações em que as informações contidas nas tabelas não espelham o sobrezoneamento dos mapas, ou em que a descrição da trama na ZDEM-TVA não se alinha à menção da trama na especificação de outra zona. Nota-se também que, em algumas zonas, o estabelecimento de área mínima de dossel em novos parcelamentos é suficiente para suscitar a integração de uma área à trama, enquanto, em algumas ZIMs, áreas em que se pretende fomentar a produção agroecológica não são identificadas como trama nos mapas.

Cabe ressaltar ainda que, no Produto 5, a ZDEM-TVA não dispõe de parâmetros próprios, o que é positivo na medida em que dá abertura para usos e ocupações variados do espaço, mas pode ser negativo por esvaziar o significado da zona, deixando de orientar as posturas dos agentes públicos. Com isso, caso o Produto 5 venha a ser aprovado como o Macrozoneamento da RMBH para fins legais, e caso a implementação da trama (restrita à ZDEM-TVA) venha a ser julgada pelos agentes públicos como onerosa ou inconveniente, esse conteúdo vago pode contribuir para o abandono da proposta ou para seu uso irrestrito, com fins mais publicitários que de políticas públicas.

Outra questão a problematizar se refere à representação cartográfica da ZDEM-TVA no Produto 5. Nos mapas das ZIMs desse documento, a maior parte dos espaços classificados como trama corresponde a APPs, a UCs de proteção integral e a áreas classificadas como ZP-1, com poucas incursões em áreas de ZP-2 e ZP-3. Não fosse o fato de abranger os eixos viários, da forma como se mostra no Produto 5, a trama poderia ser grosseiramente lida como um mapa metropolitano dos espaços de uso restrito em razão de legislação ambiental, contrariando seu espírito inovador.

Particularmente no que diz respeito às áreas verdes e áreas protegidas, cumpre destacar que, ao privilegiar as APPs, as UCs de proteção integral e as ZP-1, o traçado da ZDEM-TVA pode contribuir para afastar (fisicamente) as pessoas da trama, limitando suas possibilidades de apropriação. Essa redução da vida social, por sua vez, pode favorecer percepções da trama como um conjunto de espaços vazios (e, portanto, inseguros), levando à sua rejeição por parte cidadãos – como alerta Jane Jacobs (2009).

Ainda no que toca às áreas verdes e áreas protegidas, cumpre questionar o fato de o traçado da ZDEM-TVA nos mapas das ZIMs não abarcar (integral ou parcialmente) algumas unidades de conservação do grupo de uso sustentável situadas no interior dessas ZIMs, como a APA Fazenda Capitão Eduardo, mencionada no Capítulo 3, e a APA Sul da RMBH, situada na porção sul da RMBH – embora a própria trama verde e azul possa ser lida como uma espécie de área protegida desse grupo. Mesmo que o descuido ou a opção política por não abarcar essas duas UCs na ZDEM-TVA possa ser considerado excepcional, já que a maior parte das áreas protegidas situadas nas ZIMs foi

respeitada no traçado da zona, trata-se de ausências emblemáticas, na medida em que essas APAs foram instituídas em resposta à mobilização popular¹⁶⁴.

Na mesma linha, cabe problematizar a revisão do zoneamento do Parque Fernão Dias nas duas versões consultadas do Produto 5. A área verde, ilustrada na Introdução desta tese (FIG. 1, item 3), pertence ao Estado de Minas Gerais e está situada nos municípios de Contagem e Betim. Presente na primeira versão consultada do Produto 5 (2015a), ela foi excluída da trama verde e azul na versão mais recente do documento (UFMG, 2016[?]).

O caso desse parque é especialmente significativo para a reflexão sobre a trama por revelar as possibilidades de abandono das propostas de planejamento metropolitano voltadas para o lazer e para a proteção ambiental. Isso porque sua criação, no final dos anos 1970, decorreu de um dos (poucos) esforços de planejamento urbano-regional voltados para a temática das áreas verdes e áreas protegidas da história da RMBH: o Programa Metropolitano de Parques Urbanos, desenvolvido pela autarquia Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Plambel. No contexto desse programa, o parque foi concebido para atender os moradores de Contagem e municípios vizinhos, sendo amplamente utilizado nas décadas de 1980 e 1990. No entanto, a partir dos anos 2000, a manutenção da área de lazer do parque foi reduzida, dando início a um processo de degradação de seus atrativos (CAMPOS, 2015). Desde então, o equipamento já esteve sob a responsabilidade de uma série de órgãos estaduais, além da Prefeitura de Contagem, estando atualmente fechado – enquanto é objeto de pressão imobiliária e de estudo para implantação de outras atividades, inclusive industriais (CAMPOS, 2015)¹⁶⁵. Assim, além de expressar essas pressões atuais, a exclusão do parque da trama verde e azul na revisão do Produto 5 atesta a *obsolescência* do Programa Metropolitano de Parques Urbanos da Plambel – ao mesmo tempo em que ameaça de obsolescência a própria trama proposta pelo projeto do Macrozoneamento.

As ausências dessas áreas verdes e áreas protegidas da proposta se revelam controversas na medida em que reforçam uma prática, já vigente no planejamento urbano e ambiental da RMBH, de desconsideração das áreas protegidas preexistentes – que suscita a criação de áreas protegidas sobrepostas, abrangendo os mesmos espaços, como visto no Capítulo 3. Ao mesmo tempo, essas ausências reforçam uma tendência histórica no urbanismo brasileiro de “resolver problemas com legislação” nova, “recomeçando sempre do zero”, sem avançar no processo por meio da evolução e do aperfeiçoamento das ações (MARICATO, 2000, p. 151).

¹⁶⁴ Para mais detalhes sobre a história da APA Sul da RMBH, ver Freitas (2004), Camargos (2004) e Euclides (2012).

¹⁶⁵ Desde 2015, tramita na Assembleia Legislativa Estadual um projeto de lei que pretende transformar a área do parque em APA – com o propósito de envolver em sua manutenção o instituto responsável pela gestão das UCs estaduais.

Já no que toca às políticas ambientais de modo mais amplo, cabe refletir criticamente sobre a afirmação, expressa no Produto 4, de que as ZIMs “de caráter especial” (Serras e Rodoanel) teriam a trama verde azul como conceito central. Tendo em vista as diferenças do conteúdo desses espaços – já que a primeira ZIM abarca um conjunto de serras onde as áreas protegidas disputam espaço com os empreendimentos minerários, e a segunda abrange o traçado de um projeto rodoviário destinado ao tráfego de passagem e a cargas pesadas –, deduz-se que sua associação com a trama verde e azul se relacione mais à sua forma (de corredor) que ao seu conteúdo. Cumpre notar, entretanto, que essa forma dificilmente se reverterá em processos semelhantes nos dois casos. Enquanto no caso da ZIM Serras, a forma de corredor pode vir a facilitar o trânsito da fauna e a dispersão da flora entre as áreas verdes e áreas protegidas existentes na região, no caso da ZIM Rodoanel, o próprio conteúdo da ZIM é causador de impactos consideráveis à saúde humana e não humana¹⁶⁶. Nessa perspectiva, compreendendo que a ZIM Rodoanel se limitará a certo “tratamento ambiental” ao eixo viário (UFMG, 2014d, p. 8), vejo com preocupação a afirmação de que a trama constitui o “conceito central” dessa ZIM, avaliando que a medida favorece o emprego do termo “trama verde e azul” em casos pouco comprometidos com a proteção ambiental – contribuindo para sua transformação em um *mito* (LIMONAD, 2016), e debilitando seu potencial transformador.

Por fim, julgo importante retomar a crítica da ideia de *viabilidade econômica ambiental*, que associa a proteção da natureza na trama verde e azul à arrecadação de recursos decorrente de atividades ali realizadas. Como discutido no Capítulo 3, trata-se de questão delicada: se, por um lado, pode parecer inofensivo auferir recursos em razão da proteção da natureza que já ocorre num dado espaço (desde que isso não seja condição para sua existência/manutenção), por outro lado, cabe avaliar em que medida essa forma de capitalização da natureza fortalece a perspectiva da dominação do espaço a ponto de enfraquecer iniciativas voltadas para sua apropriação¹⁶⁷.

Corroborando com a crítica da viabilidade econômica o posicionamento apresentado pelo representante da Agência RMBH em eventos do Macrozoneamento, realizados em 2014, sobre as possibilidades de implantação da trama verde e azul. Nessas ocasiões, o representante sugeriu que a equipe universitária priorizasse as medidas de regulação urbana – “porque dinheiro [público para investimentos de custeio e de capital] não há e não vai haver tão cedo” (Informação verbal)¹⁶⁸. Na

¹⁶⁶ Retomo a discussão da ZIM Rodoanel na Seção *O corpo como a escala da mobilidade do urbano*, do Capítulo 5.

¹⁶⁷ Especulando cenários em que propostas de usos diferentes estejam em disputa em determinada área da trama verde e azul, cabe imaginar que a perspectiva da “viabilidade econômica” possa vir a constituir critério de decisão política, o que pode prejudicar iniciativas consideradas não produtivas, como o ócio e as práticas espontâneas.

¹⁶⁸ Em 8/9/2014, foi realizado um conjunto de palestras sobre experiências internacionais afins ao Macrozoneamento para a equipe técnica do projeto. A essas palestras, seguiu-se o debate em que o representante da Agência RMBH fez as referidas colocações.

mesma linha, afirmou que a agência identifica como soluções para a implantação da trama recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e iniciativas como o *Programa Adote o Verde*¹⁶⁹, da Prefeitura de Belo Horizonte, revelando um posicionamento de pouca aderência do poder público estadual às propostas conformadas por universidade e sociedade civil.

Tendo em conta essas questões, caberá avaliar, nos próximos anos, o modo como os debates sobre a trama verde e azul serão conduzidos no contato entre sociedade, universidade, órgãos estaduais e municipais¹⁷⁰ – na expectativa de que possam avançar da trama pragmática em direção à trama utópica.

Avanços conceituais – a trama verde e azul como exercício de utopia experimental

Os aspectos problemáticos identificados nos termos da trama pragmática – relacionados, sobretudo, à reprodução de modelos de políticas ambientais próprios da fase ecológica do capitalismo – não diminuem suas qualidades.

Na perspectiva do *espaço percebido* a que se refere Lefebvre (1991c), mesmo que se limite a conectar as áreas verdes e as áreas protegidas existentes e a divulgar a existência desses espaços, a trama pragmática pode resultar em benefícios para a biodiversidade e favorecer a apropriação do espaço e da natureza por grupos sociais variados – como sugerido pelas contradições do exemplo da APA Fazenda Capitão Eduardo. Já na dimensão do *espaço concebido*, mesmo que a expressão “trama verde e azul” possa vir a ser futuramente empregada por empresas e pelo poder público em publicidade de negócios relacionados ao mercado verde, a construção coletiva do discurso sobre a trama iniciada nas oficinas do Macrozoneamento pode não se desfazer, continuando a ensejar a construção de identidades entre os diferentes atores envolvidos na produção do espaço metropolitano – como, por exemplo, a identidade entre agricultores “do campo” e “da cidade” engajados em práticas agroecológicas na RMBH que começou a se construir nessas oficinas

¹⁶⁹ O programa, existente desde 2004, visa à restauração, à implantação e à manutenção de áreas verdes públicas por meio de parcerias com pessoas físicas e jurídicas (BELO HORIZONTE, *online*[a]). Em sua dissertação de mestrado, Lígia Milagres (2011) analisa quatro casos de pessoas/grupos de Belo Horizonte que decidiram melhorar os espaços públicos situados no entorno de suas residências de maneira independente, sendo um deles o de uma moradora que procurou o Programa Adote o Verde como forma de conseguir apoio da municipalidade na manutenção/melhoramento de um canteiro central. Como observou Milagres (2011, p. 54), “apesar de caminhar no sentido da descentralização da gestão desses espaços, o convênio apresenta exigências que acabam se tornando entraves para moradores interessados em realizar a parceria e melhorar o espaço público microlocal”, sendo mais viável para empresas que para pessoas físicas.

¹⁷⁰ A respeito da implementação da trama verde e azul, Roberto Monte-Mór (informação verbal, em 30/5/2016) informa que, no suporte prestado aos municípios pela Agência RMBH e pela universidade previsto para os próximos anos, pretende-se estimular a construção de instrumentos locais para a implementação da trama, dentro e fora dos espaços abrangidos pelas ZIMs.

(ALMEIDA, 2016)¹⁷¹. Essas percepções e concepções, por sua vez, podem vir a se refletir em transformações no espaço vivido, na medida em que engendrem formas alternativas de se produzir e viver na metrópole – que, espera-se, possam concorrer para a realização da hipótese otimista aventada nesta tese.

Na expectativa de contribuir para a concretização dessas possibilidades otimistas, cabe avançar no reconhecimento do mérito da trama utópica enquanto esforço imaginativo de superação dos modelos de políticas ambientais da fase ecológica do capitalismo. Parte desse mérito se relaciona ao propósito de confrontar a experiência empírica¹⁷² ao futuro urbano desejado para a região, conformando uma utopia experimental. Mas o mérito diz respeito, sobretudo, ao resultado esboçado nessa utopia experimental: um processo de reestruturação regional do tecido urbano capitaneado por uma trama verde e azul que é, ao mesmo tempo, cidade e campo, primeira e segunda natureza, área verde/protegida e área não verde/desprotegida. Compreendida sob essa perspectiva utópica, a trama revela sua potência.

Ao reposicionar simbólica e conceitualmente a natureza no espaço urbano-regional, a trama verde e azul propõe iluminar, interligar e fortalecer práticas de apropriação da natureza em espaços submetidos a variados graus de intervenção humana – tanto naqueles onde predominam práticas associadas à ruralidade como nos mais ligados à urbanidade, tanto naqueles onde estão presentes os mais recentes avanços tecnológicos quanto nos que resistem à modernização –, sinalizando a superação da oposição natureza-campo-heterotopia x cidade-isotopia e favorecendo a percepção da natureza enquanto lugar de vida, de trabalho e de fruição. Nessa perspectiva, a trama pode ser associada ao processo de *naturalização extensiva* que Monte-Mór (1994, p. 178) defende como

¹⁷¹ Daniela Almeida integrou a equipe técnica do Macrozoneamento durante parte do processo de construção participativa. Em sua tese de doutorado, a autora aproxima abordagens críticas sobre as concepções de agricultura e de concepções de cidade em disputa no mundo contemporâneo, a partir da RMBH. Em sua leitura do Produto 5, avalia como frágil a associação da trama verde e azul com a agricultura urbana e com a agroecologia, enfatizando que o documento não capta a riqueza dos debates ocorridos – nem na perspectiva da identificação de experiências concretas que já ocorrem na RMBH, nem sob o ponto de vista do imaginário que começou a ser construído na direção da incorporação dos espaços agrícolas no ordenamento metropolitano (ALMEIDA, 2016). Sobre os desdobramentos dos debates iniciados no processo participativo, julgo pertinente mencionar a realização, pela Agência RMBH em parceria com a Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), do evento *Agricultura na RMBH – Panorama e Perspectivas*, em junho de 2016. O evento teve como objetivo reunir gestores e técnicos dos municípios da região para construir um diagnóstico da agricultura na RMBH, com destaque para as agriculturas urbana, familiar e agroecológica. Eventos como esse podem contribuir para dar visibilidade a essa produção agrícola, fortalecendo as políticas de assistência técnica e financiamentos públicos para esses agricultores. As apresentações proferidas no evento podem ser consultadas no portal eletrônico da Agência, no endereço: <<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/apresentacoes-agricultura-na-rmbh-panorama-e-perspectivas/>>.

¹⁷² Entendendo experiência empírica como: as impressões dos participantes dos eventos públicos, dos técnicos das prefeituras e do estado; o quadro atual da industrialização-urbanização e da degradação da natureza na RMBH; as técnicas disponíveis para a melhoria da qualidade ambiental; as experiências que esboçam movimentos de resistência à produção capitalista do espaço presentes na região (economia solidária, agricultura urbana, grupos mobilizados pela proteção da natureza) etc.

necessário para acompanhar a urbanização extensiva, “tanto para enfrentar problemas urbanos e ambientais ao nível micro, da vida quotidiana, quanto para enfrentar as questões globais da crise ambiental e societal”. Eis a trama utópica, anunciada no Produto 3 e aclamada pelo público e por parte dos técnicos (universitários e das prefeituras e secretarias de estado) envolvidos na elaboração do Macrozoneamento – como indica Monte-Mór (2015).

Permito-me supor, porém, que parte dessa grande aclamação da trama verde e azul se relacione à sua característica de proposta aberta, mais genérica que específica, que permite que cada interlocutor nela projete sua visão de futuro sobre a RMBH, independentemente de suas relações com a natureza e com os demais atores envolvidos nesses processos de produção do espaço. Retomando a crítica dos discursos relacionados à temática ambiental (HARVEY, 1996; THÉVENOT; LAFAYE, 1993 *apud* ACSELRAD, 2004), não desvinculo essa aclamação da tradicional referência à “causa universal ecológica” que justifica ações diversas, e até mesmo antagônicas, com relação à natureza.

Por um lado, pode-se avaliar que essa adesão genérica à trama verde e azul não seja problemática. Se compreendemos, com Monte-Mór (2015), que o urbano já está em curso, constituindo a tensão contínua entre as forças do *urbano-industrial* (dominação, expropriação, autoritarismo) e do *urbano-utopia* (apropriação, autogestão, liberdade), podemos considerar que essa abertura indefinida e contraditória da trama seja esperada de um movimento próprio do urbano¹⁷³. Sob essa perspectiva, pode-se entender que, mesmo sujeita às mais genuínas formas pós-modernas de capitalização da natureza, a trama verde e azul favorece a (re)comunalização da natureza – e que esse fortalecimento pode vir a catalisar um momento futuro de predominância do urbano-utopia sobre o urbano-industrial.

Por outro lado, se entendemos o urbano como uma utopia no sentido proposto por Bloch (2005) – o sonho diurno de uma sociedade justa e livre que se torna realidade por meio do engajamento da coletividade numa construção do devir –, podemos considerar essa adesão genérica à trama verde e azul arriscada, já que o engajamento coletivo pode vir a ser mobilizado para viabilizar interesses diversos dos defendidos pelos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, pode-se compreender que capitalização da natureza e comunalização da natureza sejam processos incompatíveis, como propõe a plataforma do Bem Viver (ACOSTA, 2012), sendo necessário maior detalhamento para que a trama verde e azul possa ser avaliada.

¹⁷³ A discussão sobre o movimento dialético interno do urbano que apresento neste parágrafo e no que se segue foi detalhada na seção *O otimismo militante e o pensamento utópico de base marxista* do Capítulo 1.

Reconhecendo-me como um dos interlocutores mobilizados pelo discurso da trama utópica, devo externar minha posição de hesitação (conflituosa) em face de ambos os pontos de vista sobre as relações da trama com o urbano e com os processos de capitalização e comunalização da natureza. Não podendo – não conseguindo – optar por um dos posicionamentos, mas entendendo que no urbano prevalecerão a gestão social da natureza, a gestão coletiva do espaço e a superação da oposição sociedade-natureza, escolho conduzir minha reflexão pela via *mais à esquerda*¹⁷⁴. Com isso quero dizer que opto por privilegiar os processos de comunalização, desalienação e apropriação da natureza e do espaço – acreditando estarem eles no cerne da transformação socioespacial, independentemente da interpretação do conceito de urbano adotada.

Com essa orientação teórica, permito-me refletir sobre o que a trama utópica me suscita desejar: a superação das tensões entre as áreas verdes e as áreas protegidas e entre estas e as áreas não verdes e desprotegidas. Passo, portanto, a explorar a trama verde e azul buscando expandi-la em suas possibilidades de apropriação da natureza e do espaço. Da forma como escolho compreender e ajudar a construir a trama, ela não só anuncia a fusão de áreas verdes e áreas protegidas, como também sugere a reunião da vida fragmentada pelo mundo do trabalho industrial.

No capítulo que se segue, sem perder de vista a história remontada nos Capítulos 2 e 3, ofereço minha contribuição à proposta da trama verde e azul – que contém, ao mesmo tempo, minha crítica sobre os limites e possibilidades das áreas verdes e áreas protegidas e meu aporte às reflexões sobre o urbano.

¹⁷⁴ Refiro-me às críticas “de direita” e “de esquerda” sobre o urbanismo e sobre a política relacionada à natureza descritas por Lefebvre (2008a), conforme abordado no Capítulo 1.

CAPÍTULO 5 – Da crítica da trama verde e azul à hipótese otimista

Se entendemos que o espaço é um produto social que condiciona a vida em sociedade (LEFEBVRE, 1991c), e se consideramos que esse produto é feito de matéria, pensamentos e ações, vislumbramos o poder da utopia. É o que defende Lefebvre (1999) ao afirmar que o pensamento sobre o urbano já é parte da revolução urbana. É também o que defende Bloch (2005) quando postula que a utopia não é algo alheio ao mundo, mas um passo para a transformação em realidade daquilo que *ainda não é real*.

Desenvolvendo o pensamento dos dois filósofos e do sociólogo Robert Ezra Park, Harvey (2014) compreende que a cidade à qual aspiramos em nossos *sonhos diurnos* não se separa do tipo de pessoas que queremos ser, da vida que almejamos viver, das relações sociais que desejamos estabelecer e das relações com a natureza (não humana) que julgamos justas. Daí defender o engajamento do pensamento em um otimismo militante, que parta do reconhecimento do possível como parte do real e se volte à imaginação de sociedades e espaços alternativos àqueles produzidos pela lógica do capital.

Compartilhando dos posicionamentos desses três autores, permito-me prospectar o futuro e imaginar – e contribuir para construir – o urbano a partir da crítica das áreas verdes e áreas protegidas e das possibilidades inscritas na proposta da trama verde e azul. O urbano com que sonho, portanto, expressa meus ideais comuns com esses autores, mas também minhas limitações e predisposições intelectuais.

Nesse exercício de imaginação crítica, enfrento, de partida, uma problemática posta por Lefebvre que anuncia limites à concepção de utopias fundadas em políticas espaciais ou espaços institucionais: a questão dos *níveis do fenômeno urbano (global, privado e misto)*.

Julgando a compreensão das características e dos potenciais emancipatórios desses três níveis como essencial à tese da revolução urbana, Lefebvre (1999) define o nível global como aquele das relações mais gerais e mais abstratas, relacionando-se ao poder, ao Estado, às lógicas de classe, ao mercado de capitais, à política do espaço (ao urbanismo institucional). Esse nível se projeta no domínio edificado, abarcando monumentos, cidades novas, edifícios públicos, grandes projetos urbanísticos etc., e no domínio não edificado, abrangendo as áreas protegidas, o sistema viário e a organização do tecido urbano. Já o nível privado diz respeito ao domínio edificado dos imóveis particulares (casas, prédios de apartamentos, favelas, acampamentos), onde ocorre a vida cotidiana, tensionada entre a reprodução (os atos elementares de comer, dormir e reproduzir-se) e a criação/apropriação. Por fim, o nível misto constitui um nível intermediário, identificável por meio do

exercício teórico de remover de uma cidade (centralidade urbana) os elementos que dependem do nível global e do nível privado, que deixa restar um domínio edificado (prédios públicos de abrangência local) e não edificado (os espaços livres de uso público, ruas, praças, áreas verdes).

O filósofo nota que, na atual fase crítica, o nível misto tende a parecer essencial – na medida em que constitui o terreno do confronto entre as projeções do nível global (homogeneização, fragmentação, espaço abstrato) e a resistência da vida cotidiana (particularidade, diferença, obra) –, o que suscita esforços no sentido da preservação das instituições urbanas, da reforma urbana (LEFEBVRE, 1999). No entanto, trata-se apenas de um nível intermediário, devendo uma transformação radical na ordem socioespacial – que busque transcender a fase crítica no sentido da sociedade urbana – incidir sobre o nível privado, a vida cotidiana.

Conforme a definição de Lefebvre, áreas verdes e áreas protegidas são elementos afetos aos níveis misto e global – o que não significa que não possam alcançar o nível do privado. Por um lado, considerando os conflitos relacionados à implantação desses espaços explicitados nos Capítulos 2 e 3, cabe reconhecer que muitas vezes a criação de áreas verdes e áreas protegidas implica o cerceamento de determinados modos de vida, incidindo na vida cotidiana na forma de rupturas¹⁷⁵. Por outro lado, como também exposto no Capítulo 3, em muitos casos a mobilização social em torno de comuns urbanos relacionados às áreas verdes e áreas protegidas pode refletir estratégia de manutenção de certas relações socioespaciais, alcançando a vida cotidiana na forma da resistência à sua degradação.

No entanto, parece possível afirmar que, mesmo quando incide na vida cotidiana, a constituição de áreas verdes e áreas protegidas está mais ligada ao nível global que ao privado, já que pressupõe o ato estatal que define seus limites espaciais e suas regras de uso. O mesmo poderia ser dito sobre as políticas relacionadas à gestão do território de modo geral: ainda que acarretem impactos na vida cotidiana, elas constituem elementos heterônomos, pouco afetos à transformação da vida cotidiana em bases ligadas à autonomia, à liberdade e à apropriação.

Essas considerações corroboram a perspectiva de que o futuro das áreas verdes e áreas protegidas depende mais diretamente do futuro das áreas não verdes e desprotegidas que da eficiência desses espaços na conservação dos elementos da natureza, concorrendo com o entendimento de que esses conceitos possam ser superados com/no urbano. Tendo isso em conta, há que se admitir que, para que possam se desenvolver, as possibilidades de apropriação da natureza

¹⁷⁵ Esse aspecto justifica a centralidade do tema dos conflitos nos estudos sobre áreas verdes e áreas protegidas, como visto no Capítulo 1.

e do espaço inscritas na trama verde e azul dependem de um projeto político coletivo, voltado para a construção de um novo modo de produzir e viver em sociedade, que parta do cotidiano, superando as opressões das atividades parciais e limitadas, e alcance o espaço como um todo, reunindo o que a era industrial deixou em fragmentos. Cabe avançar, portanto, na *crítica da vida cotidiana*.

Ao refletir sobre as pressões incidentes sobre a vida cotidiana, Lefebvre (1991a) observa que o cotidiano não pode ser compreendido como um sistema único, dado que constitui um conjunto de insignificâncias, mas se oferece à apreensão a partir dos múltiplos subsistemas situados sobre um nível da realidade. Os subsistemas são temas – ou, mais precisamente, campos temáticos parciais – que invadem e intervêm na vida cotidiana. Esses campos temáticos envolvem: a) atividades sociais especializadas, objetos e relações determinados; b) organizações que atuam sobre a prática social e instituições estatais que controlam essas organizações; e c) textos, “que garantem a comunicação da atividade, a participação nas medidas que a organizam, a influência e a autoridade das instituições correspondentes” (LEFEBVRE, 1991a, p. 109). É possível compreender, a partir de Lefebvre, que os temas se tornam subsistemas na medida em que se desviam do domínio da apropriação, dos atos e obras, para a dimensão do imaginário, da formalidade, dos signos e significações.

O filósofo exemplifica o processo de (sub)sistematização a partir da cozinha, cujo “estatuto de produção local, artesanal e familiar, qualitativa, feita de receitas transmitidas oralmente” se reduz à medida em que se torna atividade especializada, “matéria para tratados, guias ‘gastronômicos’, para uma hierarquia de lugares, de iguarias, pretexto de uma ritualização mundana” (LEFEBVRE, 1991a, p. 109). De acordo com essa definição, também o automóvel, a moda, a cultura, o turismo (aí incluída a visitação a áreas verdes e áreas protegidas, como veremos adiante) e até mesmo a sexualidade podem ser considerados subsistemas. Desse modo, caberia afirmar que os subsistemas reproduzem, na escala do corpo e da vida, as fragmentações próprias do espaço abstrato – pulverizando e formalizando as relações pessoais com o espaço e com a natureza.

Nessa perspectiva, pode-se compreender também que a reversão desse quadro – a transformação do cotidiano em obra, a revolução urbana – deva passar pela reapropriação do corpo e pela reunificação do espaço de vida. Como sinaliza Lefebvre:

Enquanto a vida cotidiana continuar escravizada ao espaço abstrato, com suas limitações muito concretas; enquanto as únicas melhorias a ocorrer forem aprimoramentos técnicos de pormenor (por exemplo, a frequência e a velocidade do transporte, ou melhores comodidades relativas); enquanto, em suma, a única conexão entre os espaços de trabalho, os espaços de lazer e os espaços de moradia for a instância de poder político e seus mecanismos de controle, o projeto de “mudar a vida” não será mais que um slogan político a ser apropriado ou abandonado conforme o humor do momento (LEFEBVRE, 1991c, p. 59-60, tradução minha)¹⁷⁶.

As relações entre as fragmentações do espaço e do cotidiano são também objetos da reflexão do filósofo austro-francês André Gorz, cuja crítica do mundo do trabalho industrial se expande para as técnicas e meios de produção e para a reflexão sobre a ecologia política. Na passagem abaixo, Gorz se aproxima notadamente da perspectiva de Lefebvre ao relacionar essas tendências fragmentadoras à era industrial – e ao perceber na superação dessas tendências o cerne para modos alternativos de se produzir e viver em sociedade.

A maneira que o espaço é arranjado dá continuidade à desintegração das pessoas que começa com a divisão de trabalho na fábrica. Ela corta uma pessoa em rodela, corta seu tempo, sua vida, em fatias bem separadas de modo que em cada uma você seja um consumidor passivo à mercê dos negociantes, de modo que nunca lhe ocorra que o trabalho, a cultura, a comunicação, o prazer, a satisfação das necessidades e a vida pessoal podem e deveriam ser uma e mesma coisa: a unidade de uma vida, sustentada pelo tecido social da comunidade (GORZ, 2005, p. 82).

Mas Gorz se ocupa mais que Lefebvre em refletir sobre e em propor medidas práticas relacionadas aos aspectos ecológicos dessa extensão da divisão de trabalho a todo o espaço e a todo o cotidiano. Em *Ecológica* (2012), inspirado nas obras de Marx, Jean Paul Sartre e Ivan Illich, Gorz identifica, nos meios de produção do capitalismo – entre os quais caberia situar o próprio espaço abstrato –, os instrumentos da dominação, pela sociedade, da natureza humana e não humana. Para o autor, tais instrumentos operam por meio da divisão, da organização e da hierarquização das tarefas, estando impregnados da lógica da dominação à qual servem. Assim, na construção de um processo de mudança social, não caberia ao proletariado tomar o poder sobre esses meios sem transformar radicalmente sua organização e suas regras, sob pena de reproduzir o sistema de dominação – como ocorrido com a União Soviética. Da forma como Gorz (1980; 2012) interpreta

¹⁷⁶ “So long as everyday life remains in thrall to abstract space, with its very concrete constraints; so long as the only improvements to occur are the technical improvements of detail (for example, the frequency and speed of transportation, or relatively better amenities; so long, in short, as the only connection between work spaces, leisure spaces and living spaces is supplied by the agencies of political power and by their mechanisms of control – so long must the project of ‘changing life’ remain no more than a political rallying-cry to be taken up or abandoned according to the mood of the moment”.

Illich: ou a sociedade decide impor limites à tecnologia e à atividade industrial de modo a conservar os equilíbrios ecológicos necessários à vida e a favorecer a autonomia de indivíduos e comunidades, ou esses limites continuarão sendo determinados por meio de *tecnofascismo* (através de grandes instituições globais baseadas em tecnologias autoritárias, entre as quais cabe considerar a biologia da conservação), e, cedo ou tarde, acabarão controlados por meio de uma economia de guerra, pautada em racionamentos e violência física¹⁷⁷. Nessa perspectiva, com Illich, Gorz defende tecnologias *diferentes* como parte fundamental do esforço na construção de sociedades *diferentes*.

Illich (1978) considera como ferramentas¹⁷⁸ *justas* – ou *convivenciais* – aquelas que respondem às exigências de gerar eficiência e expandir o raio de ação individual sem degradar a autonomia pessoal e sem suscitar escravos nem senhores. Uma ferramenta é convivencial na medida em que pode ser usada sem dificuldade (sem necessidade de cursos ou diplomas), com a frequência e a finalidade que deseje e sem que seu uso individual comprometa a liberdade alheia de fazer o mesmo. Em um espectro que vai da emancipação à dominação, o autor opõe essas ferramentas convivenciais (emancipatórias) àquelas que considera como instrumentos dominantes (por ligarem-se à produtividade industrial, envolvendo movimentos repetitivos, condicionamentos e alienação).

Em sua reflexão sobre ecologia e política, Gorz (1980) desenvolve a perspectiva de Illich ao considerar como características das *técnicas justas*, compatíveis com um socialismo democrático ou libertário: o fato de poderem ser controladas no nível do bairro ou da comunidade, a capacidade de gerarem autonomia econômica crescente para coletividades locais e regionais, a condição de não serem danosas ao ambiente e a compatibilidade com o acompanhamento conjunto por produtores e consumidores em relação aos produtos e processos de produção. Nessa perspectiva, reconhece que a adoção em larga escala dessas ferramentas demanda a transformação da sociedade como um todo e a tomada de controle sobre o Estado – mas ressalta a necessidade de não se considerar que a tomada do Estado seja condição para a mudança tecnológica¹⁷⁹. Para Gorz (1980, p. 19-20, tradução

¹⁷⁷ Illich revisita o argumento do “socialismo ou barbárie” desenvolvido por Rosa Luxemburgo a partir de Marx – que apresentava ao proletariado a escolha de unir-se e subordinar o processo produtivo a seus objetivos, substituindo a divisão social do trabalho por cooperação voluntária entre produtores, ou manter-se fragmentado e submetido ao poder econômico e, cedo ou tarde, degenerar com o conjunto da civilização (GORZ, 1980, p. 15).

¹⁷⁸ Illich emprega o termo ferramenta em um sentido amplo, incluindo instituições, a legislação e os sistemas produtivos. O autor considera o telefone, a bicicleta e o sistema de correios ferramentas convivenciais, destacando que podem desvirtuar-se – no caso do telefone, caso a comunicação remota leve à redução do convívio presencial.

¹⁷⁹ Para Gorz (1980, p. 19-20, tradução minha), se a definição das tecnologias e a emancipação coletiva e individual não estiverem no foco da ação política, “a tomada do poder estatal por pessoas autoproclamadas socialistas não mudará fundamentalmente nem o sistema de dominação nem as relações de homens e mulheres entre si e com a natureza. O socialismo não é imune a tecnofascismo. Será, ao contrário, sua vítima sempre e onde quer que ele se proponha a melhorar e multiplicar os poderes do Estado, sem desenvolver simultaneamente, a autonomia da sociedade civil”.

minha), “a definição teórica e prática de tecnologias alternativas e a luta das comunidades e indivíduos para tomar o controle sobre seus próprios destinos devem ser focos permanentes da ação política”¹⁸⁰.

As ferramentas conviviais/justas/emancipatórias se alinham aos pressupostos da economia solidária (SINGER, 2004), assim como à reflexão de Lefebvre (1978a) sobre a autogestão como caminho para a transformação da vida e do espaço. Para o filósofo,

O cotidiano não pode ser transcendido em um salto. Mas as dissociações que mantêm o cotidiano como a fundação desta sociedade ao nível do solo podem ser superadas dentro e por meio de um processo: o processo de autogestão. [...] A autogestão aponta o caminho para a transformação da vida cotidiana. O significado do processo revolucionário é "mudar a vida". Mas a vida não pode ser transformada por magia ou por um ato poético, como os surrealistas costumavam acreditar. O discurso livre de sua servidão desempenha um papel necessário, mas não é suficiente. A transformação da vida cotidiana também deve passar pelas instituições. [...] "Autogestão" é uma prática social que pode superar as dissociações da vida cotidiana e pode criar novas instituições que vão além das que simplesmente ratificam as dissociações (LEFEBVRE, 1978b, p. 124, tradução minha)¹⁸¹.

Gorz (1980) enfatiza que a autogestão pressupõe essas ferramentas conviviais/justas/emancipatórias e que a criação e o emprego dessas ferramentas não constituem retrocesso. Para o autor, assim como para Serge Moscovici (1972; 1974 *apud* DIEGUES, 2000), não se trata de renunciar aos avanços do conhecimento, de retornar à Idade Média e à economia aldeã, mas sim de subordinar as técnicas industriais de modo que elas deixem de submeter a autonomia pessoal e coletiva e passem a se voltar para a extensão contínua dessa autonomia. Essa subordinação conduz, simultaneamente, à proteção da natureza (humana e não humana), ao fortalecimento e à expansão da sociedade civil – cuja autonomia se vê atualmente reduzida em razão da divisão social do trabalho e da educação formal, que desencoraja a independência e a versatilidade em favor da aquisição de conhecimentos especializados – e, conseqüentemente, à reestruturação das instituições sociais e do Estado.

¹⁸⁰ “The theoretical and practical definition of alternative technologies and the struggle of communities and individuals to win, collectively and individually, control over their own destinies, must be the permanent focus of political action”.

¹⁸¹ “The everyday cannot be transcended in one leap. But the dissociations which maintain the everyday as the ‘down-to-earth’ foundations of this society can be surmounted in and through a process: the process of self-management. [...] Self-management points the way to the transformation of everyday life. The meaning of the revolutionary process is to ‘change life’. Bu life cannot be changed by magic or by a poetic act, as the surrealists used to believe. Speech freed from its servitude plays a necessary part, but it is not enough. The transformation of everyday life must also pass through the institutions. [...] ‘Self-management’ is a social practice which can overcome the dissociations of everyday life and can create new institutions going beyond those that simply ratify the dissociations. This social practice may have a name, but it cannot be reduced to a way of speaking”.

A reflexão sobre as ferramentas conviviais/justas/emancipatórias revela a fragilidade das políticas ambientais tradicionais – particularmente as que implicam expropriação de grupos sociais de seus meios de produção e de vida – no propósito de favorecer a apropriação do corpo, da natureza e do espaço. Em muitos casos, ainda que áreas verdes e áreas protegidas pressuponham acesso público, visem proporcionar experiências diversas de natureza e possam até mesmo contar com conselhos consultivos que esboçam a participação dos moradores da área ou do entorno nas decisões sobre o espaço, trata-se de espaços especializados, cujas regras (do nível global) tendem a tolher a autonomia pessoal/coletiva (nível privado), fortalecendo relações de dependência com relação ao sistema capitalista de produção. Não obstante, nos casos em que os próprios moradores solicitam do Estado a criação desses espaços como estratégia de proteção de seus modos de vida, engajando-se politicamente, estabelecendo laços de cooperação e desenvolvendo sua autonomia, pode haver processos emancipatórios. Assim, embora minoritária e frágil, a autogestão não se antagoniza completamente às áreas verdes e áreas protegidas.

Mas, para que a relação da sociedade com a natureza se transforme, para que as áreas verdes e áreas protegidas possam se tornar dispensáveis, é preciso desenvolver a autonomia, a reapropriação do cotidiano, da vida e do espaço.

Nesse sentido, ao conceber a trama verde e azul expandida/radicalizada, não cabe imaginá-la como um espaço especializado de natureza, mas como um produto de relações cotidianas de apropriação da natureza que condiciona essa (nova) forma de vida em sociedade. Não cabe pensar a proteção da natureza como uma atividade especializada, mas como a expressão do resultado do emprego de ferramentas conviviais/justas/emancipatórias na vida em sociedade.

Nas próximas subseções, ao refletir sobre as possibilidades conviviais/justas/emancipatórias inscritas na trama verde e azul, deparo-me frequentemente com as críticas às iniciativas de autogestão – que são muito ricas, mas devem ser apreendidas numa perspectiva dialética. Como veremos, essas iniciativas são objetos recorrentes de uma polêmica que serve bem ao propósito de reduzir simbolicamente seu potencial transformador.

O exemplo mais icônico desse tipo de polêmica envolve os mutirões de autoconstrução habitacional realizados nas periferias brasileiras. Enquanto, por um lado, esses mutirões são denunciados por resultarem da espoliação urbana, conformando estratégias de sobrevivência dos pobres em situações de salários insuficientes para sua reprodução (KOWARICK, 1979 *apud* ALMEIDA, 2015), por outro lado, são vistos como soluções para necessidades imediatas, que

fortalecem relações de cooperação e de apropriação do espaço¹⁸². Compreendendo a complexidade do tema, tendo a adotar uma postura próxima da ponderação de Roberto Monte-Mór (2006b):

[...] num processo de mutirão, por exemplo, qual é a capacidade transformadora? Ele não é a revolução das armas, da minha geração, mas, dentro da perspectiva lefebvriana, é a verdadeira revolução. É a ideia de Debord: não são as vanguardas políticas nem os grandes partidos que vão fazer isso, mas vai ser uma coisa que se constrói a partir do cotidiano. [...] mas a tendência não é cair nos velhos esquemas? É. Em qualquer nível em que se confere poder, capacidade de consumo e todos esses elementos, a tendência é cair nos velhos esquemas. **O que a gente pode confiar é que nesse processo tem transformações.** Se você cai num mesmo esquema de relações capitalistas, vai ser empurrado para isso. Mas se **as relações sociais de produção são outras, você consegue reinventar, de alguma maneira, nessa produção do espaço, relações sociais de produção diferenciadas, até influenciar a transformação.** Então talvez não se trate mais nem de evolução nem de revolução, mas de transformação consciente. Eu gosto desse trechinho do Guy Debord: perspectivas da transformação consciente da vida cotidiana. São muitas, mas são limitadas (MONTE-MÓR, 2006b, *online*, grifos meus).

Diante do exposto, e com os olhos voltados para as possibilidades de apropriação da natureza, de autogestão e de produção de espaços novos, passo a desenvolver a trama verde e azul no sentido da superação das tensões relacionadas às áreas verdes e áreas protegidas.

Parto, para tanto, de aspectos em que a trama tende a escapar às políticas de restrição do uso do espaço, aproximando-se (do meu sonho diurno) da comunalização do espaço e da natureza. Entre os aspectos possíveis para essa interpretação, escolho a agricultura, a mobilidade e o lazer por dois motivos: o fato de considerar esses temas as principais inovações da trama utópica em relação às áreas verdes e áreas protegidas¹⁸³, e a possibilidade de abordá-los como alegorias das eras rural, industrial e urbana (que se reencontram, na atual fase crítica, na iminência do salto dialético que levará à predominância do urbano). Assim, ao discutir as relações (propostas e possíveis) da trama com esses temas, revisito a crítica dos espaços destinados à experiência e à tutela da natureza pela sociedade urbano-industrial e problematizo a tríade necessidade-trabalho-fruição na fase crítica, buscando *transduzi-la* na direção do urbano.

Com esse propósito, os textos das três subseções que se seguem estão estruturados de forma semelhante, iniciando-se com a contextualização das abordagens do tema nos Produtos 3 e 5 do Macrozoneamento, avançando no sentido da crítica concernente ao tema no que toca à

¹⁸² Ver, a esse respeito, o debate entre Oliveira (2006) e Ferro (2006).

¹⁸³ Embora o lazer esteja na origem das áreas verdes e áreas protegidas, não podendo ser considerado propriamente uma inovação da trama verde e azul, sua presença na trama sugere o transbordamento do lazer a todo o espaço regional, escapando à dimensão interditiva das políticas tradicionais de conservação da natureza. Avanço nessa discussão adiante, na seção *O urbano como espaço da Festa*.

apropriação do espaço e da natureza, e tendo sequência com o exercício imaginativo de conceber o tema na perspectiva do urbano. A cada seção, acrescento elementos à utopia da hipótese otimista, reunindo-os na seção final deste capítulo.

Devo ressaltar, de antemão, que não pretendo desenvolver análises profundas sobre os temas da agricultura, da mobilidade e do lazer. Entre as referências bibliográficas que utilizo, no entanto, estão autores que podem interessar àqueles que buscam discussões mais robustas sobre essas temáticas. Devo notar, além disso, que mesmo não me referindo diretamente aos esforços de pensamento utópico (sobre sociedades pós-capitalistas de base ecológica) desenvolvidos por Gorz (1980), Harvey (2009) e Löwy (2009)¹⁸⁴ nos textos dessas subseções, eles inspiraram fortemente a hipótese otimista que aqui esboço – seja por seu conteúdo, seja por sua coragem de desafiar a tendência contemporânea de condenação do pensamento utópico.

A agroecologia urbana como agricultura do urbano

No Produto 3 do Macrozoneamento, a produção agrícola metropolitana é identificada como relevante para a segurança alimentar da população e para a redução das distâncias no transporte de alimentos, além de oferecer benefícios econômicos e ambientais, devendo ser incorporados à trama verde e azul os espaços onde é realizada. A trama, nesse contexto, aparece associada à promoção da “continuidade de espaços naturais, rurais e urbanos no âmbito metropolitano” (UFMG, 2014c, p. 43), sendo importante, entre outras coisas, para a proteção e para a conexão das diversas áreas de produção agrícola, além de suscitar a “criação de espaços para a prática da agricultura urbana” (UFMG, 2014c, p. 50).

Constata-se, nesse documento, um entendimento ampliado da atividade agrícola, marcado pelo reconhecimento da relevância da agricultura urbana – frequentemente negligenciada nas políticas públicas (ALMEIDA, 2015) – e por uma perspectiva positiva acerca das atividades agrícolas

¹⁸⁴ Em *Ecology as Politics*, Gorz (1980) sintetiza sua reflexão sobre os descaminhos da sociedade capitalista urbano-industrial e constrói sua “utopia possível” para a França, descrevendo um contexto de profundas transformações socioeconômicas. Sua utopia se funda nos pilares *menos trabalho, melhor consumo e reintegração da cultura na vida cotidiana*, envolvendo pressupostos como a reorganização das relações sociais e ambientais, o foco da produção nas necessidades sociais, a redução geral das jornadas de trabalho, a igualdade do reconhecimento social e da remuneração de todo o trabalho socialmente necessário, e a possibilidade de distinção social baseada unicamente nas atividades autônomas que cada pessoa escolhe realizar em seu tempo livre. Já Harvey (2009), no texto *Edilia, ou “faça disso o que quiser”*, exercita sua imaginação utópica descrevendo a vida em uma sociedade pós-capitalista construída a partir das crises (econômicas, ecológicas, ambientais etc.) decorrentes do modo de produção. Ao final, avalia o sonho como não-dialético e alimentado por um cenário apocalíptico, sugerindo que não seja lido como uma espécie matriz para um futuro alternativo, mas como uma crítica ao mundo contemporâneo e um convite a pensar formas para a transformação social. O sociólogo franco-brasileiro Michael Löwy (2009), por sua vez, no texto *Ecossocialismo e planejamento democrático*, realiza um exercício de descrição da “utopia socialista e ecológica”, propondo um modo de vida alternativo, que supera tanto o modo de produção capitalista e sua ecologia reformista quanto o socialismo não ecológico.

como um todo. Ainda que encerre em seu escopo conceitos contraditórios e ainda que sua dimensão utópica possa ser considerada limitada, esse entendimento ampliado esboça avanços no tratamento da relação rural-urbano, oferecendo elementos para a imaginação sobre a morfologia e sobre as relações socioespaciais do urbano – conforme discuto adiante.

No Produto 5, a temática da produção agrícola permanece relevante, embora vista sob uma ótica distinta. De uma parte, reconhece-se a relevância da agricultura agroecológica, conferindo-lhe destaque entre os tipos de usos desejáveis na ZP-2 – zona que abrange os espaços marcados pela produção agrícola situados fora dos perímetros urbanos municipais –, o que pode ser avaliado positivamente tendo em vista a possibilidade do fortalecimento dessa agricultura minoritária no cenário agrícola brasileiro. De outra parte, esse fortalecimento da agricultura agroecológica é acompanhado da associação das práticas agrícolas tradicionais a impactos ambientais – conferindo à produção agrícola certo sentido negativo, ausente no Produto 3. Concorrem para esse matiz negativo a reduzida presença de ZP-2 nas áreas indicadas como ZDEM-TVA e a ausência de menção sobre a agricultura nos textos que descrevem essa ZDEM (UFMG, 2014c, p. 41)¹⁸⁵.

Assim, a (virtual) relação sinérgica entre a agricultura e a trama verde e azul sinalizada no Produto 3 alcança a seu limite mínimo no Produto 5. Nesse movimento, não só as políticas relacionadas às áreas verdes e áreas protegidas deixam de se desenvolver (no sentido da apreensão da diversidade socioespacial e da dimensão extensiva do urbano), quanto o planejamento metropolitano deixa de potencializar a disseminação de experiências potencialmente benéficas aos equilíbrios ecológicos no espaço urbano-regional, como aquelas ligadas à agroecologia. Retraída no sentido das categorias de unidades de conservação de proteção integral e das áreas verdes tradicionais, há ainda o risco de que a trama tenha enfraquecida sua dimensão política, associada à mobilização de grupos sociais diversos e abertos a imaginar e construir espaços novos, minando sua construção como um comum urbano.

Por reconhecer esse movimento de expansão-retração conceitual e por entender que mesmo a proposta da trama expressa no Produto 3 pode ser expandida/radicalizada, passo a pontuar algumas

¹⁸⁵ As práticas agrícolas estão ausentes tanto na definição geral da ZDEM-TVA (UFMG, 2015a, p. 29) quanto no detalhamento específico das áreas de ocorrência dessa zona nas 19 ZIMs. No documento, as menções específicas à agricultura urbana também se retraem fortemente, figurando em apenas três circunstâncias: na diretriz de reestruturação territorial referente ao aproveitamento de terrenos vazios; nos textos iniciais que apresentam as ZIMs Vetor Noroeste e MG-424 (onde há registros de iniciativas de agricultura urbana); e na forma de referências às práticas agroecológicas em ZAC-1 e ZP-3 nos textos que detalham o subzoneamento de seis ZIMs. Ressalte-se que as ZIMs Vetor Norte e MG-424 não são as únicas nas quais a equipe técnica identificou experiências de agricultura urbana, conforme se apreende de Almeida (2016). Sobre as referências à agroecologia nos textos que detalham o subzoneamento das ZIMs, elas figuram associadas às ZP-3 nas ZIMs Vetor Sul, Vetor Noroeste e Seis Pistas, e às ZAC-1, nas ZIMs Vetor Nordeste, Rodoanel e BR-262/MG-050.

questões relacionadas à agricultura urbana e a sua potencialidade no que se refere à apropriação da natureza e da vida cotidiana. Para essa reflexão, parto do conceito de agricultura urbana e periurbana (AUP) sistematizado por Alain Santandreu e Ivana Cristina Lovo (2007)¹⁸⁶:

A AUP é um conceito **multidimensional** que inclui a **produção**, a **transformação** e a **prestação de serviços**, de forma segura, para gerar **produtos agrícolas** (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.) e **pecuários** (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao **autoconsumo**, **trocas e doações** ou **comercialização**, **(re)aproveitando-se**, de forma eficiente e sustentável, os **recursos e insumos locais** (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo **respeito aos saberes e conhecimentos locais**, pela **promoção da equidade de gênero** através do **uso de tecnologias apropriadas e processos participativos** promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (SANTANDREU; LOVO, p. 11, grifos dos autores).

Valendo-se de conceito próximo ao organizado por Santandreu e Lovo (2007), Crispim Moreira (2008, p. 248) enumera alguns espaços onde se realizam essas experiências:

[...] espaços privados (quintais), públicos (escolas, hospitais, asilos), áreas verdes (parques e jardins), áreas urbanas *non edificant [aedificandi]* (margens de rodovias, ferrovias, rios e lagos, faixas de redes de linhas de transmissão e energia), áreas destinadas ao tratamento (aterros sanitários e lagoas de oxidação). Múltiplos e inimagináveis lugares das cidades: lotes vagos, terrenos baldios particulares, lajes, tetos, coberturas, áreas inundáveis, áreas de proteção ambiental, reservas ecológicas onde são permitidos manejos e usos de potencialidades. Além desses territórios, a AUP pode ser encontrada nos minifúndios – nas pequenas propriedades rurais cujo tamanho não é suficiente para a sustentação econômica da família – dos municípios que compõem as regiões metropolitanas.

A FIG. 34 ilustra experiências de agricultura urbana na RMBH.

¹⁸⁶ Trata-se de um conceito construído coletivamente por um grupo de pesquisadores vinculados a diferentes organizações e movimentos sociais, setores governamentais e de universidades, além de organizações internacionais, constituído com vistas a identificar e caracterizar iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras no escopo de uma pesquisa financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (órgão do Poder Executivo Federal existente entre os anos de 2004 e 2016) (ALMEIDA, 2015, p. 442).



Figura 34 – Cultivo de plantas, criação de animais e comercialização de produtos agrícolas na RMBH

Fonte: Almeida (2016, p. 46).

Nota: A imagem 19 da figura (a fazenda de uma empresa de produtora de alimentos orgânicos), não se enquadra na definição de agricultura urbana aqui adotada, como explicito adiante.

Como se extrai de Santandreu e Lovo (2007) e Moreira (2008), esse conceito de AUP abrange experiências compatíveis com as características das ferramentas conviviais/justas/emancipatórias a que se referem Illich (2005) e Gorz (2005), tais como a facilidade de uso/realização, a possibilidade de gestão na escala do bairro/comunidade, a capacidade de gerar autonomia econômica para os envolvidos, a preocupação com a conservação dos elementos da natureza e a possibilidade de envolver acompanhamento conjunto dos processos produtivos e produtos por parte de produtores e consumidores. O conceito também é compatível com a perspectiva da revolução urbana, na medida em que parte do nível *privado* para alcançar o nível *misto*, dizendo respeito a espaços produzidos no seio da vida cotidiana (LEFEBVRE, 1999).

É essa a perspectiva transformadora que Daniela Almeida (2015; 2016) identifica (na vida cotidiana das pessoas engajadas) na agricultura urbana. Para a autora, o amplo e heterogêneo conjunto de práticas compreendidas pelo termo agricultura urbana favorece a apropriação da natureza e do espaço e a formação de redes de cooperação:

O trabalho cotidiano de cultivar a terra e cuidar da criação animal leva a observar, aprender e interagir com os ciclos da natureza presente no espaço urbano e a viver a experiência de empregar o tempo na transformação do espaço. As mudanças no cotidiano e no espaço imediato geram valores e aprendizagens sobre o uso da biodiversidade cultivada e podem ter reflexos sobre uma maior autonomia, no cuidado com a saúde e na redução da dependência da indústria de alimentos e remédios. Da mesma forma, as práticas de trocas e doações de mudas, sementes, alimentos, remédios caseiros, muito frequentes entre quem cultiva na cidade, nutrem sistemas de trocas e cooperação que operam, independentemente das regras do mercado capitalista (ALMEIDA, 2015, p. 434).

Diferentemente de Santandreu e Lovo (2007), porém, Almeida (2016) compreende o urbano em sua dimensão extensiva, optando por utilizar a expressão *agricultura urbana* sem os prefixos *intra* ou *peri* – reduzindo a relevância da situação geográfica das experiências em relação ao perímetro urbano formal dos municípios, mas não desconhecendo os motivos da ênfase locacional no conceito encaminhado pelos autores¹⁸⁷. Como se apreende de Crispim Moreira (2008), Maura Coutinho e Heloisa Costa (2011) e Delze Laureano (2008), o uso desses prefixos visa conferir visibilidade a essas experiências que, embora não sejam novas no meio urbano, têm sua importância ainda pouco legitimada pelo Estado (e pelos movimentos sociais), estando submetidas a entraves que vão desde

¹⁸⁷ Almeida (2016) também evita utilizar a expressão “práticas de agricultura urbana” com o propósito de não sugerir que agricultura urbana constitua um conjunto de técnicas ou tipos de agricultura, e reconhece a nuance heterônoma na denominação agricultor/a urbano/a, que reflete uma representação externa – já que os sujeitos envolvidos na agricultura urbana não necessariamente se autodenominam desse modo. A autora compreende que essa denominação leva a crer que exista alguma identidade coletiva entre esses sujeitos, o que não é real (embora sua construção seja possível).

o acesso à terra e aos insumos até as restrições ao comércio e os empecilhos à sua realização. A presença da ênfase locacional no conceito, assim, não encaminha o entendimento de que a agricultura urbana seja simplesmente a realização da produção de alimentos na cidade, a transposição de um saber fazer (ou de um modo de ser) do campo para a cidade ou um resquício rural resultante da urbanização incompleta da sociedade (COUTINHO; COSTA, 2011).

Para Coutinho e Costa (2011) – que concebem a agricultura urbana sob perspectiva semelhante à de Almeida –, apesar de incorporar elementos da vida rural¹⁸⁸, relacionados a hábitos e valores de solidariedade e pertencimento à natureza, a agricultura urbana diz respeito a práticas em construção, que apresentam dinâmicas próprias relacionadas à vida urbana, ensejando a produção de novos saberes e conferindo novos sentidos às práticas de cultivo e à forma da urbanização.

Na medida em que demandam acesso a terrenos e a elementos da natureza, as experiências de agricultura urbana diversificam os usos do espaço e atribuem ao solo urbano a noção da fertilidade – que devolve ao espaço seu valor de uso, no sentido da matéria-prima para o cultivo de alimentos. Assim, apesar de informais, espontâneas, frágeis e pulverizadas, essas experiências contribuem para desconstruir a ideia de que a cidade é produto da técnica, reino dos ambientes construídos. Como argumentam as autoras:

Pensar a cidade como um lugar onde o solo é fértil e, por isso, pode ser cultivado, é acreditar que a relação da sociedade urbana com seu espaço pode ser diferente (COUTINHO; COSTA, 2011, p. 86).

A realização de práticas agrícolas dentro das cidades traz novas possibilidades de compreensão do espaço urbano e novos elementos para fortalecer os argumentos que buscam refutar as dicotomias modernas entre campo-cidade, natural-artificial, que afetam diretamente a dinâmica territorial. A cidade não é apenas o lugar da técnica materializada, nem o campo é apenas o lugar da agricultura e dos ritmos da natureza. Essa renovação conceitual deve ser feita para que as novas relações socioespaciais entre esses espaços possam ser compreendidas, bem como as novas territorialidades dela advindas (COUTINHO; COSTA, 2011, p. 88).

As autoras e Daniela Almeida caminham no sentido dessa renovação conceitual, reconhecendo a relevância de incorporar ao debate sobre a agricultura urbana formulações relacionadas à temática ambiental e ao urbano lefebvriano (COUTINHO; COSTA, 2011; COSTA; ALMEIDA, 2012; ALMEIDA, 2015). No que toca particularmente à abordagem de inspiração

¹⁸⁸ Coutinho e Costa (2011, p. 87) avaliam que a “agricultura presente nos interstícios das cidades é praticada por homens e mulheres urbanos, sendo parte deles originários do campo onde podem ou não ter desenvolvido trabalhos agrícolas. Ressalta-se que a origem rural não indica necessariamente uma vivência de realização do indivíduo através do trabalho na terra, mesmo que esse seja um praticante de agricultura urbana, e nem mesmo que é um determinante para despertar o gosto pelo manejo da terra. Há indivíduos originalmente urbanos que primam pela prática de agricultura urbana”.

lefebvriana sobre a agricultura urbana, Costa e Almeida (2012) e Almeida (2015; 2016) verificam tratar-se de uma perspectiva recente e ainda pouco explorada, mas potente no que se refere à compreensão de processos que implicam a relação rural-urbano. Como observa Almeida, essa perspectiva

[...] abre possibilidades para dar visibilidade à ruralidade presente nas cidades e no seu entorno e não a sua negação. Permite reconhecer o que aproxima, o que une os espaços, as práticas e os sujeitos envolvidos com a atividade agrícola nas regiões metropolitanas (no sentido de serem ou não práxis transformadoras) e provocar novas ligações e ações conjuntas, mais do que indagar se são rurais ou urbanos. E nesse sentido, é uma perspectiva aberta para incorporar questões e conhecimentos produzidos no campo de estudos que afirma a contemporaneidade de novos e velhos sentidos do rural, das ruralidades e da agricultura familiar no contexto brasileiro (ALMEIDA, 2015, p. 439).

As autoras, contudo, ressaltam a premência da identificação das contradições inerentes à agricultura urbana e as diferentes abordagens sobre a temática (ALMEIDA, 2015; COUTINHO; COSTA; 2011). Concordando e dialogando com Coutinho, Costa e Almeida, avalio que, descolada desse contexto de prática espacial cotidiana potencialmente transformadora, a agricultura urbana se reduz à ideia da produção de alimentos no interior do perímetro urbano, misturando-se aos empreendimentos capitalistas tradicionais – particularmente àqueles aderidos ao *ecocapitalismo socialmente responsável* (ŽIŽEK, 2011), relacionado ao *mercado verde* do setor de alimentos. Sobre esse tipo de prática agrícola, compreendo que, ainda possa empregar técnicas compatíveis com o propósito de reduzir as pressões das atividades humanas sobre a natureza não humana (sendo por isso referida como “ecológica” ou “sustentável”), ela mantém as bases da relação de dominação econômica dos seres humanos entre si, pressupondo a geração de lucro a partir da alienação do trabalho – não podendo, portanto, ser considerada ecológica, convivial, justa ou emancipatória.

Os perigos da abordagem indistinta da temática da agricultura urbana se expressam, por exemplo, no texto *Urban agriculture's contradictions*, em que o geógrafo estadunidense Nathan McClintock (2014) tipifica as expressões da agricultura urbana em uma matriz que abrange tanto os canteiros domésticos e hortas comunitárias quanto a atividade empresarial voltada exclusivamente para o nicho *verde* do setor de alimentos. Nessa matriz, abstrai diferenças irrevogáveis entre experiências centradas no valor de uso, compatíveis com a comunalização do espaço e da natureza e tendentes a engendrar benefícios sociais (e, eventualmente, ecológicos) crescentes à medida que se disseminam espacialmente, como no caso das hortas comunitárias, e atividades fundadas na capitalização da natureza e da vida e beneficiadas por práticas monopolistas, que geram tanto mais

lucro (para o proprietário dos meios de produção) quanto menos disseminada for a produção com características semelhantes, como no caso do nicho empresarial. Apesar de questionar o conceito amplo utilizado pelo autor, julgo positivo o mapeamento bibliográfico que realiza para situar os estudos críticos sobre o tema. Ao me apropriar desse mapeamento, no entanto, excluo os aspectos que associo à produção ecocapitalista e socialmente responsável de alimentos¹⁸⁹.

McClintock (2014) identifica, de um lado, pesquisadores de várias disciplinas, ativistas e públicos simpatizantes que exaltam as contribuições da agricultura urbana para a segurança alimentar, para a saúde pública, para o fortalecimento de relações sociais no interior das comunidades e para o resgate das relações sociais de produção e consumo de alimentos (erodidas pelo avanço do capitalismo industrial) – que, em última análise, favorecem um processo mais amplo de desalienação, tanto na relação com o alimento quanto na relação com o trabalho do trabalhador urbano que se torna agricultor. Para os autores desses estudos – como para os pesquisadores reunidos em torno de Santandreu e Lovo (2007) –, a agricultura urbana contribui não só para o atendimento da demanda por alimentos frescos, seguros e produzidos localmente, mas também para a reutilização de resíduos orgânicos, para o aprimoramento da paisagem e da qualidade ambiental, além de poder contribuir para gerar autonomia econômica e oferecer alternativas aos alimentos produzidos por grandes empresas do agronegócio (KLOPPENBERG *et al.*, 1996 *apud* MCCLINTOCK, 2014; LYSON, 2004 *apud* MCCLINTOCK, 2014)¹⁹⁰. Além disso, quando realizadas de forma engajada e autogerida, as experiências de agricultura urbana podem propiciar o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos políticos e sociais cujos efeitos de transformação social transcendem o cultivo dos alimentos¹⁹¹. Entendendo a produção de alimentos saudáveis como um direito e um bem coletivo, ativistas e pesquisadores têm reconhecido a agricultura urbana como um ato político, seja como um instrumento subversivo de acesso a um bem comum, que se aproveita das brechas do sistema

¹⁸⁹ Refiro-me a certas características que os estudos levantados por McClintock (2014) associam às virtudes da agricultura urbana, como a educação ambiental, a sustentabilidade e a *geração de empregos relacionada a empreendimentos verdes* – que relaciono ao mundo anticonvivial/antiecológico do trabalho alienado.

¹⁹⁰ Almeida e Costa (2014, p. 11) ressaltam, com Smit (2000), que esses impactos positivos são associados a “práticas ecológicas de agricultura urbana, uma vez que práticas não ecológicas podem ter maiores e mais intensos impactos negativos sobre a biodiversidade e a saúde dos habitantes de uma cidade”. Como exemplo, levantam a possibilidade de cultivos que utilizem águas ou solos contaminados ou ainda que destinem inadequadamente os dejetos animais.

¹⁹¹ Como exemplo dos movimentos sociais conformados em torno da temática na RMBH, destaca-se a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU), criada em 2004, com a participação de associações comunitárias, ONGs, pastorais sociais, movimentos feministas, de luta pela terra e por moradia, “coletivos de permacultura e alimentação saudável; empreendimentos de economia solidária e grupos comunitários informais, além de estudantes e pessoas interessadas na temática” (COSTA; ALMEIDA, 2012, p. 67). A AMAU congrega grupos produtivos e de apoio à agricultura urbana “com o intuito de fomentar a troca de experiências entre as iniciativas, em encontros periódicos, buscando fortalecer o enfoque agroecológico na AUP” e buscar a inserção da temática nas políticas públicas (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 50).

agroindustrial, seja como um meio de reivindicação do *direito à cidade*, ocupando espaços produzidos pelo capital na perspectiva da produção de espaços alternativos (EIZENBERG, 2012 *apud* MCCLINTOCK, 2014; SHILLINGTON, 2013 *apud* MCCLINTOCK, 2014).

De outra parte, McClintock (2014) constata que cientistas sociais críticos problematizam esse discurso elogioso demonstrando como, em muitos casos, apesar de suas intenções progressistas, as políticas de fomento à agricultura urbana podem apresentar resultados benéficos ao sistema neoliberal, deslocando do Estado para as organizações de base comunitária o peso da produção e do abastecimento de alimentos em áreas de vulnerabilidade social. Os pesquisadores aderidos a esse ponto de vista relacionam o desenvolvimento das redes alternativas de produção e consumo de alimentos ao fim do Estado keynesiano – e, pode-se acrescentar, à expansão do capitalismo a todas as esferas da vida (LEFEBVRE, 2008a) –, associando o discurso relacionado à ajuda mútua e à autonomia ao processo de reestruturação produtiva do capitalismo¹⁹². Os pesquisadores destacam também a possibilidade de *gentrificação*¹⁹³ dos espaços onde ocorre a agricultura urbana, observando os riscos, a médio prazo, da expulsão dos grupos vulneráveis para outras periferias (DOOLING, 2009 *apud* MCCLINTOCK, 2014). Advogam, ainda, que as ênfases na autossuficiência e na possibilidade de a transformação social situar-se no interior dos espaços de consumo têm efeito alienante na medida em que deslocam a transformação do sistema de produção e consumo de alimentos da coletividade para o indivíduo, por meio de suas decisões pessoais – na esteira da ideologia neoliberal (GUTHMAN, 2007 *apud* MCCLINTOCK, 2014; PUDUP, 2008 *apud* MCCLINTOCK, 2014). Em última instância, alegam que a agricultura urbana é incapaz de atacar a ordem neoliberal (CASTREE, 2010 *apud* MCCLINTOCK, 2014) e denunciam que o fortalecimento de projetos sem fins lucrativos ou baseados em trabalho voluntário e comunitário voltados para a agricultura urbana pode produzir resultados contrários a seus objetivos, viabilizando o afastamento do Estado das políticas públicas relacionadas à segurança alimentar¹⁹⁴ (LAKE; NEWMAN 2002 *apud* MCCLINTOCK, 2014; TRUDEAU, 2008 *apud* MCCLINTOCK, 2014; WOLCH, 1990 *apud* MCCLINTOCK, 2014).

¹⁹² McClintock (2014) relata que as políticas públicas relacionadas à agricultura urbana surgem, nos países capitalistas centrais, em momentos de guerras ou crises econômicas no fim do século XIX, com o intuito de proteger a sociedade contra os excessos e fracassos do mercado [e do Estado], configurando, simultaneamente, um desdobramento das crises do capital e uma reação social a essas crises. Nesse sentido, a retomada do incentivo à agricultura urbana, a partir de meados do século XX, poderia ser compreendida como uma releitura dessa política de “tamponamento” da população em face do fim da perspectiva do bem-estar social.

¹⁹³ Processo de enobrecimento do espaço urbano, relacionado à reforma e reurbanização de áreas consideradas desvalorizadas como forma de valorizá-las e potencializar a acumulação capitalista (SMITH, 1988).

¹⁹⁴ Robert Lake e Kathe Newman (2002 *apud* MCCLINTOCK, 2014) acreditam que esse afastamento do Estado das políticas de segurança alimentar poderia engendrar um novo nível de vulnerabilidade social no meio urbano – aquele dos indivíduos nem assistidos pelo Estado nem alcançados pelas iniciativas não-governamentais.

Cotejando os dois pontos de vista, McClintock (2014) defende a compreensão da agricultura urbana não apenas como radical ou neoliberal, mas sim como uma expressão simultânea do neoliberalismo e de um contramovimento radical, em tensão dialética – numa postura que pode ser aproximada da reflexão de Monte-Mór (2006b) sobre os mutirões de autoconstrução¹⁹⁵. Assim, defende que mesmo que as experiências individuais ou comunitárias de produção de alimentos não sejam capazes de protagonizar a condução da sociedade a uma transformação revolucionária e mesmo que a disseminação da expressão *agricultura urbana* possa contribuir para seu uso publicitário e seu esvaziamento político, a agricultura urbana não perde seus efeitos de proteção social nem sua potência na transformação do paradigma contemporâneo relacionado à produção e à distribuição de alimentos.

Apesar de partir de um conceito distinto de agricultura urbana, Daniela Almeida (2015, p. 443) converge com McClintock ao criticar a interpretação da agricultura urbana como apenas “uma estratégia de sobrevivência dos pobres para complementarem sua renda; uma expressão das desigualdades socioespaciais resultantes do modo capitalista de produção do espaço”. Para a autora, tal interpretação não é capaz de alcançar a “heterogeneidade de espaços e motivações reveladas pelas pessoas que se dedicam cotidianamente ao cultivo de plantas e criação de animais nos diferentes contextos urbanos”, desconsiderando a “potencialidade de busca de autonomia na esfera produtiva ou de organização política que a agricultura urbana pode ensejar” (ALMEIDA, 2015, p. 443).

Sem desconhecer as contradições relacionadas à inserção da agricultura urbana no mundo capitalista, Almeida explora alguns aspectos dessas práticas não desenvolvidos pelas abordagens críticas identificadas por McClintock (2014), tais como a vertente agroecológica da agricultura urbana. Na agroecologia – baseada em saberes historicamente construídos a partir de uma estreita relação entre culturas e ecossistemas locais e em uma perspectiva de produção que não se destaca

¹⁹⁵ De certo modo, as perspectivas de McClintock (2014) e de Monte-Mór (2006b) se aproximam do ponto de vista sob o qual Ariovaldo de Oliveira (2001) vê o campesinato brasileiro. Para Oliveira, o campo expressa as contradições e as desigualdades próprias do desenvolvimento do capitalismo. No meio rural brasileiro, constata-se o desenvolvimento do capital tanto na direção da implantação do trabalho assalariado quanto na direção de uma forma articulada e contraditória de produção camponesa. Assim, o camponês “não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele” (OLIVEIRA, 2001, p. 185). O conceito de campesinato aplicado ao caso brasileiro envolve características (e conflitos) relacionados à organização predominantemente familiar da produção, a utilização de imóveis rurais de pequeno porte (em um contexto de grande concentração fundiária), a prevalência de sistemas de posse precária da terra, além de forte mobilidade espacial (relacionada à dificuldade de acesso à terra, a insumos, a crédito etc.). Ressalte-se que, nas últimas décadas do século XX, o conceito de *agricultor familiar* – menos ligado à tradição crítica marxista – passou a substituir o de *camponês* na academia, na burocracia estatal e inclusive entre os agricultores, sindicatos e alguns movimentos sociais (MARQUES, 2008). Ver Oliveira (2001) para dados e discussões sobre os desafios, conflitos e movimentos sociais relativos ao campesinato brasileiro.

da conservação dos recursos disponíveis (PEREZ-CASSARINO, 2012 *apud* ALMEIDA, 2015)¹⁹⁶ –, a autora reconhece princípios como “as condições dignas e justas de trabalho no processo produtivo; as relações de cooperação com consumidores, a dinamização das relações econômicas locais e regionais; e a integração com os ciclos da natureza” (ALMEIDA, 2015, p. 437). Nessa perspectiva, defende a combinação da agroecologia com a agricultura urbana como uma via potente de transformação socioespacial. Como pontua,

O encontro da diversidade de espaços produzidos pelas práticas agroecológicas com a diversidade própria da cidade e os conhecimentos nela acumulados sugerem vias alternativas e ainda pouco exploradas de produção de novos espaços que articulam a qualidade de vida com a função social da terra e o valor de uso do ambiente não construído nas cidades e nas zonas rurais dos municípios metropolitanos (ALMEIDA, 2015, p. 437).

Apesar de seu estudo empírico estar voltado para o espaço metropolitano da RMBH, a perspectiva teórica da autora sugere interpretações mais dilatadas. Ao transpor, com Lefebvre (1991c; 1999), a oposição campo-natureza-heterotopia x cidade-isotopia e ao identificar a potência de uma agricultura própria desse urbano extensivo em saberes ecológicos construídos e mobilizados politicamente, a autora encaminha o pensamento à reflexão sobre novos arranjos espaciais de ruralidade-urbanidade – no sentido da *naturalização extensiva* do espaço (MONTE-MÓR, 1994).

Com esses princípios e essa potência transformadora, a *agroecologia urbana* proposta pela autora insinua um devir análogo ao identificado na economia solidária por Paul Singer (2004). Embora não sejam incompatíveis com o sistema capitalista (mas residuais onde ele predomina), agroecologia urbana e economia solidária têm como fim o atendimento das necessidades sociais, tendendo à autogestão e à solidariedade (entre os humanos e deles com a natureza) – e, em última análise, ao desenvolvimento completo do ser humano e à transformação da natureza em obra (LEFEBVRE, 1991b). Assim, quando (finalmente) se tornarem práticas predominantes, materializando o urbano (a hipótese otimista), não mais caberá falar em modo de produção capitalista.

¹⁹⁶ Almeida (2015, p. 436) remete à trajetória de pesquisas e de organização social que têm conduzido ao reconhecimento da agroecologia como ciência, movimento social e prática que articula diferentes disciplinas do meio acadêmico (como a agronomia, a ecologia, a economia e a sociologia) com saberes e culturas locais, por meio da experimentação de tecnologias e metodologias que favorecem o diálogo e a produção de novos conhecimentos. A perspectiva agroecológica encontra paralelo nas propostas da ecologia social e da etnoconservação discutidas no Capítulo 3, cabendo a ela as mesmas ponderações feitas por Arruda (1999) sobre as contradições inerentes aos saberes dos povos tradicionais. Para mais sobre o campo agroecológico e a agricultura familiar, ver, por exemplo, o livro organizado por Petersen (2009), o artigo *Agroecology as a science, a movement and a practice: a review* (WEZEL; BELLON; DORÉ; FRANCIS; VALIOD; DAVID, 2009) e a bibliografia indicada por Francisco Caporal em <<http://fricaporal.blogspot.com.br/p/artigos-e-livros.html>>.

Ainda que Almeida (2015; 2016) não estabeleça diretamente essas conexões, cabe interpretar que, com a proposta da agroecologia urbana, a autora revisita a era rural, reconhecendo elementos do agrário que, transformados, afetarão a morfologia do urbano. Levando adiante esse pensamento, é possível conceber movimentos de superação como: o que vai da produção escassa e submetida à natureza até o desenvolvimento dos saberes agroecológicos urbanos; o que emerge da necessidade e da fome e dá origem aos sistemas de troca e cooperação em rede; o que nasce do trabalho cotidiano de cultivar a terra e alcança a transformação consciente do espaço cotidiano; o que se descola da posse precária da terra e se transforma na comunalização do espaço e da natureza.

Nessa esteira, a agroecologia urbana proposta por Almeida (2016) pode ser pensada como a *agricultura do urbano* – assim como a economia solidária pode ser vista como a *economia do urbano*¹⁹⁷ –, ensejando a centralidade ao valor de uso e dos laços de ajuda mútua, e impulsionando a transformação da vida cotidiana em obra. Como pontua Lefebvre:

Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível (LEFEBVRE, 2008b, p. 118).

Aprofundando essa *transdução* no sentido da hipótese otimista, a agroecologia urbana proposta por Almeida pode ser interpretada como parte de uma práxis urbana – que é tanto luta política pelo controle dos meios coletivos de reprodução social quanto luta pela comunalização da natureza. Partindo das insignificâncias do cotidiano, essa práxis conecta, física e virtualmente, experiências emancipatórias, ecológicas e solidárias, transformando os espaços em que se realiza. Ao promover conexões, ela tende à expansão, implicando tanto o domínio edificado das centralidades urbanas quanto os espaços regionais/nacionais longínquos, tradicionalmente associados à agricultura e à natureza, alcançando escalas cada vez mais amplas.

Nos espaços afetos às ruralidades, tal cenário suscita mudanças radicais na (ou mesmo a extinção da) estrutura atual de propriedade do solo, a revisão das técnicas empregadas no manejo da natureza, o resgate e a disseminação de saberes tradicionais e ações práticas com vistas à

¹⁹⁷ Desenvolvendo uma reflexão de Monte-Mór (2006c) sobre a perda do adjetivo *urbano* dos *movimentos sociais urbanos* com o avanço da urbanização no país, Daniela Almeida (2016) propõe pensar a agricultura urbana como a agricultura da sociedade urbana real e imaginada. Aplicando o mesmo raciocínio à agroecologia urbana, tendo em vista a dimensão convivencial/justa/emancipatória da hipótese otimista aqui proposta, caberia compreender que, no urbano, os adjetivos *ecológica* e *urbana* tornam-se desnecessários, podendo a agroecologia urbana ser referida apenas como “agricultura”. Do mesmo modo, cabe pensar que, no urbano, a economia solidária pode ser referida simplesmente como “economia”.

recuperação de espaços e elementos naturais degradados, além de reproduzir, de forma ampliada, os benefícios da produção camponesa contemporânea¹⁹⁸. Já no domínio edificado dos centros urbanos, essas experiências insuflam a ressignificação, por meio da revalorização da fertilidade do solo, dos espaços não utilizados, das áreas verdes e das áreas protegidas, incentivando a remoção de estruturas impermeáveis e expandindo as áreas de cultivo. Nesse contexto, a agricultura (do urbano) e a economia (do urbano) absorvem os espaços que a sociedade urbano-industrial destina(va) à experiência e à tutela da natureza, deixando sem objeto os conceitos de área verde e área protegida.

Resultante dessas experiências e orientador de sua reprodução, o espaço produzido nessa práxis apresenta a forma da rede – em outras palavras, da trama. Mas, apesar de ter em seus fundamentos a dimensão ecológica da vida, essa trama não se limita às cores tradicionalmente associadas à vegetação e às águas (verde e azul). Com o predomínio da apropriação e da atividade criadora, a vida cotidiana e a natureza se transformam em obras, tão diversas e singulares quanto os grupos de pessoas e ecossistemas que com eles se relacionam. Com a ascensão do espaço diferencial sobre o espaço abstrato, as diferenças deixam de ser oprimidas/reduzidas/excluídas (pelo Estado e pelo capital), e passam a ser reconhecidas e valorizadas socialmente como parte da realidade urbana, propiciando a produção de espaços variados, de toda sorte de cores. A trama da hipótese otimista, portanto, não é abstrata, harmônica, estática ou homogênea: ela é concreta, dialética, multicolorida.

¹⁹⁸ Como aponta o portal eletrônico *Competências digitais para a agricultura familiar* (CODAF, *online*), a partir de dados do Censo Agropecuário de 2006, são pontos fortes da produção da agricultura familiar brasileira: a pequena dimensão das propriedades (média de 18,4ha por propriedade), que contribui para distribuir a riqueza relacionada à produção agrícola e evita os riscos de pragas relacionados às grandes monoculturas; a variedade de culturas, que assegura um abastecimento interno alinhado às demandas alimentares da população; a grande dispersão geográfica, que aproxima produtores de consumidores, reduzindo influências externas sobre os preços dos produtos, e possibilita a disseminação da geração de renda em regiões afastadas dos grandes centros urbanos; a expressiva importância no fornecimento dos alimentos que compõem a alimentação diária da população, contribuindo com cerca de 87% da produção de mandioca nacional, 70% da de feijão, 59% da de carne suína, 58% da de leite, 50% da de carne de aves e 48% da de milho; e a adoção de práticas ecologicamente adequadas como a produção de alimentos orgânicos ou obtidos por meio da agroecologia.

O corpo como escala da mobilidade do urbano

Diferentemente do ocorrido com a abordagem das práticas agrícolas, a temática da mobilidade urbana¹⁹⁹ não sofre variações expressivas nos diferentes produtos do Macrozoneamento – o que, de certo modo, é esperado, já que o sistema viário constitui o principal elemento de integração entre os municípios metropolitanos e entre os diferentes centros e periferias que conformam a RMBH. Trata-se, no entanto, de um tema de tratamento (invariavelmente) ambíguo, tanto nos produtos do PDDI como nos do Macrozoneamento, refletindo as disputas entre os diferentes *planos de e para a metrópole* a que se refere Heloisa Costa (2012).

Nesses documentos, verifica-se tanto o plano governamental e empresarial (industrial e imobiliário) de gerar e aproveitar as “vantagens locacionais” de eixos viários como o futuro Rodoanel²⁰⁰, expressando a ênfase no valor de troca do espaço, quanto os planos de parte da equipe técnica e de alguns segmentos da sociedade civil que privilegiam o valor de uso do espaço, propondo a melhoria da qualidade de vida na metrópole por meio do incentivo à diversidade de usos do solo e à redução da necessidade de deslocamentos cotidianos, dos estímulos ao uso da bicicleta e ao deslocamento a pé e da ampliação e da melhoria dos transportes coletivos.

Já no que toca à relação específica entre a mobilidade urbana e a trama verde e azul, é possível identificar algumas nuances de diferenças entre os Produtos 3 e 5.

No Produto 3, figuram entre os objetivos da trama a criação de oportunidades para a diversificação dos modais de transporte, notadamente os não motorizados, e a associação de parques lineares a eixos viários de interesse metropolitano, como a BR-040 e o Rodoanel. Associa-se a esses objetivos a consideração da trama como uma alternativa, adequada do ponto de vista ambiental, às avenidas sanitárias – de onde se extrai que, em alguns pontos, as avenidas sanitárias sejam substituídas por parques lineares, com afastamento das vias públicas dos cursos d’água,

¹⁹⁹ Marcelo Amaral (2015) recupera e problematiza a história da transição conceitual do setor de transporte, que, no fim do século XX, deixa de privilegiar termos como “transporte e trânsito” e passa a voltar-se para a “mobilidade urbana” e a “acessibilidade”. Nesta seção, uso a expressão mobilidade urbana como sinônimo de transporte (em seu sentido amplo), referindo-me tanto ao acesso ao espaço quanto às políticas e aos problemas relacionados ao deslocamento de pessoas e objetos.

²⁰⁰ A construção do Rodoanel, ou Anel Viário de Contorno Norte, constitui diretriz da extinta Plambel, remontando à década de 1970 (INSTITUTO HORIZONTES, 2006). Trata-se de um eixo viário pensado para interligar importantes rodovias que cortam a RMBH, contornando a mancha urbana metropolitana a norte e desviando, do atual Anel Rodoviário, que já apresenta sua capacidade saturada, os tráfegos de carga e de ultrapassagem (UFMG/PUCMINAS/UEMG, 2010a). A retomada do projeto tem sido aventada fortemente nos últimos 15 anos, tendo suas obras sido objeto de licitação em 2014 (MORENO, 2015). Por apresentar potencial significativo de interferência na estruturação do tecido urbano da RMBH e por suscitar impactos negativos em áreas protegidas e espaços rurais, foi proposta uma ZIM específica para o projeto (UFMG, 2014d). Destaque-se, porém, que diante de um quadro de *déficit* orçamentário do governo estadual, o processo licitatório para a construção da via foi suspenso em 2015, sem previsão de retomada (MORENO, 2015).

incorporação de equipamentos para controle de inundações, além de calçadas e ciclovias, conforme sugere a FIG. 27 (constante no Capítulo 4).

No Produto 5, entretanto, a proposta de associar parques lineares aos eixos viários perde destaque, não figurando explicitamente nem na descrição da ZIM Rodoanel nem na da ZIM Serras (que abrange parte da BR-040). Mas é possível deduzir que a ideia tenha dado origem ao *tratamento ambiental*²⁰¹ proposto para as margens do Rodoanel, já que a trama figura como *conceito de base* para a implantação da ZIM que o abrange (UFMG, 2015a, p. 102).

Reconhecendo o Rodoanel como um projeto dado *a priori* pelo Estado, um elemento essencialmente heterônomo a respeito do qual não caberia questionamentos sobre o traçado ou sobre as características, pode-se supor que a criação dessa ZIM e a previsão desse tratamento ambiental tenham sido as únicas dimensões passíveis de interferência por parte da equipe técnica e dos participantes das oficinas públicas do Macrozoneamento. Essa hipótese pode justificar as características conservadoras dessas propostas, mas não as afasta da crítica relacionada à associação da trama verde e azul com a construção de uma rodovia de tráfego intenso – símbolo da fragmentação do espaço e da degradação da natureza.

Ainda que eventuais parques lineares (implantados junto à via como medida compensatória decorrente de seu processo de licenciamento ambiental) possam vir a ser bem-sucedidos como espaços de lazer, a utilização dessas áreas verdes e da trama verde e azul nos discursos relacionados à *rodovia parque* pode contribuir para esvaziar o sentido político da trama utópica (enquanto um virtual comum urbano), tanto por concorrer para a legitimação do plano heterônomo por meio de argumentos ecológicos quanto por afastar da natureza a dimensão da apropriação, sugerindo que a relação do corpo com o parque (representação da natureza) seja mediada pelo automóvel (LEFEBVRE, 1999; ILLICH, 2005; GORZ, 2005).

Apesar do conservadorismo de grande parte das propostas que relacionam a mobilidade urbana à trama verde e azul nos produtos do Macrozoneamento, é possível extrair elementos utópicos de aspirações transformadoras expressas nas descrições da trama no Produto 3 e de algumas diretrizes sinalizadas no Produto 5. Da ideia de reestruturar o território a partir do uso residencial, por exemplo, é possível (como observado acima) derivar a redução dos deslocamentos cotidianos e o engrandecimento da dimensão do valor de uso do espaço. Já dos anseios de reunir natureza e

²⁰¹ Esse tratamento ambiental corresponderia à adoção de parâmetros como: exigência de faixa de 800m de largura de ZDEM-TVA acompanhando toda a extensão da via, “impondo medidas compensatórias ao impacto ambiental e exigindo contrapartidas na ambiência e paisagismo no entorno da rodovia” (UFMG, 2015a, p. 106); previsão de área mínima de dossel e de área permeável em ZILs; e determinação de área mínima de dossel e de destinação de lotes para incorporação na trama com fins de aplicação de políticas específicas em novos parcelamentos em ZAC-2 e ZDA.

cultura – inscritos nas imagens utilizadas para ilustrar a trama utópica (FIG. 27 a 32) e nos mapas de subzoneamento das ZIMs (nos quais cursos d'água e eixos viários são identicamente hachurados pela ZDEM-TVA) –, é possível digressionar caminhos que espraiam formas de apropriação coletiva da natureza por todo o espaço regional.

Amplificando esse sonho diurno – imaginando um cenário de profundas transformações socioespaciais e políticas (sobre as quais o planejamento urbano-regional corrente exerce influência limitada), envolvendo a comunalização dos meios de produção, o fim da sociedade de classes e a drástica diminuição da centralidade do automóvel na vida e no espaço urbano –, caberia conceber espaços cujos percursos (dos caminhos microlocais às ligações internacionais) possam favorecer a manutenção dos equilíbrios ecológicos, as trocas e a festa, fomentando a revolução urbana. Por entender ser possível distender a trama verde e azul nessa direção, passo a comentar alguns aspectos críticos das relações gerais entre transporte, espaço e natureza.

Para Lefebvre (1991a), o Automóvel²⁰² sintetiza a cotidianidade programada pela sociedade burocrática de consumo dirigido, regendo comportamentos que vão da economia ao discurso, passando pelo urbanismo e pelo erotismo. O filósofo se refere ao Automóvel como *Objeto-Rei* ou *Coisa-Piloto*, indicando que o subsistema por ele conformado envolve: os carros e suas relações com pedestres, ciclistas, motociclistas, usuários do transporte público etc.; a produção do espaço voltado para os carros (ruas, estacionamentos, suburbanização, estradas, obras viárias); as atividades especializadas relacionadas à produção, à manutenção, à comercialização de automóveis e à prestação de serviços para carros e usuários de carros; as leis de trânsito e as instituições responsáveis por sua aplicação; as cadeias econômicas fomentadas pelo uso do automóvel, como a indústria dos combustíveis e a extrativa-mineral; e os impactos decorrentes da produção e da utilização de veículos na saúde humana (acidentes de trânsito, sedentarismo, problemas respiratórios) e na natureza de forma mais ampla (matérias-primas consumidas no processo produtivo, emissão de gases de efeito estufa e outros poluentes, descarte de peças e carcaças)²⁰³.

²⁰² Lefebvre (1991a, p. 112) usa a inicial maiúscula para distinguir o subsistema do *Automóvel*, envolvendo suas relações, organizações e regras, do *automóvel* enquanto objeto material, cuja existência prática como instrumento de circulação e de transporte “é apenas uma porção de sua existência social”. Reproduzo a opção do autor ao interpretar as reflexões dos demais autores aqui considerados. Ressalto, porém, que as referências ao Automóvel na terceira pessoa não significam seu tratamento como um sujeito que realiza ações, mas expressam seu entendimento como subsistema – conjunto de relações sociais que estabelecem e são estabelecidas pela sociedade burocrática de consumo dirigido.

²⁰³ O Apêndice da obra *Apocalypse motorizado* (LUDD, 2005) oferece alguns dados sobre o subsistema do Automóvel. Apesar de referirem-se a informações do início da década de 1990, permitem apreender a dimensão dos impactos da presença do automóvel no mundo. Então, estimava-se que os veículos motorizados já consumissem cerca de um terço do petróleo utilizado anualmente no planeta, constituindo a maior causa de poluição atmosférica mundial, contribuindo com cerca 14% das emissões mundiais de dióxido de carbono provenientes da queima de combustível fóssil. Considerando também as emissões relacionadas à extração, ao transporte, ao refino e à distribuição de combustível,

Além dessa existência material, o Automóvel dá lugar a processos psíquicos e sociológicos. “O automóvel, com seus mortos e feridos, com as estradas sangrentas, é um resto de aventura no cotidiano, um pouco de prazer sensível, um pouco de jogo”, estando associado também a uma certa “a psicose do motorista” (LEFEBVRE, 1991a, p. 111). Ele suscita hierarquias sociais entre os veículos (tamanho, potência, preço) e entre as *performances* (habilidades, espertezas, destrezas, audácias) dos condutores, possuindo uma forte dimensão simbólica e imaginária, explorada pela publicidade. Símbolo de posição social, prestígio, velocidade e liberdade, o carro se torna um objeto mágico, um sonho: ele “resume as pressões da cotidianidade” e, “ao mesmo tempo, condensa os esforços para sair do cotidiano, reintegrando-lhe o jogo, o risco, o sentido” (LEFEBVRE, 1991a, p. 113).

Gorz e Illich se alinham a Lefebvre (1991a, p. 111) ao constatarem que “não é [só] a sociedade que o Automóvel conquista e ‘estrutura’, é o cotidiano”. Reconhecendo a dimensão dessa estruturação, Gorz (2005, p. 82) defende que o transporte seja pensado sempre em suas interações – mantendo-se em vista o propósito da (re)integração da vida cotidiana:

Conecte-o sempre ao problema da cidade, da divisão social do trabalho e à compartimentalização que ela introduz nas diversas dimensões da existência: um lugar para trabalhar, outro para “habitar”, um terceiro para se abastecer, um quarto para aprender, um quinto para se divertir.

Os três autores se coadunam também ao identificar no Automóvel as raízes da substituição da predominância, nas cidades e no pensamento urbanístico, do *Habitar* pelo *Circular*. Conforme argumentam, o Automóvel reconfigura extensivamente o espaço, pautando suas formas, moldando as maneiras de percebê-lo e de agir sobre ele, e prescrevendo relações sociais. Em suas reflexões, destacam as relações entre o Automóvel, o espraiamento do tecido urbano – particularmente relacionado à produção dos subúrbios – e a degradação da qualidade da vida nos centros urbanos²⁰⁴.

esse número poderia alcançar 20% de tais emissões. Além dos gases relacionados ao efeito estufa, já se sabia que as emissões da descarga dos automóveis contêm mais de mil tipos de poluentes. Às doenças respiratórias – que só nos Estados Unidos respondiam por entre 10 mil e 24 mil mortes anuais – somavam-se cerca de 265 mil mortos e 10 milhões de feridos por ano em acidentes de trânsito pelo mundo, com 800 mil novas pessoas tornadas permanentemente deficientes a cada ano. Artigo da mesma publicação estimava, na década de 1990, que o espaço ocupado pelo Automóvel em Londres era de 23% do espaço urbano, sendo esse percentual de 29% de Tóquio e 44% de Los Angeles (CONTROL, 2005). No Brasil, no mesmo período, a Comissão de Circulação e Urbanismo da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP, 1989) estimou o percentual do território das grandes cidades ocupado pelos transportes em 50%. Também no país, dados dos anos 2000 indicavam cerca de 350 mil pessoas envolvidas em acidentes de trânsito anualmente, sendo 36 mil mortas e cerca de 120 tornadas portadoras de deficiências permanentes (AFONSO, 2008).

²⁰⁴ Na passagem “A nova rota *express* amplia a extensão de Chicago, absorvendo os motorizados na direção de novos subúrbios e deixando que o centro da cidade se degenere em arrabaldes de asfalto para os outros”, Illich (2005, p. 51) reconhece parte do papel do Automóvel no processo entendido por Lefebvre (1999) como implosão-explosão da cidade industrial.

Sobre esse aspecto, Ermínia Maricato (2008) observa que a suburbanização possibilitada pelo automóvel é fomentada pelo capital imobiliário com a oferta de (mais e mais) condomínios horizontais e *shopping centers*, situados fora dos centros tradicionais, nos entroncamentos de avenidas e rodovias. Tal processo favorece o aumento da segregação e da fragmentação espacial, com prejuízos sensíveis para a vitalidade das ruas e dos espaços públicos, para os pequenos comércios, para a autonomia dos pedestres e para a permeabilidade do solo (que diminui com o espraiamento da área ocupada pelas vias e estacionamentos), além de aumentar sobremaneira o tempo social gasto com os novos deslocamentos e congestionamentos (MARICATO, 2008; ILLICH, 2005). A autora destaca os efeitos desses processos nos países capitalistas periféricos:

No Brasil, de modo bastante semelhante ao de outros países da América Latina, as cidades e as formas de mobilidade guardam diferenças marcantes em relação aos casos dos países centrais, em que pese a mimetização do modo de vida. Essa dominação não se restringe apenas à importação de modelos – como é o caso da cidade ou da vida orientada pela matriz automobilística ou ao parque industrial que tem no automóvel seu carro-chefe –, mas também se estende à produção das ideias, ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura. Necessidades básicas como o esgoto ou a habitação segura estão ausentes num quadro em que estão presentes eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e até automóveis. [...]. Esse é o quadro de uma industrialização calcada principalmente nas demandas da expansão capitalista internacional e não nas necessidades básicas do mercado interno (MARICATO, 2008, p. 9).

A esse cenário se somam os subsídios governamentais à indústria automobilística (que superam amplamente os destinados ao transporte coletivo) e a destinação de recursos públicos às obras de infraestrutura relacionadas à circulação de automóveis, que muitas vezes “não guardam qualquer ligação com a racionalidade da mobilidade urbana, mas com a expansão do mercado imobiliário, além, obviamente, do financiamento de campanhas” (MARICATO, 2013, p. 25). Maricato (2008) frisa o “forte apelo eleitoral” que o asfalto exerce no Brasil, relatando que, em sua experiência (como Secretária Executiva) no Ministério das Cidades, pôde observar não só a relação das obras viárias com o financiamento das campanhas políticas, como também a apropriação clientelista do quadro de segregação socioespacial urbana nas promessas feitas por candidatos a prefeito e a deputado.

Os reflexos dessa desigualdade socioeconômica e da segregação socioespacial na mobilidade dos moradores das cidades são também objeto de atenção de Lefebvre, Gorz e Illich. Ao defender o direito à vida urbana transformada, Lefebvre (2008b, p. 118) opõe o cotidiano “do habitante, dos suburbanos, das pessoas que moram nos guetos residenciais, nos centros em decomposição das

idades velhas e nas proliferações perdidas longe dos centros dessas cidades”, que perdem parte significativa de seus dias em deslocamentos entre suas casas e seus trabalhos, à vida dos “moradores do Olimpo”, dos membros da “nova aristocracia burguesa”, que não mais habitam, mas “andam de palácio em palácio, de castelo em castelo; comandam uma armada ou um país de dentro de um iate; estão em toda parte e em parte alguma”, transcendendo a cotidianidade.

Gorz (2005) e Illich (2005) interpretam essa desigualdade sob uma perspectiva sistêmica ao observar a relação direta entre o ganho de velocidade das classes privilegiadas e o aumento das distâncias diárias percorridas e do tempo gasto em deslocamentos pelo restante (majoritário) da população. Para Gorz (2005), na medida em que o Automóvel distingue aqueles que podem pagar pelo transporte individual motorizado (supostamente ágil) daqueles submetidos ao precário transporte coletivo ou ao deslocamento não motorizado (ambos lentos), ele estende as diferenças de classe à velocidade e aos meios de transporte. Além disso, uma vez que as diferentes formas de transporte competem por espaço e que o transporte motorizado individual acarreta consumo de recursos naturais em uma escala muito maior que a dos transportes coletivos e tem consequências ecológicas que afetam ao conjunto da sociedade, os ganhos de circulação e de velocidade do transporte individual correspondem sempre a prejuízos à coletividade (GORZ, 2005; ILLICH, 2005).

Em *Equidade e Energia*, Illich (2005) acirra esse debate avaliando que o transporte motorizado (público ou privado) não só repercute em custos ecológicos desiguais para as pessoas, mas também reduz sua mobilidade e as afasta do contato direto com o espaço:

[...] onde quer que as máquinas destinem uma taxa elevada de energia mecânica à propulsão de um passageiro, o desenvolvimento dos transportes como indústria reduz a igualdade entre as pessoas, limita a mobilidade pessoal dentro de um sistema de rotas traçadas a serviço das indústrias, das burocracias e dos militares e, ademais, aumenta a escassez de tempo na sociedade. Em outras palavras, quando a velocidade de seus veículos ultrapassa uma certa margem, as pessoas se convertem em prisioneiras do veículo que as leva, todos os dias, da casa ao trabalho. A extensão do raio de deslocamento diário dos trabalhadores tem como contrapartida a diminuição na escolha de pontos de destino. Quem vai a pé ao trabalho chega a criar para si um ambiente ao longo do seu caminho. Quem percorre o caminho em um veículo está privado de uma variedade de opções: paradas, acessos, contatos (ILLICH, 2005, p. 44)²⁰⁵.

²⁰⁵ Ao descrever a personalidade de Ivan Illich, Marcela Gajardo (2010) pontua sua capacidade de ser extremamente cordial e, ao mesmo tempo, pôr em ridículo aqueles que o interpelavam. Entendendo estar esse traço de personalidade expresso em seus textos, julgo pertinente considerar algumas de suas colocações mais como expressões de sua eloquência que como enunciação de fatos – como, por exemplo, sua afirmação de que a alienação socioespacial do usuário do transporte motorizado alcança o nível em que ele “Já não encontra o outro sem bater o carro, nem chega sem que um motor o arraste” (ILLICH, 2005, p. 48). É preciso ponderar – como me alerta o colega Marcos Pires de Melo (em comunicação pessoal, em 6/9/2016) – que nem sempre o deslocamento a pé na cidade decorre de uma escolha pessoal, assim como ele não implica necessariamente apropriação do espaço. No mundo contemporâneo, o andar a pé é

Nessa perspectiva, o Automóvel conduz à alienação dos sujeitos com relação ao espaço, a seu próprio corpo e ao contato social, tanto para aqueles que conduzem o veículo, que passam a ter esse objeto como mediador na relação com o meio, quanto para aqueles que caminham ou usam a bicicleta, que têm sua acessibilidade prejudicada pelo tráfego. Como brada Illich (2005, p. 48):

O usuário não pode captar a demência inerente ao sistema de circulação que se baseia principalmente no transporte. Sua percepção da relação do espaço com o tempo foi objeto de uma distorção industrial. Ele perdeu o poder de se conceber como outra coisa que não seja usuário. Intoxicado pelo transporte, perdeu a consciência dos poderes físicos, sociais e psíquicos de que dispõe o ser humano, graças a seus pés. [...] A relação do usuário de transportes com o espaço é determinada por uma potência física alheia a seu ser biológico. O motor mediatiza sua relação com o meio ambiente e logo o aliena de tal maneira que passa a depender do motor para definir seu poder político. O usuário está condicionado a crer que o motor aumenta a capacidade dos membros de uma sociedade de participar do processo político. Ele perdeu a fé no poder político de caminhar.

A limitação da apropriação do espaço em ruas movimentadas é também constatada por Donald Appleyard (1981 *apud* APPLEYARD, 2005). No estudo *Liveable streets*, o pesquisador usa mapas cognitivos para analisar os impactos do tráfego nas relações sociais estabelecidas entre os moradores de três ruas de San Francisco (Califórnia, Estados Unidos) com características sociais, econômicas e culturais semelhantes. Seus resultados relacionam o aumento da intensidade do tráfego com a redução das interações sociais e com a retração do tamanho do espaço considerado como “casa” pelos moradores²⁰⁶. As FIG. 35 e 36 ilustram esses resultados.

igualmente marcado pelo ritmo do cotidiano, sendo fortemente limitado no que se refere a escolhas de caminhos, possibilidades de paradas ou sensação de prazer e segurança. Esse caminhar pode ser também uma expressão da exclusão social, estando entre as pessoas que andam a pé aquelas que não podem pagar pelo transporte coletivo, além de grupos marginalizados pela sociedade, como os moradores de rua. Concordando com Marcos Melo, procuro extrair da crítica de Illich (2005) aos transportes seu espírito utópico e seus argumentos centrais (sem tomá-los em sua literalidade).

²⁰⁶ Donald Appleyard foi aluno de Kevin Lynch, pesquisador considerado um dos pioneiros no estudo da percepção da paisagem a partir de mapas cognitivos no campo do urbanismo. Bruce Appleyard (2005), filho de Donald, menciona entre os principais resultados da pesquisa de seu pai a constatação dos impactos do volume do tráfego sobre fatores relacionados à qualidade de vida que levam à conformação de comunidades saudáveis e fortes, entre os quais (além das interações sociais e do tamanho do espaço considerado “casa”), o orgulho do bairro e o valor dos imóveis. Apesar de caber questionamentos sobre o que sejam as “comunidades fortes e saudáveis” e sobre a escolha dos fatores que concorrem para essa força/saúde, considero que suas representações gráficas contribuem para explicitar a relação entre a predominância do Automóvel e a apropriação do espaço.

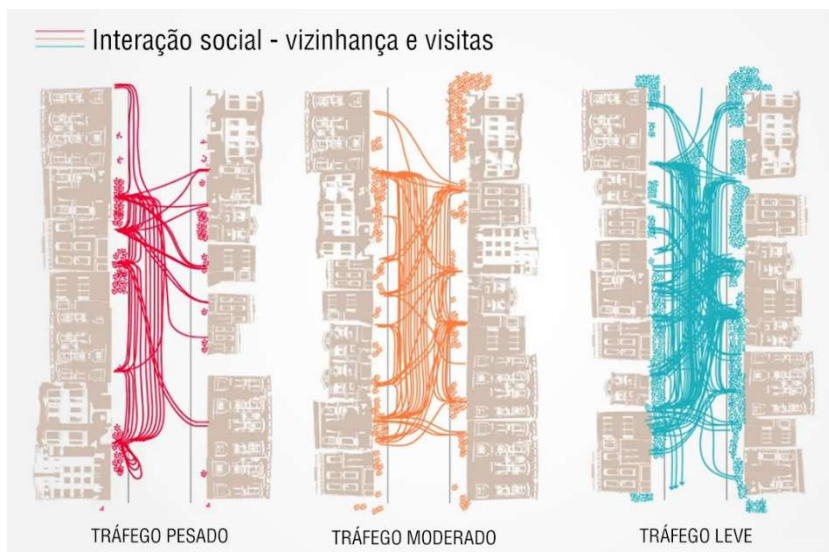


Figura 35 – Relação do tráfego de veículos com a interação social

Fonte: Streetfilms (2010, adaptado).

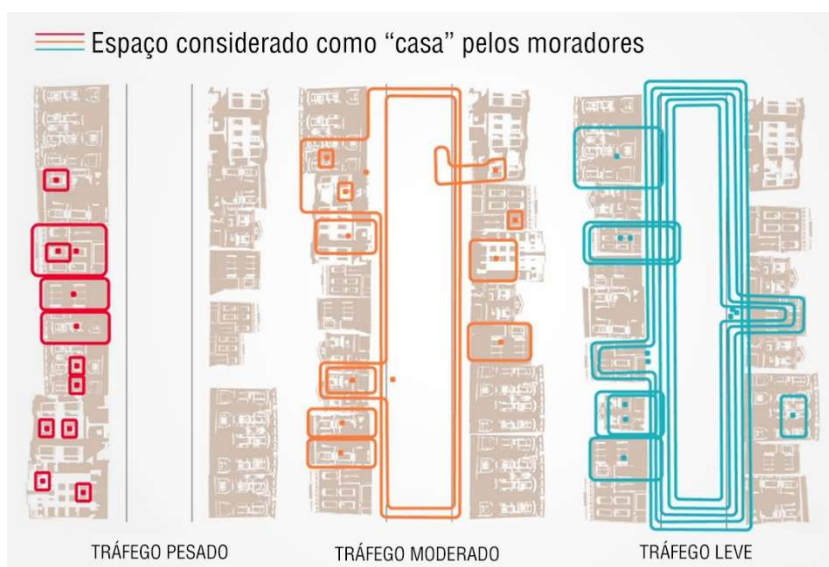


Figura 36 – Relação do tráfego de veículos com a percepção da apropriação do espaço

Fonte: Streetfilms (2010, adaptado).

À alienação espacial desenvolvida com o Automóvel, Illich (2005) acrescenta a dimensão temporal. Segundo o autor, em 1973, o “americano típico” consagrava a atividades relacionadas ao automóvel (seu uso em deslocamentos e congestionamentos, sua manutenção e o trabalho necessário para pagar seus custos) cerca de 16.000 horas anuais, com as quais lograva imprimir um deslocamento de 10.000km, estabelecendo uma velocidade média de 6km/h. Tal velocidade média, no entanto, equivale à da caminhada, correspondendo, então, exatamente à registrada em países onde o automóvel não era disseminado – com as diferenças de que, nesses países, a circulação consumia apenas 3 a 8% do tempo social, contra 25% no caso norte-americano, e que ali os

caminhos não se restringiam aos prescritos pelas estradas asfaltadas (ILLICH, 2005, p. 45-46; GORZ, 2005, p. 78). Avaliando esse cenário de velocidades, tempo social e custos sociais, Illich propõe que, a partir de certo limite – que calcula em cerca de 25km/h –, qualquer aumento extra de velocidade alcançado por um pequeno número de pessoas “traz para a maioria um aumento da inutilidade total do transporte. A maioria não apenas paga mais, mas também sofre mais danos irreparáveis” (ILLICH, 2005, p. 50). Em outras palavras: a partir dos 25km/h, “ninguém pode ganhar tempo sem que, obrigatoriamente, faça um outro perder”; passado esse limite, “a indústria de transporte custa à sociedade mais tempo do que economiza” (ILLICH, 2005, p. 50).

No entanto, longe de fazer denegrir o Automóvel, esse cenário contraditório acaba por favorecê-lo – já que a lógica do Automóvel, que expande crescentemente a malha urbana e as formas de transporte motorizado, implica gastos de tempo e de dinheiro de forma inversamente proporcional à renda dos cidadãos²⁰⁷. Assim, de “um objeto de luxo e de fonte de privilégio, o carro transformou-se numa necessidade vital: ele é imprescindível para escapar do inferno urbano dos carros” (GORZ, 2005, p. 79)²⁰⁸.

No Brasil, dados do período 1994-2014 refletem o aumento acentuado da frota de automóveis em paralelo à redução do número de passageiros transportados por ônibus, como se verifica nos GRAF. 1 e 2, sistematizados por André Veloso (2015)²⁰⁹.

²⁰⁷ Dados da ANTP organizados por Nazareno Afonso (2008) indicavam que, no fim da década de 2000, a população de baixa renda empregava 26% dos seus rendimentos mensais com transporte, contra apenas 10% das camadas de alta renda.

²⁰⁸ Mike Davis (2013) acrescenta ao conforto e ao *status* proporcionados pelo automóvel a sensação de segurança que passou a conferir às classes médias americanas a partir da década de 1990, quando assaltos e sequestros-relâmpago tornaram-se mais comuns. Cabe avaliar que, na sociedade hiper-repressiva, a percepção de insegurança permanece como um dos motivos para a preferência pelo automóvel.

²⁰⁹ Cabe acrescentar a esse cenário o notável aumento da frota de motos (motocicletas e motonetas) no período. Impulsionada por políticas federais, a frota de 1,5 milhão de motos, registrada em 1991, “aumentou para 5 milhões em 2002, chegando a 12 milhões em agosto de 2008” (VASCONCELOS, 2008, p. 128) e ultrapassando as 24 milhões de unidades em 2016 (DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO, 2016). Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016) associa o crescimento da frota de motocicletas à sua difusão no meio rural e entre as camadas de baixa renda da população – que tendem a sofrer mais diretamente os efeitos nocivos das políticas de mobilidade urbana centradas no automóvel individual.

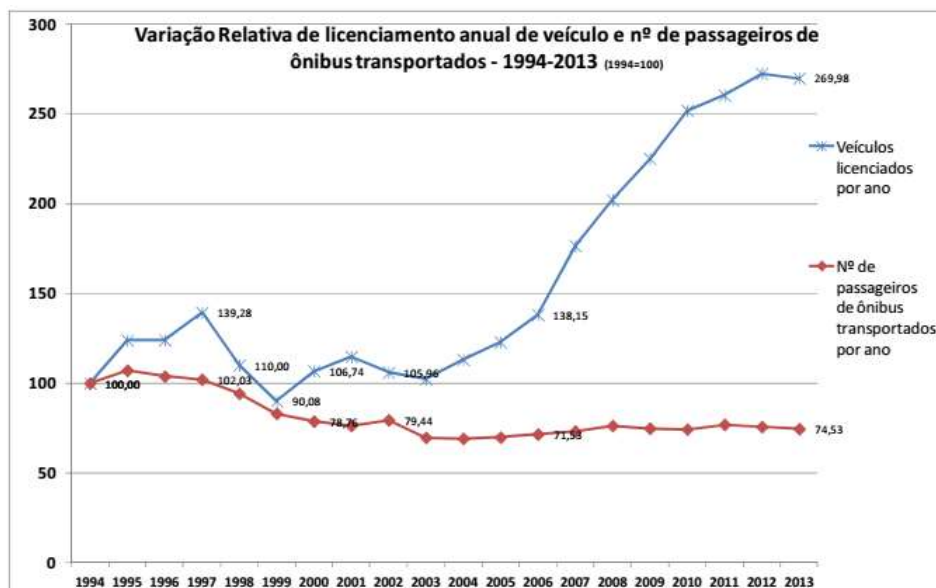


Gráfico 1 – Variação percentual do licenciamento anual de veículos e do transporte de passageiros por ônibus no Brasil entre os anos de 1994 e 2013

Fonte: Veloso (2015, p. 81).

Nota: O gráfico apresenta dados relativos, comparados ao ano-base de 1994 (marco inicial da série histórica compilada pela Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos). Os números relacionados ao licenciamento anual se referem ao total de veículos novos, nacionais e importados, licenciados no país. Já os dados sobre o transporte coletivo consideram o número de passageiros transportados por ônibus em nove capitais brasileiras (Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo). Em valores absolutos, os dados correspondem a “1,4 milhão de veículos licenciados no ano de 1994 e 3,8 milhões no ano de 2013; 442,5 milhões de passageiros transportados mensalmente nas nove capitais mencionadas em 1994 e 329,8 milhões no ano de 2013” (VELOSO, 2015, p. 80).

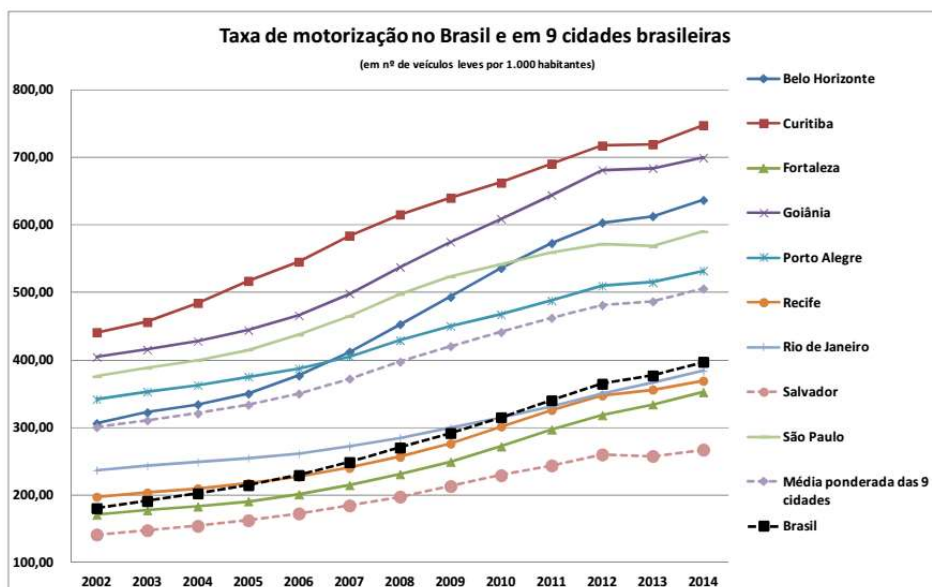


Gráfico 2 – Evolução da taxa de motorização no Brasil e em nove cidades selecionadas entre os anos de 2002 e 2014

Fonte: Veloso (2015, p. 161).

Veloso (2015), Nazareno Afonso (2008) e Carlos Carvalho (2016) relacionam essas tendências à autonomia associada ao veículo próprio e à política brasileira de atração de investimentos da indústria automobilística iniciada na década de 1990 – que, por sua vez, pode ser situada no bojo da reestruturação produtiva do capitalismo na direção da acumulação flexível e da transição neoliberal brasileira no período pós-redemocratização (HARVEY, 2002; ROLNIK; SOMEKH, 2003). Os autores também destacam, como um elemento importante na compreensão desses processos, a solução de mercado adotada para o transporte público urbano de passageiros no país, que repercute na baixa cobertura dos serviços, nos altos custos individuais e na inércia das empresas concessionárias do transporte coletivo público. Aqui, diferentemente dos serviços públicos de saúde e educação, que são oferecidos gratuitamente pelo Estado, o serviço de transporte coletivo é suportado direta e integralmente pelos usuários.

Como consequência, o serviço encareceu e perdeu 30% de passageiros nos últimos dez anos equivalendo à perda de 20 bilhões de usuários, que corresponde a 29 bilhões de reais (ANTP). A população mais pobre é a que subsidia os custos dos transportes para idosos, estudantes e portadores de deficiência, através das gratuidades, além de pagar na tarifa o preço do veículo, dos pneus e diesel que são regulados pelo mercado mundial. Essa população paga também os salários dos trabalhadores [...] (AFONSO, 2008, *online*)²¹⁰.

Essa expansão irrestrita do Automóvel, sobrepujando os demais meios de transporte, no entanto, é insustentável. Como sinaliza Lefebvre (1991a), assim como ocorre com os demais subsistemas da vida cotidiana, o Automóvel há de destruir a si mesmo por tautologia, com o aumento do número de veículos levando à “imobilidade coagulada do inextricável”, ao “congelamento final”²¹¹ tão temido pelos planejadores de trânsito (LEFEBVRE, 1991a, p. 114).

No entanto, na esperança de (não ter de esperar esse colapso para) transformar a cidade e os sistemas de transporte em benefício da coletividade, alguns indivíduos, grupos e movimentos sociais têm se organizado politicamente para promover ações de questionamento do sistema do Automóvel – da tomada das ruas à interposição de ações judiciais, passando pela articulação em redes sociais e outras formas de ativismo. Entre esses movimentos, no Brasil, cabe destacar tanto

²¹⁰ Segundo Carvalho (2016, p. 16-17), as tarifas de transporte público “tiveram um crescimento acima da inflação nos últimos quinze anos, ao mesmo tempo em que os principais itens associados ao transporte privado tiveram crescimento real negativo, o que significa, na prática, um processo de barateamento do uso e aquisição do transporte privado e encarecimento do transporte público”.

²¹¹ Na direção desse “congelamento final”, em 2010 foi registrado o maior congestionamento de trânsito da história mundial. Nas proximidades de Pequim (China), um congestionamento de cerca de 100 quilômetros de extensão durou mais de 10 dias, com motoristas presos no trânsito por até cinco dias (CONGESTIONAMENTO..., 2010).

os que têm como bandeira de luta o transporte coletivo de passageiros²¹² quanto os *cicloativistas*, que se organizam em torno da temática da bicicleta para defender esse meio de transporte e discutir as diferentes formas de uso e de apropriação do espaço público (AMARAL, 2015)²¹³. Como se apreende de Marcelo Amaral (2015, p. 370), movimentos como esses, embora possam eventualmente parecer pequenos e localizados (como no caso de coletivos de ciclistas), têm conseguido melhorar as condições de transporte em diversas cidades pelo mundo – fortalecendo uns aos outros e revelando o poder das estratégias *transescalares*, discutido no Capítulo 3²¹⁴.

Sem desconsiderar esses avanços e as possibilidades neles inscritas, porém, é preciso retomar Lefebvre (1991c) e reconhecer que os aprimoramentos técnicos – como podem ser consideradas a melhoria das calçadas, a instalação de ciclovias ou a implantação da gratuidade do serviço público de transporte coletivo – não alcançam a dimensão transformadora do projeto de “mudar a vida”, podendo inclusive ser utilizados discursivamente contra essa transformação

²¹² Entre os movimentos recentes voltados para o transporte coletivo de passageiros no país, cabe destacar o Movimento Passe Livre. Conformado em meados dos anos 2000 a partir de revoltas em diversas cidades brasileiras em defesa do passe livre estudantil, o movimento ganhou escala e ampliou seu escopo, deslocando-o para a “luta de reapropriação do espaço urbano produzido pelos trabalhadores”, materializada na proposta da Tarifa Zero – um sistema baseado no pagamento indireto do transporte coletivo, através de impostos e taxas do município, e na revisão do sistema de concessões do transporte público (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 15; GREGORI, 2011). A crescente de manifestações e lutas do movimento pelo país culminou, em junho de 2013, com milhares de pessoas nas ruas em várias cidades brasileiras e com a conquista da revogação de aumentos das passagens de transporte público em mais de 100 municípios (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 17). Outro resultado dessas manifestações, “cujo pontapé foram os protestos contra o aumento das tarifas”, foi a aprovação, em 2015, da Proposta de Emenda à Constituição que inclui o transporte entre os direitos sociais previstos na Constituição Federal (ROLNIK, 2015b). Em Belo Horizonte, as manifestações de 2013 desencadearam novas articulações políticas que conduziram ao grande movimento da Assembleia Popular Horizontal, que teve entre seus desdobramentos a conformação do movimento Tarifa Zero BH (VELOSO, 2015). Para mais sobre a história dos primeiros anos do movimento Tarifa Zero BH e sobre as relações entre transporte urbano, produção do espaço e mobilização popular no Brasil, ver Veloso (2015).

²¹³ Entre os movimentos organizados por ciclistas, cabe mencionar o Massa Crítica, organizado pela primeira vez em San Francisco (Califórnia), em 1992, com o objetivo de reunir um grande número de ciclistas para pedalar juntos pela cidade e fazer sua presença (e a necessidade de dar condições ao uso da bicicleta na cidade) ser percebida. [Cabe aqui notar a efervescência do debate sobre a apropriação do espaço na Califórnia na década de 1990. A obra de Edward Soja ajuda a compreender esse contexto (1993, 1996, 2008)]. A Massa Crítica se espalhou pelo mundo como uma forma de expressão e manifestação, reunindo propósitos variados, da reivindicação de respeito aos ciclistas até a completa transformação da vida cotidiana (LUDD, 2005). No Brasil, a experiência é realizada desde os anos 2000, com o nome de *bicicletada*. Os coletivos e movimentos de ciclistas, crescentes desde então, têm buscado intervir nas políticas urbanas, organizando bicicletadas, estudos, eventos, cursos, ações em redes sociais etc. (LUDD, 2005; AMARAL, 2015). Em Belo Horizonte, sede de um conjunto desses movimentos, cabe mencionar o exemplo da Associação dos Ciclistas Urbanos de Belo Horizonte – BH EM CICLO, que, embora com um número pequeno de associados, “tem conseguido catalisar o interesse de milhares de pessoas que desejam uma cidade com espaços reais para modos não motorizados e bicicletas” por meio da criação de espaços de debate, do desenvolvimento de campanhas e da atuação na *ciclopública* municipal (AMARAL, 2015, p. 370). Na capital mineira, o BH EM CICLO tem interface com outros movimentos, como por exemplo o Tarifa Zero; nacionalmente, liga-se à União de Ciclistas do Brasil; e, por meio das redes sociais, se relaciona a coletivos em diversos outros países. (Para mais informações sobre o movimento, ver seu sítio eletrônico: <<http://bhemiciclo.org/>>).

²¹⁴ Exemplo recente dessa articulação transescalar (potencializada pela disseminação da rede mundial de computadores) foi a organização de bicicletadas em 17 cidades brasileiras e em mais oito países em protesto à decisão da Justiça do Estado de São Paulo de interromper a construção de ciclovias na capital paulista (REVISTA FÓRUM, 2015).

socioespacial mais profunda. Afinal, permanecendo a soberania do Automóvel na condução da produção do espaço urbano, pés, bicicletas e ônibus persistirão como meios de transporte residuais, submetidos às distâncias e aos tempos produzidos na perspectiva do veículo particular motorizado.

À semelhança do discutido para a agroecologia urbana e para a economia solidária, pode-se dizer que esses aprimoramentos relacionados à política de mobilidade urbana não são incompatíveis com o capitalismo e com a produção capitalista do espaço.

Mas talvez seja também pertinente avaliar que, diferentemente dos temas da agroecologia urbana e da economia solidária, cujo cerne tende a ser mais facilmente reconhecido em questões relativas ao modo de produção dominante, os pleitos relacionados à mobilidade urbana tendem a encaminhar o entendimento de que a problemática esteja centrada na forma do espaço ou nos sistemas de transporte – na contramão da crítica de Gorz (2005), Illich (2005) e Lefebvre (1991a), que reconhecem o Automóvel como sintoma de um processo mais amplo de sistematização do cotidiano na era industrial.

Nesse aspecto, a problemática da mobilidade urbana pode ser aproximada da relativa às áreas verdes e áreas protegidas – e à do planejamento territorial de modo geral. Deslocando as atenções do conteúdo (a vida cotidiana) para a forma do espaço ou dos serviços públicos, as políticas públicas relacionadas a esses temas podem desencadear melhorias imediatas nas condições de vida, mas tendem a não alcançar o cerne do problema, sendo pouco profícuas às transformações sociais. Talvez por esse motivo, as políticas relacionadas à mobilidade tendam a estar sempre mais próximas da reprodução das condições de produção que da transformação dessas condições – como observado, por exemplo, nas formulações do Produto 5 do Macrozoneamento para os temas da mobilidade urbana e da trama verde e azul.

Mas dizer que as políticas espaciais não levam necessariamente a transformações sociais não é o mesmo que dizer que a reconstrução do espaço erguido sob a égide do Automóvel seja prescindível ou menos premente. É dizer que essa reconstrução só será transformadora quando integrar um processo mais profundo de superação da era industrial.

E superar a era industrial no sentido do urbano não significa negá-la, mas transcender suas contradições, reunindo seus elementos em um nível superior (LEFEBVRE, 1991b). Significa, portanto, reconstruir as relações de produção e de propriedade, submeter a técnica às necessidades sociais e ecológicas, desenvolver ferramentas conviviais/justas/emancipatórias e reestruturar as instituições sociais e do Estado (GORZ, 1980; PAULA, 1994). No urbano restarão elementos da era industrial, como a capacidade produtiva desenvolvida para a provisão dos bens essenciais, sobretudo bens duráveis que não impliquem danos irreversíveis à natureza e não ensejem privilégios ou depreciação

às pessoas. A economia da abundância, nesse sentido, não dirá respeito à ampliação do consumo dirigido, mas à superação da escassez própria do período agrário e ao fim da miséria e das condições degradantes de trabalho e de vida da era industrial – para o que plataformas como a economia solidária e a agroecologia urbana podem contribuir fortemente. Abolindo o *lumpemproletariado* (ao possibilitar que todas as pessoas capazes de trabalhar trabalhem) e reconhecendo de forma igualitária todo trabalho socialmente necessário, a carga de trabalho social poderá ser dividida de modo que todos trabalhem menos horas semanais, expandindo-se o tempo livre para a realização de atividades autogeridas e livremente escolhidas (GORZ, 1980).

Imaginando a espacialidade dessas transformações (no urbano), Illich e Gorz concebem a vida cotidiana envolvendo distâncias menores, o que, por sua vez, demanda bairros e centros urbanos construídos na escala do corpo, compatíveis com a caminhada/pedalada. E para que o espaço de vida possa ter essa escala, ele deve constituir um “microcosmo modelado por e para todas as atividades humanas, onde as pessoas possam trabalhar, viver, relaxar, aprender, se conhecer, se comunicar, discutir e gerir conjuntamente o meio social de sua vida em comum” (GORZ, 2005, p. 81, grifos meus). Com os espaços refeitos no sentido da reunião, as pessoas poderão se “sentir em casa” nos lugares onde vivem, tendo prazer em se deslocar a pé ou de bicicleta. Nesse contexto, não só o transporte motorizado individual pode se tornar residual, como também é possível que o transporte coletivo de passageiros se retraia consideravelmente.

Combinando as contribuições desses autores com elementos utópicos extraídos da trama verde e azul do Macrozoneamento, é possível avançar na imaginação da hipótese otimista. Cabe imaginar que, produzido por uma sociedade livre, o espaço se torne ele mesmo uma ferramenta justa/convivial/emancipatória, fortalecendo a reunião das diferentes dimensões da vida, prescrevendo deslocamentos prazerosos e não agressivos à natureza (humana e não humana) e propiciando o convívio social e a fruição. A trama multicolorida, assim, diz respeito à rede de ligações entre os diferentes microcosmos dos grupos sociais. Em seus percursos, tão variados quanto sejam esses grupos e os ecossistemas que o suportam/criam, pode-se imaginar fluxos de saberes, ferramentas e obras, difundindo a práxis urbana e nutrindo a revolução cultural permanente²¹⁵.

²¹⁵ Lefebvre (1991a) usa a expressão “revolução cultural” em um sentido que pode ser entendido como a realização da filosofia do urbano: a superação da cultura industrial (que sistematiza a vida, institui o terror, reduz as diferenças e afasta a reflexão e a autonomia) por meio da construção de uma cultura centrada no cotidiano, em sua crítica e sua transformação em obra. Não há, aqui, paralelo com a revolução cultural chinesa.

Na hipótese otimista, portanto, a reorganização do espaço social em torno da escala do corpo (do cotidiano) constitui o princípio da *mobilidade urbana* – que passa, como a agroecologia urbana, a prescindir do adjetivo “urbana”.

O urbano como o espaço da Festa

Voltado para a reestruturação territorial metropolitana, cabe dizer que o Macrozoneamento da RMBH tem a promoção do lazer apenas como um de seus efeitos indiretos, figurando entre as diretrizes relacionadas à intensificação e à diversificação do uso do espaço urbano. Essa característica pode relacionar-se ao fato de o lazer não estar previsto entre as funções públicas de interesse comum objeto do planejamento metropolitano (MINAS GERAIS, 2006) – diferentemente do que ocorre com a proteção ambiental, o desenvolvimento econômico, o transporte e o sistema viário – o que, por sua vez, expressa a estreiteza do aparato legal do urbanismo próprio da era industrial. Talvez por esses motivos, nos produtos do Macrozoneamento, o lazer esteja recorrentemente associado ao turismo, que é também uma atividade econômica. Mas há nuances a distinguir entre os Produtos 3 e 5.

No Produto 3, o lazer aparece relacionado sobretudo à trama verde e azul, estando associado a uma proposta progressista de planejamento participativo, e, ao mesmo tempo, às possibilidades oferecidas ao mercado do turismo e às práticas tradicionais de decisão e implantação de equipamentos públicos. Assim, em um trecho do documento consta que os tipos e as localizações das atividades de lazer a serem implantadas na trama serão definidos em processos democráticos de tomada de decisão, que deverão priorizar as “áreas de habitação populares nas quais frequentemente as ofertas de opções de lazer são reduzidas” (UFMG, 2014c, p. 46). Em outro trecho, aventa-se o turismo de natureza como atividade potencial a ser realizada na trama no meio rural. E, em outros, aposta-se nos parques lineares como opções de lazer e prática de esportes no meio urbano.

No Produto 5, o tema do lazer permanece presente – ainda em segundo plano –, figurando, de forma expressa ou tácita, nas diretrizes gerais das ZIMs. Entre as diretrizes relacionadas à reestruturação territorial, o lazer aparece no estímulo à criação, ao uso e à manutenção dos espaços públicos; entre as afetas ao desenvolvimento produtivo sustentável, consta na valorização da diversidade cultural e étnica da metrópole e no fomento ao turismo ecológico; e entre as relativas à proteção e ao desenvolvimento do meio ambiente, inclui-se no estímulo ao turismo rural e de aventura e nas menções às áreas verdes e áreas para esportes. O lazer tem espaço nos subzoneamentos de todas as ZIMs, relacionando-se mais a espaços livres de uso público e a equipamentos de uso coletivo nas ZDAs e nas ZILs, e mais aos esportes e ao turismo rural e de natureza nas ZPs e na ZDEM-TVA. Nas ZACs, verificam-se os dois tipos de referências.

Apesar de presente, o lazer sofre certo deslocamento no Produto 5, afastando-se da trama verde e azul e associando-se mais fortemente às ZP-2²¹⁶. Esse deslocamento não só corrobora a perspectiva de que a versão da trama constante nesse documento perde potencial de inovação com relação ao Produto 3, como a aproxima das unidades de conservação de proteção integral menos afeitas à apropriação. Assim, na mesma linha da avaliação sobre a agricultura urbana, cabe julgar que a proposta da trama verde e azul perde potência ao restringir-se à perspectiva da política ambiental tradicional, afastando as possibilidades de realização do lazer de uma eventual gestão democrática.

Considerando que o lazer se relaciona a práticas potencialmente transformadoras e avaliando que mesmo proposta do lazer no Produto 3 pode ser expandida/radicalizada, cabe discutir algumas questões sobre as relações do lazer com a apropriação do corpo, da natureza e do espaço. Cabe, mais uma vez, retomar Lefebvre.

Em sua crítica da vida cotidiana, Lefebvre (1991a) destaca a importância específica que o lazer adquire na sociedade burocrática de consumo dirigido, conformando, ao mesmo tempo, uma ruptura momentânea com o cotidiano e uma ponte entre as coações impostas sobre a vida cotidiana e o processo mais amplo de (re)produção capitalista do espaço.

[...] o "lazer" foi o estágio intermediário, a ligação entre a organização da produção capitalista e sua conquista do espaço como um todo. Espaços de lazer são objeto de uma especulação massiva que não é rigidamente controlada e muitas vezes é fomentada pelo próprio Estado (que constrói estradas e comunicações, e que, direta ou indiretamente, garante as operações financeiras etc.). Esse espaço é vendido, a preços elevados, para os cidadãos que têm sido levados a deixar a cidade em função do tédio e da agitação da vida urbana. Ele é reduzido a atributos visuais, "feriados", "exílio", "retiro", mas logo perde até esses atributos. Ele é rigidamente hierarquizado, desde as praias públicas lotadas até lugares elitistas [...]. Assim, o lazer entra na *divisão social do trabalho* – e não apenas porque o lazer permite à força de trabalho se recuperar, mas também porque há uma indústria do lazer, uma comercialização em larga escala de espaços *especializados*, uma divisão do trabalho social que é projetada no terreno e entra no planejamento global. Dessa forma, o meio rural assume um novo perfil, uma nova cara e novas paisagens (LEFEBVRE, 1978b, p. 84, tradução minha, grifos do autor)²¹⁷.

²¹⁶ Nas descrições de 15 das 19 ZIMs, lazer e turismo figuram entre as diretrizes específicas das ZP-2, enquanto, nas diretrizes das ZDEM-TVA, o lazer explicitamente apenas em cinco ZIMs e o turismo em apenas duas. Cabe destacar a ausência de menções diretas ao lazer, à prática de esportes ou ao convívio social na definição geral da ZDEM-TVA desse documento (UFMG, 2015a, p. 27), constando ali apenas referências indiretas, extraídas da interpretação sobre os espaços livres de uso público e a equipamentos de uso coletivo.

²¹⁷ “[...] ‘leisure’ was the intermediary stage, the connection between capitalist organization [sic] of production and its conquest of space as a whole. Leisure spaces are the object of a massive speculation that is not tightly controlled and is often assisted by the state (which builds highways and communications, and which directly or indirectly guarantees the financial operations etc.). This space is sold, at high prices, to citizens who have been harried out of the town by boredom and the rat-race. It is reduced to visual attributes, ‘holidays’, ‘exile’, ‘retreat’, and it soon loses even these. It is rigidly hierarchized, from the crowded public beaches up to élitist places such as Eden-Roc. Thus leisure enters into the division of social labour – not simply because leisure permits labour power to recuperate, but also because there is a leisure

E embora as férias e o lazer se tornem o centro das atenções no mundo onde o trabalho é alienado/alienante, as pessoas dispõem de cada vez menos de tempo livre para desfrutar esse lazer, já que o tempo obrigatório (do trabalho) e o tempo imposto (dos transportes e outras obrigações) crescem constantemente. E tampouco esse lazer consiste na festa, na recompensa do trabalho, ou na atividade livre que se exerce para si mesma, como foi na era rural. Na era industrial, e particularmente a partir de meados do século XX, o lazer se realiza no “espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo” (LEFEBVRE, 1991a, p. 62).

Lefebvre (1991a) reconhece pelo menos duas espécies de lazer: aquele integrado na cotidianidade, como a leitura de jornais e a televisão, que deixa uma insatisfação radical²¹⁸; e aquele que deseja romper com a vida cotidiana, como as férias, a festa, as drogas, a loucura e a natureza, que pretendem afastar momentaneamente o mal-estar, embora estejam também apropriados pelos esquemas do consumo dirigido. Em alguns casos, o objeto do lazer atinge um estatuto superior, transcendendo o nível do imaginário social e carregando-se de afetividade e carga ideológica. É o que ocorre, por exemplo, com a “casa de campo”, cuja imagem, socialmente associada a uma possibilidade de apropriação do habitante, mascara a “predominância das pressões, a fraca capacidade de apropriação, a acuidade dos conflitos e os problemas ‘reais’”, e, com frequência, contribui para o consumo imobiliário (LEFEBVRE, 1991a, p. 99).

Em alguma medida, é possível estender essa crítica da casa de campo às áreas verdes e áreas protegidas: suas imagens permanecem associadas ao oposto dos males das cidades (CAMARGOS, 2006), fomentando tanto o turismo quanto a especulação imobiliária (GOMES, 2013; EUCLYDES, 2012), muito embora a visita a esses espaços consista, ela mesma, em uma atividade fortemente regulada, com pouca margem para a apropriação. Em muitos casos, sobretudo nas unidades de conservação de proteção integral, trata-se de espaços controlados, suscitadores de coações específicas – que vão da padronização dos ritos (como a passagem por uma portaria), dos gestos (como o de fotografar uma paisagem ou o de se sentar em bancos fixos) e das formas de comunicação de seus usuários (como ser compelido a falar baixo para não espantar animais) até o estabelecimento de modelos de construções²¹⁹.

industry, a large-scale commercialization of specialized spaces, a division of social labour which is projected ‘on the ground’ and enters into global planning. In this way the country takes on a new profile, a new face and new landscapes”.

²¹⁸ Como observa Lefebvre (1991a), a sociedade burocrática de consumo dirigido se legitima pela satisfação pelo consumo. Trata-se, no entanto, de uma satisfação sempre provisória, acompanhada de uma crise de valores, e seguida da percepção de uma falta de sentido, de um mal-estar. Vive-se, assim, ciclos de consumo devorador, saturação e tédio.

²¹⁹ As coações específicas aqui mencionadas são inspiradas na reflexão de Lefebvre (1991c, p. 384) sobre os espaços de lazer como extensões do espaço dominado. Sobre a padronização dos modelos de construções em áreas protegidas, Regina Camargos (2006, p. 1), arquiteta do órgão estadual responsável por gerir áreas protegidas em Minas Gerais, nota a predominância de uma postura que busca amenizar os indícios da presença humana nas intervenções nesses

Inserido na divisão social do trabalho industrial, o turismo da sociedade de consumo dirigido transforma muitas áreas verdes e áreas protegidas em objetos de consumo de massa. Convertidos em atrativos/atrações do turismo de natureza, esses espaços passam a fomentar a economia e a publicidade, envolvendo toda sorte de signos e símbolos da natureza. Como ressalta Lefebvre,

Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa “naturalidade” da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A “natureza”, ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da “criatividade” (LEFEBVRE, 2008b, p. 117).

A difusão/massificação do turismo de natureza, no entanto, pode ameaçar os equilíbrios ecológicos, suscitando a criação de áreas verdes e áreas protegidas como estratégia para resguardar a natureza do turismo de natureza – subvertendo, em parte, a lógica dos parques estadunidenses do fim do século XIX. Nesses casos, caberia interpretar as áreas verdes e áreas protegidas como espécies de freios à tendência autodestruidora do turismo – que, como os demais subsistemas da vida cotidiana, tende a encontrar seu fim na tautologia. Afinal, ao atrair multidões a determinado lugar (museu, cidade, paisagem), o turismo acaba por desgastá-lo (física e simbolicamente), o que aos poucos conduz à falência do lugar turístico e, conseqüentemente, do próprio turismo. Antes de se autodestruir, no entanto, o turismo transforma o *consumo do espaço* em *espaço de consumo*. Assim, “a cidade pitoresca, a região turística, o museu desaparecem sob o afluxo dos consumidores, que acabam consumindo apenas a sua própria presença e a sua própria acumulação” (LEFEBVRE, 1991a, p. 94).

A FIG. 37 exemplifica parte desse processo, ilustrando o consumo da natureza – desprezando a existência de uma área protegida do tipo APP²²⁰ – pelo turismo.

espaços: “é como se o homem devesse ser submetido a uma roupagem de disfarce ou camuflagem, resultante de uma espécie de culpa por adentrar o ambiente natural”.

²²⁰ Em termos gerais, as APPs associadas aos cursos d’água são faixas de áreas protegidas que acompanham as margens dos rios, sendo tanto mais largas quanto for a largura do corpo hídrico. Em casos de cursos d’água de menos de 10 metros de largura (como o da FIG. 37), a APP abrange uma faixa mínima de 30m. Nesse espaço, as intervenções humanas devem se limitar às exceções definidas em lei, sendo obrigatória a manutenção/recomposição da vegetação por parte do proprietário (BRASIL, 2012). Embora passível de multa, a restrição de uso das APPs é pouco respeitada no país – sendo esse um dos motivos da flexibilização da categoria na mais recente revisão do Código Florestal Brasileiro.

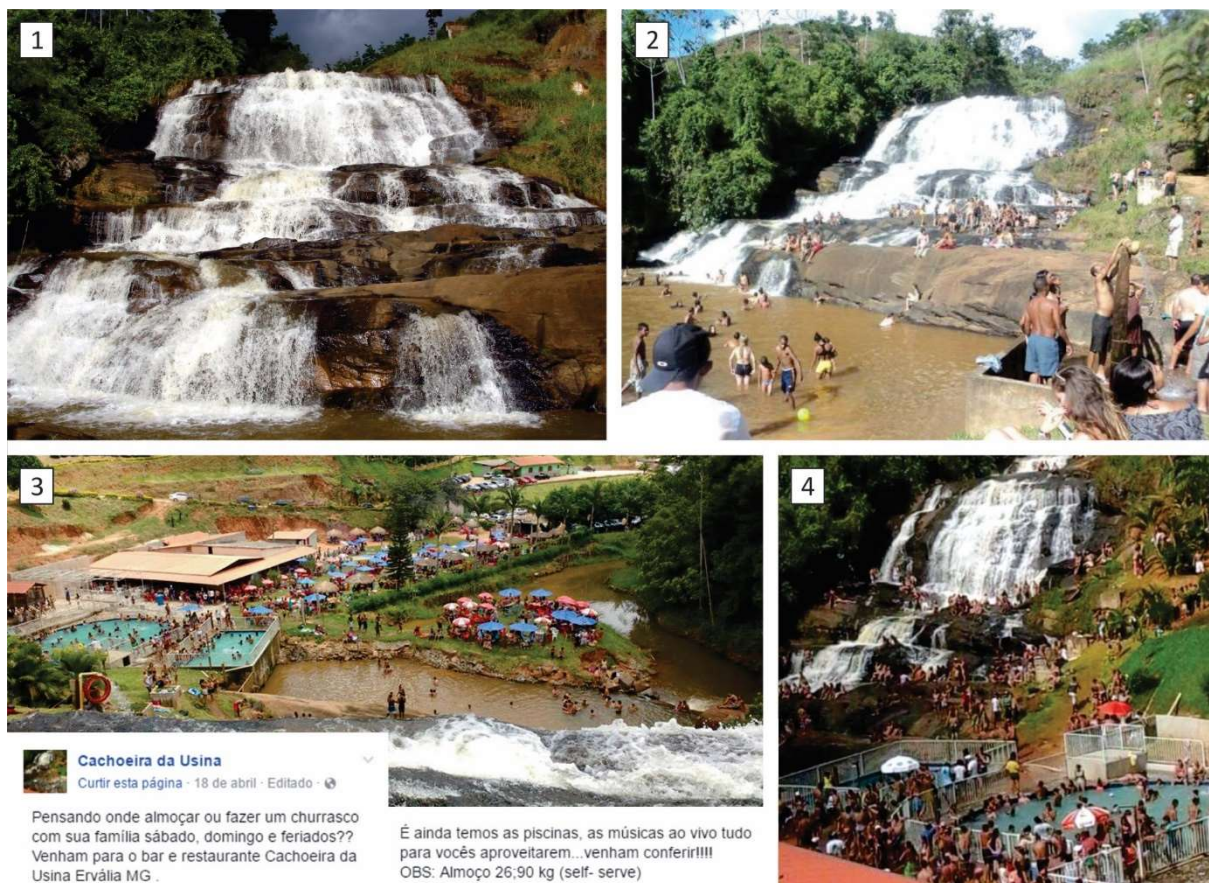


Figura 37 – Consumo do espaço e espaço de consumo - Cachoeira da Usina (Ervália, MG)

1 – Cachoeira vista como lugar de gozo.

2 – O turismo de natureza consome a cachoeira (modificações no poço) e a cachoeira se torna espaço de consumo.

3 e 4 – O turismo (não mais de natureza, mas de recreação) submete a cachoeira à forma padrão dos clubes.

Fontes: 1) Souza (2009); 2) Quanto Fica (2016); 3 e 4) Cachoeira da Usina (2016).

A FIG. 37 chama a atenção ao processo de homogeneização do espaço, revelando, de uma parte, que para o lazer importa pouco se a natureza é “autêntica” (poço natural) ou simulacro (piscina), e, de outra parte, que no processo de produção capitalista do espaço, o valor de uso está sempre submetido à lógica da mais-valia. Desse modo, assim como a área protegida (espaço improdutivo) foi consumida pela indústria do lazer (consumo não produtivo), a área de lazer pode ser consumida por outros usos capazes de mobilizar investimentos e lucros maiores (consumo produtivo), como uma pequena central hidrelétrica, por exemplo²²¹.

²²¹ Lefebvre (1991c) chega a vislumbrar, no auge do processo de consumo produtivo do espaço, o fim de todas as áreas verdes não integradas à estrutura viária – já que a ampliação do sistema viário (ao fomentar a produção de carros, que por sua vez demanda novas ampliações do sistema viário), engendra um ciclo vicioso de construção civil, que supera todas as outras atividades econômicas em capacidade de geração de mais-valia. Isso, é claro, se o subsistema do Automóvel não se autodestruir antes (LEFEBVRE, 1991a).

Mas a FIG. 37 salta aos olhos também em razão da dimensão festiva inscrita no uso da cachoeira – o que suscita reflexões sobre a (re)apropriação do corpo, da natureza e do cotidiano. Lefebvre (1991c) reconhece essa dimensão avaliando que *no e pelo* espaço de lazer ensaia-se uma (nova) pedagogia do espaço e do tempo. Segundo ele, nesses espaços o tempo recupera seu valor de uso e o corpo realiza (ou pelo menos reivindica) momentaneamente sua revanche como gerador do espaço, buscando a superação das separações entre o social e o mental, o sensível e o intelectual, o cotidiano e a festa.

Esse movimento/ensaio pode ser percebido na praia (ou, no caso, na cachoeira), lugar de gozo encontrado “na natureza” pela espécie humana, onde o corpo tende a se comportar como um *campo diferencial* graças ao uso amplo dos órgãos sensoriais – sem privilégio da visão – e à sexualidade. Ali o corpo tende ao *corpo total*, “libertando-se da carapaça temporal e espacial desenvolvida em resposta ao trabalho, à divisão do trabalho, à localização dos trabalhos e à especialização dos lugares” (LEFEBVRE, 1991c, p. 384, tradução minha)²²².

Desenvolvendo o pensamento sobre as virtualidades inscritas no lazer, caberia supor que, ao consumirem sua própria presença nos espaços de lazer, os turistas possam estabelecer entre si interações socioculturais que transcendam a dimensão da satisfação momentânea da festa, podendo construir novas formas de identidade. É o que aventa Marcos Felipe Sudré (2010)²²³ ao refletir sobre as relações entre a cidade e a festa.

Sudré avalia que, mesmo sendo “dedicada à fruição efêmera condicionada às regras de acumulação capitalista”, a Festa carrega em si vestígios da desordem, podendo induzir “vivências urbanas efetivas”, oferecendo às pessoas oportunidades “de se apropriar [coletivamente], ainda que por instantes, de suas ruas, praças, parques e até mesmo dos locais privados” (SUDRÉ, 2010, p. 101) – de onde se pode extrair que, no limite, a Festa possa suscitar o engajamento político em torno de *comuns urbanos*. O autor defende, assim, que das interações formadas a partir do consumo coletivo (não produtivo) do espaço possam nascer articulações políticas contestatórias dos rumos da produção capitalista do espaço (entre tantas outras articulações possíveis).

²²² “[...] *breaking out of the shell developed in response to labour, to the division of labour, to the localizing of work and the specialization of places*”.

²²³ Em sua dissertação de mestrado, Felipe Sudré (2010) desenvolve a reflexão de Lefebvre sobre a Festa (com F maiúsculo), entendendo-a como a dimensão cultural da vida urbana, envolvendo as festividades (festas, com f minúsculo), os objetos culturais, as trocas, os encontros de diferentes. Ao incluir em seu entendimento de Festa outros tipos de lazer que Lefebvre (1991a) associa ao desejo de ruptura com a vida cotidiana, como o turismo e a busca da natureza, estou ampliando extrapolando seu objeto de pesquisa. Desse modo, as menções ao texto de Sudré devem ser lidas como interpretações dilatadas de seu argumento.

Sob outro ângulo, considera que as articulações políticas contestatórias possam subverter a lógica do espetáculo, apropriando-se dos instrumentos espetaculares da festa como estratégia de comunicação, ensejando o debate e a ação política.

Como exemplo, cita a *Praia da Estação* (FIG. 38), manifestação/ocupação/festa organizada em Belo Horizonte, pela primeira vez em janeiro de 2010, em reação à decisão da prefeitura de proibir eventos de qualquer natureza na Praça da Estação – única praça da cidade com capacidade para sediar eventos culturais de grande porte.



Figura 38 – Praia da Estação (Belo Horizonte, Minas Gerais)

- 1 – Praia na Praça da Estação em janeiro de 2010
 - 2 – Praia na Praça da Estação (2010 ou 2011)
 - 3 – Movimento Praia da Estação e encontro dos blocos de carnaval (2014)
 - 4 – Praia da Estação (2013?)
 - 5 – Praia em evento do Fica Fícus (2014)
 - 6 – “Praia” reúne multidão na praça da Savassi (2015)
- Fontes 1) Conjunto Vazio (2010); 2) Conjunto Vazio (2011); 3) Guimarães (2014); 4) Mundo Vasto Mundo (2015); 5) Cardoso (2013b); 6) Fontes (2015).

Vestindo roupas de banho e munidos de farofa, boias e cangas, os manifestantes fizeram rodas de samba, jogaram capoeira e tomaram esguichos de água vindos de um caminhão pipa alugado por eles próprios. A alusão à praia, um dos espaços de Festa mais democráticos do País [e, conforme Lefebvre, onde o corpo mais se aproxima do corpo total], chamava a atenção para a luta proposta durante a intervenção: o uso livre do local [...] (SUDRÉ, 2010, p. 79).

Em banhos regados pelo caminhão pipa que transformam a Praça da Estação na praia de protesto do belo-horizontino, a Festa se manifesta (afinal, na manifestação também está a Festa, ou vice-versa). Proibida de se realizar, ela extrapola os limites da lei e burla a ordem fixada. Em geral, as características da Festa revolucionária muito se aproximam do espetáculo urbano, no que diz respeito à produção de imagens e em seu intuito de ser visto, ser notado por todos. Contudo, é inegável a participação dos sujeitos, que retiram o espaço urbano de sua funcionalidade ordinária e invertem sua lógica, ainda que transitoriamente (SUDRÉ, 2010, p. 118).

Misturando o protesto ao lúdico, a Praia da Estação continuou a ocorrer nos meses seguintes, desafiando a decisão do município, e suscitando outras tentativas de “domesticação da festa” por parte da prefeitura. A manifestação/festa se tornou um ato político em defesa do espaço público em Belo Horizonte – e continua se realizando esporadicamente, organizada por meio das redes sociais²²⁴.

Inspirando-se (também) na Praia da Estação, outros movimentos sociais da capital mineira adotaram a estratégia das ações festivas, como o Tarifa Zero BH que, em 2014, entre outras ações, constituiu um bloco de carnaval (o *Pula Catraca!*), pôs em circulação uma linha de ônibus gratuita no carnaval de rua da cidade (a *Busona Sem Catracas*) e promoveu uma *Manifesta Junina*, interrompendo o trânsito de uma das principais avenidas de Belo Horizonte para pressionar o município pela queda da tarifa de transporte público coletivo (VELOSO, 2015).

Sem diminuir os resultados positivos obtidos por meio dessas manifestações/ocupações – como as festividades em si, a revisão de posturas do governo municipal e a significativa ampliação do público interessado no debate sobre o espaço e os serviços públicos – é possível compreender tanto esses eventos quanto a apropriação coletiva do espaço de lazer extraída de Sudré (2010) na perspectiva dos *desvios* a que se refere Lefebvre (1991c). Sob esse ponto de vista, esses momentos de reapropriação podem ser considerados fontes de ensinamentos para a transformação da vida cotidiana, mas permanecem na dimensão da ruptura momentânea, não criando espaços novos.

Esse é um dos motivos que levam Lefebvre a considerar os espaços de lazer como os símbolos máximos do espaço contraditório: embora a fruição desses espaços permita ao corpo as experiências mais próximas da liberdade possíveis, sua existência é sintoma do processo de fragmentação do espaço social (que reproduz a divisão do trabalho alienado) que é, ele próprio, agente das coações a que o corpo e o espírito são submetidos diariamente, impedindo-os de se desenvolver livremente. Assim, (na volta para casa, na manhã seguinte, na quarta-feira de cinzas), com o retorno à vida cotidiana, o movimento de ruptura ensaiado no espaço de lazer (do trabalho ao não trabalho, do cotidiano ao não cotidiano), é prontamente negado. E, em lugar de ensejar a irrupção,

²²⁴ Para mais informações sobre o movimento/ocupação/festa da Praia da Estação, ver o Blog Praça Livre BH <<https://pracalivrebh.wordpress.com/category/prai-da-estacao>> e a dissertação de Igor Oliveira (2012).

esse retorno causa mal-estar, crises de valores, frustração... e anseio pelo próximo fim de semana/folga/férias.

Do mesmo modo como na reflexão sobre as áreas verdes, áreas protegidas e a mobilidade urbana, o lazer não pode ser pensado de forma isolada. Ainda que a promoção das festividades e a criação de espaços de lazer possam proporcionar um conjunto de benefícios imediatos aos moradores da cidade – descanso, convívio social, reapropriação momentânea do espaço e melhoria das condições de saúde (para os trabalhadores que se movimentam pouco) –, essas medidas se restringem a mudanças na forma do espaço e das políticas públicas (ligadas aos níveis global e intermediário, e não ao privado). Assim, elas tendem a reproduzir espaços nos moldes da produção capitalista, sem alcançar o cerne do mal-estar generalizado da sociedade de consumo dirigido.

Lefebvre compreende que as demandas do morador da cidade pela proteção da natureza e pela fruição em contato com a “natureza pura” revelam seu desejo de fugir à cidade deteriorada e à vida alienada, podendo ser vistas como expressões do desejo de mudar a cidade por meio da produção de espaços novos (LEFEBVRE, 2008b, p. 117). Estendendo seu pensamento, caberia afirmar que as demandas desse morador por (mais) espaços de lazer expressam seus anseios por escapar da vida cotidiana sistematizada, podendo ser compreendidas como expressões do desejo de mudar a vida, superando a era industrial.

Mas uma mudança como essa não resultará de um conjunto de aprimoramentos quantitativos (mais áreas verdes, mais áreas protegidas, mais espaços de lazer), de mais rupturas momentâneas proporcionadas pelo lazer. Ela decorrerá da intensificação das contradições desses espaços, no salto qualitativo (inspirado nessas rupturas momentâneas) que marcará a superação das fragmentações e sistematizações impostas pelo mundo do trabalho alienado, conduzindo ao urbano, espaço-tempo em que predominam a emancipação e a apropriação do corpo, da vida, da natureza.

Tal superação implicará a restituição da Festa que, para Lefebvre (1999, p. 40), constitui o próprio sentido da urbanização. No urbano, a Festa pressupõe a reunião (a vida reunida), envolvendo a atividade criadora, os encontros, as trocas, o gozo e a fruição – sendo ela mesma geradora dos espaços novos, do espaço diferencial.

No urbano existe vida cotidiana, contudo a cotidianidade se supera. [...] Na medida em que o urbano se realiza criando sua obra (morfologia, estrutura urbana, lugares modelados e moldados, espaço ou espaços adequados), a *apropriação* volta à cena, sobrepuja as opressões e subordina o imaginário ao estilo e à obra: pelo monumento e na festa. Desde então a vida urbana devolve à atividade lúdica (ao jogo) sua importância perdida, suas condições de possibilidades. O movimento em direção à restituição da festa se acusa, desde que haja vida urbana. Paradoxalmente o lúdico e o jogo, restituindo-se, contribuem para se restituir o valor de uso, o uso

dos lugares e dos tempos, situando-os acima do valor de troca. [...] A vida urbana pressupõe essa intensificação das trocas materiais e não-materiais, mas por hipótese transforma a quantidade em qualidade. Ela ajunta à forma da comunicação um conteúdo, uma matéria-prima. A sociedade urbana não transfigura a cotidianidade no imaginário e não se contenta em iluminar a cotidianidade com uma outra luz. Ela muda e metamorfoseia a partir da própria cotidianidade (LEFEBVRE, 1991a, p. 201-202).

Nessa hipótese otimista, o trabalho livre propicia a conexão da vida física e mental dos cidadãos com a natureza não humana. Deixando de percebê-la apenas como recurso, passam a estabelecer com ela relações entre sujeitos, reconhecendo-a como histórica, espontânea, criativa, geradora de diferenças, lugar de vida e de trabalho. Esse reconhecimento, que marca a subordinação da lógica formal à lógica dialética, leva à superação da oposição sociedade-natureza (e do paradigma fundante da ciência moderna) no sentido da *segunda natureza*, ensejando a emergência de uma *ecologia de saberes* (plurais, autônomos e articulados horizontalmente) (SANTOS, 2006).

Autorrealizante para o trabalhador, o trabalho na hipótese otimista predispõe à criação, contendo a Festa e superando o lazer. Como resultado dos diferentes usos que as pessoas e grupos fazem de seu tempo e dos meios disponíveis, as comunidades se distinguem e se diferenciam em níveis sequer imagináveis nos dias atuais (GORZ, 1980), produzindo espaços com características lúdicas e estilísticas variadas, que podem ser considerados especialmente agradáveis ou favoráveis ao gozo conforme gostos pessoais e referências sociais²²⁵. Mas, sendo o espaço diferencial o espaço da Festa, não caberia qualificar esses lugares como espaços de lazer, mas talvez como lugares especiais de prazer (de trabalhos coletivos, de encontros, de jogos, de fruição) – termo que também se aplicaria aos espaços não construídos, como as praias, as cachoeiras, as montanhas.

No contexto da vida reunida em torno da Festa, a trama multicolorida articula esses diferentes espaços de vida/trabalho/prazer, que resultam e engendram a transformações sociais e ecológicas, disseminando a práxis urbana. Ela expressa, desse modo, não apenas a transformação social do urbano, mas a transformação *da natureza* (humana e não humana) *no urbano*.

Assim, o urbano se torna a referência mental e social das pessoas, passando a relação isotopia-heterotopia a ser estabelecida em função da relação urbanidade-ruralidade dos espaços, e a oposição campo-natureza-passado x cidade-presente-futuro dando lugar à relação *urbanização extensiva*-passado x *naturalização extensiva*-presente-futuro. Superada a oposição sociedade-natureza, a trama multicolorida pode ser compreendida como *obra da natureza urbana*.

²²⁵ Essas seriam as arquiteturas “do prazer e da alegria, da comunidade no uso dos dons da terra”, que Lefebvre afirma ainda não terem sido inventadas (LEFEBVRE, 1991c, p. 379, tradução minha).

Da trama verde e azul à trama multicolorida

A trama verde e azul proposta no projeto do Macrozoneamento da RMBH explicita as tensões entre sociedade, economia e natureza (humana e não humana) que definem a atual fase crítica. De um lado, manifesta a premência da era industrial, relacionada à capitalização da natureza, à fase ecológica do capitalismo, à modernização ecológica, à tendência simplificadora e homogeneizante do espaço abstrato e à (sub)sistematização da vida cotidiana. De outro, ensaia a ascensão da era urbana, sinalizando o fortalecimento do valor de uso do espaço e a disseminação de práticas cotidianas potencialmente transformadoras, relacionadas à comunalização, à autogestão, à ecologia, à solidariedade, à diferença e à Festa.

No que se refere às áreas verdes e áreas protegidas, a trama sugere, por um lado, a reprodução dos modelos tradicionais da política ambiental, aproximando-se de um sistema de corredores ecológicos que flerta com os instrumentos econômicos de gestão ambiental e com a retomada da política de áreas protegidas pré-SNUC (focada na proteção integral e no afastamento da presença humana). Por outro lado, reconhece a dimensão extensiva da urbanização, delinea a integração das políticas espaciais (urbanísticas, rurais e ambientais) e aposta na perspectiva da naturalização extensiva do espaço social, insinuando a superação dos conceitos de área verde e área protegida.

Ainda que a crítica aqui construída tenha enfatizado os aspectos problemáticos da trama verde e azul proposta nos produtos do Macrozoneamento, seus méritos permanecem evidentes. Caberia dizer que, em um momento histórico em que o planejamento estatal opera predominantemente segundo a lógica industrial – apesar de importantes avanços no campo normativo –, situar uma proposta (a trama, assim como o PDDI e o Macrozoneamento) na fase crítica e considerá-la um exercício de utopia experimental é fazer-lhe um grande elogio; é reconhecer seu esforço de movimento em direção ao urbano.

Mas a trama verde e azul é uma proposta aberta, e sua materialização (se é que sua potência está em sua materialidade) dependerá da configuração da relação de forças entre os diferentes planos de e para a metrópole. Como alerta Ester Limonad (2016), não cabe ignorar o risco de que à utopia inscrita na trama verde e azul se adiram *mitos* legitimadores da mercantilização do espaço urbano – à semelhança do ocorrido com a ideia utópica do *direito à cidade*, de Lefebvre, que vem sendo reduzida ao ser divulgada como um direito legal. Seus futuros possíveis são infinitos.

A trama verde e azul pode não ser levada adiante enquanto política pública. Mas pode também ser desenvolvida como um instrumento de planejamento estratégico *ecologizado*, como seria a Operação Urbana do Isidoro. Ou pode ser incorporada às políticas municipais, permitindo a

integração de ações e a solidariedade intermunicipal. Pode atualizar os termos da modernização ecológica do Estado. Pode inspirar outras experiências de planejamento que busquem fortalecer práticas potencialmente emancipatórias. Pode ser um discurso. Pode ser uma rede de espaços. Pode ser um comum urbano. Pode fomentar instrumentos econômicos de gestão ambiental e contribuir para a capitalização da natureza. Pode ser apropriada por pessoas, grupos e movimentos sociais que encontram identidade em sua virtualidade. Pode favorecer a constituição de corredores ecológicos. Pode ampliar a malha cicloviária. Pode legitimar a expansão do Automóvel. Pode carregar o espírito segregador das áreas verdes e das áreas protegidas do Distrito Federal. Pode ser um espaço de resistência, como a Serra do Gandarela. Pode fortalecer os empreendimentos da economia solidária, contribuindo para torná-los predominantes, superando o capitalismo. Pode atingir ocupações urbanas, favelas e bairros irregulares, facilitando sua remoção. Pode contribuir para proteger grupos vulneráveis dos impactos ambientais de aterros sanitários, como fez a APA Fazenda Capitão Eduardo. Pode transformar-se em objeto de turismo de natureza, como o Yellowstone ou o Parque Nacional da Tijuca. Pode alinhar-se ao Bem Viver e ao altermundialismo. Pode dirigir o consumo e promover a homogeneização do espaço. Pode favorecer a diversidade e a conexão de manifestações culturais e saberes ecológicos. Pode suscitar a criação de espaços de lazer, como o Central Park ou o Parque Municipal de Belo Horizonte. Pode restringir a apropriação ao se transformar em uma unidade de conservação de proteção integral. Pode inspirar a festa. Pode alimentar o terror. Pode favorecer a disseminação da agroecologia urbana por todo o espaço regional. Pode fomentar o mercado verde do setor de alimentos. Pode transformar a estrutura fundiária urbana ao conformar uma rede de espaços comuns. Pode isolar bairros. Pode acelerar a realização da hipótese pessimista. Pode impulsionar as transformações sociais que levarão à hipótese otimista. Pode não ser nada disso. E pode ser tudo isso ao mesmo tempo.

Mas sendo tudo isso ao mesmo tempo, a trama verde e azul concorre para a revolução urbana? Ou só a retarda?

Retomando a posição de Monte-Mór (2006b) sobre os mutirões de autoconstrução, caberia pensar que todo fortalecimento da autogestão é virtualmente transformador, e que o debate sobre a trama iniciado nos eventos do Macrozoneamento pode propiciar a formação de identidades e o engajamento político contestatório; ou, numa perspectiva semelhante, que qualquer incentivo à autogestão é melhor que reforço da sistematização da vida cotidiana, e que uma pequena problematização do planejamento já é melhor que o planejamento autoritário.

Contudo, a postura de Monte-Mór (2006b) diz respeito a práticas cotidianas, do nível privado, e talvez não seja possível estendê-la ao nível global/intermediário do planejamento urbano-regional. É que, no nível institucional, o fortalecimento de práticas divergentes pode não resultar em soma zero; ou pior, pode favorecer a manutenção das relações sociais e ecológicas vigentes – como alertam os porta-vozes da plataforma do Bem Viver.

Com Harvey (2009), caberia dizer que essa dúvida não é específica da trama verde e azul, mas uma questão existencial do urbanismo de esquerda – que, muitas vezes, leva à sua imobilidade. Enquanto esse pensamento urbanístico tende a evitar estabelecer fechamentos e fazer escolhas (por pressupor a liberdade e recusar o autoritarismo), o projeto capitalista avança, de forma autoritária, acirrando a desigualdade social, aumentando a segregação socioespacial e, como é próprio do espaço abstrato, reduzindo as diferenças.

Com Lefebvre (1991b), sob outro ângulo, caberia pensar que essa dúvida não é uma pergunta, mas a constatação da lei da unidade dos contraditórios. E, com Adorno e Horkheimer, poder-se-ia acrescentar que a incapacidade de definir o que é certo não diminui a relevância da teoria crítica – que visa identificar o que está nitidamente errado na sociedade, abrindo caminho para a emergência de alternativas (KAPP; BALTAZAR; MORADO, 2008; LIMONAD, 2016).

Nessa encruzilhada (filosófica, existencial) do pensamento (urbanístico), a utopia figura como o terceiro termo: a contradição virtualmente superada. A utopia contém, assim, tanto a crítica da contradição presente, quanto uma direção a explorar para superá-la.

Ao longo deste capítulo e do anterior, tendo o urbano como utopia e entendendo a trama verde e azul como a manifestação da fase crítica das áreas verdes e áreas protegidas, construí a crítica da proposta. Reconheci suas virtudes e seus limites, mas não pude me posicionar com relação às suas contradições. Assim como só considero possível avaliar as áreas verdes e áreas protegidas em casos concretos, não vejo sentido em opinar sobre a trama enquanto conceito em aberto.

O que pude fazer com esse conceito aberto – e não sem minhas próprias contradições – foi distender a trama pela via mais à esquerda, imaginando-a como parte do movimento de profundas transformações socioespaciais que engendra(rá) o urbano. Orientada pela obra de Henri Lefebvre, busquei apoio em autores críticos e refleti sobre a agricultura do urbano, sobre a mobilidade do urbano e sobre a relação (antitética) do lazer com o urbano – revisitando as eras rural e industrial na busca de sua superação na hipótese otimista.

A partir da agricultura, imaginei a extensão do campesinato de base agroecológica a todo o espaço, ensejando a revisão da estrutura de propriedade do solo, o resgate e a disseminação de saberes tradicionais e de técnicas de manejo da natureza, a resignificação dos espaços não

edificados, a revalorização da fertilidade do solo, a expansão do cultivo em áreas construídas e não-construídas e o fortalecimento das relações sociais baseadas em trocas e ajuda mútua. Da mobilidade, apreendi o espaço social transformado e adaptado à escala do corpo, reunindo os espaços de trabalho, moradia, circulação e fruição, e especulei que todos os caminhos possam conformar corredores ecológicos e espaços de convívio e fruição, onde o deslocamento seja prazeroso e benéfico à natureza (humana e não humana). Já a reflexão sobre o lazer provocou a imaginação da extensão da apropriação do corpo e da natureza ao espaço como um todo, superando o lazer, resgatando o valor de uso dos lugares e dos tempos, restituindo a Festa e transformando a relação sociedade-natureza.

A trama, nesse exercício imaginativo, não figurou como um plano estatal – embora não caiba descartar a possibilidade do envolvimento do Estado (pós-capitalista) na consolidação de seus avanços e no controle das forças de mercado –, mas como uma expressão da transformação da vida cotidiana, como uma face do espaço diferencial. Assim, não foi só verde e azul, mas tão colorida e diversa quanto os grupos e ecossistemas que a conformassem. E não suscitou especializações funcionais, mas a reunião da vida fragmentada pelo mundo do trabalho industrial. Na hipótese otimista da vida reunida em torno da Festa, a trama multicolorida é (também) uma ferramenta justa/convivial/emancipatória, uma rede de disseminação da práxis urbana e da revolução cultural.

Entendida como obra da natureza urbana, a trama multicolorida descreve seu próprio movimento: o da *naturalização extensiva*, que nasce do cotidiano e alcança o espaço como um todo. Nesse movimento, reencontra a metáfora da implosão-explosão da cidade industrial, atribuindo-lhe um sentido diverso: o da *expansão-reunião*²²⁶.

A *expansão*, por um lado, expressa a difusão da trama em rede por todo o espaço, física e virtualmente, unindo experiências vizinhas e distantes e estendendo a Festa, a comunalização, a agroecologia urbana e a economia solidária ao espaço como um todo. A *reunião*, por outro lado, engendra a integração daquilo que a era industrial deixou em fragmentos – sejam os espaços de vida, que se moldam à escala do corpo, pressupõem a simultaneidade, transcendem as especializações funcionais (como as inerentes às áreas verdes e áreas protegidas) e ensejam encontros, sejam as atividades cotidianas, que passam a não discernir claramente produção de consumo, trabalho de não-trabalho, cotidiano de não-cotidiano, atividade intelectual de atividade manual, necessidade de desejo, valor de troca de valor de uso, natureza humana de natureza não humana.

²²⁶ Aqui interpreto livremente obras de Lefebvre (1991c; 1999; 2008b) e de Monte-Mór (1994; 2015).

Ao ressignificar e diversificar o espaço homogêneo, a naturalização extensiva dá sentido à urbanização extensiva: ela remonta a dimensão da totalidade (dos fragmentos e da cidade, da physis e do espírito, da espécie humana com a natureza), reconstrói o sentido de pertencer, revaloriza as diferenças (natureza, tempo, espaço, corpo, etnias, religiões, sexualidade), restitui o estilo e o monumento, e enseja a liberdade. Ao fazê-lo, marca a inflexão da era industrial à era urbana²²⁷.

Na hipótese otimista, a naturalização extensiva – ou o *urbano-natural* (MONTE-MÓR, 2015) – absorve os espaços destinados pela sociedade urbano-industrial à experiência e à proteção da natureza, incorporando-os às novas formas de produzir e viver em sociedade-natureza. Nessa utopia, o que resta das áreas verdes e áreas protegidas são os espaços de representação (vestígios dos lugares sagrados) e a assunção da responsabilidade coletiva perante a natureza não humana. Em outras palavras: no urbano, o ideário das áreas verdes e áreas protegidas é elevado a um novo nível, a partir do qual passa a interferir no movimento dos pensamentos e ações relacionados às formas de produzir e viver.

²²⁷ Em *Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano*, Monte-Mór (2015) desenvolve sua ideia da *naturalização extensiva* na perspectiva do *urbano-natural*. Entendendo o presente como um momento inicial da era urbana, tensionada entre a reprodução dos modelos industriais (sistematização da vida cotidiana, homogeneização e fragmentação do espaço, redução das diferenças) e a construção do espaço diferencial, o autor sugere que só a inflexão das forças do *urbano-industrial* às forças do *urbano-natural* poderá conduzir ao *urbano-utopia*. Traduzindo a proposta do autor à terminologia adotada nesta tese: só caberá falar em predominância do urbano sobre o industrial quando a vida cotidiana estiver impregnada da apropriação coletiva da natureza, refletindo e engendrando formas conviviais/justas/emancipatórias de produzir e viver em sociedade e produzindo espaços marcados pela imbricação do tecido urbano como espaço natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhando para esta tese – que é também autoanálise – a partir de seu ponto de chegada, já não posso discernir se foi o pensamento dialético o que me levou a reconhecer as contradições relacionadas às áreas verdes e às áreas protegidas ou se foi o envolvimento com esse tema tão contraditório o que me fez despertar para a premência do método dialético. Fato é que a necessidade da sociedade moderna de delimitar espaços específicos para a experiência e para a tutela da natureza sugere a existência de algum descompasso em sua relação com sua própria natureza – que me inquieta e estimula à reflexão.

Sim, medidas protetivas com relação a lugares sagrados ou animais totêmicos acompanham a história da humanidade; suas origens são muito anteriores à sociedade moderna. E é precisamente esse o ponto do incômodo. É que o sagrado e o totêmico remetem a qualidades intrínsecas da natureza, consagradas em simbolismos políticos e religiosos alusivos ao passado (à origem da vida) e ao divino, que fundam e justificam as relações sociais de determinado grupo. O estatuto dos lugares sagrados é, portanto, o do espaço absoluto (LEFEBVRE, 1991c): um espaço de presença, que emana a ordem das relações sociais.

Esses lugares não se confundem com as áreas verdes e áreas protegidas – embora haja resquícios desse espaço absoluto no ideário que subjaz a esses espaços modernos. Há uma diferença primordial a apartá-los. Enquanto os lugares sagrados são espaços de presença, as áreas verdes e as áreas protegidas são espaços de ausência: elas circunscrevem precisamente aquilo que a sociedade julga não ser.

Isso explica sua condição residual no espaço social, constituído sobretudo por áreas não verdes e desprotegidas. É que a ordem social que as engendra provém de uma sociedade que tem na cidade (e não na primeira natureza) sua referência mental, e que cultua a razão como algo superior, capaz de controlar e dominar a natureza. Seu estatuto, pois, é o do espaço relativizado (LEFEBVRE, 1991c), dotado de movimento interno, expressão da história em ato.

Essa relatividade do espaço e essa noção de natureza (objeto-heterotopia-passado), sim, podem ser associadas fortemente à modernidade. Como se apreende de Lefebvre (1991c) e Porto-Gonçalves (2006), essas percepções avançaram em sua consolidação na Europa ocidental durante o Renascimento, junto ao desenvolvimento do racionalismo moderno, ganhando impulso com a emergência da era industrial, a partir do século XVII.

Mas foi sobretudo a partir do século XVIII que a natureza não humana passou a ser valorizada pela sociedade moderna, sendo associada a valores morais e estéticos (associados à pureza, à beleza

e ao sublime) e a certa dimensão utópica (do alhures, do paraíso perdido). Como se extrai de Thomas (2010) e Choay (1992), essa valorização ascendeu como reação à cidade industrial, deteriorada e superpovoada, refletindo-se inicialmente na literatura e na pintura, mas logo alcançando a jardinagem, o paisagismo e o urbanismo-ciência em formação.

Esse enaltecimento (reativo) da natureza foi central ao ideário fundante das áreas verdes. Nas grandes cidades dos países em processo de industrialização-urbanização, parques e jardins públicos foram projetados para o prazer das massas, para a purificação dos ares e para a educação artística e cívica dos cidadãos – e, a partir do exemplo estadunidense, para expressar republicanismo e democracia (CAMARGOS, 2006; VELLOSO, 2007; BENTON-SHORT; SHORT, 2008). Não deixa de ser curioso observar, no entanto, que a representação da natureza domesticada (por meio da jardinagem e do paisagismo) nesses espaços tenha sido empregada para a domesticação da natureza humana, educando os trabalhadores para a destinação fecunda de suas horas livres.

O reconhecimento desse propósito de domesticação das massas expõe a relatividade da valorização da natureza pela sociedade urbano-industrial. Ainda que nas áreas verdes ela possa ser manipulada para criar paisagens idílicas remetentes ao alhures, a natureza não perde suas dimensões de objeto, passado e selvagem (ainda não dominado) – o que explica a atribuição de características pejorativas associadas aos animais aos segmentos sociais oprimidos e explorados (como os operários, as mulheres, os velhos, os negros, os povos indígenas, os homossexuais) como artifício discursivo para transformar diferenças em relações de hierarquia (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Essa relatividade fica evidente na criação dos primeiros parques nacionais estadunidenses no fim do século XIX. Para constituí-los como símbolos de autenticidade e de modernidade, foi preciso reunir sentimentos tão ambíguos quanto o propósito de civilizar a fronteira selvagem e o apreço anti-industrial pela natureza, o desprezo pelos fazendeiros xucros e a admiração pelos desbravadores pioneiros, a fascinação pelas paisagens exóticas e o apreço pela estética pitoresca, a desterritorialização de povos indígenas e o ideal democrático dos parques para benefício e usufruto do povo (CAMARGOS, 2006).

Acredito não estar me excedendo, portanto, quando proponho compreender áreas verdes e áreas protegidas como espaços homólogos, de origens comuns ligadas ao processo descrito por Lefebvre (1999) como implosão-explosão da cidade industrial. Tendo em conta seus contextos e os conceitos de natureza que carregam, parece-me razoável interpretar as áreas verdes como resultantes do processo de implosão (grande acumulação de conhecimentos, técnicas, coisas, pessoas, riquezas, usos do espaço) da cidade e as áreas protegidas como expressões do processo de explosão dos fragmentos da cidade pelo território (regional/nacional/mundial).

A dimensão dessa explosão merece ser explicitada, pois diz respeito não apenas à criação de parques nacionais nos rincões dos países industrializados, mas também à difusão do ideário estadunidense entre as demais nações capitalistas – sobretudo entre as economias emergentes, que viam a reprodução dessas políticas como provas de modernidade (CAMARGOS, 2006). Tal foi o caso do Brasil, onde a criação dessas áreas protegidas não se relacionou à explosão de suas próprias cidades, mas à assimilação de fragmentos projetados por outras metrópoles (aí entendidas tanto no sentido imperial quanto no de cidade industrial).

Apesar de homólogos, esses espaços dizem respeito a nuances divergentes do conceito de natureza: enquanto as áreas verdes se referem à natureza domesticada, moldada para o prazer dos cidadãos (sendo por isso denominadas *verdes*, cor predominante das plantas) e situada no interior do tecido urbano, as áreas protegidas remetem à natureza selvagem (não domesticada, mas dominada), situada distante dos centros urbanos, contendo o perigo, o exótico e o sublime e oferecendo algo do místico e do jogo (desafio, autoesforço, caça). Há, desse modo, certa tensão entre esses espaços. Por um lado, a proliferação do tecido urbano ameaça sitiar todas as áreas protegidas, transformando-as em áreas verdes, domesticando o selvagem e incorporando-o à malha urbana. Por outro lado, a multiplicação das áreas protegidas pode(ria) prenunciar o transbordamento da natureza não humana sobre a humana, transformando todas as áreas verdes em áreas protegidas, despejando o exótico, o perigoso, o místico e o lúdico sobre o tecido urbano e esmaecendo a percepção da superioridade da sociedade/cidade. Levado ao limite em qualquer uma das direções, esse movimento implica o fim das áreas verdes e áreas protegidas, seja pela industrialização e homogeneização completa do espaço, seja por sua naturalização total.

Identificando a virtualidade do movimento que levará ao desaparecimento desses espaços, chamei de hipótese pessimista a perspectiva da homogeneização do espaço-natureza e de hipótese otimista a possibilidade da naturalização do tecido urbano. Interessada em contribuir para a construção da hipótese otimista – uma utopia dialética baseada na crítica das áreas verdes e áreas protegidas – e reconhecendo a tendência à fusão dos conceitos que suportam esses espaços, apostei na existência de um terceiro termo que envolvesse ambos, podendo conduzir à sua superação. E considerando que, se esses espaços são homólogos entre si, eles também são homólogos à sociedade urbano-industrial (igualmente originada da implosão-explosão da cidade industrial), admiti estar sua superação ligada à transcendência da era industrial – que, por sua vez, envolve a superação do modo de produção capitalista, baseado na crescente exploração da natureza (humana e não humana).

Então, com Lefebvre (1991a; 1991c; 1999; 2008b), estabeleci o urbano como a virtualidade iluminadora da era industrial, assumindo-o como centrado no valor de uso, na apropriação da natureza e do espaço, na Festa e na autogestão da vida e da produção. Desenvolvi nesse sentido minha hipótese otimista, minha leitura do urbano, tomando-a como o espaço-tempo possível-impossível em que a sociedade constrói conscientemente a segunda natureza, lugar de trabalho e criação, onde/quando todo o espaço (diferencial) é produzido em bases ecológicas e socialmente justas, prescindindo de espaços especializados destinados à experiência ou à tutela (com relação à sobre-exploração capitalista) da natureza.

Tendo a hipótese otimista como horizonte, propus-me a remontar a história das áreas verdes e áreas protegidas, revisitando suas origens modernas, percorrendo suas contradições contemporâneas e prospectando seu futuro possível-impossível, no urbano lefebvriano.

Essa postura teórica e política não tardou em revelar suas dificuldades. A primeira delas consistiu na limitação da literatura crítica sobre as áreas verdes e áreas protegidas. Como procurei explicitar no Capítulo 1, em razão das práticas autoritárias de constituição desses espaços ao longo da história, os trabalhos críticos existentes sobre a temática tendem a se voltar mais para os conflitos relacionados a esses processos de criação/manutenção que para sua inserção na urbanização contemporânea, não tendo sido identificados trabalhos que se ocupassem de sua problematização lógica-filosófica.

Diante dessas limitações, optei por contribuir para a construção dessa problematização desenvolvendo argumentos propostos por autores de base marxista que abordam criticamente as contradições da relação sociedade-natureza no âmbito do processo de produção capitalista do espaço, com destaque para Lefebvre e Harvey. Assim estabeleci os fundamentos e pressupostos teóricos da pesquisa, apresentando minha leitura sobre o método dialético, a tese da revolução urbana, a crítica política da natureza e o pensamento utópico.

A partir desse referencial, estabeleci, no Capítulo 2, a primeira aproximação entre áreas verdes e áreas protegidas, buscando romper com a tendência acadêmica de tratar esses espaços separadamente, em disciplinas especializadas conforme sua funcionalidade. Reconhecendo sua homologia no processo de implosão-explosão das cidades industriais, vali-me dos exemplos do Central Park e do Parque Nacional de Yellowstone para explicitar o ideário fundante desses espaços, que se tornaram referências para a criação de áreas verdes e áreas protegidas por todo o mundo capitalista.

Ainda nesse capítulo, observei que esses espaços tiveram seus objetivos e significados transformados ao longo do século XX. Na primeira metade do século, no Brasil, por exemplo, os

modelos estadunidenses foram atualizados por um contexto político-econômico associado ao fordismo-keynesianismo e conformados à posição periférica do país no capitalismo global, passando a integrar projetos políticos de modernização industrializante, por meio dos quais combinavam propósitos de construção de novas identidades nacionais, desenvolvimento do turismo e princípios do urbanismo modernista.

Já na segunda metade do século, somaram-se a esses significados preocupações internacionais com relação aos limites da exploração capitalista da natureza – como discuti no Capítulo 3. Esse período foi também marcado pela reestruturação do modelo fordista-keynesiano no sentido da acumulação flexível, pautada pela descentralização das empresas, pela precarização das relações de trabalho, pelo afastamento do Estado das políticas sociais e pela “guerra dos lugares”, com municípios, estados e países competindo por investimentos privados, submetendo-se às regras dos bancos internacionais e flexibilizando (ou enrijecendo, mas negligenciando) suas normas ambientais, urbanas e trabalhistas.

Então, sob a influência da disciplina da biologia da conservação – divulgada por cientistas e ONGs e fortalecida por acordos internacionais –, os objetivos centrais das áreas protegidas se deslocaram da proteção das paisagens para a proteção da biodiversidade, enquanto as áreas verdes tiveram suas funções de lazer e embelezamento urbano acrescidas de objetivos ecológicos. Em países periféricos tropicais, como Brasil, Índia e Tailândia, a criação de áreas protegidas – que já carregavam a insígnia da violência do Estado na remoção de moradores e desestruturação de povos e comunidades tradicionais – tornou-se sinônimo de violação de direitos humanos.

Em reação a esse cenário, movimentos sociais se constituíram para reivindicar direitos dos povos indígenas, campos de pesquisa acadêmica foram conformados em torno da temática da ecologia social, debates internacionais foram realizados e novas leis ambientais foram aprovadas com orientações mais democráticas. No Brasil, a partir dos anos 1980, seja em razão da publicização desses conflitos, seja atendendo a demandas sociais, seja como parte de estratégias estatais para atender aos acordos internacionais relacionados à proteção ambiental, novas categorias de áreas protegidas foram concebidas com vistas a viabilizar as políticas estatais de conservação da natureza sem demandar a remoção de grupos sociais. Também nesse período começaram a ganhar corpo os debates sobre as medidas necessárias para conter o aquecimento global, entre as quais a proteção de remanescentes florestais e a recuperação de áreas desmatadas/degradadas.

A partir dos anos 1990, com o acirramento dos processos de flexibilização da produção e financeirização do capital em paralelo à consolidação das preocupações ambientais globais, as políticas neoliberais relacionadas às áreas verdes e áreas protegidas adquiriram novos contornos,

expressando a fase ecológica do capital. No Brasil, esses espaços passaram a ser instituídos não só em resposta a demandas populares, mas também como parte de projetos de planejamento urbano estratégico e como medidas compensatórias relacionadas a empreendimentos potencialmente poluidores. No momento atual, o Estado apresenta dificuldades em manter esses espaços, mas não cessa de instituí-los, o que leva ao desconhecimento das áreas verdes e das áreas protegidas por parte das pessoas que nelas habitam, além de favorecer usos irregulares – tanto os degradantes quanto os alinhados à conservação da natureza.

Nestes primeiros anos do século XXI, com a consolidação dos mercados internacionais de créditos de carbono e com a renovação dos mercados nacionais de reservas ambientais (rurais) e de créditos construtivos (urbanos), tem-se observado certo deslocamento da obrigação da criação de áreas protegidas e áreas verdes para as periferias municipais/regionais/globais – reproduzindo processo análogo de descentralização das atividades econômicas poluidoras e do trabalho degradante. Assim, áreas protegidas em países periféricos passam a lastrear a poluição realizada em países centrais, áreas protegidas situadas em regiões do país onde o preço da terra é menor passam a compensar o desmatamento irregular em regiões valorizadas, e a constituição de áreas verdes nas periferias dos loteamentos ou dos municípios passa a conferir direitos de construção acima dos parâmetros estabelecidos em processos participativos de planejamento urbano nas áreas mais centrais.

Resistindo a esses processos de capitalização – cada dia mais sofisticada – da natureza e da vida, grupos mobilizados pelo direito à cidade e movimentos sociais que discutem a natureza como um bem comum e formas alternativas de produção têm se articulado em rede, em instâncias como a Cúpulas dos Povos, o Fórum Social Mundial e a Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra. Acompanham essas mobilizações grupos de pesquisa e extensão universitária, que têm produzido pesquisas engajadas nesses movimentos e construções teóricas e técnicas coletivas.

Com essas reflexões, no Capítulo 3, concluí a recapitulação da história das áreas verdes e áreas protegidas de suas origens industriais até o momento presente. Para dar sequência à essa remontagem, avançando do presente em direção ao futuro, vali-me de uma proposta que considero um exercício de utopia experimental: a trama verde e azul. Concebida no projeto do Macrozoneamento da RMBH, a proposta envolveu pressupostos teóricos dos quais compartilho, como a inspiração lefebvriana, e objetivos que avalio positivamente, como a redução das desigualdades sociais, a reestruturação espacial da metrópole no sentido da policentralidade e o fortalecimento da diversidade cultural, ecológica e espacial.

Assim, no Capítulo 4, interpretei a trama verde azul como uma expressão da atual fase crítica, avaliando que a proposta contém tanto elementos associáveis à era urbana, como o propósito de um planejamento democrático do espaço e a abertura à diversidade de formas de uso e à apropriação do espaço e da natureza, quanto elementos tendentes à reprodução das dinâmicas próprias da era industrial, relacionados à fase ecológica do capitalismo, à modernização ecológica do Estado, à tendência simplificadora e homogeneizante do espaço abstrato e à sistematização da vida cotidiana.

A partir dessa crítica, propus a expansão/radicalização da trama verde e azul no sentido da hipótese otimista. Para tanto, retomei Lefebvre (1991a) no reconhecimento da vida cotidiana como lócus da revolução urbana, e busquei desenvolver a trama a partir de discussões sobre a agricultura, a mobilidade e o lazer. Além de constituírem os aspectos em que a trama sinaliza escapar às políticas tradicionais de restrição do uso do espaço, dizendo respeito às áreas não verdes/desprotegidas, esses temas são também alegorias das eras rural, industrial e urbana – cujas contradições suscitam a imaginação sobre sua superação no urbano.

No exercício imaginativo da morfologia e das relações sociais próprias da hipótese otimista, reencontrei, com Harvey (2009), a principal dificuldade decorrente dos pressupostos teóricos adotados nesta pesquisa: a tensão entre o pensamento dialético e os fechamentos. Como descrever a hipótese otimista sem reduzir o urbano, tendo em vista que as escolhas de determinadas perspectivas tendem ao autoritarismo e à recusa da compreensão dialética? Como conceber o possível-impossível de uma sociedade livre e justa sem incorrer no (grande) risco de idealizar uma utopia autoritária e não dialética?

Assumindo-me incapaz de responder a essas questões, mas determinada a não abandonar o propósito da construção de uma utopia otimista, optei por conduzir meu esforço imaginativo por meio do que chamei de via *mais à esquerda*: a aposta nas perspectivas mais radicais no sentido da apropriação da natureza e da autogestão, partindo do pressuposto de que, no movimento dialético urbano, essas dimensões est(ar)ão inevitavelmente presentes, tendendo à predominância.

Ao dizer de perspectivas *mais radicais* considerei, evidentemente, aquelas que alcanço identificar e interpretar. Mantenho em vista, com Harvey (2009), que nossas aspirações de transformação social estarão sempre restritas à posição a partir da qual vemos o mundo, à amplitude com que podemos vê-lo e ao ponto a partir do qual podemos compreendê-lo, de modo que o resultado deste exercício imaginativo – materializado sobretudo no Capítulo 5 e nestas Considerações Finais – carrega minhas próprias idiossincrasias, contradições e limitações.

Assim, no Capítulo 5, dediquei-me a imaginar a revolução que parte do cotidiano e alcança o nível global. Por meio desse exercício de transdução, concebi a extensão do campesinato de base

agroecológica a todo o espaço, suscitando a revisão da estrutura de propriedade do solo, o resgate e a disseminação de saberes tradicionais e de técnicas de manejo da natureza, a revalorização da fertilidade do solo urbano e o fortalecimento das relações sociais baseadas em trocas e ajuda mútua. Imaginei a vida cotidiana emancipada do mundo do trabalho alienado, suscitando a criação de espaços capazes de reunir trabalho, moradia, circulação e fruição em distâncias caminháveis/pedaláveis, resgatando o valor de uso dos lugares e dos tempos e restituindo a dimensão da Festa. Refletindo sobre a morfologia dessas transformações socioespaciais, expressões do espaço diferencial, imaginei uma trama multicolorida, formada a partir da conexão de experiências agroecológicas e solidárias, que parte do cotidiano e alcança o espaço social como um todo, difundindo a práxis urbana, revalorizando as diferenças e reconstruindo o espaço de vida. Dialogando com a metáfora da implosão-explosão da cidade industrial (de Lefebvre) e com as perspectivas da naturalização extensiva e do urbano-natural (de Monte-Mór), sugeri que o movimento próprio dessa trama (feita de matéria, pensamentos e ações) seja o da expansão-reunião: enquanto se difunde pelo espaço social, criando e transformando a paisagem urbana, provoca a reunião dos fragmentos da era industrial, concentrando, à escala do corpo, os espaços, tempos e atividades humanas, e ensejando novos conceitos de sociedade e natureza.

Nesse esforço, concebi a superação, no urbano, das tensões entre áreas verdes/protegidas e áreas não verdes/desprotegidas e entre áreas verdes situadas nas centralidades urbanas e áreas protegidas associadas ao meio rural, com o espaço urbano-regional-global sendo produzido por meio da autogestão, transformando a vida cotidiana (com o espaço e a natureza) em obra. Nesse urbano, realização da hipótese otimista, a exploração da natureza e as preocupações com sua proteção não deixam de existir, mas são colocadas em um novo nível, a partir do qual passam a interferir no movimento dos pensamentos e ações relacionados às formas de produzir e viver.

Agora, nestas Considerações Finais, permito-me avançar ainda mais nesse sonho diurno da hipótese otimista. Arrisco-me aqui a imaginar – a descrever o que desejo que possa vir a ser – o olhar, a partir desse espaço-tempo futuro em que o urbano finalmente predomina, para o passado dominado pelo industrial.

Quero acreditar que, nessa avaliação retrospectiva, será possível reconhecer sementes (tortas) do urbano nas áreas verdes e nas áreas protegidas concebidas entre o fim do século XVIII e o início do século XXI. De uma parte, espero ser possível identificar, no histórico de violência e supressão das diferenças sociais, culturais e ecológicas relacionado a esses espaços, as raízes do movimento global de resistência à capitalização do espaço, da natureza e da vida, que conduziu ao

debate e à comunalização dessas dimensões e à valorização da diversidade (social, cultural, ecológica).

De outra parte, espero ser pertinente interpretar a dimensão utópica das áreas verdes e áreas protegidas desse período industrial como sinais da nova ordem diferencial (também provisória e dotada de suas próprias contradições) em que o espaço global passou a ser produzido/criado. Assim, se em suas origens, áreas verdes e áreas protegidas puderam ser compreendidas como expressões espaciais dos limites espaciais da separação sociedade-natureza e da dominação da natureza pela cultura, sua superação, no urbano, consagrou o reconhecimento das responsabilidades coletivas perante a natureza humana e não humana e a convergência do desenvolvimento dessas naturezas.

Com a utopia dialética da hipótese otimista, adiro ao movimento crítico que propõe desafiar a tendência contemporânea de condenação do pensamento utópico – presente na literatura científica e na mídia e internalizada em meus próprios mecanismos de pensamento –, buscando contribuir para transcender o *campo cego* em que se encontra o pensamento urbanístico. Por meio desse exercício, inspirado na (ousadia da) utopia urbana de Henri Lefebvre e na coragem da mente de autores como André Gorz, Michael Löwy e David Harvey²²⁸, procuro engrandecer experiências, práticas e sentidos ligados a *outras* formas de conceber a relação sociedade-natureza, que se veem atualmente ofuscadas frente à predominância do espaço abstrato e da lógica industrial. Procuro, assim, dilatar o que aos olhos industriais parece resíduo, reconhecer o valor da diferença e contribuir para *desinverter o mundo invertido* – a que se referem Marx e Lefebvre.

Aposto, com Harvey (2009), na reabilitação da utopia como forma de crítica do momento presente e como via para a construção da mudança socioespacial – avaliando que, ao cabo, a abdicação do pensamento utópico concorre para a aceitação da hipótese pessimista (que não demanda esforços imaginativos na medida em que se torna mais real a cada dia nas periferias globais).

Não deixo de reconhecer, porém, as contradições (e mesmo as possíveis ingenuidades) inerentes a esse tipo de construção teórica, abrindo-me a todas as críticas. Mais do que isso, considero que, se as contradições desta hipótese otimista ensejarem críticas, suscitando questionamentos e debates sobre essa temática, terei alcançado meus propósitos – seja o de trazer à discussão crítica a temática das áreas verdes e áreas protegidas, seja o de incitar a imaginação sobre o possível-impossível.

²²⁸ Reconheço que os incômodos que senti ao estudar as utopias concebidas por esses três autores foram importantes tanto para o desenvolvimento da crítica presente nesta tese quanto para estimular minha decisão por explicitar a hipótese otimista – esperando, talvez, poder também causar esse tipo de incômodo provocativo.

“De resto” – como provoca Lefebvre (1991a, p. 202) –, “a hipercrítica vale mais que a ausência de crítica”, servindo de estímulo até mesmo aos mais conformistas.

REFERÊNCIAS*

ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: Uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: BARTELT, Dawid D. (Org.). **Um campeão visto de perto**: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012, p. 198-216. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/democracia_inside_a_champion_port_final.pdf>. Acesso em: 4 maio 2016.

ACSELRAD, Henri. Políticas Ambientais e Construção Democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Mariana; DINIZ, Nilo (Org.). **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 75-96.

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 13-35.

_____. Apresentação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José A. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AFONSO, Nazareno S. Revisitando o “Não Transporte”, a tese da rua humanizada. **Ciência&Ambiente**, Santa Maria, n. 37, p. 93-104, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ruaviva.org.br/biblioteca.html>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

ALCOREZA, Raul P. **La revolución mundial del vivir bien**. Quito: Programa Andino de Derechos Humanos, 2010. Disponível em: <<http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/369/File/PDF/CentrodeReferencia/Temasdeanalis2/buenvivirysumakkawsay/articulos/Prada.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

ALMEIDA, Daniela A. O. Agricultura urbana: isto e aquilo. In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-MÓR, Roberto L. M. (Org.). **Teorias e práticas urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 419-447.

_____. **Isto e aquilo**: agriculturas e cidades na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. No prelo.

_____. COSTA, Heloisa S. M. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. APP Urbana 2014 - III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO, 2014, Belém, Brasil. **Anais...** Belém: Anpur, 2014. Disponível em:

* Esta tese foi padronizada tendo como referência a nona edição do *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*, elaborado por Júnia Lessa França e Ana Cristina de Vasconcelos com a colaboração de Maria Helena de Andrade Magalhães e Stella Maris Borges, publicado em 2014 pela Editora UFMG. Algumas regras foram adaptadas.

<<http://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT1-220-63-20140522075553.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

ALVES, Ana R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, n. 80: p. 71-96, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

AM730. Petrolina, 2013. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria e título). Disponível em: <<http://am730.com.br/horta-comunitaria-da-escola-municipal-luiza-de-castro-produz-alimentos-organicos/>>. Acesso em: 9 out. 2016.

AMARAL, Marcelo C. **A mobilidade da cidade aos pedaços**: espaço-tempo-corpo dos deslocamentos em Belo Horizonte. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ANASTASIA, Antônio A. J. Projeto de Lei nº 3.078, de 14 de abril de 2012. Dispõe sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. **Diário do Legislativo**, Belo Horizonte, 14 abr. 2012. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2012&n=3078&t=PL>. Acesso em: 15 abr. 2016.

APPLEYARD, Bruce. Livable streets or schoolchildren: How Safe Routes to School programs can improve street and community livability for children. **NCBW**, Nova York, *online*, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.bikewalk.org/pdfs/forumarch0305.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2016.

APPLEYARD, Donald. **Livable Streets**. Berkeley: University of California Press, 1981 *apud* APPLEYARD, Bruce. Livable streets or schoolchildren: How Safe Routes to School programs can improve street and community livability for children. **NCBW**, Nova York, *online*, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.bikewalk.org/pdfs/forumarch0305.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2016.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 79-92, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE PÚBLICO – ANTP. Comissão de Circulação e Urbanismo. Não-transporte, a reconquista do espaço e do tempo social. **Revista dos Transportes Públicos - ANTP**, São Paulo, n. 44, p. 8-26. jun. 1989. Disponível em: <<http://files-server.antp.org.br/5dotSystem/download/dcmDocument/2014/11/11/5431A071-0FB8-4B14-BA56-2FA4EC4BB15F.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BAAN, Iwan. **High Line**, New York, Washington Grasslands, photo (2009). Meredith Gunderson, Londres, out. 2012. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://meredithgunderson.com/high-line-symposium>>. Acesso em: 9 out. 2016.

BALÉE, William. Indigenous history and Amazonian biodiversity. In: STEEN, Harold K.; TUCKER, Richard P. (Ed.). **Changing Tropical Forest: Historical Perspectives on Today's Challenges in Central and South América**. Durham: Forest History Society, 1992, p. 185-197 *apud* DIEGUES, Antonio C. S. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB-USP; Hucitec; Annablume, 2000.

BARCELLOS, Vicente Q. **Os parques como espaços livres públicos de lazer: o caso de Brasília**. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999 *apud* TANURE, Joana D. **O projeto de paisagismo de Burle Marx e equipe para o “Parque da Cidade” em Brasília/DF**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, Universidade Nacional de Brasília, 2009.

BARROS, José M. **Cultura e comunicação nas avenidas de contorno em Belo Horizonte e La Plata**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005.

BARTON, Melissa. Restoration or Destruction: The Controversy over Wolf Reintroduction. **Journal of Young Investigators**, [s. l.], *online*, set. 2005. Disponível em: <<http://www.jyi.org/issue/restoration-or-destruction-the-controversy-over-wolf-reintroduction/>>. Acesso em: 12 set. 2016.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004 *apud* MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 41-64, jan./jul. 2006.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Meio ambiente: Adote o verde**. Belo Horizonte, *online*[a]. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=meioambiente&tax=11025&lang=pt_BR&pg=5700&taxp=0&>. Acesso em: 5 abr. 2016.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Programas e Projetos: Saneamento Drenurbs**. Belo Horizonte, *online*[b]. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=programaseprojetos&tax=12065&lang=pt_BR&pg=6080&taxp=0&>. Acesso em: 5 abr. 2016.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. Tradução de Ana M. Goldberger. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001 (1960).

BENTON-SHORT, Lisa; SHORT, John R. **Cities and Nature**. New York: Routledge, 2008.

BERMAN, Marshall. **All That Is Solid Melts Into Air: The Experience of Modernity**. Nova York: Simon and Schuster, 1982.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2010 (1991).

BIO TEIA ESTUDOS AMBIENTAIS. Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília – EEJBB – Plano de Manejo. (versão resumida). Brasília: ICMBio, 2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-anejo/DCOM_plano_de_manejo_Flona_de_Brasilia_Diagnostico.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2016.

BLOCH, Ernst. **The utopian function of art and literature**. Massachusetts: MIT Press, 1988 *apud* HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009 (2000).

_____. **O princípio esperança. v. 1.** Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2005 (1959).

_____. **O princípio esperança. v. 2.** Tradução de Werner Fuschs. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006a (1959) *apud* VIEIRA, Antônio R. Princípio esperança e a “herança intacta do marxismo” em Ernst Bloch. V Colóquio Internacional MarxEngels, 2007, Campinas, Brasil. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao6/Antonio_Rufino.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. **O princípio esperança. v. 3.** Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006b (1959) *apud* VIEIRA, Antônio R. Princípio esperança e a “herança intacta do marxismo” em Ernst Bloch. V Colóquio Internacional MarxEngels, 2007, Campinas, Brasil. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao6/Antonio_Rufino.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 set. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, *online*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Lei nº 9.985, de 13 de jul. 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 30 mar. 2013.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 set. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 22 out. 2014.

_____. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 ago. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 27 jun. 2016.

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 fev. 2007.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 27 jun. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo – Parque Nacional da Tijuca**. v. 2. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/parna_tijuca_pm.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 maio 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 jan. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-018/2015/Lei/L13089.htm>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Comunidades Tradicionais - O que são**. Brasília, *online*[a]. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>>. Acesso em: 6 set. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Figura 10: Mapa de unidades de conservação e terras indígenas (2010). In: NAVE TERRA – CONSULTORIA SOCIOAMBIENTAL LTDA. Metas de Aichi: Situação atual no Brasil. Brasília: UICN, WWF-Brasi e IPÊ, 2011, p. 39.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Carta da Terra**. Brasília, *online*[b]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção da Diversidade Biológica**. Brasília, *online*[c]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/conven%C3%A7%C3%A3o-da-diversidade-biol%C3%B3gica>>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)**. Brasília, *online*[d]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Instrumentos econômicos**. Brasília, *online*[e]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/planejamento-ambiental-urbano/instrumentos-econ%C3%B4micos>>. Acesso em: 12 set. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Instrumentos econômicos**. Brasília, *online*[f]. Disponível em: <www.mma.gov.br/governanca-ambiental/economia-verde/instrumentos-econ%C3%B4micos>. Acesso em: 12 set. 2016.

BREDA, Tadeu. Alberto Acosta: para entender a fundo os sentidos de Bem Viver. **Carta Capital**, [S.l.], 21 jan. 2016. Blog Outras Palavras. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/alberto-acosta-para-entender-a-fundo-os-sentidos-de-Bem-Viver>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

BRENNER, Neil (Ed.). **Implosions/explosions: Towards a study of planetary urbanization**. Berlim: Jovis, 2014.

BRITO, Daguiete M. C. Conflitos em unidades de conservação. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP**, Macapá, n. 1, p. 1-12, dez. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/10/n1Daguiete.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2015.

CACHOEIRA DA USINA. [S.l.]: Facebook, 2016. (Foto sem autoria e título). Disponível em: <https://www.facebook.com/Cachoeira-da-Usina-553942401348704/photos?ref=page_internal>. Acesso em: 10 out. 2016.

CALIXTO, Bruno. Equador decide explorar petróleo em reserva ambiental na Amazônia. **Revista Época**, São Paulo, 16 ago. 2013 [atualizado em 1º abr. 2015]. Blog do Planeta. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2013/08/equador-decide-explorar-bpetroleo-em-reserva-ambiental-na-amazonia.html>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

CAMARGOS, Regina. Nascimento da APA Sul – RMBH: o poder da polêmica. In: ACSELRAD, Henri. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 131-146.

_____. **Homem, natureza e sensibilidades ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CAMPOS, Marília. Projeto de Lei nº 2.995, de 22 de outubro de 2015. Cria a Área de Proteção Ambiental do Parque Fernão Dias – APA Fernão Dias – e dá outras providências. **Diário do Legislativo**, Belo Horizonte, 22 out. 2015. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2015&n=2999&t=PL>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CARDOSO, Adauto L.; ARAGÃO, Thêmis A. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: MENDONÇA, Jupira G.; COSTA, Heloisa S. M. (Org.). **Estado e Capital Imobiliário: Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2012, p. 81-104.

CARDOSO, Fred. Belo Horizonte, 2013a. 1 fotografia, color. (Foto sem título). Acervo pessoal.

_____. Belo Horizonte, 2013b. 1 fotografia, color. (Foto sem título). Acervo pessoal.

CARLOS, Rute A. S. S. **A Ville Verte de Le Corbusier como sistema: uma perspectiva centrada no parque**. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa Doutoral em Arquitetura. Escola de Arquitetura, Universidade do Minho, Portugal, 2013.

CARVALHO, Carlos H. R. **Desafios da mobilidade urbana no Brasil**. Brasília: Ipea, 2016 (Texto para discussão n. 2198). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2198.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

CARTA CAPITAL. **Parque Augusta**. São Paulo, 6 mar. 2015. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria). Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cparque-augusta-vai-ter-seguranca-e-wifi201d-diz-presidente-da-construtora-setin-4146.html>>. Acesso em: 9 out. 2016.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Tradução de Omar R. Thomaz. **Novos Estudos**, São Paulo, p. 152-166, jul. 1996.

CASTREE, Noel. Neoliberalism and the biophysical environment 1: What “Neoliberalism” is, and what difference nature makes to it. **Geography Compass**, [S.l.], n. 12, p. 1725–1733, dez. 2010 *apud* MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, n. 2, p. 147-171, fev. 2014.

CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João C.; GUZZO, Perci; ROCHA, Yuri T. Proposição de terminologia para o verde urbano. **Boletim Informativo Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7, jul./ago./set. 1999. Disponível em: <http://www.labs.ufpr.br/site/wp-content/uploads/2014/09/cavalheiroetal_artigoscompletos_sbau_1999.pdf>. Acesso em: 4 set. 2015.

CENTRAL PARK CONSERVANCY. Nova York, 2015a. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria e título). Disponível em: <www.centralparknyc.org/things-to-see-and-do/attractions/wollman-rink.html>. Acesso em: 6 out. 2016.

_____. Nova York, 2015b. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria e título). Disponível em: <www.centralparknyc.org/things-to-see-and-do/attractions/pond.html>. Acesso em: 6 out. 2016.

_____. Nova York, 2015c. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria e título). Disponível em: <www.centralparknyc.org/things-to-see-and-do/attractions/victorian-gardens-amusement-park.html>. Acesso em: 6 out. 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007 (1981).

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. Tradução de Dafne Rodrigues. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992 (1965).

CITYSHOR [S.l.], 2015. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria e título). Disponível em: <<http://www.cityshor.com/pune/travel/aundh/bandhavgarh-jungle-safari---experience-the-wild-with-mountain-hikers/>>. Acesso em: 9 out. 2016.

COELHO-DE-SOUZA, Carolina H. **O espaço da resistência na Serra do Gandarela**: instrumentos, contraposições e a necessária utopia. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

COMMISSION FOR ARCHITECTURE AND THE BUILT ENVIRONMENT – CABE. **Open space strategies**: Best practice guidance. Londres: CABE/Greater London Authority, 2009. Disponível em: <<https://www.designcouncil.org.uk/sites/default/files/asset/document/open-space-strategies.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS. **O novo espaço urbano que a prefeitura de BH criou na bacia do Córrego Primeiro de Maio – quadra, anfiteatro, pomar e pista de caminhada.** São Paulo, 19 ago. 2011. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria). Disponível em: <http://www.cobrape.com.br/det_noticia.php?id=125>. Acesso em: 12 out. 2016.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE – CVRD. **Parque Municipal:** crônica de um século. Belo Horizonte: CVRD, 1992.

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n. 9, set. 2011. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/172>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

COMPETÊNCIAS DIGITAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR – CODAF. **A importância da agricultura familiar.** Tupã: Unesp, *online*. Disponível em: <<http://codaf.tupa.unesp.br/informacoes/a-importancia-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

CONGESTIONAMENTO na China deve seguir por semanas. **Estadão**, São Paulo, 24 ago. 2010. Caderno Internacional. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,congestionamento-na-china-deve-seguir-por-semanas,599747>>. Acesso em: 12 maio 2016.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA – CIAM. **Carta de Atenas.** [S.l.]: Iphan, *online*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

CONHEÇA BRASÍLIA. Mapa. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.conhecabrasilia.com.br/mapa/index.html>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CONJUNTO VAZIO. **Praia na Praça da Estação.** Belo Horizonte, 21 jan. 2010. Blog. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria). Disponível em: <<https://conjuntovazio.wordpress.com/2010/01/21/praiada-estacao/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **1ª Praia da Estação.** Belo Horizonte, 28 maio 2011. Blog. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria). Disponível em: <<https://conjuntovazio.wordpress.com/2011/05/28/tradicao-praiera/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY – CBD. **The Convention on Biological Diversity.** Montreal, 2015. Disponível em: <<https://www.cbd.int/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

_____. **The Cartagena Protocol on Biosafety.** Montreal, 2016. Disponível em: <<https://www.cbd.int/>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

CONTROL, Mr. Social. Acabem com todos os carros. In: LUDD, Nedd (Org.). **Apocalipse motorizado:** a tirania do automóvel em um planeta poluído. Tradução de Leo Vinícius. 2. ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005, p. 103-118.

CORMIER, Laure. **Les Trames vertes:** entre discours et matérialités, quelles réalités? 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Université d'Angers, França, 2011. Disponível em: <<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00640049/document>>. Acesso em: 18 set. 2016.

COSTA, Everaldo B.; OLIVEIRA, Rafael F.; BOSCARIOL, Renan A.; SOUZA, Carolina S.; RÚBIO, Rúbia P. Lógica formal, lógica dialética: questão de método em geografia. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 25,

v. 1, 1º semestre de 2014, p. 276-285. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/12732>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

COSTA, Heloisa S. M. Meio ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. In: HISSA, Cássio E. V. (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 79-107.

_____. E nas metrópoles: quem planeja o território? Breve contribuição ao debate a partir da experiência recente de Belo Horizonte. In: RIBEIRO, Ana C.; LIMONAD, Ester; GUSMÃO, Paulo P. (Org.) **Desafios ao planejamento**. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2012, p. 75-94.

_____. Natureza e cidade na periferia: ampliando o direito à cidade. In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-MÓR, Roberto L. M. (Org.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015b, p. 41-52.

_____; ALMEIDA, Daniela A. O. Agricultura Urbana: possibilidades de uma *práxis* espacial? **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, n. 8, p. 61-78, jul./dez. 2012.

COUTINHO, Maura N.; COSTA, Heloisa S. M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte, n. 13, p. 81-97, jul./dez. 2011.

CRUZ, Antônio. Agência Brasil, Brasília, 24 fev. 2007. 1 fotografia, color. (Foto sem título). Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2007-02-24/24-de-fevereiro-de-2007#>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CRUZ, Edmar P.; JARDIM, Juliano C. P.; SILVA, Carlos A. M. Conjunto Capitão Eduardo. In: LIBÂNIO, Clarice (Org.). **Favela é isso aí**. Belo Horizonte, ONG Favela é Isso Aí, *online*[a]. Disponível em: <www.favelaeissoai.com.br/comunidades/conjunto-capitao-eduardo>. Acesso em: 3 dez. 2015.

CRUZ, Edmar P.; SILVA, Cristiano; WEYKMAN, Felipe; LIBÂNIO, Clarice; LOPES, Edilene. Conjunto Paulo VI. In: LIBÂNIO, Clarice (Org.). **Favela é isso aí**. Belo Horizonte, ONG Favela é Isso Aí, *online*[b]. Disponível em: <www.favelaeissoai.com.br/comunidades/conjunto-paulo-vi>. Acesso em: 3 dez. 2015.

DAVIS, Mike. Estrada de metal pesado. In: MARICATO, Ermínia [*et al.*]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 47-51.

DEBORD, Guy. Perspectives de modifications conscientes dans la vie quotidienne. **Internationale Situationiste**, Paris, n. 6, ago. 1961 *apud* MONTE-MÓR, Roberto L. M. **O cotidiano e a produção do espaço**. Palestra proferida no III Colóquio de Pesquisas em Habitação. Belo Horizonte: EA-UFMG, 2006b. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca_2/index.php>. Acesso em: 7 abr. 2016.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO – DENATRAN. **Frota de veículos**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/frota.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

DESCELLIER, Pierre. Mapa da América do Sul (1546). Museu de Topografia Professor Laureano Ibrahim Chaffer, Porto Alegre, *online*. 1 imagem, color. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/igeo/>>

m.topografia/index.php/component/content/article/12-mapas/53-mapa-da-america-do-sul-1546>. Acesso em: 10 out. 2016.

DIEGUES, Antonio C. S. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB-USP; Hucitec; Annablume, 2000.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001 (1996).

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação. **Unidades de Conservação do Distrito Federal**. Brasília, *online*. Disponível em: <<http://www.segeth.df.gov.br/unidade-de-conservacao-do-distrito-federal.html>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

DOOLING, Sarah E. Ecological gentrification: A research agenda exploring justice in the city. **International Journal of Urban and Regional Research**, Erkner, n. 3, p. 621–639, set. 2009 *apud* MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, [s.l.], n. 2, p. 147-171, fev. 2014.

DOUROJEANNI, Marc J.; PÁDUA, Maria T. J. **Biodiversidade**: a hora decisiva. 2. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007 (2001).

DOWIE, Mark. **Refugiados da conservação**. Tradução de Antonio Carlos Diegues. São Paulo: NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2006. (Versão preliminar). Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/dowie.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

ECUADOR. Presidencia de la República. **Iniciativa Yasuní-ITT**. Quito: Presidencia de la República del Ecuador, 2012. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20150503143932/http://yasuni-itt.gob.ec/Inicio.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

EIZENBERG, Efrat. Actually Existing Commons: Three Moments of Space of Community Gardens in New York City. **Antipode**, [S.I.], n.3, 764–782, jun. 2012 *apud* MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, n. 2, p. 147-171, fev. 2014.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992 *apud* CAMARGOS, Regina. **Homem, natureza e sensibilidades ambientais**: as concepções de áreas naturais protegidas. 2006. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ELLIN, Nan. **Postmodern urbanism**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996 *apud* TAVOLARI, Bianca M. D. Jane Jacobs: contradições e tensões. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16, 2015, Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte: Anpur, 2015. Disponível em: <http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=622>. Acesso em: 25 nov. 2015.

ESCOBAR, Arturo. Constructing nature: elements for a poststructural political ecology. In: PEET, Richard; WATTS, Michael. (Ed.). **Liberation ecology: environment, development social movement**. Londres: Routledge, 1996, p. 46-68.

EUCLYDES, Ana C.P. Parque Municipal Américo Renné Gianetti (Belo Horizonte) e Paseo del Bosque (La Plata): conflitos relativos aos parques urbanos destinados à conservação da natureza e ao lazer. XI SEMANA DA GRADUAÇÃO DA UFMG, Belo Horizonte, 2007.

_____. O que há de especial na proteção dos mananciais? Um estudo sobre as Áreas de Proteção Especial – APEs – do Eixo Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Geografias**, Belo Horizonte, n. 7, p. 29-43, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/download/129/127>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

_____. **Proteção da natureza e produção da natureza**: Política, ideologias e diversidade na criação de unidades de conservação na periferia sul da metrópole belo-horizontina. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

_____. Áreas protegidas e planejamento estratégico “ecologizado”: a Operação Urbana do Isidoro (Belo Horizonte, Minas Gerais). **e-Metropolis**: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, n. 17, p. 41-51, jun. 2014. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/017/original/emetropolis_n17.pdf?1447896366>. Acesso em: 8 jun. 2016.

_____. Áreas protegidas e espaço abstrato: contradições da política ambiental brasileira e desvio na APA Fazenda Capitão Eduardo (Belo Horizonte, Minas Gerais). XVI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2016, Belo Horizonte, Brasil. **Anais...** Belo Horizonte: Anpur, 2015a. Disponível em: <http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_filepage=st4_2-02_euclydes-pdf>. Acesso em: 1 mar. 2016.

_____. (Fase) crítica das áreas verdes urbanas. In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-MÓR, Roberto L. M. (Org.). **Teorias e práticas urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015b, p. 419-447.

_____; FONSECA, Charles O. Áreas protegidas em Belo Horizonte (MG): levantamento e reflexões. VI SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL E I ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 2013, BELO HORIZONTE, BRASIL. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

FABIANI, Jean-Louis. La Nature, l’action publique et la régulation sociale. In: MAHIEU, Nicole; JOLLIVET, Marcel (Ed.). **Du rural à l’environnement**. Paris: Ed. l’Harmattan, 1989, p. 195-208 *apud* ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 13-35.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. **Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios**: violações de direitos no estado do Acre (Relatório da Missão de Investigação e Incidência). Edição e coordenação editorial de Patrícia Bonilha. Rio Branco: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA), 2015. Disponível em: <www.plataformadh.org.br/files/2015/08/economia_verde_relatorio.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2016.

FERRO, Sérgio. Nota sobre “o vício da virtude”. **Novos Estudos**, n.76, p. 229-234, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/ferro-vicio-virtude.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2013.

FICA FÍCUS – Por uma BH mais verde. **Blog Fica Fícus**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://ficaficus.concatena.org/>>. Acesso em: 10 maio 2013.

FIX, Mariana A. “Fórmula mágica” da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo. In: SCHICCHI, Maria C.; BENFATI, Denio (Org.). **Urbanismo**: dossiê São Paulo - Rio de Janeiro. Campinas: PUCCAMP/PROURB, 2004. p. 185-198.

FONTES, Leo. “**Praia**” reúne multidão na praça da Savassi na tarde deste sábado (3). **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, 3 out. 2015. 1 fotografia, color. Cidades. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/primeira-praia-da-esta%C3%A7%C3%A3o-na-savassi-re%C3%BAne-ao-menos-500-pessoas-1.1129500>>. Acesso em: 10 out. 2016.

FREITAS, Eliano S. M. **A reprodução social da metrópole em Belo Horizonte**: APA Sul RMBH, mapeando novas raridades. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA. **Como chegar**. Brasília, *online*. Disponível em: <<http://www.zoo.df.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

GAJARDO, Marcela. **Ivan Illich**. Tradução e organização de José Eustáquio Romão. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4673.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

GENES, Luísa. São Paulo, BBC Brasil, 18 set. 2015. 1 fotografia, color. (Foto sem título). Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150918_bugios_tijuca_fauna_pai>. Acesso em: 9 out. 2016.

GEO LÓGICA; ECOTECH. **Plano de Manejo da Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília**. (versão resumida). Brasília, Estação Ecológica Jardim Botânico de Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.jardimbotanico.df.gov.br/quem/esteco>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

GESTA-UFMG/NINJA-UFSJ/NIISA-UNIMONTES – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais; Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental da Universidade Federal de São João del-Rei, Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros. **Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

GÓIS, Aurino J. **Parque Municipal de Belo Horizonte**: público, apropriações e significados. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pós-graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

GOMES, Marco A. S. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Taming the wilderness myth. **Bioscience**, [S.l.], n. 4, p. 271-279, abr. 1992 *apud* DIEGUES, Antonio C. S. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: NUPAUB-USP; Hucitec; Annablume, 2000.

GORZ, André. A ideologia social do automóvel [1973]. In: LUDD, Nedd (Org.). **Apocalipse motorizado**: a tirania do automóvel em um planeta poluído. Tradução de Leo Vinícius. 2. ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005, p. 73-82.

_____. **Ecology as politics**. Tradução de Patsy Vigderman e Jonathan Cloud. Boston: South End Press, 1980 (1975, 1977).

_____. **Ecológica**. Tradução de Pablo Beteche. Buenos Aires: Clave Intelectual, 2012 (2008).

GOVERNADOR anuncia contingenciamento de R\$ 2 bilhões em Minas Gerais para enfrentar a crise. **Agência Minas Gerais**, Belo Horizonte, 22 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governador-anuncia-contingenciamento-de-r-2-bilhoes-em-minas-gerais-para-enfrentar-a-crise>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

GREGORI, Lúcio. A iniquidade da tarifa. **PISEAGRAMA**: Espaço público periódico, Belo Horizonte, nº 1, p. 46-48, jan. 2011. Disponível em: <<http://piseagrama.org/a-iniquidade-da-tarifa/>>. Acesso em: 16 set. 2016.

GRUPO CARTA DE BELÉM. **Sobre nós**. [S.l.], *online*. Disponível em: <<http://www.cartadebelem.org.br/site/about/>>. Acesso em: 4 maio 2016.

GRUPO DE PESQUISA INDISCIPLINAR – UFMG. Parque Jardim América. **Blog Indisciplinar**, Belo Horizonte, *online*. Disponível em: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/?page_id=149>. Acesso em: 8 jun. 2016.

_____; ESCRITÓRIO DE INTEGRAÇÃO DA PUC/MG; GRUPO DE PESQUISA PRÁXIS (UFMG); POLOS CIDADANIA (UFMG); GRUPO DE PESQUISA CIDADE E ALTERIDADE (UFMG); ARQUITETOS SEM FRONTEIRA; COLETIVO DE ADVOGADXS POPULARES MARGARIDA ALVES; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; BRIGADAS POPULARES; MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. OU Isidoro. **Blog Indisciplinar**, Belo Horizonte, *online*. Disponível em: <http://oucjh.indisciplinar.com/?page_id=696>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. In: ROJAS, Mariano (Cord.). **La medición del progreso y del bienestar**: Propuestas desde América Latina. México D.F.: Foro Consultivo Científico e Tecnológico, 2011, p. 103-110. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjM2oyF3MHMAhVCj5AKHZGwDBAQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.gudynas.com%2Fpublicaciones%2Fcapitulos%2FGudynasAcostaDisolucionProgresoMx11r.pdf&usg=AFQjCNFUuGBRBKSbF5bsFzGYwFyj40En2Q&sig2=ojgm-ORLCMk8LXz38HLUw>>. Acesso em: 4 maio 2016.

GUHA, Rachamandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, Antonio C. S. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. Ed. São Paulo: NUPAUB-USP; Hucitec; Annablume, 2000, p. 81-99.

GUIMARÃES, Mariela. Movimento Praia da Estação e encontro dos blocos de carnaval. **Jornal O Tempo**, Belo Horizonte, 11 jan. 2014. 1 fotografia, color. Cidades. Disponível em:

<<http://www.otempo.com.br/cidades/praiadaesta%C3%A7%C3%A3o-re%C3%BAne-600-pessoas-no-centro-da-capital-1.772139>>. Acesso em: 10 out. 2016.

GUIMARÃES, Roberto. Políticas de Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável: desafios institucionais e setoriais. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, n. 7, jun. 1992 *apud* ACSELRAD, Henri. Políticas Ambientais e Construção Democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Mariana; DINIZ, Nilo (Org.). **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 75-96.

GUIMARÃES, Ronaldo. **Parque Municipal**. (Coleção BH a cidade de cada um; v. 6). Belo Horizonte: Conceito Editorial, 2005.

GUTHMAN, Julie. From the Ground Up: California Organics and the Making of “Yuppie Chow.” In: MAYE, Damian; HOLLOWAY, Lewis; KNEAFSEY, Moya (Ed.). **Alternative Food Geographies: Representation and Practice**. Amsterdam: Elsevier, 2007, p. 241–254 *apud* MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, n. 2, p. 147-171, fev. 2014.

GUTIÉRREZ, Bernardo; DE SOTO, Pablo. De Tahrir a Gamonal: la calle global y el hacer la política. **El Diario**, Madri, 25 jan. 2014. Opinión. Disponível em: <http://www.eldiario.es/opinion/Gamonal-Burgos-15M-efectoGamonal-Gezi_Park-DirenGezi-VemPraRua-PasseLivre-PosMeSalto-derecho_a_la_ciudad-Hamburgo_0_221528212.html>. Acesso em: 23 jan. 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2009 *apud* HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014 (2012).

HARRISON, Robert. **Forêts: essai sur l’imaginaire occidental**. Trad. de Florence Naugrette. Paris: Flammarion, 1992 *apud* CAMARGOS, Regina. **Homem, natureza e sensibilidades ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, David. The urban process under capitalism. In: DEAR, Michael; SCOTT, Allen J. **Urbanization and urban planning in capitalist society**. Londres: Methuen, 1981.

_____. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

_____. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2002 [1989].

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005 (2001).

_____. The right to the city. **New Left Review**, Londres, n. 53, p. 23-40, set./out. 2008.

_____. **Espaços de Esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009 (2000).

_____. O marxista que quer reinventar as cidades. São Paulo, **Outras Palavras**, 29 nov. 2013. Entrevista concedida a Vince Emanuele. Tradução de Sônia Scala Padalino. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/o-marxista-que-quer-reinventar-as-cidades-ii/>>. Acesso em: 20 maio. 2016.

_____. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014 (2012).

HERBERT, Neal. **Bison on Rose Creek, Lamar Valley**. Estados Unidos, 20[?]. 1 fotografia, color. Disponível em: <<https://www.nps.gov/media/photo/gallery.htm?id=9A1CF622-1DD8-B71B-0B186131F9E0AD4D>>. Acesso em: 10 out. 2016.

HINRICHS, Oscar. **Hinrichs' guide map of the Central Park**. New York: Mayer, Merkel & Ottmann, Lithographers, 1875. Washington D.C., Library of Congress Geography and Map Division, *online*. Disponível em: <<http://www.loc.gov/item/2006636649/>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. Tradução de Marcelo Coelho. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (1989).

HOWARD, Ebenezer. **The Three Magnets – Garden City**. [S.l.], The Project Gutenberg, 24 jun. 2014. 2 figuras, p&b. Disponível em: <http://gutenberg.polytechnic.edu.na/4/6/1/3/46134/46134-h/46134-h.htm#Page_22>. Acesso em: 10 out. 2016.

HOYLES, Martin. English gardens and the division of labor. **Cabinet Magazine online**, Nova York, n. 6, 2002. Disponível em: <<http://cabinetmagazine.org/issues/6/hoyles.php>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

ILLICH, Ivan. Energia e Equidade [1973]. In: LUDD, Nedd (Org.). **Apocalipse motorizado**: a tirania do automóvel em um planeta poluído. Tradução de Leo Vinícius. 2. ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005, p. 33-71.

_____. **La convivencialidad**. Morelos: Ocotepéc, 1978. Disponível em: <<http://www.ivanillich.org.mx/convivencial.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Plano de Manejo da Reserva Biológica do Rio Trombetas**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_trombetas.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2016.

_____; FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA – FUNATURA. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Brasília**. Brasília, 1998[?]. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PARNA%20Brasilia.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. **Unidades de Conservação**. Brasília, *online(a)*. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

_____. **Parque Nacional da Tijuca**: Informações Gerais. Brasília, *online(b)*. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnatijuca/informacoes-gerais.html>>. Acesso em: 10 set. 2016.

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS – IGA. **Áreas de Proteção Ambiental no Estado de Minas Gerais**: Demarcação e Estudos para o Zoneamento Ecológico - APA Fazenda Capitão Eduardo. Belo Horizonte, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Indicadores de mobilidade urbana da PNAD 2012**. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Comunicado do Ipea n. 161). Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131024_comunicadoipea161.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2016.

INSTITUTO HORIZONTES. **Plano de Ações Imediatas para o Vetor Norte**. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.institutohorizontes.org.br/images/estudoseprojetos/DOCUMENTO_FINAL_VETOR_NORTE.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

INVASIVE SPECIES SPECIALIST GROUP – ISSG. [S.l.], *online*. Disponível em: <<http://www.issg.org/about.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009 (1961).

_____. **A natureza das economias**. Tradução de Paulo Anthero Soares Barbosa. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001 (2001).

JÁCOME, João Renato. Acre: terra da economia verde com transparência avermelhada. **AC24horas**, Rio Branco, 6 dez. 2015(a). Disponível em: <<http://www.ac24horas.com/2015/12/06/acre-terra-da-economia-verde-com-transparencia-avermelhada/>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

_____. Decreto da presidente Dilma Rousseff pode colocar em xeque o modelo econômico do governo do Acre. **AC24horas**, Rio Branco, 7 dez. 2015(b). Disponível em: <http://www.ac24horas.com/2015/12/07/decreto-da-presidente-dilma-rousseff-pode-colocar-em-xeque-o-modelo-economico-do-governo-do-acre/?doing_wp_cron=1469972870.3544039726257324218750>. Acesso em: 31 jul. 2016.

_____. No Acre, projetos de carbono ligados a Ilderlei Cordeiro e Normando Sales podem ameaçar direito de povos à terra. **AC24horas**, Rio Branco, 8 dez. 2015(c). Disponível em: <<http://www.ac24horas.com/2015/12/08/no-acre-projetos-de-carbono-ligados-a-ilderlei-cordeiro-e-normando-sales-podem-ameacar-direito-de-povos-a-terra/>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

JAMES, Alexander N.; GREEN, Michael J. B.; PAINE, James R. **A global review of protected areas budget and staff**. Cambridge: World Conservation Press, 1999. (WCMC Biodiversity Series, n. 10) *apud* DOUROJEANNI, Marc J.; PÁDUA, Maria T. J. **Biodiversidade: a hora decisiva**. 2. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007 (2001).

JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA. **A criação do JBB**. Brasília, *online*. Disponível em: <<http://www.jardimbotanico.df.gov.br/quem/his>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

JESUS, Ana C. L.; COELHO, Bruno G. N.; SANTOS, Cecília R. A.; GAZZINELLI, Marcílio; OLIVEIRA, Laís G.; LOURENÇO, Tiago C. B. Corporação de Ofício de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, 2011. 1 imagem, color. (Imagem sem título). Disponível em: <<http://www.coau.com.br/portfolio/comunidade-dandara/>>. Acesso em: 9 out. 2016.

JOHNSON, Peter. Thoughts on utopia. **Heterotopia studies**, *online*, 2012 *apud* LIMONAD, Ester. Utopias urbanas, sonhos ou pesadelos? Cortando as cabeças da Hidra de Lerna. In: XIV COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA - LAS UTOPIÁS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO, 14, 2016, Barcelona. **Anais...**, Barcelona, 2016, *online*. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/EsterLimonad.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

JORNAL COLETIVO. Brasília, 2012. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria e título). Disponível em: <<http://coletivo.maiscomunidade.com/conteudo/2012-04-21/cidades/7732/ELE+E+O+MAIOR+DO+MUNDO.pnhtml>>. Acesso em: 10 out. 2016.

JR. **Ponte de 1862 em frente à Cascatinha – mar. 2011**. RIO DE JANEIRO AQUI, Rio de Janeiro, 20[1-]. Disponível em: <<http://www.riodejaneiroaqui.com/pt/historia-da-floresta-da-tijuca-parte4.html>>. Acesso em: 18 set. 2016.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. **Cadernos Metr pole**, S o Paulo, v. 14, n. 28, jul/dez 2012, p. 463-483.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana P.; MORADO, Denise. Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices in architecture. **Field: a free journal for architecture**, Sheffield, v. 2, n. 1, p. 7–30, out 2008. Disponível em: <<http://www.field-journal.org/index.php?page=journal-2>>. Acesso em: 1 out. 2016.

KEMF, Elisabeth. **The Law of the Mother**: Protecting Indigenous Peoples in Protected Areas. San Francisco: Sierra Club Book, 1993 *apud* DIEGUES, Antonio C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. S o Paulo: Hucitec, 2001 (1996).

KLOPPENBERG, J., HENRICKSON, J., AND STEVENSON, G.W., 1996. Coming into the foodshed. Agriculture and Human Values, 13 (3), 33–42 *apud* MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment**: The International Journal of Justice and Sustainability, n. 2, p. 147-171, fev. 2014.

KON, Nelson. **Marcio Kogan – Casa em Paraty, Paraty/RJ, 2009**. Nelson Kon, 2009. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.nelsonkon.com.br/popup.asp?ID_Obra=181&ID_Foto=1012>. Acesso em: 15 out. 2016.

KOWARICK, L cio. **A espolia o urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 *apud* ALMEIDA, Daniela A. O. Agricultura urbana: isto e aquilo. In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-M R, Roberto L. M. (Org.). **Teorias e pr ticas urbanas**: condi es para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 419-447.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemon a y estrategia socialista**: hacia una radicalizaci n de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econ mica de Argentina, 2004 *apud* ALVES, Ana R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, S o Paulo, n. 80: p. 71-96, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

LACOMBE, Marcelo S. M. Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano. **Revista Outubro**, [S.l.], n. 17, p. 145-172, 1  sem. 2008. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic A7a CC%83o-17-Artigo-05.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

LAKE, Robert W.; NEWMAN, Kathe. Differential citizenship in the shadow state. **GeoJournal**, [S.l.], v. 58, n. 2/3, p. 109–120, 2002 *apud* MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, n. 2, p. 147-171, fev. 2014.

LAMAC, Paulo. Projeto de Lei nº 2.482, de 2011. Revoga a Lei nº 13.958, de 26 de julho de 2001 (Cria a Área de Proteção Ambiental Fazenda Capitão Eduardo). **Diário do Legislativo**, Belo Horizonte, 23 set. 2011. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2011&n=2482&t=PL>. Acesso em: 2 set. 2016.

LAUREANO, Delze S. A criação de pequenos animais em áreas urbanas: aspectos legais e sócio-ambientais. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, n. 1992, *online*, dez. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12076>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

LE CORBUSIER (Charles Edouard Jeanneret). **Oeuvre complete**: 1910-1929. Com Pierre Jeanneret. Zurich: Editions Girsberger, 1937 *apud* HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. Tradução de Marcelo Coelho. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (1989).

_____. **Oeuvre complete**: 1934-1938. Com Pierre Jeanneret. Zurich: Editions Girsberger, 1939 *apud* HOLSTON, James. **A cidade modernista**: uma crítica de Brasília e sua utopia. Tradução de Marcelo Coelho. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (1989).

_____. **Ville Radieuse** (Not located, 1930). Paris: Fondation Le Corbusier, *online*. Disponível em: <http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=6437&sysLanguage=en-en&itemPos=22&itemSort=en-en_sort_string1%20&itemCount=22&sysParentName=Home&sysParentId=65>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. **Ville contemporaine de trois millions d'habitants** (Not located, 1922). Paris: Fondation Le Corbusier, *online*. Disponível em: <http://www.fondationlecorbusier.fr/corbuweb/morpheus.aspx?sysId=13&IrisObjectId=6426&sysLanguage=en-en&itemPos=4&itemSort=en-en_sort_string1&itemCount=4&sysParentName=Home&sysParentId=11>. Acesso em: 12 out. 2016.

LE GOFF, Jacques. **Amor às cidades**. São Paulo: Unesp, 1988 *apud* BARROS, José M. **Cultura e comunicação nas avenidas de contorno em Belo Horizonte e La Plata**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Antologia preparada por Mario Gaviria. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1978a (1970).

_____. **The survival of capitalism**: reproduction of the relations of production. Tradução de Frank Bryant. Londres: Allison & Busby, 1978b (1973).

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991a (1968).

_____. **Lógica formal/lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991b (1947).

_____. **The production of space.** Tradução de Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell Publishers, 1991c (1974).

_____. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 (1970).

_____. **La presencia y la ausencia:** contribución a la teoría de las representaciones. Traducción de Óscar Barahona y Uxoá Doyjamboure. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2006 (1980).

_____. **Espaço e política.** Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008a (1972).

_____. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. reimp. São Paulo: Centauro, 2008b (1968).

LEFF, Enrique. **Racionalidad ambiental:** La reapropiación social de la naturaleza. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2004.

LEMOINE, Guillaume; DALOZ, A. Acquisition foncière en faveur de la TVB dans le bassin minier. **Retour d'expériences du Centre de ressources Trame verte et bleue**, nov. 2015. [S. l.]: Aten, EPF Nord-Pas de Calais. Disponível em: <http://www.trameverteetbleue.fr/sites/default/files/fiche_experience_acquisition_epf.pdf>. Acesso em: 17 set. 2016.

LIBRARY OF CONGRESS. [Yellowstone National Park, Wyoming]. [S.l.], 1880. Washington D.C., *online*. 1 mapa, color. (Mapa sem autoria). Disponível em: <<http://www.loc.gov/item/97683559>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

LIDDIARD, Robert. **Depiction of a medieval hunting park** [from The Master of Game]. (Artista desconhecido). In: _____. The Medieval Park: New Perspectives. Inglaterra: Windgather Press, 2007, p. 71. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Medieval_Hunting_Park.JPG>. Acesso em: 10 out. 2016

LIMA, Ana M. L. P.; CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João C.; SOUSA, Maria A. L. B.; FIALHO, Nilva O.; DEL PICCHIA, Paulo C. D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994, São Luís, Maranhão. **Anais...**, São Luís, Maranhão, 1994, p. 539-553. Disponível em: <www.labs.ufpr.br/site/wp-content/uploads/2014/07/limaanaisdecongressos_cbau_1994.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

LIMONAD, Ester. A natureza da “ambientalização” do discurso do planejamento. **Scripta Nova:** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. XIV, n. 331 (66), *online*, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-66.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

_____. Utopias urbanas, sonhos ou pesadelos? Cortando as cabeças da Hidra de Lerna. In: XIV COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA - LAS UTOPIÁS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA SOCIEDAD DEL FUTURO, 14, 2016, Barcelona. **Anais...**, Barcelona, 2016, *online*. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/EsterLimonad.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

LÖWY, Michael. Negatividade e utopia do movimento altermundialista. Tradução Beatriz Whitaker. Revisão técnica de Marina Fuser e Lúcio Flávio de Almeida. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 19/20, p. 32-38, jun. 2008.

_____. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 28, p. 35-50, 2009.

LUDD, Nedd (Org.). **Apocalipse motorizado**: a tirania do automóvel em um planeta poluído. Tradução de Leo Vinícius. 2. ed. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

LYSON, T.A., 2004. Civic Agriculture: Reconnecting Farm, Food, and Community. Medford, MA: Tufts University Press *apud* MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, n. 2, p. 147-171, fev. 2014.

MACEDO, Sívio S. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2003 *apud* TANURE, Joana D. **O projeto de paisagismo de Burle Marx e equipe para o “Parque da Cidade” em Brasília/DF**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2009.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. O parque no desenho urbano. **Paisagem e Ambiente**, [S.l.], n. 21, p. 199-213, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40250/43116>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

MALAGUTTI, Cecília J. Loteamentos clandestinos no DF: legalização ou exclusão?. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7, 1997, Recife. **Anais...** Recife: Anpur, 1997. p. 148 – 172 *apud* BIO TEIA ESTUDOS AMBIENTAIS. Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília – EEJBB – Plano de Manejo. (versão resumida). Brasília: ICMBio, 2016. Disponível em: <www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/DCOM_plano_de_manejo_Flona_de_Brasilia_Diagnostico.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2016.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

_____. Nunca fomos tão participativos. **Carta Maior**, São Paulo, 26 nov. 2007. (Opinião). Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Opiniaio/Nunca-fomos-tao-participativos/20899>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

_____. O automóvel e a cidade. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 37, p. 5-12, jul./dez. 2008.

_____. É a questão urbana, estúpido! In: _____ [et al.]. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 19-26.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015 (2005[?]).

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Trad. Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007 (2002).

MARTINS, Maria Lúcia R. **Moradia e mananciais** – tensão e diálogo na metrópole. São Paulo: FAUUSP; FAPESP, 2006.

_____. São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 59-72, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10598>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

MARQUES, Marta I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, p. 57-67, jan./jul. 2008. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1399-4032-1-PB.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

MARX, Roberto B. **Parque Recreativo de Brasília**. Cadernos Brasileiros de Arquitetura e Urbanismo. Paisagismo. São Paulo: Editores Associados. V. 5. p. 30-38, 1978 *apud* TANURE, Joana D. **O projeto de paisagismo de Burle Marx e equipe para o “Parque da Cidade” em Brasília/DF**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2009.

MARX, Karl. **O capital**. v. 2. Nova York: Vintage, 1976 (1867) *apud* HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009 (2000).

_____. **O capital**. v. 1. Nova York: Vintage, 1977 (1867) *apud* HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014 (2012).

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004 (1844).

MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, [s.l.], n. 2, p. 147-171, fev. 2014.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 41-64, jan./jul. 2006.

MENDONÇA, Jupira G de. As possibilidades do planejamento participativo no nível metropolitano. In: XV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15, 2013, Recife. **Anais...**, Recife: Anpur, 2013. Disponível em: <<http://unuospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4273>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MILAGRES, Lúcia M. X. **Entre o quintal e o parque: possibilidades de produção do espaço público cotidiano**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MILTON, José. Projeto de Lei nº 741, de 1999. Cria a Área de Proteção Ambiental Fazenda Capitão Eduardo e dá outras providências. **Diário do Legislativo**, Belo Horizonte, 11 dez. 1999. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=1999&n=741&t=PL>. Acesso em: 15 fev. 2014.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Diário do Legislativo**, Belo Horizonte, 13 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=89&ano=2006>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. Lei nº 17.727, de 13 de agosto de 2008. Dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde, para os fins que especifica, e altera as Leis nºs 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. **Diário do Legislativo**, Belo Horizonte, 14 ago. 2008. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=17727&comp=&ano=2008&aba=js_textoAtualizado#texto>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. **Diário do Legislativo**, Belo Horizonte, 13 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=18030&comp=&ano=2009&texto=consolidado>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

MIRANDA, Gleilson. **A castanha deve ser coletada e retirada da floresta no mesmo dia para evitar a aflotoxina**. Agência Acre, Rio Branco, 4 abr. 2009. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/castanha-do-acre/>>. Acesso em: 9 out. 2016.

MONTEIRO, Fernanda T. **Os(As) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton *et al.* (Org.) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 169-181.

_____. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco A. (Ed.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006a, p. 61-85.

_____. O cotidiano e a produção do espaço. Palestra proferida no III COLÓQUIO DE PESQUISAS EM HABITAÇÃO. Belo Horizonte: EA-UFMG, 2006b. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca_2/index.php>. Acesso em: 7 abr. 2016.

_____. O que é o urbano, no mundo contemporâneo - Texto para discussão n. 281. In: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR/UFMG. **Textos para discussão**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006c. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20281.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

_____. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador: Edufba, 2007, p. 93-114.

_____. Planejamento metropolitano em Belo Horizonte: uma experiência universitária. In: RIBEIRO, Ana C.; LIMONAD, Ester; GUSMÃO, Paulo P. (Org.) **Desafios ao planejamento**. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2012, p. 95-112.

_____. Urbanização, sustentabilidade e desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-MÓR, Roberto L. M. (Org.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 55-69.

MOREIRA, Crispim. Trajetória contemporânea da agricultura urbana. In: HISSA, Cássio E. V. (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 243-257.

MORENO, Bruno. Secretaria de transportes de Minas diz que não há perspectiva de continuidade do projeto do Rodoanel. **Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 16 nov. 2015. (Caderno Primeiro Plano). Disponível em: <<http://hoje.vc/cd9h>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

MOSCOVICI, Serge. **Sociedade contra natureza**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1975 (1972) *apud* DIEGUES, Antonio C. S. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: NUPAUB-USP; Hucitec; Annablume, 2000.

_____. **Hommes domestiques, hommes sauvages**. Paris: Union Générale d'Éditions, 1974 *apud* DIEGUES, Antonio C. S. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: NUPAUB-USP; Hucitec; Annablume, 2000.

MOTTA, Flávio L. **Roberto Burle Marx e a nova visão da paisagem**. São Paulo: Editora Livraria Nobel S.A., 1984 *apud* TANURE, Joana D. **O projeto de paisagismo de Burle Marx e equipe para o "Parque da Cidade" em Brasília/DF**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2009.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia [*et al.*]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 13-18.

MUNDO VASTO MUNDO. Belo Horizonte, 6 set. 2015. 1 fotografia, color. Comportamento. (Foto sem autoria e título). Disponível em: <<http://mundovastomundo.com.br/dez-mil-devem-lotar-nova-praia-mineira/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. [**Planta Geral da Cidade de Minas, organizada sobre a Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral de Belo Horizonte**]. 1 mapa, color. (Mapa sem autoria). Belo Horizonte, s.d. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=CC%20Dt%2006%20007&strTipo=MAPAS%20E%20PLANTAS#>. Acesso em: 10 out. 2016.

NASH, Roderick. **Wilderness and the american mind**. 3. ed. New Haven: Cambridge: Yale University Press, 1982 *apud* CAMARGOS, Regina. **Homem, natureza e sensibilidades ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NATIONAL PARK SERVICE. Estados Unidos, 20[?]. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria e título). Disponível em: <<https://www.nps.gov/yell/index.htm>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Wolf Restoration Continued**. Yellowstone National Park, *online*. Disponível em: <<https://www.nps.gov/yell/learn/nature/wolfrestorationinfo.htm>>. Acesso em: 12 set. 2016.

NUNES, Márcia. **Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

O PARQUE que é pivô dos protestos na Turquia. **BBC Brasil**, São Paulo, 6 jun. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130606_turquia_importancia_gezi_taksim_fn>. Acesso em: 20 nov. 2015.

OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL. Compensação em Reserva Legal abre mercado bilionário. [S.l.], *online*. Disponível em: <<http://www.observatorioflorestal.org.br/noticia/compensacao-em-reserva-legal-abre-mercado-bilionario>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

O'CONNOR, James. Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction. **Capitalism Nature Socialism**, 1:1, p. 11-38, 1988.

O'CONNOR, Martin. On the misadventures of capitalist nature. **Capitalism, Nature, Socialism**, 4:3, p. 7-40, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 43, p. 185-206, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015>. Acesso em: 1 jun. 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 74, p. 67-85, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/oliveira-vicio-virtude.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.

OLIVEIRA, Igor T. M. **Uma “praia” nas Alterosas, uma “antena parabólica” ativista**: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

OLIVIER, Santiago. Recuperación y remodelación del Paseo del Bosque. **Informe de la Municipalidad de La Plata**, La Plata, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 5 maio 2016.

ORTIZOGA, Sílvia A. G. As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo--progressivo de Henri Lefèbvre na Geografia Urbana. In: GODOY, Paulo R. T. (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Unesp; Cultura Acadêmica; Scielo Books, 2010, p. 157-184. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/p5mw5>>. Acesso em: 1 jan. 2016.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990 *apud* HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014 (2012).

PACKER, Larissa. O que é o TEEB – A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade. In: TERRA DE DIREITOS. **Pagamento por “serviços ambientais” e flexibilização do Código Florestal para um capitalismo “verde”**. [S.l.], ago. 2011, p. 5-8. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/analise-psa-codigo-florestal-e-teeb-_terra-de-direitos.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2016.

PAIXÃO, Lorena A. F.; ALMEIDA, Marcelo O. Agricultura urbana no Baixo Onça: cultivando uma região mais produtiva, solidária e sustentável. **Agriculturas**, n.2, v.9, p. 16-22, set. 2012.

PARQUE DA TIJUCA. Logo. Rio de Janeiro, 20[-?]. 1 imagem, color. Disponível em: <<http://www.parquedatijuca.com.br/images/logo.png>>. Acesso em: 10 set. 2016.

PAULA, João A. Economia política e ecologia política. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Lana M. da F.; NABUCO, Maria R. (Org.). **Integração, região e regionalismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 229-247.

PEACO, Jim. **Aerial view of Grand Prismatic**. Estados Unidos, 22 jun. 2006. 1 fotografia, color. Disponível em: <<https://www.nps.gov/media/photo/gallery.htm?hiderightrail=true&id=0765FC89-1DD8-B71B-0BA855CAAB599AA0&tagid=0&maxrows=20&showrawlisting=false&startrow=41>>. Acesso em: 10 out. 2016.

PEACO, Jim. **A wolf chases magpies and ravens from an elk carcass near Soda Butte**. Estados Unidos, 10 jan. 2016. 1 fotografia, color. Disponível em: <<https://www.nps.gov/media/photo/gallery.htm?maxrows=20&tagid=0&hiderightrail=true&showrawlisting=false&id=25C97BD8-155D-451F-675E208BE082FE26&startrow=41>>. Acesso em: 10 out. 2016.

PEET, Richard; WATTS, Michael. Liberation Ecology: Development, sustainability, and environment in age of market triumphalism. In: PEET, Richard; WATTS, Michael. (Ed). **Liberation Ecologies: Environment, Development and Social Movements**. Londres: Routledge, 1996.

PEREZ-CASSARINO, Julian. A construção social de mecanismo alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade do Paraná, Curitiba, 2012 *apud* ALMEIDA, Daniela A. O. Agricultura urbana: isto e aquilo. In: COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-MÓR, Roberto L. M. (Org.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 419-447.

PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PLANO METROPOLITANO. **PDDI é entregue ao Conselho Metropolitano**. Belo Horizonte, *online*. (Destaque 2). Disponível em: <http://www.rmbh.org.br/pddi/index.php?option=com_content&view=article&id=99&catid=5&Itemid=71&lang=en>. Acesso em: 25 ago. 2016.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011 [1994] *apud* MONTE-MÓR, Roberto L. M. Urbanização, sustentabilidade e desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In:

COSTA, Geraldo M.; COSTA, Heloisa S. M.; MONTE-MÓR, Roberto L. M. (Org.). **Teorias e práticas urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 55-69.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006 (1989).

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1978] *apud* SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PROTECTED PLANET. Official Record for Parque Nacional de Brasília. [S.l.]: IUCN; UNEP; WCMC, *online*. Disponível em: <<https://www.protectedplanet.net/67>>. Acesso em: 10 out. 2016.

PUDUP, Mary B. It takes a garden: Cultivating citizen-subjects in organized garden projects. *Geoforum*, 39 (3), 1228–1240, 2008 *apud* MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, n. 2, p. 147-171, fev. 2014.

QUANTO FICA. Viçosa, 2016. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria e título). Disponível em: <<http://www.quantofica.com/produto/519>>. Acesso em: 10 out. 2016.

RANNEY, Wayne. The gathering crowd during the Trail of Time dedication ceremony. Arizona, 2011. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.azgs.az.gov/arizona_geology/winter10/article_earth_science_print.html>. Acesso em: 9 out. 2016.

REDE VERDE. [S.l.]: Facebook, 2015. (Foto sem autoria e título). Disponível em: <https://www.facebook.com/RedeVerde-1536646969929195/photos_stream?ref=page_internal>. Acesso em: 10 out. 2016.

REDE VERDE BH. #REDE VERDE. **Sobre**. Belo Horizonte, *online*. Disponível em: <<http://redeverdebh.wix.com/redeverde#!sobre/c2414>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

_____. **Ocupa Cultural Parque Jardim América**. Belo Horizonte, 2015a. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://redeverdebh.wixsite.com/redeverde/galeria>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. 6 logomarcas, color, 3 fotografias, color, 4 cartazes, color. Belo Horizonte, 2015b. Disponível em: <<http://redeverdebh.wixsite.com/redeverde/atores>>. Acesso em: 10 out. 2016.

RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília. (Elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA). Brasília, GDF, 1991.

RENA, Natacha. Parque Augusta e as resistências verdes. **Blog Indisciplinar**, Belo Horizonte, 24 maio 2014. Disponível em: <<http://blog.indisciplinar.com/viva-o-comum-das-resistencias-verdes-multitudinarias-viva-o-parque-augusta/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

RENKIN, Diane. **Camping – Madison Campground**. Estados Unidos, 20[?]. 1 fotografia, color. Disponível em: <<https://www.nps.gov/media/photo/gallery.htm?id=D6687465-155D-451F-67DFA57626F7D708>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Lower Falls of the Yellowstone**. Estados Unidos, jun. 2015. 1 fotografia, color. Disponível em: <<https://www.nps.gov/media/photo/gallery.htm?hiderightrail=true&maxrows=20&tagid=0&>>

showrawlisting=false&id=066424D2-1DD8-B71B-0BC78C27A92AF323&startrow=21>. Acesso em: 10 out. 2016.

REVISTA FÓRUM. Ciclistas do Brasil e do mundo farão ato para apoiar ciclovias de São Paulo. **Revista Fórum**, *online*, 25 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/03/25/ciclistas-do-brasil-e-do-mundo-farao-ato-para-apoiar-ciclovias-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 20 set. 2016.

RIBEIRO, Luiz C. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

ROLNIK, Raquel. Ocupe o Cocó: resistência em defesa do parque continua em Fortaleza. **Blog da Raquel Rolnik**, São Paulo, 2 set. 2013. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2013/09/02/ocupe-o-coco-resistencia-em-defesa-do-parque-continua-em-fortaleza/>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

_____. Parque Augusta resiste! **Blog da Raquel Rolnik**, São Paulo, 21 jan. 2015a. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2015/01/21/parque-augusta-resiste/>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

_____. Transporte agora é um direito. **Blog da Raquel Rolnik**, São Paulo, 21 set. 2015b. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2015/09/21/transporte-agora-e-um-direito>>. Acesso em: 15 set. 2016.

_____; SOMEKH, N. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. In: GONÇALVES, Maria F.; BRANDÃO, Carlos A.; GALVÃO, Antônio C. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-industrial. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003, p. 449-464.

ROTHERHAM, Ian D. The ecology and economics of medieval deer parks. **Landscape Archaeology and Ecology**, 6, 86-102. 2007. Disponível em: <http://www.ukeconet.org/wp-content/uploads/2009/10/Ecology_economics_Sept_2007.pdf>. Acesso em: 7 maio 2014.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Animais silvestres, exóticos, domésticos, sinantrópicos**. São Paulo, *online*. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/fauna/informacoes/animais-silvestres-exoticos-domesticos-sinantronicos/>>. Acesso em: 12 set. 2016.

SACHS, Wolfgang. Environment. In: _____. **Development dictionary**. London: Zed Books, 1992, p. 26-37.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. Panorama de la agricultura urbana y periurbana en Brasil y directrices políticas para su promoción. **Cuadernos de Agricultura Urbana**, Lima, n.4, 2007.

SANTOS, Boaventura S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. Porto: Afrontamento, 1995 (1987).

_____. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da Natureza. **Estudos avançados**, São Paulo, v.6. n.14. jan./abr. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141992000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 mar. 2014.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SARKAR, Sahotra. Restaurando o mundo selvagem. In: DIEGUES, Antonio C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. Ed. São Paulo: NUPAUB-USP; Hucitec; Annablume, 2000, p. 47-65.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 (1995) *apud* CAMARGOS, Regina. **Homem, natureza e sensibilidades ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SCHUYLER, David. Toward a redefinition of urban form and culture. In: _____. **The New Urban Landscape: The Redefinition of City Form in Nineteenth-Century America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986 *apud* VELLOSO, Rita de C. L. **Distração e choque: a experiência da arquitetura na vida cotidiana**. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SEBE, Lúcia. **Árvore Gestão de Relacionamento**, Belo Horizonte, 18 dez. 2014. 1 fotografia, color. (Foto sem título). Disponível em: <<http://arvoredecomunicacao.com.br/funcionamento-do-circuito-cultural-praca-da-liberdade-no-recesso-de-fim-de-ano/>>. Acesso em: 9 out. 2016.

SEGAWA, Hugo. **Vida e morte de um grande livro**. Resenhas Online, São Paulo, ano 01, n. 001.20, Vitruvius, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.001/3259>>. Acesso em 30 nov. 2015.

SEIBERT, Iridiani G. Grupo Carta de Belém/Movimentos de Mulheres Camponesas – MMC/Via Campesina Brasil. Desmascarando as falsas soluções da Economia Verde frente às crises climática e ambiental. Brasília, 25 de novembro de 2014. **Boletim informativo** nº5 (Biodiversidade e financeirização da natureza), Rio de Janeiro/Curitiba, dez. 2014. Disponível em: <<http://terradeireitos.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Boletim-Biodiversidade6.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

SHILLINGTON, Laura J., 2012. Right to food, right to the city: Household urban agriculture, and socionatural metabolism in Managua, Nicaragua. **Geoforum**, [S.l.], v. 44, p. 103-111, jan. 2013 *apud* MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, n. 2, p. 147-171, fev. 2014.

SILVA, Ana A. **Reforma urbana e o direito à cidade**. São Paulo: Pólis, 1991.

SILVA, Margarete M. A. **Água em meio urbano, favelas nas cabeceiras**. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, Roberto. Resenha Geral, Vitória da Conquista, 23 jan. 2014. 1 fotografia, color. (Foto sem título). Disponível em: <<http://www.blogdaresenhageral.com.br/unidade-de-conservacao-ambiental-esta-sendo-fortemente-degradada-em-vitoria-da-conquista/>>. Acesso em: 9 out. 2016.

SILVA E AMIGOS DO PARQUE FERNÃO DIAS. Gabinete da Deputada Estadual Marília Campos, Belo Horizonte, 17 dez. 2015. 1 fotografia, color. (Foto sem título). Disponível em:

<<http://www.mariliacampos.com.br/secao/parque-fernao-dias-em-contagembetim-esta-fechado-interditado-e-abandonado--veja-as-fotos-chocantes-do-local>>. Acesso em: 9 out. 2016.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: AlfaOmega, 1979, p. 21-36.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-22, ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 set. 2016.

SMIT, Jac. Urban agriculture and biodiversity: urbanisation and diminishing biodiversity. **Urban Agriculture Magazine**, Leusden, n. 1, jul. 2000 *apud* ALMEIDA, Daniela; COSTA, Heloisa S. M. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. APP Urbana 2014 - III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO, 2014, Belém, Brasil. **Anais...** Belém: Anpur, 2014. Disponível em: <<http://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT1-220-63-20140522075553.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2016.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Tradução de Eduardo Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988 [1984].

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993 (1989).

_____. **Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

_____. **Postmetrópolis: Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones**. Tradução de Verónica Hendel e Mónica Cifuentes. Madri: Traficantes de sueños, 2008 (2000). Disponível em: <www.traficantes.net/index.php/trafis/editorial/catalogo/coleccion_mapas/postmetropolis_estudios_criticos_sobre_las_ciudades_y_las_regiones>. Acesso em: 25 ago. 2010.

SOUZA, Amarildo. **Cachoeira da Usina - Ervália - MG**. [S.l.], jun. 2009. 1 fotografia, color. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/23266014>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STREET FILMS. Revisiting Donald Appleyard's Livable Streets. Nova York, 1 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.streetfilms.org/revisiting-donald-appleyards-livable-streets/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

SUDRÉ, Marcos F. **A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SWEETING, Adam W. Writers and Dilettantes: Central Park and the Literary Origins of Antebellum Urban Nature. In: BENNETT, Michael; TEAGUE, David W. (Ed.). **The Nature of Cities: Ecocriticism and Urban Environments**. Tucson: The University of Arizona Press, 1999, p. 93-110.

TANURE, Joana D. **O projeto de paisagismo de Burle Marx e equipe para o “Parque da Cidade” em Brasília/DF**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, Universidade Nacional de Brasília, 2009.

TAVOLARI, Bianca M. D. Jane Jacobs: contradições e tensões. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16, 2015, Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte: Anpur, 2015. Disponível em: <http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=622>. Acesso em: 25 nov. 2015.

TERRANOVA, Marco. Parque Nacional da Tijuca (RJ). **Revista Viagem e Turismo**, São Paulo, 20[-?]. Disponível em: <<http://viajeaquie.abril.com.br/estabelecimentos/br-rj-rio-de-janeiro-atracao-parque-nacional-da-tijuca>>. Acesso em: 18 set. 2016.

THE CULTURAL LANDSCAPE FOUNDATION. Aerial view of Central Park. The Huffington Post, Estados Unidos, 17 jun. 2014. The Blog. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/charles-a-birnbaum/living-on-the-edge_b_5499647.html?utm_hp_ref=arts&ir=Arts>. Acesso em: 6 out. 2016.

THE STONE is laid. **Livingston Post**, Gardiner, 30 abr. 1903 *apud* WHITTLESEY, Lee H.; SCHULLERY, Paul. The Roosevelt Arch: A centennial history of an American icon. **Yellowstone Science**, Yellowstone National Park, summer 2003. Disponível em: <<http://www.nps.gov/history/history/hisnps/NPSHistory/arch.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

THÉVENOT, Laurent; LAFAYE, Claudette. Une justification écologique? Conflits dans l'aménagement de la Nature. **Revue Française de Sociologie**, v. XXXIV, p. 495-524, 1993 *apud* ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 13-35.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (1983).

TONUCCI FILHO, João B. M. MONTE MÓR, Roberto L. M. Avanços e desafios ao planejamento metropolitano: o caso do PDDI-RMBH. In: XV ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15, 2013, Recife. **Anais...**, Recife: Anpur, 2013. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4310/4180>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

TRUDEAU, Dan. Towards a relational view of the shadow state. *Political Geography*, 27 (6), 669–690, 2008 *apud* MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, n. 2, p. 147-171, fev. 2014.

TRZYNA, Ted (Ed.). **The urban Imperative: Urban Outreach Strategies for Protected Area Agencies**. Sacramento: California Institute of Public Affairs, 2005.

UNGER, Roberto M. **Social theory**: Its situation and its task. Nova York: Cambridge University Press, 1987 *apud* HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014 (2012).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Plano Metropolitano – Macrozoneamento RMBH. **Produto 1**: Marco teórico metodológico e definição das áreas temáticas afetas ao interesse metropolitano. Belo Horizonte, fev. 2014(a). Disponível em: <<http://rmbh.org.br/pt-br/repositorio/temas/mz-rmbh>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

_____. Plano Metropolitano – Macrozoneamento RMBH. **Produto 2**: Avaliação das tendências recentes da dinâmica territorial da RMBH e identificação preliminar das Zonas de Interesse Metropolitano. Belo Horizonte, maio 2014(b). Disponível em: <<http://rmbh.org.br/pt-br/repositorio/temas/mz-rmbh>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

_____. Plano Metropolitano – Macrozoneamento RMBH. **Produto 3**: Avaliação dos marcos normativos e projetos estruturantes federais, estaduais e municipais referentes ao ordenamento territorial da RMBH. Belo Horizonte, set. 2014(c). Disponível em: <<http://rmbh.org.br/pt-br/repositorio/temas/mz-rmbh>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

_____. Plano Metropolitano – Macrozoneamento RMBH. **Produto 4**: Definição Final das Zonas de Interesse Metropolitano. Belo Horizonte, dez. 2014(d). Disponível em: <<http://rmbh.org.br/pt-br/repositorio/temas/mz-rmbh>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

_____. Plano Metropolitano – Macrozoneamento RMBH. **Produto 5**: Definição dos parâmetros urbanísticos e de diretrizes específicas de estruturação e desenvolvimento para as Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs). Belo Horizonte, jul. 2015(a). Disponível em: <<http://rmbh.org.br/pt-br/repositorio/temas/mz-rmbh>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

_____. **Apresentação do 3º Seminário Metropolitano**: Seminário Final de Encerramento do Projeto Macrozoneamento Metropolitano. (*Slides* em formato PDF). Belo Horizonte, 30 abr. 2015b. Disponível em: <www.rmbh.org.br/sites/default/files/MZ-RMBH_3oSeminarMetropolitano.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. Plano Metropolitano – Macrozoneamento RMBH. **Produto 5**: Definição dos parâmetros urbanísticos e de diretrizes específicas de estruturação e desenvolvimento para as Zonas de Interesse Metropolitano (ZIMs). Belo Horizonte, jul. 2016(?). Disponível em: <www.agenciarmbh.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/MZ.DOC.PRODUTO.5_REVISAO_V06-28abr16.pdf>. Acesso em: 1 jun 2016.

UFMG/PUCMINAS/UEMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Estudos setoriais integrados**. v. 3. Belo Horizonte, abril de 2010(a). Disponível em: <www.rmbh.org.br>. Acesso em: 10 fev. 2011.

_____. **Proposta de estudos referenciais e elaboração de estratégias de ação para o planejamento do desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte**: Marco Teórico-Metodológico e Síntese dos Estudos Setoriais (relatório parcial). Belo Horizonte, jul. 2010(b). Disponível em: <www.rmbh.org.br>. Acesso em: 10 fev. 2011.

_____. **Sumário Executivo - Relatório Final – PDDI-RMBH**. Belo Horizonte, abril de 2011. Disponível em: <www.rmbh.org.br>. Acesso em: 25 ago. 2016.

UMA OUTRA CIDADE. Piscina de ondas do Parque da Cidade, em 1978. Brasília, 12 jan. 2013. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria e título). Disponível em: <<https://umaoutracidade.wordpress.com/2013/01/12/parque-esquecido-da-cidade/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **Table 8. Population of 100 Largest Urban Places: 1850.** Washington D.C., 1998. Disponível em: <<http://www.census.gov/population/www/documentation/twps0027/tab08.txt>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

VAINER, Carlos. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 13-32, dez. 2002.

VASCONCELOS, Eduardo A. O custo social da motocicleta no Brasil. **Revista dos Transportes Públicos - ANTP**, São Paulo, n. 119/120, p. 127-142, dez. 2008. Disponível em: <<http://files.antp.org.br/2016/4/7/revista-completa-119.20.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

VELLOSO, Rita de C. L. **Distração e choque: a experiência da arquitetura na vida cotidiana.** 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

_____. WOJCIECHOWSKI, Matias J. Processos participativos no planejamento da RMBH: perspectivas e desafios na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH). In: ANDRADE, Luciana T.; MENDONÇA, Jupira G. de; DINIZ, Alexandre M. A (Ed.). **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana.** Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2015, p. 392-420.

VELOSO, André H. B. **O ônibus, a cidade e a luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço.** 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

VIEIRA, Antônio R. Princípio esperança e a “herança intacta do marxismo” em Ernst Bloch. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL MARXENGELS, 2007, Campinas, Brasil. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao6/Antonio_Rufino.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016.

VIVACQUA, Melissa; VIEIRA, Paulo H. F. Conflitos socioambientais em unidades de conservação. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, v.4, n.7, 2005, p. 139-162. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1970>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (ed.). **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, p. 41-49.

WALLPAPERS WIDE. **Torres del Paine – Chile.** [S.l.], *online*. 1 fotografia, color. (Foto sem autoria e título). Disponível em: <http://wallpaperswide.com/torres_del_paine___chile-wallpapers.html>. Acesso em: 9 out. 2016.

WANG, David. Logical argumentation. In: GROAT, Linda; WANG, David. **Architectural Research Methods.** Nova York: John Wiley & Sons, 2002, p. 301-340.

WEIGAND JR., Ronaldo; SILVA; Danielle C. da; SILVA, Daniela de O. **Metas de Aichi**: Situação atual no Brasil. Brasília: UICN; WWF-Brasil; IPÊ, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dcbio/_arquivos/metas_de_aichi_situao_atual_no_brasil_2011_download_147.pdf>. Acesso em: 13 set. 2016.

WEZEL, A.; BELLON, S.; THIERRY DORÉ, C; FRANCIS, D; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: A review. **Agronomy for Sustainable Development**, Springer Verlag/EDP Sciences/INRA, 29, p. 503–515, 2009.

WHITTLESEY, Lee H.; SCHULLERY, Paul. The Roosevelt Arch: A centennial history of an American icon. **Yellowstone Science**, Yellowstone National Park, summer 2003. Disponível em: <<http://www.nps.gov/history/history/hisnps/NPShistory/arch.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

WOLCH, Jennifer. The shadow state: Government and voluntary sector in transition. New York: Foundation Center, 2010 *apud* MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist, and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability**, n. 2, p. 147-171, fev. 2014.

WRI – WORLD RESOURCES INSTITUTE. National Biodiversity Planning: guidelines based on early experiences around the world. Washington D.C.: WRI, 199[5] *apud* DOUROJEANNI, Marc J.; PÁDUA, Maria T. J. **Biodiversidade**: a hora decisiva. 2. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007 (2001).

WRIGHT, Frank L. **Broadacre City** (1932). 1 figura, p&b. [S.l.], Gregory Dalfonzo Design, *online*. Disponível em: <<http://gregdalfonzo.com/architecture-3/thesis-final-working/precedent-work/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

YELLOWSTONE National Park, Wyoming. [S.l.], 1880. In: LIBRARY OF CONGRESS. Washington D.C.; *online*. Disponível em: <<http://www.loc.gov/item/97683559>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: _____. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-31.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. Tradução de Maria Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2011 (2009).